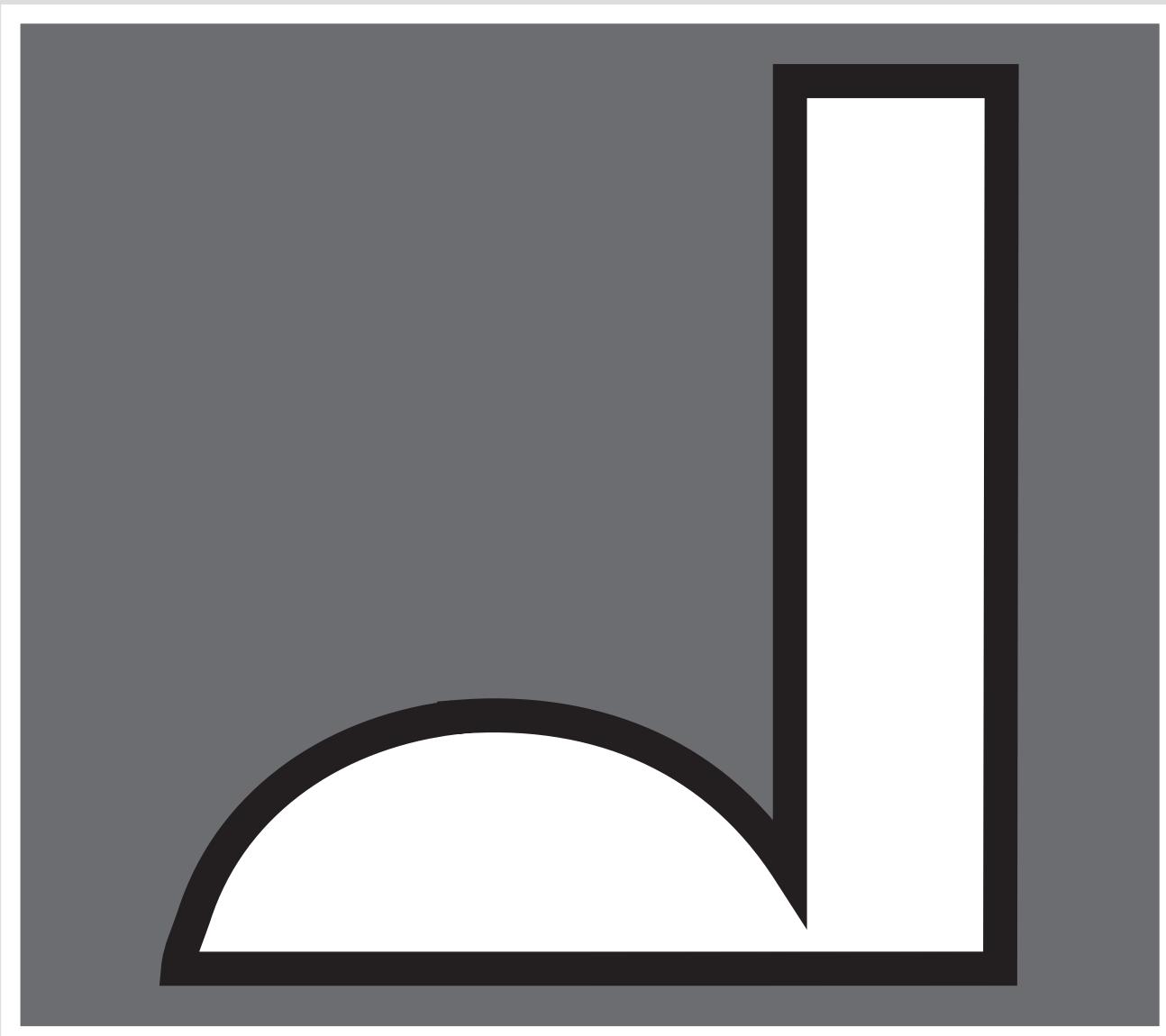




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 73 - QUARTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maoria (PMDB/PP) - 19	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28
Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior	Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella	Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana
Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto	Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)	Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maoria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 75ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE MAIO DE 2010

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Comunicação		
Da Liderança do Democratas no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (<i>Ofício nº 37/2010, de 12 do corrente</i>).	21709	
1.2.2 – Pareceres		
Nº 558, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010.....	21710	
Nº 559, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2005.....	21712	
Nº 560, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2010.....	21720	
Nº 561, de 2010, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2010.....	21725	
1.2.3 – Comunicações da Presidência		
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação.....	21731	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 38, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (<i>Ofícios nºs 107 e 108/2010, respectivamente, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>).	21731	
1.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		
Nº 12, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Marconi Perillo, que altera os arts. 92 e 101 da Constituição Federal, para definir as expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”, e modificar o critério de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.	21732	
1.2.5 – Leitura de Projetos		
Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha -, para garantir o direito à cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde, à mulher vítima de violência doméstica da qual tenham resultado sequelas físicas.....	21740	
Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2010, de autoria do Senador Romeu Tuma, que acrescenta os §§ 6º, 7º, 8º e 9º, ao artigo 121 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) com o objetivo de estabelecer o conceito penal de assassino em série.	21741	
1.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União		
Nº 328/2010, de 15 de abril último, informando ao Congresso Nacional que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no presente exercício, foram constatados novos indícios de irregularidade grave na obra “Urbanização – Ressaca do Bairro Congós”.....	21743	
1.2.7 – Discursos do Expediente		
SENADOR MÁRIO COUTO – Expectativa com relação à votação, no Senado Federal, de projeto de interesse dos aposentados. Relato sobre episódio presenciado por S. Exa., em viagem realizada ao Município de Canaã dos Carajás, no Pará.	21745	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro da falta de um sistema de drenagem pluvial em Boa Vista. Lamentação pela não liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento ao Estado de Roraima.	21745	
1.2.8 – Comunicação da Presidência		
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 20 do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	21756	
1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)		
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Reflexão sobre a questão do municipalismo, norma abraçada por S. Exa. durante o mandato parlamentar. Referência à realização da 13ª Marcha dos Prefeitos a Brasília....	21756	

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anísio Tormena, Presidente da Associação dos Produtores de Álcool do Paraná e coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético. Registro de números animadores em relação à geração de empregos no país, festejando o trabalho do Ministro Carlos Luppi, do Trabalho e Emprego.....	21759	1.2.14 – Leitura de requerimentos Nº 519, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 304, de 2009-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2010-Complementar, por regularem a mesma matéria.....	21776
SENADOR CÉSAR BORGES – Saudação aos milhares de Prefeitos presentes em Brasília. Relato de prejuízos causados aos consumidores baianos pela empresa concessionária de energia elétrica no Estado, a Coelba.....	21761	Nº 520, de 2010, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006.....	21776
SENADOR ALVARO DIAS – Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do empresário Anísio Tormena, ocorrido no Paraná.....	21763	Nº 521, de 2010, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2010 e Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003; e o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, em razão de regularem a mesma matéria.....	21777
1.2.10 – Leitura de requerimento Nº 517, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Anísio Tormena.....	21763	1.2.15 – Fala da Presidência (Senador Marconi Perillo) Assunção de S.Exa. à Presidência do Senado Federal, em função de viagem internacional do Senador José Sarney.....	21777
1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR PAPALÉO PAES – Posicionamento em defesa da votação dos projetos que tratam do reajuste dos aposentados e do “Ficha Limpa”. Referência à 13ª Marcha em Defesa dos Municípios.	21764	1.2.16 – Questão de Ordem Suscitada pelo Senador Arthur Virgílio, requerendo à Presidência o detalhamento mais específico sobre a tramitação de proposições legislativas quando houver o sobrestamento da pauta por medidas provisórias e projetos de lei em regime de urgência constitucional..	21778
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Apresentação de requerimento de pesar pelo falecimento do Sr. Arnóbio Marques de Almeida, pai do governador do Acre.....	21767	O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) – A Presidência informa que responderá à Questão de Ordem formulada pelo Senador Arthur Virgílio até às 10 horas de amanhã.....	21782
1.2.12 – Leitura de requerimento Nº 518, de 2010, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnóbio Marques de Almeida...	21768	1.3 – ORDEM DO DIA 1.3.1 – Item extrapauta Mensagem nº 71, de 2010 (nº 103/2010, na origem), que <i>submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia. Aprovado o Parecer nº 562, de 2010-CRE.</i> (Votação nominal). ..	21784
1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Manifestação de confiança na recomposição do salário dos aposentados e recuperação do poder de compra do salário mínimo. Comemoração pelo sucesso da visita diplomática do Presidente Lula ao Irã. Defesa da diminuição da jornada de trabalho.. ..	21768	1.3.2 – Item extrapauta Mensagem nº 107, de 2010 (nº 186/2010, na origem), que <i>submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala. Aprovado o Parecer nº 563, de 2010-CRE.</i> (Votação nominal).....	21784
SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Comemoração pelo aumento da renda média mensal das famílias brasileiras em 2009, sobretudo nas camadas de menor rendimento, conforme resultado da pesquisa Observador, realizada pela Empresa de Crédito Cetelem e pelo Instituto de Pesquisa Ipsos.....	21770	1.3.3 – Item extrapauta Projeto de Decreto Legislativo nº 868, de 2009 (nº 1.104/2008, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados</i>	21788
SENADORA IDELI SALVATTI – Comemoração pelos resultados das pesquisas dos Institutos Vox Populi e CNT/Sensus, que apontam o crescimento da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República.....	21772		
SENADORA ROSALBA CIARLINI – Defesa da votação imediata das matérias que envolvam: o pré-sal, os aposentados e o “Ficha Limpa”. Relato da condição da educação no Estado do Rio Grande do Norte.....	21773		

<i>Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005. Aprovado. À promulgação.....</i>	21792	<i>gem do termo formal ad quem assinalado no seu 8º Termo Aditivo, com vistas a verificar se tal decisão atendeu às prescrições legais, em especial à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como se não houve prejuízos ao erário, por conta de tal decisão. Aprovado.....</i>	21796
1.3.4 – Item extrapauta		1.3.10 – Item extrapauta	
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 873, de 2009 (nº 1.681/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomática, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009. Aprovado. À promulgação.....</i>	21792	<i>Requerimento nº 270, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de um levantamento de auditoria na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no período de 2003 a 2009, com vistas a relacionar os procedimentos de apuração de irregularidades instaurados pelos diversos órgãos federais de fiscalização. Aprovado.....</i>	21796
1.3.5 – Item extrapauta		1.3.11 – Item extrapauta	
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2009 (nº 1.737/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 25 de julho de 2008. Aprovado. À promulgação.....</i>	21793	<i>Requerimento nº 376, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União – TCU na Superintendência Regional do Dnit em Goiás, referente a sobrepreço nos contratos firmados em obras públicas federais naquele Estado. Aprovado.....</i>	21796
1.3.6 – Item extrapauta		1.3.12 – Item extrapauta	
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2010 (nº 1.661/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Malária/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Aprovado. À promulgação.....</i>	21794	<i>Requerimento nº 422, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que o Tribunal de Contas da União realize auditoria na Caixa Econômica Federal, nos contratos 126/2010, processo 5307.01.4085.0/2009, no valor de 310 milhões e 1154/2008, processo 5307.01.0869.0/2008, no valor de 6 milhões. Aprovado.....</i>	21796
1.3.7 – Item extrapauta		1.3.13 – Item extrapauta	
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2010 (nº 1.972/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Eduardo Azeredo. À promulgação.....</i>	21794	<i>Requerimento nº 423, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que o Tribunal de Contas da União realize auditoria no Banco do Brasil S/A, nos contratos formalizados com a empresa TIBCO Software Brasil Ltda. Aprovado.....</i>	21796
1.3.8 – Item extrapauta		1.3.14 – Item extrapauta	
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2010 (nº 1.742/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007. Aprovado. À promulgação.....</i>	21795	<i>Requerimento nº 268, de 2010, de autoria do Senador João Pedro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. Aprovado.....</i>	21797
1.3.9 – Item extrapauta		1.3.15 – Item extrapauta	
<i>Requerimento nº 247, de 2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando que o Tribunal de Contas da União solicite à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) esclarecimentos quanto à sua decisão no Processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, de extinção do Contrato 031-88/DT, por conta da ultrapassa-</i>		<i>Requerimento nº 293, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. Aprovado.....</i>	21797
		1.3.16 – Item extrapauta	
		<i>Requerimento nº 378, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Aprovado.....</i>	21797

1.3.17 – Item extrapauta

Requerimento nº 389, de 2010, de autoria do Senador Fernando Collor, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura.* **Aprovado.**.....

21797

1.3.18 – Item extrapauta

Requerimento nº 404, de 2010, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

Aprovado......

21797

1.3.19 – Item extrapauta

Requerimento nº 405, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

Aprovado......

21797

1.3.20 – Item extrapauta

Requerimento nº 406, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.21 – Item extrapauta

Requerimento nº 407, de 2010, de autoria do Senador Fernando Collor, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.22 – Item extrapauta

Requerimento nº 410, de 2010, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.23 – Item extrapauta

Requerimento nº 416, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.24 – Item extrapauta

Requerimento nº 417, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.25 – Item extrapauta

Requerimento nº 418, de 2010, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.26 – Item extrapauta

Requerimento nº 442, de 2010, de autoria do Senador Delcídio Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.27 – Item extrapauta

Requerimento nº 443, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.28 – Item extrapauta

Requerimento nº 465, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.* **Aprovado.**.....

21798

1.3.29 – Item extrapauta

Requerimento nº 466, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.* **Aprovado.**.....

21799

1.3.30 – Item extrapauta

Requerimento nº 467, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.* **Aprovado.**.....

21799

1.3.31 – Item extrapauta

Requerimento nº 484, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.* **Aprovado.**.....

21799

1.3.32 – Item extrapauta

Requerimento nº 488, de 2010, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.* **Aprovado.**.....

21799

1.3.33 – Item extrapauta		
Requerimento nº 489, de 2010, de autoria do Senador Eliseu Resende, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. Aprovado.</i>	21799	<i>das Propostas de Emenda à Constituição nºs 24, 50, 58 e 65, de 2005, já apensada à de nº 17, de 2007; 45, de 2006; 6, 9, 12, 20 e 35, de 2009, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i> 21800
1.3.34 – Item extrapauta		
Requerimento nº 520, de 2010, de autoria da Senadora Fátima Cleide, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. Aprovado.</i>	21799	<i>Requerimento nº 390, de 2010, de autoria do Senador Geovani Borges, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 353, de 2003; 108 e 311, de 2004; 547 e 548, de 2007, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i> 21800
1.3.35 – Item extrapauta		
Requerimento nº 249, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2009-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 229 e 248, de 2009-Complementares, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i>	21799	<i>Requerimento nº 396, de 2010, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 79, de 2003; 101 e 103, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i> 21800
1.3.36 – Item extrapauta		
Requerimento nº 304, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 23, de 2005; e 3, de 2008, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i>	21799	<i>Requerimento nº 411, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 15 e 691, de 2007, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i> 21801
1.3.37 – Item extrapauta		
Requerimento nº 326, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007; com o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2009, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i>	21800	<i>Requerimento nº 448, de 2010, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 400 e 555, de 2009, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i> 21801
1.3.38 – Item extrapauta		
Requerimento nº 328, de 2010, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007; com os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99, de 2003; e Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003; 80, de 2004; e 240, de 2007; que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i>	21800	<i>Requerimento nº 303, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2003, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14, de 2003; 39, de 2004; 28, de 2008; e 1, de 2009, a fim de que tenha tramitação autônoma. Aprovado.</i> 21801
1.3.39 – Item extrapauta		
Requerimento nº 343, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 302, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2009, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i>	21800	<i>Requerimento nº 307, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; e 138 e 465, de 2008; a fim de que tenha tramitação autônoma. Aprovado.</i> 21801
1.3.40 – Item extrapauta		
Requerimento nº 344, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 139, de 2005; 224, de 2007; e 366, de 2008, por regularem a mesma matéria. Aprovado.</i>	21800	<i>Requerimento nº 342, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 64, de 2006; e 173, de 2007, a fim de que tenham tramitação autônoma. Aprovado.</i> 21801
1.3.41 – Item extrapauta		
Requerimento nº 357, de 2010, de autoria do Romero Jucá, <i>solicitando a tramitação conjunta</i>		<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2010 (nº 1.679/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007. Aprovado. À promulgação..... 21801</i>

1.3.50 – Item extrapauta

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010 (nº 1.924/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008. **Aprovado.** À promulgação. 21802

1.3.51 – Item extrapauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 522, de 2010, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 15, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 410, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 21802

Redação Final do Projeto de Resolução nº 15, de 2010 (**Parecer nº 564, de 2010-CDIR**). **Aprovado.** À promulgação. 21804

1.3.52 – Item extrapauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 523, de 2010, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 17, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 532, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Cavalcanti), que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investment Bank – NIB, cujos recursos destinam-se ao confinamento do Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 21807

Redação Final do Projeto de Resolução nº 17, de 2010 (**Parecer nº 565, de 2010-CDIR**). **Aprovado.** À promulgação. 21808

1.3.53 – Item 2

Medida Provisória nº 480, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinqüenta e sete mil reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 566, de 2010-PLEN** (Relator Revisor: Senador Jayme Campos), favorável, tendo usado da palavra o Sr. José Agripino. À promulgação. 21812

1.3.54 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Discursos**

SENADOR MAGNO MALTA – Defesa do projeto que prevê o fim do fator previdenciário e o reajuste dos benefícios para os aposentados. Relato dos avanços obtidos com a CPI da Pedofilia..... 21853

SENADOR PAULO PAIM – Considerações acerca da necessidade de se votar o reajuste dos benefícios dos aposentados e o fim do fator previdenciário..... 21861

SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Registro da passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, em 18 de maio corrente. 21864

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Análise de audiência realizada hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 21865

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Preocupação com a escalada da violência em Manaus. Registro do poema do amazonense Epa-minondas de Souza Marques, intitulado Humaitá e seus predicados que enobrecem. Registro da abertura da Sexta Edição da Campanha Estadual contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Manaus. Elogio ao estudo realizado pelo pesquisador Rogério de Souza Jesus, do Inpa, sobre peixes amazonenses com alto teor de proteínas e ácidos graxos. Registro do encerramento do prazo dado pela Justiça à Infraero, para resolver a situação de mercadorias mantidas irregularmente em depósitos no Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, em Manaus. Defesa do aumento do seguro-defeso, pago aos pescadores na época em que a pesca é proibida. Considerações sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2010.... 21869

SENADOR FLÁVIO ARNS – Considerações sobre a votação dos projetos que tratam do reajuste dos aposentados e do fim do fator previdenciário. Defesa da vacinação de toda a população contra a gripe H1N1. Registro da realização de audiência pública sobre os riscos do consumo do crack..... 21882

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Defesa da aprovação, na Câmara dos Deputados, da Emenda nº 28 à Medida Provisória nº 472, que trata da transferência de servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União. 21885

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro da passagem do Dia de Luta Antimanicomial, celebrado na data de hoje. 21888

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Críticas à chamada Operação Delta realizada pelo IBAMA no Pará..... 21892

SENADOR GILVAM BORGES – Registro do seu retorno ao Senado, após ter sofrido um acidente de barco no litoral do Amapá. Agradecimentos aos pescadores e vereadores do Amapá, pela solidariedade recebida durante o resgate..... 21895

1.4.2 – Parecer

Nº 567, de 2010, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício nº S/6, de 2010..... 21898

1.4.3 – Leitura de requerimentos

Nº 524, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o apensamento e a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 146, de 2003, e 211, de 2007..... 21903

Nº 525, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o apensamento e a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 229 e 248, de 2009, que já tramitam em conjunto..... 21903

Nº 526, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 411, de 2008; 386, de 2005; 56, de 2004; e do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009..... 21903

1.4.4 – Comunicações

Do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando a composição dos comitês permanentes da referida Comissão. (**Ofício nº 214/2010, de 18 do corrente**).. 21903

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 488, de 2010. (**Ofício nº 111/2010, de 18 do corrente**) .. 21904

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 489, de 2010. (**Ofício nº 112/2010, de 18 do corrente**) .. 21904

1.4.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALEÓ PAES – Registro da matéria intitulada “O realismo mágico do PT no FMI”, publicada na revista **Veja**, edição de 21 de abril último. Registro da matéria intitulada “Como melhorar a segurança”, publicada na revista **Época**, edição de 15 do corrente..... 21904

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Bancoop é suspeita de superfaturar contrato”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 12 de março último. 21909

SENADOR SERGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Acusados permanecem impunes e ativos”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 4 de abril último. 21910

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Presidente do PSDB reage a Dilma e cobra ‘biografia do tesoureiro do PT’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 6 de abril último.... 21911

SENADOR ACIR GURGACZ – Apelo para a urgência da votação do projeto “Ficha Limpa”..... 21912

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 19, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 21913

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÃO**

– Republicação do Convênio nº 18, de 2010, entre o Senado Federal e o Banco Mercantil do Brasil S/A (Publicado na página 18764, do **Diário do Senado Federal nº 65**, de 7 de maio de 2010, para inserção do número do convênio). 21932

3 – EMENDAS

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 11, de 2010-CN. 21939

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 75^a Sessão, Deliberativa Ordinária em 18 de maio de 2010

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência do Sr. Marconi Perillo, da Sra. Serlys Slhessarenko, e dos Srs. Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Flávio Arns e Acir Gurgacz

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-
se às 22 horas e 33 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/5/2010 07:38:10 até 18/5/2010 22:35:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
DEM	DF	ADELIMIR SANTANA	X	X
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PMDB	SE	ALMENDRA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CESAR BORGES	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	X	X
DEM	PB	Efraim MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X	X
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDO ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PMDB	MG	HELIO COSTA	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
DEM	MT	JORGE YANAI	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VANIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAMMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS)

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

É lido o seguinte:

OF. N° 037/10-GLDEM

Brasília, 12 de maio de 2010.

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, os senhores Senadores do Partido Democratas infra-assinados indicam o Senador **JORGE YANAI, DEM-MT**, para integrar, **como titular**, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária- CRA, do Senado Federal, em razão do afastamento do Senador Gilberto Goellner para tratamento de saúde // bem // como documento em favor de sua indicação ora pleiteada já entregue à Secretaria-Geral da Mesa:

1 - ~~Wetland~~ ~~big~~ ~~coffee~~
2 - ~~Wetland~~ ~~small~~
3 - ~~Wetland~~ ~~coating~~
4 - ~~Wetland~~
5 - ~~Wetland~~
6 - ~~Wetland~~
7 - ~~Wetland~~ ~~apartments~~
~~(marked twice)~~

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 558, DE 2010

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010 (nº 1.924/2009, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.

Relator: Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010 (nº 1.924, de 2009, na origem), da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.

Em atenção ao disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Presidente da República encaminhou às Casas legislativas a Mensagem nº 670, de 25 de agosto de 2009, solicitando a apreciação do aludido Acordo.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 30 de setembro de 2009, nos termos de projeto de decreto legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Na Câmara dos Deputados, a matéria tramitou ainda na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O tratado se faz acompanhar de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O referido documento tem por objetivo promover a cooperação técnico-militar entre os dois países nos seguintes campos: pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico; aquisição de produtos e serviços de defesa; treinamento profissional; intercambio de pessoal docente e discente; realização de visitas recíprocas e encontros voltados para a realização de programas conjuntos; e outras áreas técnico-militares de interesse para ambas as partes. A implementação do Acordo ficará a cargo do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e do Serviço Federal de Cooperação Técnico-Militar da Federação da Rússia, e se dará por meio de mecanismos e programas voltados aos campos específicos de cooperação acima mencionados. O documento prevê ainda, a criação de uma Comissão Intergovernamental brasileiro-russa de cooperação técnico-militar para a implementação do Acordo.

II – Análise

Trata-se de ato internacional de natureza bilateral, comprometendo-se os signatários a aprofundar e dar densidade a cooperação técnico-militar interpartes. Versado em onze artigos e em breve preâmbulo, o documento possui caráter geral, determinando que questões específicas, como informações sigilosas e propriedade intelectual sejam objeto de acordos específicos. O documento estabelece, ademais, que cada parte será responsável pelas despesas de seu pessoal, com atividades sujeitas a disponibilidade financeira. A solução de controvérsias prevista se dará por meio de negociações diretas entre as partes e por canais diplomáticos, não sendo prevista mediação ou arbitragem internacional.

Além da importância da Federação da Rússia, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o acordo analisado se adéqua à Estratégia Nacional de Defesa do Governo Federal, em que há manifesto interesse no desenvolvimento da indústria bélica brasileira, tanto para efeitos de reequipamento das Forças Armadas, como para o fomento da indústria e da tecnologia de produção nacional. O crescimento do país e sua maior inserção internacional não podem prescindir de Forças Armadas e indústria e tecnologia militares aptas a prover a segurança da Nação.

De todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, ademais de constitucional e legal, e redigido com boa técnica legislativa, o Acordo poderá ainda dar maior densidade às relações bilaterais entre Brasil e Rússia, quer em sua agenda comercial, quer em sua agenda política, onde importantes parcerias diplomáticas já têm se efetivado, tanto nas Nações Unidas quanto na Organização Mundial do Comércio.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2010. – **Paulo Duque**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N° 34, DE 2010****IV – Decisão da Comissão**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Sala da Comissão, 13 de maio de 2010. – Senador **Paulo Duque**, Presidente em exercício da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: 105 Nº 34, DE 10/10. ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 05 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR PAULO DUQUE	
RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>R. Cavalcanti</i>	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>
PMDB, PP	
PEDRO SIMON <i>P. Simon</i>	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES <i>F. Dornelles</i>	2 – INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GEOVANI BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGripino (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>

PARECER Nº 559, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2005 (nº 1.285/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

RELATOR: Senador RAIMUNDO COLOMBO

RELATOR “AD HOC”: Senador FRANCISCO DORNELLES

I – RELATÓRIO

Submete-se a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 84, de 2005, que acrescenta o § 2º ao art. 506 do Código de Processo Civil, a fim de determinar que o recurso interposto por falta de fundamentação legal da decisão recorrida seja necessariamente protocolado em duas vias, de forma que a segunda via, independentemente de despacho e de qualquer formalidade, seja encaminhada ao órgão de controle da atividade judiciária.

Segundo esclarece o parecer que recebeu na comissão correlata a esta na Câmara dos Deputados, trata-se da reedição de proposição apresentada pelo então Deputado José Roberto Batochio. O projeto, que é de autoria do Deputado Inaldo Leitão, diz, em sua justificação, que a decisão judicial, em primeira ou segunda instância, sem a devida fundamentação, caracteriza irregularidade grave, a ser sancionada com pena de nulidade, razão pela qual essa prática merece ser coibida de ofício pelos órgãos de controle da atividade judiciária.

Não foram oferecidas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

A iniciativa atende aos requisitos de constitucionalidade dos arts. 22, inciso I, e 48 da Constituição Federal, e não apresenta vícios de regimentalidade, uma vez que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestar sobre a matéria, que trata do direito processual civil, conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está em desacordo com alguns ditames da Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

A primeira objeção a ser feita diz respeito à ementa do PLC nº 84, de 2005, que não obedece ao comando normativo previsto no art. 5º da LC nº 95, de 1998, pois deixa de explicitar, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da proposta. Em vez disso, a ementa limita-se a indicar a alteração do art. 506 do Código de Processo Civil, sem mencionar o conteúdo ou os efeitos da inovação alvitrada.

Via de consequência, o art. 1º do PLC nº 84, de 2005, repete a omissão da ementa. Para obedecer ao disposto no art. 11, inciso I, alínea b, e inciso III, alínea c, da Lei Complementar nº 95, de 1998, o dispositivo da proposição em referência deveria indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

Também se constata impropriedade no que concerne à inobservância do disposto no art. 11, inciso II, alínea f, da referida Lei Complementar, segundo o qual devem ser grafadas por extenso quaisquer referências a números, dispensando-se, por despicienda, a grafia por meio da utilização de algarismos.

A última objeção à técnica legislativa que se faz diz respeito à vacatio legis, de que trata o caput do art. 8º da referida Lei Complementar nº 95, de 1998. Realmente, seria desaconselhável que a entrada em vigor de uma norma dessa natureza se desse imediatamente após a sua publicação, à evidência da necessidade de ser contemplado prazo razoável para que dela possa ser dada ampla adaptação, quer quanto à nova formulação dos procedimentos internos dos tribunais, quer quanto à ordenação dos trabalhos nos escritórios jurídicos.

Contudo, seu mais grave vício advém dos aspectos concernentes à juridicidade da matéria, na medida em que o projeto de lei em apreço carece de adequação ao ordenamento jurídico, razão pela qual se afigura desaconselhável o seu aproveitamento. Isso porque, no nosso modo de ver, em nada se coaduna com o ordenamento jurídico positivo o acolhimento, no âmbito do Código de Processo Civil, de procedimento disciplinar destinado a desvendar as infrações legais ou disciplinares dos magistrados desidiosos ou negligentes. É que os regimentos internos dos Tribunais já preveem dispositivos destinados à instauração de processo administrativo disciplinar contra juízes faltosos que, no exercício da função, tenham praticado ilícitos, inclusive os de natureza penal.

Desse modo, tal idéia — a de alterar o Código de Processo Civil a fim de criar procedimentos investigativos, destinados a apurar a má conduta dos juízes nos feitos — deve ser afastada, porque a criação desses expedientes investigativos esvaziaria a atuação das Corregedorias dos Tribunais.

No mérito, muito embora o objetivo final desta proposição seja levar ao conhecimento dos órgãos de controle da atividade judiciária todos os casos de decisões com falta de fundamentação, em que tenha havido recurso, como já assinalado na análise da juridicidade, tal medida se revela descabida, porquanto os tribunais já são dotados de instrumentos destinados a coibir falhas disciplinares dos magistrados.

Além disso, há que se considerar que a remessa, por si só, do recurso contra a decisão judicial carente de fundamentação ao órgão de controle da atividade judiciária não teria o condão de propiciar a plena cognição sobre se, de fato, a decisão impugnada estaria efetivamente privada do vício apontado, dada a necessidade do cotejo do recurso com essa própria decisão.

III – VOTO

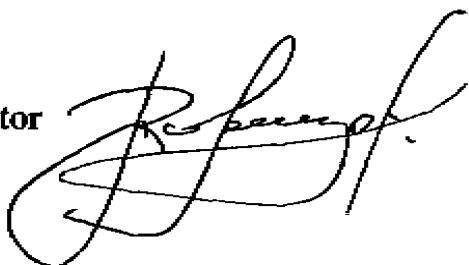
Em face do exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2005.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2010.

Sen. DEMÓSTENES TORRES

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 84 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/05/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SEN. DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: AD HOC: SEN. FRANCISCO DORNELLES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADEL米尔 SANTANA
JAYMÉ CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSE AGripino
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**TÍTULO III
Da Organização do Estado
CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 22 Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

CAPÍTULO II

DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

Seção I

Da Estruturação das Leis

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Seção II

Da Articulação e da Redação das Leis

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

II - para a obtenção de precisão:

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

III - para a obtenção de ordem lógica:

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

PARECER Nº 560, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2010 (nº 5.547/2009, na Casa de origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e dá outras providências.

RELATOR: Senador JOSÉ AGRIPIINO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebe, para análise e parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2010, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e dá outras providências.

A proposição, em seu art. 1º, cria, no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, quarenta e seis cargo de provimento efetivo, quatro cargos de provimento em comissão e três funções comissionadas, conforme descritas nos Anexos I, II e III.

O art. 2º informa que os recursos financeiros necessários à execução da lei terão origem nas dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal referido pelo Orçamento da União.

O art. 3º, por seu turno, determina que a criação dos cargos e funções indicados fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados e remetido a esta Casa, para atuação revisional (ofício nº 345/10/OS-GSE, de 20 de abril do ano em curso).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Não há vício de iniciativa a contaminar o projeto de lei que temos sob exame, uma vez que o Tribunal Superior do Trabalho é detentor constitucional da competência para provocar o início do processo legislativo, como deflui do art. 96, II, b, da Constituição Federal.

A técnica legislativa não exige reparos, percorrendo corretamente a matéria.

No mérito, a bem lançada justificativa que acompanha a proposição deixa livre de dúvidas a necessidade de criação dos cargos e funções pleiteadas, principalmente em face da sujeição, exame e aprovação da matéria pelas instâncias competentes, a saber, o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça.

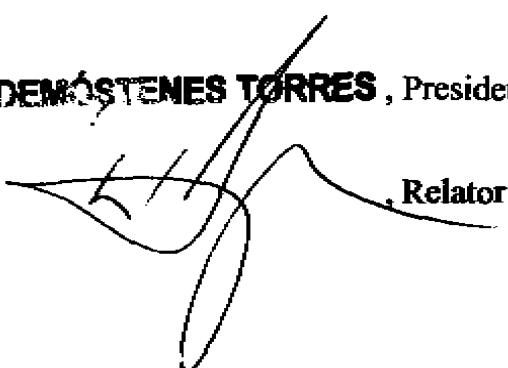
Assenta-se, assim e por isso, a constitucionalidade e legalidade do projeto.

III - VOTO

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2010.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2010.

Senador DEMÓSTENES TORRES , Presidente

 Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 39 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/5/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	Senador DEMÓSTENES TORRES
RELATOR:	SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELEI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. Efraim MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADALMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIÑO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PL N° 39 , DE 2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SENY'S SHMESSARENKO					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO	X			
EDUARDO SUPLICY					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA				
IDEI SALVATTI	X				5 - CESAR BORGES	X			
TIAGO VIANA					6 - MARINA SILVA (PV)				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUCÁ	X			
ALMEIDA LIMA					2 - RENAN CALHEIRO				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - HELIO COSTA				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP				
EDISON LOBAO					6 - NEUTIO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA AREU	X				1 - Efraim MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)					2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYMÉ CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL					4 - JOSE AGripino (DEM)	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - BLISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO	X			
JARBAS VASCONCELOS					7 - MARCONI PEREIRO				
LÚCIA VÂNIA					8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO	X			
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEUTUMA					1 - GIM ARGELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - PATRICIA SABOYA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

Senador DEMÓSTENES TORRES

**O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CC\2009\Reuniões\Votação nominal.doc (atualizado em 29/04/2010).**

Ofício nº 107/10-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 12 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2010, que "Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e dá outras providências", de autoria do Tribunal Superior do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº 561, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2010 (nº 105554/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2010, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem por objetivo criar, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com jurisdição nos Estados do Pará e Amapá, os cargos efetivos e comissionados e as funções de confiança, que a seguir são descritos.

São cento e cinqüenta e oito cargos de provimento efetivo, sendo oitenta de Analista Judiciário e setenta e oito de Técnico Judiciário; nove cargos em comissão e cento e dezesseis funções gratificadas.

Do Anexo do Projeto consta a informação de que os cargos em comissão serão constituídos de dois cargos CJ-03 e sete CJ-02. As funções de confiança serão : vinte e cinco FC-06; treze FC-5; trinta e quatro FC-4, e quarenta e quatro FC-2. A nova lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conforme o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, “cabe lembrar que a Justiça do Trabalho da 8ª Região teve, de igual sorte, que se adequar ao incremento de trabalho decorrente da ampliação da competência da Justiça Especializada motivada pelas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 45/2004, apresentando-se o anteprojeto de lei sobre a criação de cargos e funções como a derradeira alternativa para combater os problemas institucionais descritos, todos devidamente ponderados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça”.

O art. 2º assinala que as despesas decorrentes da execução do projeto que se quer ver erigido em lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região na Lei Orçamentária Anual.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

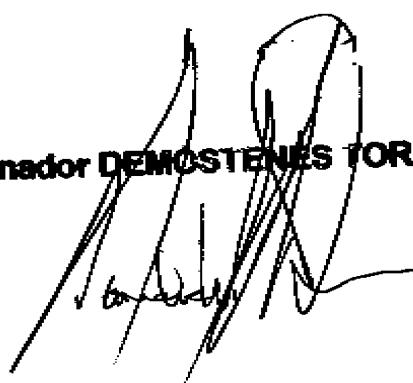
O projeto de lei encontra-se em consonância com as normas constitucionais e jurídicas. A Constituição Federal assegura aos Tribunais Superiores, como o Tribunal Superior do Trabalho, competência privativa para propor a criação de cargos nos seus quadros de pessoal, em virtude do comando contido na alínea “b” do inciso II do seu art. 96.

Mostra-se, ademais, redigido em boa técnica legislativa e louvável quanto ao seu mérito, pela necessidade de se criarem, no âmbito do TRT da 8ª Região, sediado em Belém/PA, os cargos relacionados no projeto.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2010, e votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2010.


Senador DEMOSTENES TORRES , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 38 DE 2010ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12 / 5 / 10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	Senador DEMÓSTENES TORRES
RELATOR:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUÇÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. Efraim MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIRO SANTANA
JAYMÉ CAMPOS	3. RAMMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGripino
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PL/C N° 38 , DE 2010

SERYS SLHESSARENKO	X	1 - RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	X	2 - AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPlicY	X	3 - MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	X	4 - INACIO ARRUDA
IDELE SALVATTI	X	5 - CESAR BORGES
TIAO VIANA		6 - MARINA SILVA (PV)
PEDRO SIMON	X	1 - ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA		2 - REINAN CALHEIROS
GIL VAM BORGES	X	3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR
FRANCISCO DORNELLES	X	4 - HEULLIO COSTA
WALTER PEREIRA	X	5 - VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	X	6 - NEUTO DE CONTO
KATIA ABREU	X	1 - EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)		2 - ADELMIRO SANTANA
JAYMÉ CAMPOS		3 - RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL		4 - JOSE AGripino
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X	5 - ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS		6 - EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS		7 - MARCÔNI PERILLO
LUCIA VÂNIA		8 - ARTHUR VIRGILIO
TASSO JEREISSATI	X	9 - FLEXA RIBEIRO (ELAFOZ)
ROMEU TUMA		1 - GIM ARGELLO
OSMAR DIAS		1 - PATRÍCIA SABOYA

TOTAL: **14** **SIM:** **12** **NÃO:** **2** **ABSTENÇÃO:** **0** **AUTOR:** _____ **PRESIDENTE:** **1**

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 05 / 2010 **Senador DEMÓSTENES TORRES**

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE VOTACIÓN nominal (art. 132, § 8º, do RISF) UNCCD/2009 Reunião/Votação nominal (atualizado em 29/04/2010).

Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****Título IV****Da Organização dos Poderes****Capítulo III****Do Poder Judiciário****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 96 - Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 108/10-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 12 de maio de 2010.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal**

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2010, que “Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências”, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador DEMOSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 559, de 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo contrariamente ao **Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2005** (nº 1.285/2003, na Casa de Origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil* (que dispõe sobre o recurso em que se alegar falta de fundamentação da decisão recorrida).

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 107 e 108, de 2010**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 38, de 2010, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 107/2010-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 12 de maio de 2010

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2010, que “Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional

do Trabalho da 21ª Região e dá outras providências”, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 108/2010-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 12 de maio de 2010

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2010, que “Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências”, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos expedientes recebidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2010

Altera os arts. 92 e 101 da Constituição Federal, para definir as expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”, e modificar o critério de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 92 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 92.

§ 3º Entende-se por reputação ilibada, para efeito de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, a inexistência de condenação criminal da pessoa indicada.

§ 4º Considera-se de notável saber jurídico, para efeito de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, o cidadão indicado com atividade jurídica não inferior a 10 anos e que atenda a, no mínimo, dois dos seguintes requisitos:

I- título acadêmico não inferior ao de mestre em Direito;

II- tese e trabalhos publicados;

III- atuação jurídica destacada.”(NR)

Art. 2º O parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, com base em lista tríplice elaborada pelos Tribunais Superiores, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.”(NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A importância da instituição do Poder Judiciário, no Estado de Direito, nos faz vislumbrar a necessidade de aprimoramento do nosso sistema constitucional no tocante à nomeação de seus agentes.

Os magistrados são os servidores nos quais é depositada, de maneira mais marcante, a confiança dos cidadãos, que vêm nos tribunais o último refúgio para a garantia de seus direitos.

A responsabilidade dos juízes dos tribunais superiores, no cumprimento de sua missão, justifica as alterações na nossa ordem jurídica com o objetivo de impor maior severidade na sua nomeação e, consequentemente, dotar o Judiciário de agentes cuja lisura e saber jurídico garantam a boa consecução da justiça e do bem comum.

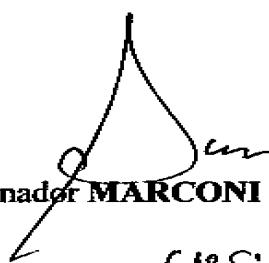
Assim, resolvemos definir, de forma precisa, os conceitos de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, ao mesmo tempo queencionamos impor regras mais rígidas para a nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, mediante a apresentação de lista tríplice com fundamento na qual o Presidente da República fará sua escolha.

Creamos que nossa emenda não fere o princípio da presunção de inocência, ao exigir, para a nomeação do magistrado, a prova de inexistência de condenação criminal em qualquer instância. O referido princípio, consubstanciado no inciso LVII do art. 5º da Lei Maior, proclama que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. No caso em apreço, trata-se apenas de impedir que um cidadão, com condenação mesmo que não definitiva, venha a assumir cargo de tão grande relevância tendo em sua história de vida máculas de natureza ética ou conhecimento jurídico insuficiente.

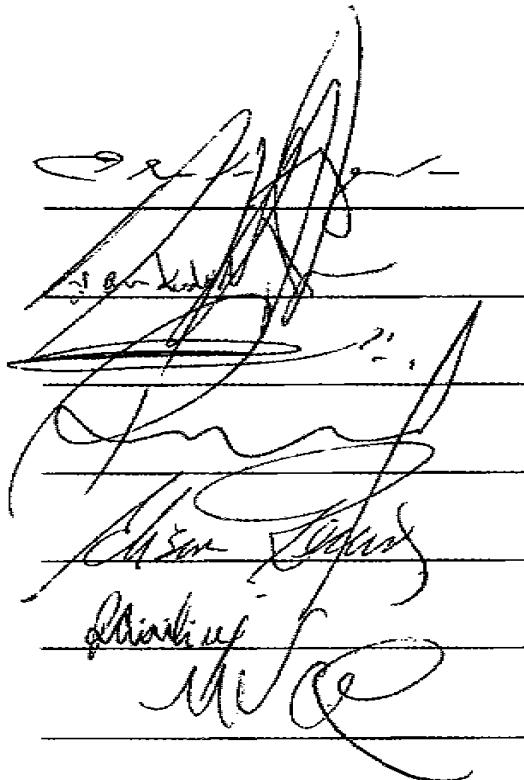
A formação da lista tríplice que buscamos inserir no art. 101 também tem o objetivo de impor mais seriedade na escolha e posterior nomeação dos ministros, ao dificultar a adoção de critérios puramente políticos, que nem sempre compreendem o notável saber jurídico e a reputação ilibada, exigíveis desde longa data no nosso sistema constitucional e jurídico.

Esperamos que nossa proposta encontre acolhida pelos nossos ilustres Pares, pois confiamos em que sua aprovação atenderá de forma plena ao interesse público, foco principal das tarefas atribuídas aos órgãos superiores que conduzem o Poder Judiciário.

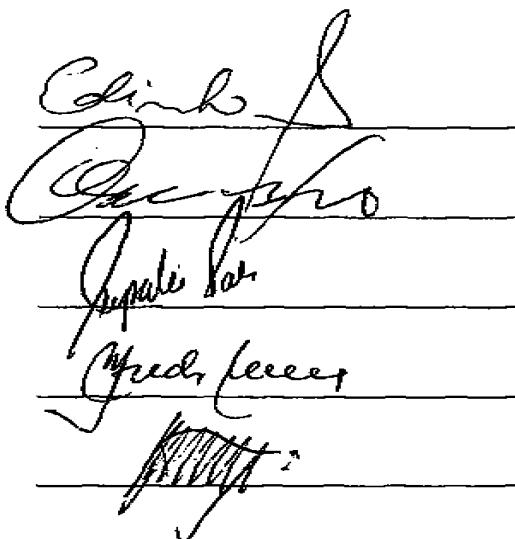
Sala das Sessões, 18 de maio de 2010.


Senador MARCONI PERILLO
(1º Signatário)

Altera os arts. 92 e 101 da Constituição Federal, para definir as expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”, e modificar o critério de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.



Eduardo Azeredo,
Francisco Fornelles.
Maurício
Porto
Eliseu Resende.
Dionísio
Antônio Carlos Valadares.



Edison Lobão
Ismor Góes
Papazio Poés
Antônio Vaz
Valdir Ribeiro

Altera os arts. 92 e 101 da Constituição Federal, para definir as expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”, e modificar o critério de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

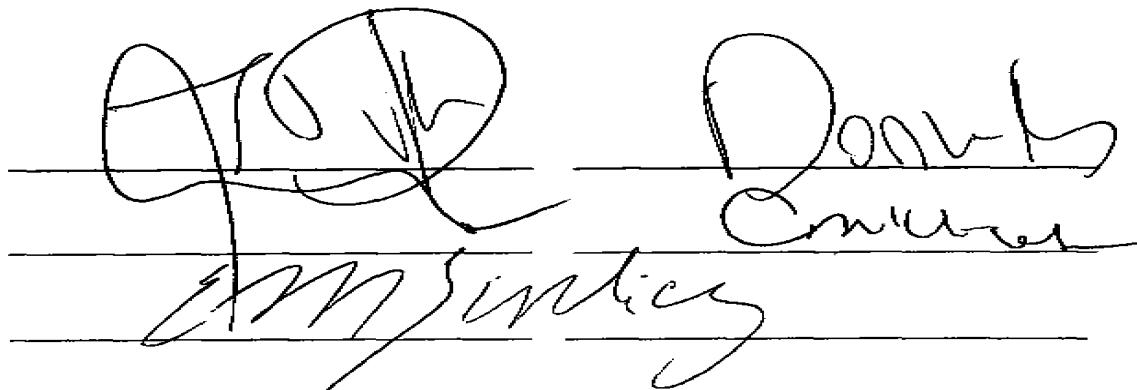
~~Wesley~~
~~Wesley A.~~
~~John Wayne~~
~~Wesley~~
~~Wesley~~

Pedro D. Teixeira
Eustáquio Brumague

Hansen
W
Washington
E. Miller
C. J.
Goddard
Miner

Soluit Santos.
Gim Argello
Marco Maciel
François
Gerson Lomota
Pedro Simon
Flávio Araújo

Altera os arts. 92 e 101 da Constituição Federal, para definir as expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”, e modificar o critério de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.



Título IV

Da Organização dos Poderes

Capítulo III

Do Poder Judiciário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Título IV**Da Organização dos Poderes****Capítulo III****Do Poder Judiciário****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Título IV**Da Organização dos Poderes****Capítulo III****Do Poder Judiciário****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

- II - o Superior Tribunal de Justiça;
- III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;
- VI - os Tribunais e Juízes Militares;
- VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Titulo IV

Da Organização dos Poderes

Capítulo III

Do Poder Judiciário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

- I - o Supremo Tribunal Federal;
- I-A - o Conselho Nacional de Justiça;
- II - o Superior Tribunal de Justiça;
- III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;
- VI - os Tribunais e Juízes Militares;
- VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Titulo IV

Da Organização dos Poderes

Capítulo III

Do Poder Judiciário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 139, DE 2010**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para garantir o direito à cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde, à mulher vítima de violência doméstica da qual tenham resultado sequelas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º

.....

§ 3º A assistência à saúde da mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo:

I – serviços de contracepção de emergência, profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual;

II – cirurgia plástica reparadora, com prioridade de atendimento no âmbito da rede de serviços do Sistema Único de Saúde, quando houver sequelas de lesões provocadas por atos de violência.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A violência contra a mulher é uma ocorrência grave que pode acarretar sérias repercussões para a sua saúde, inclusive danos físicos incapacitantes, tanto de ordem funcional quanto estética. Muitas mulheres que vivenciam situações de agressão têm de lidar com sequelas físicas e emocionais, para as quais necessitam de assistência à saúde. Cabe ao sistema público de

saúde prover os serviços indispensáveis para a sua recuperação e reabilitação.

Especialmente as mulheres que sofreram mutilações ou deformações requerem atendimento médico que busque reparar – dentro dos limites possíveis – os danos sofridos e possa, minimamente, proporcionar-lhes o resgate da autoestima, que está estreitamente ligada à sua imagem corporal. Garantir o acesso dessas mulheres à cirurgia plástica reparadora é essencial, já que esse procedimento é indispensável para eliminar, ou ao menos minimizar, os danos estéticos sofridos e devolver a dignidade da mulher, viabilizando o seu retorno ao trabalho e à vida social.

O atendimento integral à saúde é uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), constituindo-se como garantia constitucional, expressa no inciso II do art. 198 da Constituição Federal. Isso por si só deveria ser suficiente para garantir às mulheres vítimas de violência o direito de receberem atenção integral e multiprofissional no âmbito da rede pública de saúde, com acesso a todos os procedimentos necessários à reparação dos danos sofridos, inclusive os danos estéticos, que são altamente incapacitantes e impeditivos de uma vida social com qualidade.

No entanto, é preciso considerar a dificuldade de acesso à cirurgia plástica reparadora no âmbito do SUS, já que, muitas vezes, atribui-se ao procedimento uma finalidade puramente estética. Com isso, a mulher, especialmente a que não dispõe de recursos financeiros suficientes para realizar o procedimento na iniciativa privada, fica destituída do direito de receber a atenção integral, conforme preceitua a Constituição Federal.

Para que não parem dúvidas sobre a natureza e a importância do procedimento da cirurgia plástica reparadora para mulheres que apresentem sequelas decorrentes das lesões provocadas por atos de violência e, principalmente, sobre a responsabilidade do poder público em garantir o direito de acesso dessas mulheres ao procedimento é que apresentamos o presente projeto de lei. Vários estados brasileiros já adotaram legislação nesse sentido, a exemplo do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.

Dada a relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana

para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2010

Acrescenta o §§ 6º, 7º, 8º e 9º, ao artigo 121 do Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) com

o objetivo de estabelecer o conceito penal de assassino em série.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal brasileiro) passa a vigorar acrescido dos §§ 6º, 7º, 8º e 9º, tendo a seguinte redação:

“Art. Art. 121. Matar alguém:

Assassino em série

§ 6º Considera-se assassino em série o agente que comete 03 (três) homicídios dolosos, no mínimo, em determinado intervalo de tempo, sendo que a conduta social e a personalidade do agente, o perfil idêntico das vítimas e as circunstâncias dos homicídios indicam que o modo de operação do homicida implica em uma maneira de agir, operar ou executar os assassinatos sempre obedecendo a um padrão pré-estabelecido, a um procedimento criminoso idêntico.

§ 7º Além dos requisitos estabelecidos no parágrafo anterior, para a caracterização da figura do assassino em série é necessário a elaboração de laudo pericial, unânime, de uma junta profissional integrada por 05 (cinco) profissionais:

I – 02 (dois) psicólogos;

II – 02 (dois) psiquiatras; e

III – 01 (um) especialista, com comprovada experiência no assunto.

§ 8º O agente considerado assassino em série sujeitar-se-á a uma expiação mínima de 30 (trinta) anos de reclusão, em regime integralmente fechado, ou submetido à medida de segurança, por igual período, em hospital psiquiátrico ou estabelecimento do gênero.

§ 9º É vedado a concessão de anistia, graça, indulto, progressão de regime ou qualquer tipo de benefício penal ao assassino em série.

Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala das Sessões, de maio de 2010. – Senador Romeu Tuma.

Justificação

Não existe no Código Penal brasileiro (CPB) ou em qualquer outra lei penal especial o conceito jurídico-penal de “assassino em série”.

Apresento esta proposição em repúdio às ações criminosas perpetradas pelo suicida ADMAR DE JESUS, assassino em série, que entre o final do ano passado e o início deste ano, no município de LUZIÂNIA/GO, matou 06 (seis) jovens com idade entre 13 a 19 anos.

Ele era um homem discreto e gentil com vizinhos, de hábitos insuspeitos, que trucidava suas vítimas sem piedade.

O assassino em série é um tipo especial de criminoso, que comete os seus assassinatos de forma metódica, estudada, criteriosa. Normalmente, suas ações são extremamente violentas e as vítimas são eliminadas com requintes sofisticados de crueldade.

Não há por parte do assassino em série nenhum senso de compaixão ou misericórdia pelas vítimas e ele, em liberdade, continuará a matar de maneira sórdida. Daí a necessidade de se adotar medidas extremas contra tais indivíduos.

As ações criminosas do assassino em série são repugnantes, imundas, nojentas e causam na sociedade brasileira um sentimento de imensa aversão e revolta, daí a necessidade de uma lei bastante rigorosa para esse tipo de assassino.

É fundamental também para a caracterização do assassino em série que a comprovação seja respaldada por laudo pericial rigoroso, elaborado por uma junta de profissionais da área, com conhecimentos profundos da matéria, a fim de evitar injustiças perpetradas na fase policial (administrativa) que possam induzir as autoridades judiciais.

Referida junta profissional além de ser integrada por profissionais da saúde mental, psiquiatras e psicólogos forenses, deverá ter em sua composição 01 (um) especialista na matéria, de outra área de conhecimento, com comprovada atuação profissional no ramo.

Por fim, a apresentação deste projeto de lei tem o objetivo de promover o debate e a boa discussão do tema na sociedade brasileira, e, também, entre os membros do Congresso Nacional, sendo que a proposição ora apresentada não esgota a matéria e traz a possibilidade de aperfeiçoamento durante a tramitação.

Esperando merecer o acolhimento de meus eminentes pares do Senado da República e da Câmara dos Deputados, submeto a presente proposição ao conhecimento do Congresso Nacional.

LEGISLAÇÃO CITADA

Projeto de Lei que acrescenta o §§ 6º, 7º, 8º e 9º, ao artigo 121 do Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) com o objetivo de estabelecer o conceito penal de assassino em série

Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940

Código Penal.

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

Dos Crimes Contra a Pessoa

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra a Vida

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo futil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena – detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 5º – Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Aviso nº 328-GP/TCU/2010, do Presidente do Tribunal de Contas da União, informando ao Congresso Nacional que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no presente exercício, foram constatados novos indícios irregularidade grave na obra “Urbanização – Ressaca do Bairro Congós”.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 328-GP/TCU

Brasília, 15 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 98 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO 2010), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no presente exercício, foram constatados novos indícios de irregularidade grave nas seguintes obras:

• Urbanização – Ressaca do Bairro Congos

Por oportuno, esclareço que os relatórios de auditoria dos mencionados empreendimentos encontram-se, desde já, disponíveis no site deste Tribunal (www.tcu.gov.br). O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (SETIC) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem de chegada...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Sem revisão do orador.) – Quero pedir minha inscrição. Eu pediria para uma comunicação, mas vou pedir

como Líder, pela Liderança do PTB, para poder ceder a vez à Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou pedindo minha inscrição também para uma comunicação inadiável. Há uma ordem de chegada. Se me concederem, fico muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a vai ficar no meu lugar, em terceiro lugar.

O segundo inscrito...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também estou inscrito para uma comunicação inadiável. Sou o segundo inscrito.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Quer ser o primeiro?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Não.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Então, vou manter o segundo.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – O primeiro quem é?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pode ser a Ideli. Você é o terceiro.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Então, eu prefiro ser primeiro.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Sem revisão do orador.) – Então, V. Ex^a é o primeiro, eu sou o segundo, e a Senadora Ideli está em terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a Senadora Ideli, que vai ficar no meu lugar, fica sendo a terceira. O Senador Efraim é o segundo, e o Senador César Borges é o primeiro.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como Líder, o Senador Mozarildo Cavalcanti; e o Senador Mário Couto como orador inscrito.

V. Ex^a está convocado para fazer uso da palavra, por cessão do Senador Marco Maciel.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer ao Senador Marco Maciel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permuta.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...pela gentileza de ter me cedido seu horário nesta tarde de hoje. Depois, quero dizer a V. Ex^a da nossa expectativa para a votação do projeto dos aposentados na tarde de hoje.

Esperamos que possamos ter hoje, aqui neste Senado, a certeza de que o Senado Federal tira um peso muito grande das costas dos aposentados brasileiros, que é o seu sofrimento, que já vem há muitos anos. A nossa luta também perdura por muitos anos, Senador Paulo Paim. Vamos aguardar essa expectativa daqui a pouco.

Quero, então, dissertar hoje sobre a minha viagem ao Pará, Senador Mozarildo. Senador Mozarildo, quase todas as semanas vou ao Pará viajar. Gosto de estar no interior do Estado. Mas V. Ex^a vê que é difícil eu vir aqui falar das minhas viagens. Mas dessa, Senador Mozarildo, eu não posso deixar de falar. Aliás, eu acho que até sob pena de crime de omissão. Quer ver? Analise. Veja o que vou falar e analise. Veja V. Ex^a. Se o Mário Couto não falasse nada, será que ele pecaria por crime de omissão? Eu acho que eu pecaria. Quer ver? Depois, V. Ex^a me aparteie e diga: "Eu acho, ou eu não acho". Faça essa avaliação para mim, por favor.

Vou eu, Senador César Borges, numa viagem a um Município do Pará, um município rico, rico em minério de níquel, Canaã dos Carajás. Canaã dos Carajás produz o níquel através da Companhia Vale do Rio Doce, uma cidade próspera, uma cidade que a Vale ajuda bastante.

Lá, tomou conta da cidade o prefeito da cidade. O prefeito da cidade se intitula o dono da cidade. São coisas, Senador, que ninguém pode deixar de falar. O Sr. Anuar, se é assim o nome, acha que é o dono daquela cidade. Ele está confundindo administrar com ser dono. Eu acho que não disseram ao prefeito quais são as atribuições legais do prefeito. Ou, então, ele se faz de besta para passar. Ou, então, ele se faz de besta para passar, Senador Mozarildo, porque ele é o dono da cidade.

Veja, além de dono, ele pratica, ele faz a coisa propositalmente. Vejamos. No seu aniversário, Senador.... E é bom isto que conste nas notas taquigráficas deste Senado Federal, porque eu vou fazer a denúncia ao Ministério Público, eu vou fazer a denúncia à Polícia Federal, eu vou fazer a denúncia à OAB, até porque tenho as fitas do que vou falar gravadas, filmadas. Não só gravadas em celular, não. Filmadas. A televisão local filmou o que vou falar aqui hoje à tarde.

Mas só para mostrar a conduta do prefeito, Senador Paulo Paim. O prefeito fez aniversário, e veja como funcionam determinadas Prefeituras em nosso Brasil. Há prefeito sério, e a maioria deles são sérios, mas existe prefeito que devia estar na cadeia. As leis brasileiras precisam entrar em vigor com força. Um prefeito deste nível não deveria estar administrando uma cidade, um prefeito deste nível devia estar na cadeia: um prefeito que pega o dinheiro público, compra quarenta passagens para ir de Canaã dos Carajás a Uberlândia, em Minas Gerais, comemorar o seu aniversário; um prefeito que tem um filho que, no seu aniversário, vai ao Araguaia, compra trinta mil litros de chope, toma banho de chope!

Senador Mozarildo, parecem coisas que não são verdadeiras. Daí, vou a Canaã, Senador Mozarildo. Chego lá – não sei nem de que partido é o prefeito, e nem quero saber; poderia ser até do meu Partido; se cometesse crime

desse naipe, eu estaria aqui nesta tribuna denunciando, como estou agora. Dia das Mães, Senador! No Dia das Mães, o prefeito vai à praça, pensando ele que era querido pela população da sua cidade. Como pode ser querido, se rouba a população? Aquele dinheiro com que ele tomou chope, com que ele tomou banho de chope; aquelas quarenta passagens... Eu tenho um relatório, Senador, que vou entregar à Mesa Diretora, por meio de um ofício. Vou entregar ao Tribunal de Contas, à Polícia Federal, OAB, enfim. Tenho um relatório de 12 associações. Eu gastaria minha tarde inteira, lendo corrupções aqui desta tribuna.

Dia das Mães. O prefeito vai à praça: "Eu sou o rei de Canaã dos Carajás" – pensando ele. Subiu no palanque, para começar a comemorar o Dia das Mães. Mais ou menos mil pessoas deram, então, as saudações ao prefeito. Vaiaram o prefeito. Lá estava a televisão local, filmando as cenas dos acontecimentos. Bom, prefeito sendo vaiado em praça pública, ele só deve ganhar da Governadora Ana Júlia, porque a Governadora Ana Júlia, em toda reunião pública que vai, é vaiada. Em toda reunião!

Falando em Ana Júlia, o Pará está em crise. Vamos falar a semana toda do Pará em crise. Eu sempre disse aqui: não é por nada que um Senador vem toda semana se preocupando com seu Estado querido. Toda semana eu estava aqui, denunciando as mazelas da Governadora do Estado do Pará, preocupado com o meu querido Estado. E agora tudo veio à tona. Eu estava certo, Mozarildo. Tem mais de cem quilos de papel com denúncias que a própria auditora do Estado fez contra Ana Júlia Carepa. Auditora que foi colocada pela Ana Júlia entregou as caixas e se demitiu na hora.

Volto ao assunto de Canaã dos Carajás. Sobre o Pará, vou falar a semana toda. Está lá o cinegrafista, Mozarildo, filmando a festa. Eis que surge o todo-poderoso filho do prefeito, o tomador de banho de chope. O cara tomou banho de chope. O cara abria as torneiras do caminhão de chope e tomava banho de chope com dinheiro público. Banho de chope! Calcule um maluco tomando banho de chope. Aonde já chegamos? Aonde nós chegamos, meu Brasil? Está lá o repórter da televisão filmando, e, de repente, eis que surge o filho do prefeito. E aí a televisão filmando, ele, depois de falar várias pornografia para o repórter, disse a ele: "Ou tu paras, ou vais ver o que acontece contigo. Eu te mato". A indireta foi essa, Senador. Ameaçado de morte! Tenho o filme na minha mão, Senador. E vou remetê-lo à Polícia Federal.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Temos que acabar neste País, de uma vez por todas, com gente dessa qualidade, com gente que assume o poder para ficar rico, com gente que só assume o poder para se fazer. Não pensa em nada, só pensa em si. "Que se lixe a população" – é assim que eles pensam, é assim que eles falam, é assim

que eles dizem. Na hora de pedir os votos, são uns cordeirinhos, oferecem tudo, dão tudo, se submetem a tudo. Na hora em que assumem o poder, ficam tomando banho de chope, ficam ameaçando as pessoas de morte! A Polícia Federal tem que prender esse prefeito. Esses vereadores de Canaã dos Carajás têm que abrir uma CPI e cassar o prefeito! A não ser que eles todos estejam fazendo parte da mesma panelinha desgraçada da corrupção.

Já ouvi, Presidente, muitas pessoas me dizerem: "Senador Mário, V. Ex^a não pode ficar chamando de ladrão as pessoas, da tribuna do Senado". E do que é que vou chamar? Vou chamar de corrupto? Corrupto virou cultura neste País. Você pode falar em corrupção aqui a tarde inteira, não pega nada com nada, nada com ninguém. E me aponte um – um! – que tenha cometido corrupção, do Partido dos Trabalhadores, do lado do Governo, e que esteja preso. Um! O Arruda. O Arruda foi preso, mas era do DEM.

A Governadora do Pará... Eu vou mostrar aqui, Pará – eu tenho em mão –, toda a corrupção, comprovada, que a Governadora do Pará, através das suas Secretarias, está cometendo no Estado do Pará. Comprovada! E vou comparar com a do Arruda para ver qual é a maior. Eu vou comparar a do Arruda com a da Ana Júlia. Ana Júlia ganha de mil a zero, mas não vai acontecer nada com Ana Júlia. Com o Arruda aconteceu, porque é do DEM. Com a Ana Júlia não acontece, porque é do PT. Não vai acontecer absolutamente nada com a Governadora do Estado do Pará.

Está aqui na minha mão um documento. Só um. Sabem o que é isso? Um pagamento de duas vezes uma obra: R\$9 milhões, companheiro! Nove milhões!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Está igual à história do português, Mozarildo: pagou R\$9 milhões, uma vez, numa obra – você nunca tinha visto isso, meu Colega. Nove milhões foram pagos numa obra. É a história do português – com todo o respeito aos portugueses –, mas sabem os portugueses que, de vez em quando, a gente brinca com eles. Aí chamaram e disseram: "Vem cá, você já pagou essa obra?" "Já paguei". "Mas pague de novo para não esquecer". Foram pagos duas vezes R\$9 milhões numa mesma obra no Estado do Pará, Brasil. Nove milhões numa mesma obra! História de português, piada de português: "Já pagou?" "Já". "Quanto foi?" "Nove milhões". "Pague mais uma vez, para não esquecer". Duas vezes pagaram uma mesma obra. É só um exemplo.

São cem quilos de documentos de corrupção, fato jamais visto em todo o País. Repito: jamais visto em todo o País. E nada vai acontecer com a Governadora do Estado do Pará.

Será que acontece alguma coisa com o Anuar? Tem que ver de que partido tu és, Anuar. Se for do PT, não acontece nada. Pode tornar a tomar banho de

chope, pode tornar a comprar quarenta... Segure os teus vereadores aí. Sempre é assim, não é, Prefeito? Sempre é assim, Prefeito. Segure os vereadores que nada acontece. Pode roubar neste País. É o País da impunidade, Prefeito. Ameace de morte, mate.

O Pará já tem fama. Irmã Dorothy e tantos outros foram ameaçados e acabaram morrendo. E esse repórter? Se a Polícia Federal não tomar providência, esse repórter pode morrer de uma hora para a outra. Esse repórter pode morrer de uma hora para a outra! Por isso, Mozarildo – já vou descer, Presidente –, se eu não falo nada, iam dizer assim: "Olhe, o Senador Mário Couto esteve aqui. Ele viu o vídeo. Ele sabe de tudo. Foi para o Senado e não falou nada. Mataram o rapaz. E o Senador sabia." E aí, o que é isso?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O que é isso, Senador? É um crime de omissão. Eu omiti o que eu sabia.

Prefeito, V. Ex^a está me ouvindo, está me vendendo. Eu vou dizer uma coisa a V. Ex^a: para V. Ex^a parar a minha voz agora, tem que fazer uma ameaça para mim, porque eu não vou parar, Prefeito! Eu vou denunciá-lo. Eu vou mostrar à sociedade de Canaã dos Carajás que V. Ex^a é ladrão, Prefeito!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela Liderança do PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr^ss e Srs. Senadores, eu passei, até ontem, oito dias no meu Estado, coincidentemente, Senador Roberto, num período – a imprensa nacional até noticiou – de intensas chuvas. Aliás, o jornal de maior circulação de Boa Vista, que é a *Folha de Boa Vista*, disse o seguinte: "A maior chuva em 40 anos provoca caos em Boa Vista". Mas não foi só em Boa Vista, na capital.

Em Boa Vista, 80% dos bairros da cidade foram alagados. Só os bairros altos é que não foram. Mas também, ao mesmo tempo em que escolas tiveram as aulas suspensas, que muitas famílias tiveram que deixar suas casas, que vários trechos de estradas que ligamos municípios do interior como Normandia, Caroebe, e hoje eu tive o cuidado de antes de falar aqui ligar para o presidente da Assembléia, o Deputado Messias de Jesus, que se Deus quiser será brevemente Senador, será um colega nosso aqui, e ele me confirmou que lá no sul do Estado, não só as estradas principais, mas

as vicinais todas estão interditadas. E aí pode-se muito bem dizer: "Ah, mas como mal choveu em 40 anos, não havia como prever que pudesse acontecer essa catástrofe". Havia sim, Senador Roberto Cavalcanti, havia sim, porque se nós olharmos lá atrás, em 2007, isso para não ir muito longe, a *Folha de Boa Vista*, no dia 9 de fevereiro de 2007, botou: "Boa Vista vai ter 52 milhões do PAC". Esse PAC que tem várias traduções, mas que o Presidente Lula diz que é o Programa de Aceleração do Crescimento. Imaginem, em 2007, 52 milhões para execução das obras... E foi garantido pelo Líder do Governo aqui, que diz que o Programa de Aceleração tem uma linha de projeto para saneamento. E falou mais: "As negociações estão avançadas e, em 2007, saem alguns convênios, mas ainda não se sabe quais, porque o PAC prevê investimento para 4 anos". Em 2007 e nós estamos em 2010 e não saiu nada.

Portanto, havia previsão. E o que é pior, o Prefeito da capital, que é onde se localizam 68% da população do Estado, está hoje, para utilizar um termo muito usado pelo Presidente Lula, pagando uma herança maldita que recebeu de prefeitos, especialmente.

Vou mencionar aqui a Prefeita Teresa Jucá, que passou dez anos como Prefeita de Boa Vista, cuidou muito bem da parte estética, de embelezar a cidade, plantar florzinhas, asfaltar ruas. Mas fazer esgoto para drenagem das chuvas, fazer a chamada drenagem pluvial não fez. Por quê? É como se diz muito facilmente e repetidamente pelo Brasil afora: obra que se enterra pouco administrador tem interesse de fazer. E foi o que aconteceu. O prefeito que assumiu porque ela saiu da Prefeitura para ser candidata ao Senado, e perdeu, é que está pagando o pato.

Já tinha havido, há 40 anos, uma chuva igual. Era de se esperar que ciclicamente, como acontece na Terra, acontecesse de novo. Portanto, nesse período de dez anos da gestão da prefeita, que era esposa do Líder do Governo, que garantiu que tinha R\$52 milhões, nada foi feito. Agora, nós estamos vendo não só a capital, mas principalmente a capital, repito, onde estão praticamente 70% da população, passando por momentos dolorosos.

Aqui está o Diretor do Hospital-Geral dizendo: "Chuvas aumentam atendimento no Hospital Geral de Roraima". Quer dizer, a quantidade de doenças que surgem com essas alagações são previsíveis também, mas nada foi feito para evitar com que isso pudesse acontecer.

Boa Vista tem uma peculiaridade. Lá, não houve nenhum deslizamento de encosta, porque não existe encosta. Não houve nenhum desmoronamento de montanhas etc., porque não há ao redor de Boa Vista. É uma cidade plana; é completamente uma planície. No entanto, nada foi feito.

Tive o cuidado, no dia 14 – estava em Boa Vista –, de mandar um ofício para o Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades, nestes termos:

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, encareço de Vossa Excelência especial e urgente apoio à Prefeitura de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, para enfrentar as consequências devastadoras das fortes e impiedosas chuvas ocorridas desde o início desta semana [daquela semana].

As fortes chuvas resultaram em alagamento da maioria dos bairros da cidade, com destruição de ruas, devido ao rompimento de bueiros (...)

Mas, é lógico que, como tudo, se até Santa Catarina, e imagino ter sido Florianópolis a primeira cidade vítima de uma enchente, até hoje não foi adequadamente atendida, imagine lá no meu Estado, apesar de o Líder do Governo Lula ser Senador pelo Estado de Roraima. Dúvido muito que chegue lá, mas tanto o Governador do Estado, como o Líder do Governo se apressaram a ir tirar fotografia com o prefeito para dizer que vão resolver a situação.

Lamento realmente que, no meu Estado, isso aconteça.

Quero aqui deixar o meu registro, portanto, pedindo, Sr^a Presidente, que as matérias a que me referi sejam transcritas na íntegra, como parte do meu pronunciamento, porque aqui contém exatamente a realidade do que nós estamos vivendo.

E eu, como roraimense, como Senador por Roraima, fico triste de ver que uma cidade bonita como a minha, que – repito – é uma planície, uma cidade que não tem encostas, morros, passe por um drama desses. Portanto, puramente por incônia, por descaso, por pouco caso com o que é fazer administração pública, porque, como médico, aprendi que a gente tem que prevenir e quem administrou cidade como aquela minha de Boa Vista devia prevenir. A coisa mais simples do mundo: antes de asfaltar, fazer o esgoto para escoar água das chuvas, fazer as prevenções necessárias como, por exemplo, providenciar que as valas estejam limpas, porque não precisava nem de muro para proteger as encostas, já que – repito – não tem encostas, relativamente fácil. Mas mais fácil foi fazer o embelezamento da cidade, a maquiagem da cidade. Quem chega a Boa Vista, que não mora lá, não conhece a cidade acha-a uma cidade lindíssima. Mas, em termos de infraestrutura, infelizmente foram dez anos de Prefeitura perdidos quando se antecedeu o prefeito atual.

E quero até prestar minha solidariedade ao prefeito, que, pegando essa herança maldita, está matando no peito e assumindo essa responsabilidade por uma coisa por que ele não tem responsabilidade.

Eu quero, portanto, abraçar todos os meus amigos conterrâneos de Boa Vista e do interior do Estado que estão atravessando essa dificuldade. E olhe que nós tivemos

um verão que antecedeu esse inverno, um verão extenso, bom, quando teria sido fácil fazer muitas obras.

Mas, agora, a culpa é do inverno, época em que não se pode fazer. Perdeu-se o verão, aliás, perderam-se vários verões. Eu repito sempre: temos uma oportunidade de ouro para mudar o rumo do nosso Estado, do nosso município, que é agora nas eleições, daqui a poucos dias, no dia 3 de outubro de 2010. E o povo de Roraima está atento a isso. E a hora de realmente premiar ou punir os maus adminis-

tradores, os maus representantes é justamente na eleição. Não adianta esperar por Ministério Público, por justiça. A melhor punição que nós podemos dar aos administradores é justamente o voto contra eles.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Maior chuva em 40 anos provoca caos em Boa Vista

Boa Vista enfrentou nas últimas 24h o maior volume de chuvas dos últimos 40 anos. Segundo o Departamento de Meteorologia do Ministério da Agricultura de Roraima, Boa Vista não tinha uma chuva com essa intensidade desde 1972, quando choveu em média 112 milímetros.

A forte chuva em Boa Vista começou na quarta-feira (12), entre 17h15 e 20h, quando foram registrados 59,0 milímetros de chuva. Na madrugada desta quinta-feira (13), foram mais 68,3 milímetros. Em um período de 15 horas, caíram em Boa Vista 127,2 milímetros de chuvas. Com o grande volume de água, alguns problemas surgiram durante a madrugada desta quinta-feira, como alagamentos em várias casas, ruas e avenidas. Na avenida Ataíde Teixeira, o Igarapé Caxangá não suportou o volume de água e rompeu toda a pista.

O Departamento de Defesa Civil do Município começou a trabalhar às 4h da manhã fazendo remoção das famílias para escolas.

"Todas as famílias que precisaram ser removidas de suas residências foram levadas para escolas e para a Vila Olímpica. A Prefeitura está dando toda assistência necessária a cada uma", disse o diretor do departamento da Defesa Civil Municipal, Daniel Mangabeira.

Para maior agilidade na solução dos problemas, a Prefeitura está atuando em parceria com a Defesa Civil de Roraima, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Detran.

O coronel da Defesa Civil de Roraima, Kleber Gomes, contou que as famílias que foram removidas das suas residências retornarão assim que for feita a limpeza e a retirada da água.

"Estamos com equipes trabalhando integradas com o Município para que consigam dar toda a assistência às famílias. Também usamos bombas para succção da água em diversos pontos, agilizando o trabalho", disse Kleber.

Todas as secretarias da Prefeitura estão trabalhando em conjunto para atender à população da melhor forma possível e solucionar os problemas ocorridos.

Escolas estão com aulas suspensas

Da Redação

Alunos da escola Gonçalves Dias estão com as aulas suspensas desde sexta-feira (14), desde quinta-feira. Após as chuvas, os estudantes ficaram impossibilitados de entrarem em sala de aulas, já que estavam todas alagadas.

Em consequências dos problemas, a diretora do Gonçalves Dias informou que os alunos vão retornar as aulas amanhã, ela disse ainda que algumas turmas vão ocupar as salas na Academia de Polícia.

Já no prédio em que os alunos da escola Ayrton Senna ocupam, as aulas também foram suspensas na quinta-feira (13), pois um curto circuito ocorreu na caixa de distribuição do sistema elétrico, que prejudicou todo o sistema elétrico. A diretora do Ayrton Senna informou que ainda não é certeza, mas que a possibilidade é que na quarta-feira os estudantes voltem ao prédio da escola que estava em reforma.

As aulas na escola Gonçalves Dias estão suspensas, pois as salas de aulas estão todas alagadas devido as chuvas

85 famílias tiveram que deixar suas casas

WILLAME SOUSA

O coordenador em exercício da Defesa Civil do Estado, coronel Kleber Gomes, garantiu que a entidade está preparada para auxiliar a população durante o período de inverno. Ele afirmou que trabalha sempre pensando na pior hipótese, embora torça para que a situação não se agrave. Hoje, os profissionais trabalham com a previsão de 300 famílias desabrigadas, algo que somaria cerca de duas mil pessoas. Foi este o número de pessoas afetadas pelas enchentes de 2006. Até ontem, havia 35 famílias desabrigadas (levadas para abrigos) e pelo menos 50 desalojadas (socorridas na casa de parentes).

O ginásio Tancredo Neves tem hoje a maior quantidade de famílias desabrigadas

Gomes, que foi um dos entrevistados do Agenda da Semana deste domingo, esclareceu que há quatro ginásios, nos bairros Pintolândia, Tancredo Neves, Caranã e Canarinho, além de colchões e alimentos, preparados para atender a quem precisar deixar as próprias casas. O programa é apresentado nas manhãs de domingo, pelo administrador Marcelo Nunes, na Rádio Folha AM 1020.

O coordenador lembrou que o prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampalo (PSB), e o governador Anchieta Júnior (PSDB) se uniram para garantir auxílio às famílias que sofrerem com enchentes. "Conversamos com o governador e ele garantiu alimentação e colchões para os desabrigados. Disse ainda que, se for preciso, é possível remanejar recursos de outras secretarias para atender as vítimas das chuvas", informou ele.

Kleber Gomes: "A Defesa Civil está preparada para auxiliar a população durante o inverno"

Atualmente, há cerca de 35 famílias alojadas em abrigos da Defesa Civil, algo que totaliza aproximadamente 150 pessoas. No entanto, Gomes explicou que, além destas, mais de 50 famílias já foram retiradas das próprias casas em virtude das chuvas. "Nem todos querem ir para os ginásios. Muitos vão morar com parentes ou têm outra moradia. Mas solicitam nosso apoio para saírem das casas", acrescentou.

Este número, no entanto, pode ser maior, pois não contabiliza as famílias que deixam suas casas por seus próprios meios. O internauta W.S.G., por exemplo, relatou que seu irmão teve que se mudar às pressas depois que a água invadiu sua casa. "O meu irmão foi resgatado pelos amigos, que providenciaram um caminhão e fizeram a mudança dele, para não perder o pouco de móveis que tem, sendo que eles não foram para um abrigo, e sim para a casa da minha mãe".

Em Boa Vista, disse o coronel, 38 bairros registraram pontos de alagamentos, inclusive alguns que não tinham histórico deste problema. Ele mencionou que os principais núcleos populacionais atingidos por este inverno foram o Raizal do Sol, Bela Vista, Nova Cidade, Jardim Olímpico, Caimbé, Asa Branca e Jardim Equatorial.

Embora tenha reconhecido que a ocupação de áreas alagadiças em Boa Vista e a falta de sistemas de drenagens de águas das chuvas em alguns bairros contribuem para os alagamentos, Gomes chamou a atenção para o papel da população na manutenção da cidade limpa. O lixo jogado nas ruas e avenidas entope as "bocas de lobo" e dificulta o escoamento das águas pluviais.

"A gente pede que a população colabore e não jogue lixo nas ruas, que não suje as valas, porque o dinheiro usado para fazer os serviços de limpeza e atender as vítimas do inverno será o nosso. Nós todos temos que nos responsabilizar pela limpeza urbana", concluiu.

Mais cinco trechos correm risco de romper

Luany Diás

As fortes chuvas que caíram esta semana em Roraima romperam anteontem (14) a BR-401, principal via de acesso a Normandia, na altura do km 18, a partir do entroncamento em Bonfim. Na mesma rodovia, mais cinco trechos correm o risco de romper por causa do volume de água que atravessa a rodovia.

A empresa responsável pelas obras no local encaminhou os equipamentos para restaurar a rodovia, mas informou que só vai iniciar os serviços quando o fluxo de água diminuir. Segundo José Eufrônio, diretor do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deit), a previsão mais otimista é que o tráfego seja liberado em uma semana.

Mais cinco trechos da BR-401, que já está cortada, correm o risco de romper

Enquanto não se resolve o problema na rodovia, o acesso a Normandia está sendo feito por duas estradas mais distantes. Uma é pela RR-319, cruzando o rio Uraricoera pela balsa do Passarão e outra alternativa é pela BR-433, que segue para o Surumú no sentido norte, ambas com acesso pela reserva indígena.

A recomendação é que os motoristas não se arrisquem em passar por pista alagada para evitar acidentes e também evitem trafegar nessas duas vias de acesso durante a noite porque são áreas inhabitadas.

Desde sábado (15) uma equipe da Defesa Civil está no local fazendo a baldeação dos passageiros do ônibus intermunicipal para atravessar nos dois sentidos da rodovia.

O volume d'água que se formou do lado esquerdo da rodovia, sentido Normandia, chegou a ficar largura do rio Branco. A Defesa Civil optou em fazer a transposição das pessoas por meio de um barco a motor, no qual atravessam por vez cerca de oito pessoas com as bagagens.

Segundo o coronel Kléber Gomes, coordenador adjunto da Defesa Civil, no primeiro dia de baldeação foram deslocadas mais de 200 pessoas, que precisam embarcar pela lateral da rodovia devido à forte correnteza da água entre a pista rompida. O serviço está sendo realizado por três agentes do Corpo de Bombeiros, das 6h às 18h. À noite o trabalho é suspenso pela questão da segurança.

Gomes explicou que este tipo de trabalho não tem como ser prolongado por muito tempo. Se for preciso, terá que se adotar uma ponte emergencial e se o problema tomar uma dimensão maior terá que contar com uma estrutura maior como equipes de apoio e até helicóptero.

Chuvas rompem estrada para Normandia

Natanael Vieira

As fortes chuvas que vêm caindo nos últimos dias continuam causando sérios transtornos em Roraima. A BR-401, principal via de acesso a Normandia, na altura do quilômetro 18, a partir do entroncamento em Bonfim, rachou ao meio, deixando o Município isolado. A rodovia teve trechos carregados pelas águas. A cratera mede cerca de cinco metros. Apesar dos estragos na estrada, não houve acidentes.

Vários passageiros que seguiam em ônibus e vans para Normandia ficaram ilhados, já que o tráfego naquele trecho ficou impossível, pois a água atravessava a pista com tal força e velocidade que poucos se atreveram a atravessar para o outro lado. Quem se arriscou, ficou com água pela cintura.

A força da água arrastou parte da rodovia, deixando uma cratera de cerca de cinco metros

Segundo o motorista Edmar Oliveira, pela manhã, quando vinha para Boa Vista, a água já estava transbordando naquele ponto da rodovia. "Eu passei por aqui às 6h, e a água começava a transbordar, mas não pensei que na volta pudesse encontrar a estrada rachada ao meio", relatou.

Edmar informou que seus passageiros começaram a atravessar para o outro lado quando perderam a esperança de que alguma ajuda pudesse chegar ao local para fazer a baldeação. "Tivemos que ajudá-los, mesmo com a água acima da cintura", disse.

Algumas pessoas molharam suas bolsas com documentos e roupas. O motorista informou ainda que daquele lado havia um ônibus para levar os passageiros que seguiram viagem ao município de Normandia, assim como ocorreu do lado de cá da via. Já Edmar e outras duas pessoas continuavam no local esperando por ajuda. Caso não chegasse ninguém para fazer a baldeação, eles retornariam para Boa Vista.

Segundo um produtor de Bonfim, Paulo Marchioro, que vinha para a capital, o rompimento da estrada aconteceu por volta das 12h. De acordo com ele, em outros pontos a situação pode se repetir nos próximos dias, já que a água toma conta de grande parte da rodovia, tanto antes como depois do local do rompimento e dos dois lados.

SEINF - O engenheiro da Secretaria Estadual de Infraestrutura, Hamilton Oliveira, disse que ainda ontem iria ao local com uma equipe para fazer uma inspeção e analisar quais medidas tomar. No entanto, quando a Folha esteve lá, por volta das 19h, a equipe da Seinf ainda não tinha aparecido. Ele informou também que aquele mesmo trecho da rodovia havia sido recuperado há 15 dias.

DEIT - O diretor do Departamento Estadual de Infraestrutura, José Eufrasio, disse que duas empresas foram contratadas pelo governo para realizar a recuperação daquele trecho da rodovia e garantiu que a partir de hoje uma equipe vai trabalhar no local do rompimento para restabelecer o tráfego o quanto antes.

O Corpo de Bombeiros informou que neste sábado encaminhará equipe ao local para também avaliar a situação.

INVERNO - Periferia ainda está embaixo d'água

Sex, 14 de Maio de 2010 22:07 Administrador

águas

Parte das ruas da periferia de Boa Vista estão alagadas e intransitáveis, graças às chuvas que estão caindo na cidade nos últimos dias. Segundo moradores e comerciantes, os prejuízos ainda não calculados e impossibilidade de sair de suas próprias casas para ir ao trabalho, são os piores problemas enfrentados pela população nesses últimos dias. Várias reclamações e denúncias já foram feitas às autoridades responsáveis, mas até agora nenhum problema foi resolvido.

PINTOLÂNDIA

Enchentes são problemas antigos no bairro

Na rua Genésio Alcimiro Lopes no bairro Pintolândia, a situação é de risco para os moradores, já é impossível a passagem naquele trecho. A comerciante Conceição Alves, mora naquela rua a maior parte de oito anos. Ela conta que essa situação sempre foi assim e que já foram feitos abaixo assinados, reclamações na Prefeitura e nada foi resolvido. Ela é proprietária de um restaurante e afirmou que prejuízo que a chuva está lhe causando é grande.

"Toda vez que chove, essa rua fica assim, intransitável. Meu restaurante fica impossibilitado de atender aos clientes. Já suspendi o jantar, porque à noite é pior ainda", afirmou. Conceição fez um calçada mais alta para tentar diminuir seus prejuízos na época de chuva, mas a medida não resolve nada.

SANTA LUZIA

Três dias sem sair de casa

Já no bairro Santa Luzia, o problema é ainda mais grave. É impossível sair de casa na travessa Francisco Sales Rodrigues. O casal de moradores, Daiana e Cleison Neves, não conseguem sair de casa há três dias. A água subiu 40 cm e o casal já perdeu moveis de sua casa. A preocupação também é com os filhos, que correm o risco de ser contaminados por doenças, graças a sujeira das águas. "Na rua de trás tem uma vala aberta e toda a sujeira vem para nossa rua. Fomos a situação e mandamos para o gabinete do prefeito, mas não temos nenhuma resposta. Esse problema acontece há mais de 10 anos. Não podemos ficar nos mudando todo inverno", enfatizou a moradora.

Daiana também afirmou que a Prefeitura de Boa Vista ofereceu uma casa para os moradores daquela região e agora disseram que não vão dar, pois o lugar não corre risco de alagamento.

Em uma das avenidas mais movimentadas da capital, a Ataíde Teive, no bairro Buritis, o problema gerou enormes prejuízos para os comerciantes. A água entrou nos comércios, e em alguns estabelecimentos que vendiam peças eletrônicas, o prejuízo foi ainda maior. Equipamentos foram jogados fora pela impossibilidade de utilização.

Em um comércio, um empresário perdeu 50 televisores. Em outro, a loja nem abriu, porque a água entrou e levou parte dos equipamentos. Um dos entrevistados disse que o motivo da alagação é a instalação de tubos feita no ano passado, próximo da avenida. A chuva invadiu as lojas e impossibilita a entrada de clientes.

"Já recorremos às autoridades, mas não tivemos retorno. Minha Ianhouse está alagada e perdi quase todas minhas máquinas", ressaltou um comerciante.

O empresário Pedro Gomes, disse que a única solução é interditar a rua para ver se há uma mobilização da Prefeitura. "Nos reunimos e vimos que a única solução é interditar a avenida e fazer um protesto, talvez assim eles nos deem atenção".

Para a comerciante Maria Dora, seu sustento familiar está ameaçado. Ela é proprietária de uma vila localizada na Rua C 10 com a Lourival Silva. A proprietária disse que ninguém quer alugar um imóvel se não é possível nem a entrada na vila.

"É complicado alugar um quarto quando as pessoas não conseguem nem entrar nas suas casas. No inverno a vila fica vazia" conclui

Chuvas aumentam atendimento no HGR

WILLAME SOUZA

O médico Infectologista e hematologista Mauro Asato, que trabalha no Hospital Geral de Roraima, informou que o número de atendimentos naquela unidade de saúde aumentou nesta última semana, após as chuvas fortes que caíram em Boa Vista. Embora não dispusesse de dados estatísticos, ele citou que as doenças respiratórias e gastrointestinais colaboraram para o acréscimo.

Segundo o médico, a tendência é que o índice de doenças como gripe, resfriado e pneumonia aumente no inverno.

Por isso, a dica dele é que as pessoas evitem estar em locais fechados e com uma aglomeração grande de pessoas, além de buscar ter uma vida saudável, com uma alimentação que supra as necessidades do organismo.

Mas, mesmo quando tudo isto não é suficiente para evitar os males trazidos pelo tempo frio para os padrões locais, a orientação do profissional é que se procure uma unidade de saúde.

Questionado em quais ocasiões é necessário buscar a ajuda de um médico, uma vez que as gripes geralmente são tratadas em casa pelo próprio doente, Asato explicou que isto é algo difícil de definir e varia conforme o organismo do paciente.

"Os sintomas da gripe desaparecem entre três e cinco dias. Mas se passar disso, se as dores e febre aumentarem, é necessário procurar atendimento médico. A gente sempre repete o conselho de que, se qualquer sintoma persistir, é preciso ir a uma unidade de saúde", afirmou, acrescentando ainda o risco de a gripe evoluir para uma pneumonia. Asato foi um dos entrevistados, na manhã de ontem, do programa Agenda da Semana, apresentado pelo administrador Marcelo Nunes, na Rádio Folha AM 1020.

Em relação à automedicação, o infectologista disse não aconselhar, pois apenas um profissional de saúde pode identificar a gravidade da doença. Por isso, o conselho é, durante os horários comerciais, buscar atendimento em um posto de saúde, presentes em quase todos os bairros da capital, para que seja possível encaminhar, caso necessário, à emergência ou urgência dos hospitais.

"Hoje, entre 70% e 80% dos atendimentos realizados no HGR poderiam ser solucionados nas unidades básicas de saúde. Mas a população ainda não sabe diferenciar urgência, emergência e atendimento básico, ainda mais quando estão sentindo dor", afirmou ele.

O médico Mauro Asato explicou ontem como evitar doenças, durante entrevista na Rádio Folha

Na opinião dele, independentemente da idade, é necessário estar atento às doenças típicas de inverno, ou seja, crianças e idosos não necessariamente seriam mais vulneráveis do que os demais, porque a evolução de algumas doenças varia conforme o organismo da pessoa. Ele citou como exemplo a gripe H1N1, que não atingiu idosos em grande escala.

Quanto a esta pandemia, Asato esclareceu que em Roraima não há motivos neste momento para preocupação. Porém, ele lembrou que é preciso estar atento a esta doença, pois no Amazonas há casos confirmados da H1N1 e para chegar ao estado é uma questão de tempo. "Os cuidados para evitar as duas gripes e outras doenças respiratórias são basicamente os mesmos", concluiu.

Cuidados para evitar gripes:

- 1 - Ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço, preferencialmente, descartável;
- 2 - Lavar as mãos frequentemente com água e sabão, especialmente depois de tossir ou espirrar;
- 3 - Evitar locais fechados com aglomeração de pessoas;
- 4 - Evitar o contato direto com pessoas doentes;
- 5 - Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal;
- 6 - Evitar tocar olhos, nariz ou boca;
- 7 - Em caso de adoecimento, procurar assistência médica e informar história de contato com doentes ou/o roteiro de viagens recentes;
- 8 - Não usar medicamentos sem orientação médica.

Fonte: Ministério da Saúde

Boa Vista vai ter R\$ 52 milhões do PAC para obras de drenagem

Para execução das obras, a PMBV conseguiu que os investimentos federais chegassem a quase 97% do valor total.

Rebeca Lopes

Sete projetos de macro-drenagem elaborados pela Prefeitura de Boa Vista devem ser incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As negociações estão avançadas junto ao Governo Federal e a previsão de investimento ultrapassa os R\$ 52 milhões para os próximos quatro anos.

Para execução das obras, a PMBV conseguiu que os investimentos federais chegassem a quase 97% do valor total. A contrapartida municipal será de R\$ 1,576 milhão. Os projetos foram apresentados junto ao Ministério das

Obras são destinadas a evitar alagamentos em Boa Vista no período de inverno

Cidades e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

As obras de drenagem tubuladas devem acontecer nos bairros Santa Teresa, São Francisco, Estados, Caçari e 13 de Setembro, além do canal dos igarapés Mirandinha (Caçari) e Pricumã (bairro do mesmo nome). Para este último, a previsão de investimento é de R\$ 19,914 milhões. A conclusão vai direcionar águas das chuvas e evitar alagamentos em Boa Vista.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB), disse que o programa de aceleração tem uma linha de projetos para saneamento, drenagem e outra para habitação na parte de estrutura urbana. Na parte de saneamento, já foi assinado contrato de R\$ 77 milhões, que será liberado para a Caer (Companhia de Águas e Esgotos de Roraima).

Na área de drenagem, o senador disse ter apresentado os projetos de Boa Vista, orçados em mais R\$ 52 milhões, com três obras importantes para a cidade, que são os canais do Mirandinha, Pricumã e Santa Teresa. Em relação ao prazo para liberação, frisou que vai lutar para sair ainda este ano.

As negociações estão avançadas. Para 2007 saem alguns convênios, mas ainda não se sabe quais, porque o PAC prevê investimentos para quatro anos. Mas quero ver se a gente inicia todas essas obras neste ano", enfatizando a insistência do presidente Lula: atender a Roraima.

Jucá diz que recursos para recuperação estão garantidos

Presente ao encontro entre o governador Anchieta Júnior (PSDB) e o prefeito Iradilson Sampaio (PSB) ontem pela manhã, o senador Romero Jucá (PMDB) afirmou que os recursos necessários para a recuperação da avenida Ataíde Teive, no trecho que rompeu na madrugada da quinta-feira, dia 13, devido ao grande volume de chuvas que caiu na cidade, está garantido junto ao Governo Federal.

A força da Água arrastou o bueiro e provocou o rompimento da Ataíde Teive

Segundo ele, falta apenas definir o plano de trabalho para que a obra emergencial comece dentro de pelo menos dez dias. "Será feito no local um bueiro triplo celular, a exemplo do que já foi feito em outras avenidas da cidade", comentou.

O parlamentar disse que todo o projeto de drenagem de Boa Vista está orçado em R\$ 50 milhões, e que deste montante já estariam garantidos R\$ 22 milhões, mas não soube informar quanto especificamente custará a obra de revitalização da avenida Ataíde Teive. "Vamos garantir R\$ 32 milhões, dentro do projeto de drenagem da cidade, para dar continuidade ao trabalho que já vem sendo feito pela prefeitura. Parte dele será usado para emergencialmente fazer a obra da avenida", garantiu.

Ofício nº 133-2010/GSMCAV

Brasília, 14 de maio de 2010

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, encareço de Vossa Excelência especial e urgente apoio à Prefeitura de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, para enfrentar as consequências devastadoras das fortes e impiedosas chuvas ocorridas desde o início desta semana.

As fortes chuvas resultaram em alagamentos da maioria dos bairros da cidade, com destruição de ruas, devido ao rompimento de bueiros, causando a interrupção do trânsito e perda de móveis e eletrodomésticos pelas famílias atingidas.

Aproveito o ensejo, para reiterar votos de considerações e apreço, manifestando a expectativas de imediata atenção para esse momento de calamidade que se abate sobre a capital dos roraimenses.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, será atendida sua solicitação na forma da lei.

Convoco V. Ex^a para presidir a sessão, porque a próxima a usar a palavra pela inscrição sou eu.

Mas, antes, gostaria de ler uma comunicação.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica às Sr^as Senadoras e aos Srs. Senadores que convocou sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 20 do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está convocada sessão do Congresso Nacional para o dia 20, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Como oradora inscrita, convidou a Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso, para usar da palavra.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, Sr^as e Srs. Senadores, senhores que estão aqui, nas nossas galerias, todos que nos veem e que nos ouvem, vamos falar de dois assuntos hoje: o primeiro é sobre o municipalismo.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, um dos grandes orgulhos que tenho neste meu mandato de Senadora é de ter feito uma prática municipalista. Sou uma municipalista. Visitei, ano após ano, todos os Municípios do meu Mato Grosso. Não é que durante o meu mandato eu visitei todos os Municípios; em todos os anos eu visito os 141 Municípios; houve alguns anos em que cheguei aos 135 e aí tive que recuperar no outro ano por não poder ter feito os 141. Por isso eu realmente acredito que eu valorizo os nossos Municípios. Ao Município de Rondolândia, por exemplo, nunca um Senador chegou; aliás, nunca um Governador do nosso Estado foi até esse Município, porque é difícil chegar até lá. Mas eles têm os mesmos direitos, merecem tanto quanto outros que os políticos por lá estejam para conhecer seus problemas.

Tudo o que se discutia aqui em Brasília eu sempre levava aos Municípios. Meus finais de semana são usados para ir aos Municípios, verificando como andam os programas, como o Luz para Todos, os programas da agricultura familiar, o Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida e tantos outros.

Telefonia celular, por exemplo, dos 141, nós tínhamos 53 Municípios sem; hoje, estão todos com telefonia celular. Com o Luz para Todos, o Mato Grosso está praticamente iluminado; são poucos os Municípios que ainda não estão 100% cobertos. Mas é porque vamos lá todo ano e conferimos. Vemos os lugares onde ainda há falta e levamos a reivindicação, pedimos que liguem, que transmitam o que não está sendo feito em determinado lugar.

Meu gabinete sempre esteve e sempre estará à disposição dos Municípios, seus Prefeitos, Prefeitas, Vereadores e Vereadoras. Nunca impus limites por questões partidárias. Minha relação com nossas Prefeituras sempre foi e continuará sendo para somar e encontrar soluções.

Diante desses argumentos é que quero registrar mais uma Marcha dos Prefeitos a Brasília em sua 13ª edição. Do meu Estado, Mato Grosso, fui informada que um grupo de cerca de 70 Prefeitos embarcou e está embarcando para a Capital federal.

Felicito os Srs. Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil e muito especialmente os do meu Estado do Mato Grosso, abraçando todas e todos, representados pelo Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, AMM e 3º Vice-Presidente da CNM, meu amigo Prefeito Pedro Ferreira de Souza, do Município de Jauru.

Eu me orgulho muito quando vejo as lideranças municipalistas de Mato Grosso participando ativamente desse encontro porque uma das minhas decisões como Senadora, repito, foi alicerçar o meu mandato num di-

álogo intenso e permanente com Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, com as primeiras-damas – aqui vai um abraço para Alessandra, primeira-dama do Município de Santa Carmen, a líder das primeiras-damas, mulher atuante, interativa com a população, com as primeiras-damas – com os Movimentos Sociais pelo Mato Grosso afora.

Este evento é realizado anualmente pela Confederação Nacional dos Municípios. Aproveito também para parabenizar seu presidente, o Sr. Paulo Ziulkoski.

Essa marcha ocorrerá hoje, amanhã e depois – 18, 19 e 20 de maio – e reunirá, possivelmente, cerca de 4 mil Prefeitos, o que, a meu ver, consolida de vez o movimento como o maior evento municipalista do País, fato que vem garantindo, ano após ano, conquistas relevantes para os Municípios brasileiros. E o Presidente Lula sempre lá presente. Inclusive, ele deve chegar amanhã de sua viagem ao exterior, mas, na quinta-feira, como estou informada, ele estará lá na reunião dos Srs. Prefeitos e Prefeitas.

A programação deste ano inclui um amplo debate sobre as matérias em tramitação no Congresso Nacional, além de reuniões com as Bancadas federais, participação dos pré-candidatos à Presidência da República, exposição de produtos, serviços e tecnologias.

Abro um parêntese para reforçar o convite da CNM para a reunião da Bancada de Mato Grosso com os nossos Prefeitos, que será realizada nesta quarta-feira, às 17 horas, no Plenário 14, Anexo II, da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, essa 13ª Marcha dos Prefeitos prioriza temas fundamentais para a sustentabilidade dos nossos Municípios brasileiros. Destaco que entre os projetos prioritários está a regulamentação da Emenda Constitucional 29. O Projeto de Lei do Senado – PLS 121/2007 –, que regulamenta a Emenda 29 está parado há meses na Câmara à espera de votação. A sua regulamentação define o percentual que a União deve aplicar todos os anos em saúde. Os valores dos repasses dos Estados e Municípios já estão definidos em 12% e 15%, respectivamente, e são mantidos pela proposta que espera para ser votada.

O PLS 121/2007 foi encaminhado pelo Senado à Câmara, onde foi aprovado e alterado na forma do Substitutivo nº 306/2008, mas ainda aguarda votação.

Parte da dificuldade em votar o projeto se deve à resistência por parte de alguns Parlamentares em torno da criação da Contribuição Social para a Saúde, proposta no Substitutivo. A Lei determina que sejam gastos 15% do orçamento com a saúde, e os Municípios gastam em média 22%, o que equivale a R\$28 bilhões. Dezesseis Estados não cumprem a Emenda

nº 29, o que sobrecarrega os cofres municipais. Então, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, votar a favor da regulamentação da Emenda nº 29 é estar ao lado dos Municípios brasileiros e desonerá-los para outros gastos e investimentos. Seria uma medida justa se pudéssemos colocar a aprovação da Emenda nº 29 como prioridade de votação.

Outro assunto que merece destaque é a distribuição dos recursos do pré-sal. Sei que este assunto é controverso e já está em boa medida contaminado pela disputa eleitoral deste ano, mas deveremos enfrentá-lo. Essa emenda, que prevê uma distribuição mais igualitária dos *royalties* provenientes da exploração da camada pré-sal a todos os Municípios brasileiros, está aqui nesta Casa para votação. Observo que os Prefeitos entendem que o petróleo é uma riqueza de toda a Nação Brasileira, que os Estados do litoral já exploram o mar turisticamente e que esse petróleo está em alto mar, sendo sua riqueza de todo o Brasil. Deveremos encontrar uma solução, mas os *royalties* não podem ser distribuídos de forma desigual. Este é o debate que temos de travar. Este é o aspecto central.

Mato Grosso, por exemplo, não tem mar, mas não quer ficar de fora dessa possibilidade real de participação. Em meu Estado, a expectativa é grande, pois, assim como os demais Estados brasileiros, temos de educar nossos filhos, dar-lhes saúde, moradia de qualidade, emprego e renda, segurança às famílias, construir nossa infra-estrutura e nos preparamos definitivamente para nossa maior vocação, que é produzir para o restante do Brasil e do mundo.

Ficar de fora da distribuição dos *royalties* é impensável. Vou marcar uma conversa com nossa Bancada federal e também com o Governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, para nos organizarmos para o debate e votações do pré-sal.

Por tudo o que explicitei é que devemos analisar com carinho a emenda da Confederação Nacional de Municípios, trazida à discussão nessa 13ª Marcha e que propõe a permanência dos mecanismos de distribuição do *royalties* entre União, Estados e Municípios, já aprovados.

Nós queríamos dizer aqui que nós temos que aprovar antes disso, com certeza, a capitalização da Petrobras, a Petro-Sal e o fundo. Realmente são três projetos que antecipam, com certeza, necessariamente, a distribuição dos *royalties*.

Finalizando, devemos comemorar essa 13ª Marcha, que contará com a presença, mais uma vez, do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, além de incentivador maior, sempre deu respostas positivas às reivindicações dos Prefeitos.

Na marcha do ano passado, por exemplo, foi aprovado o decreto de compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social e os regimes próprios de Previdência Social dos Servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também durante a marcha houve redução de até 40% do valor das contrapartidas de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, nas ações de saneamento ambiental e habitação. Esses avanços e conquistas apontados justificam plenamente essa gigantesca mobilização dos Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil, juntamente com muitos Vereadores, com certeza.

Continuem contando com o apoio e entusiasmo desta Senadora do Estado de Mato Grosso.

Sou municipalista, sim, porque é lá que está o problema, e o problema chega fácil e rápido ao Prefeito, à Prefeita, ao vice e aos Vereadores. É bem mais difícil chegar a um Deputado, a um Governador, ao Presidente da República ou a um Senador. É bem mais difícil.

Temos, portanto, que descentralizar cada vez mais políticas públicas para os Municípios, descentralizando junto recursos para facilitar e resolver rapidamente os problemas no Município, porque acredito profundamente que a maior transformação de que a sociedade precisa, em todos os sentidos, para melhorar a qualidade de vida da população provém principalmente do Município, porque as pessoas não moram e não nascem no espaço sideral; elas moram no Município, na localidade e se os problemas forem sendo resolvidos mais rapidamente, a transformação para melhorar a qualidade de vida das pessoas, com certeza, vai acontecer de forma muito mais rápida.

Por isso viva os nossos Municípios, os nossos Prefeitos e Prefeitas que se encontram em Brasília e aqueles que estão chegando! Esse é o caminho, com certeza. E viva o nosso Presidente Lula, que realmente está envolvido nessa política que busca melhorar cada vez mais a situação dos nossos Municípios.

Sr's e Srs. Senadores, quero falar sobre outra mobilização que está acontecendo aqui no Congresso Nacional. Ontem, dia 17, foi o Dia Mundial contra a Homofobia. Hoje está ocorrendo o VII Seminário LGBT do Congresso e, amanhã, finalizando a grande Marcha contra a Homofobia, estarão todos nas ruas também de forma justa, buscando fazer com que a democracia em nosso País se consolide cada vez mais. Digo isso, senhores e senhoras, porque a democracia depende, em minha opinião, de dois grandes pilares para se estabelecer e desenvolver de forma sadia: um, é o respeito às minorias, pois nenhuma sociedade é democrática se a maioria opõe a minoria, não reconhecendo seu

direito simplesmente de existir; o outro, é o fortalecimento do poder local. Sem uma prefeitura forte, com recursos para atender as necessidades da população, dificilmente as políticas públicas essenciais são garantidas, situação em que quem paga é o povo que sofre com a falta de recursos para a saúde, educação, transporte, segurança. Enfim, digo novamente que o Município deve ser forte o suficiente para ele mesmo garantir a concretização das políticas públicas.

Estado e União não podem ser os principais atores; devem ser os fomentadores. Essas lutas são necessárias para que o Brasil tenha uma democracia robusta, com igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs. Primeiro, trato da luta pelo fim da homofobia, que não significa, como muitos dizem, enaltecer a homossexualidade. Não é isso de jeito nenhum. Nem fazer apologia do modo de vida gay. Antes de significar concordar ou aceitar, lutar contra a homofobia é lutar contra a injustiça, contra a violência, contra a humilhação. Homofobia, senhoras e senhores, é ódio, é não aceitar que o outro possa existir, é não respeitar a vida privada do outro, é querer interferir na privacidade do semelhante.

Lutamos pelo fim de qualquer preconceito. Não respeitar o outro é um absurdo e deve ser combatido com rigor. Ninguém tem o direito de desrespeitar quem quer que seja. Se queremos viver em uma democracia, o diferente deve existir e ser respeitado em sua diferença. Não podemos admitir que uma pessoa seja humilhada, violentada, assassinada. O fim da homofobia é a exigência do respeito para com todos os seres humanos.

Acho muito engraçado quando algumas pessoas vêm a público dizer que querem ser respeitadas e não querem ver um homossexual na rua. Ora, se a pessoa quer ser respeitada, porque não respeita o direito do outro de simplesmente existir? Deixe ele existir! Deixe ele existir em paz! Liberdade de expressão nunca foi e nunca será cerceada. O que nunca toleraremos é a utilização da liberdade de expressão para ofender, perseguir, humilhar e matar um ser humano só porque alguém não gosta de homossexuais.

Ora, as pessoas devem ter a consciência de que às vezes as palavras adquirem mais peso do que elas têm, e evitar que aquilo que era para ser apenas uma posição em relação a um tema venha a influenciar a noção de uma pessoa desequilibrada, que utilizará aquelas palavras para perseguir e matar.

Todos nós sabemos o que é homofobia: é matar. Matar pessoas que não têm a mesma orientação sexual que nós. Eu tenho a minha, e respeito a de todos os outros, e respeito os homossexuais. Queremos uma democracia que respeite todos, que garanta às

minorias o direito de existirem, que os direitos fundamentais de igualdade e de não discriminação sejam respeitados.

Espero que amanhã as vozes contra a discriminação possam convencer aqueles que ainda não compreenderam a importância de se acabar com a homofobia.

Todos têm direito a uma vida livre de preconceitos e de violência. Cada um tem a sua opção na vida, e a opção sexual é uma delas. Não estamos aqui defendendo este ou aquele. Estamos pedindo respeito, estamos pedindo não à violência, não à discriminação. Sabemos que infelizmente – esse não é um privilégio só do Brasil; é do planeta Terra – a discriminação é grande e atinge muitas pessoas. Existe discriminação contra o negro, contra a mulher, contra homossexuais, contra os pobres. E eu digo sempre: não vou falar sobre a questão do negro, da mulher, dos homossexuais aqui, até porque dos homossexuais acabei de falar, mas dos pobres. Discriminam-se os pobres. Nós temos não é que acabar com os pobres; nós temos é que acabar com a pobreza. E, para isso, precisamos conquistar o fim da discriminação. Contra qualquer tipo de discriminação eu sou e lutarei sempre em qualquer instância.

Muito obrigada.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, pedi a palavra pela ordem para registrar com pesar...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito como Líder e vai falar neste momento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É agora que vou falar?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, vou lá para a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra como Líder do PDT.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para registrar que está aqui conosco o ex-Deputado Federal Constituinte Vivaldo Barbosa. Ele foi um lutador em todo o processo da elaboração da nova Constituição. O que há de mais avançado na Carta Magna tem a participação do grande Deputado do PDT, do Rio de Janeiro, Vivaldo Barbosa.

Ele veio a Brasília hoje para acompanhar, assim como os aposentados – alguns estão na galeria, mas a maioria está aqui na tribuna de honra –, liderados pela Cobap, a votação hoje do reajuste de 7,7% e também do fim do fator previdenciário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Está feito o registro.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, só queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Em seguida, falará V. Ex^a para uma comunicação inadiável.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, antes de fazer meu pronunciamento, gostaria de registrar, com pesar, que é de todos os paranaenses, o falecimento na manhã de hoje, às 5 horas, em acidente de automóvel, do Presidente da Alcopar, (Associação dos Produtores de Álcool do Paraná), Presidente também da Sialpar, Siapar, Sibiopar e coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético. Ele faleceu hoje, às 5 horas da manhã.

Gostaria de registrar aqui as condolências à família do Sr. Anísio Tormena, Presidente da Alcopar, que era nosso amigo, nosso companheiro e um trabalhador, um empresário que ajudou a construir a história do Paraná. Faleceu hoje, e faço o registro com pesar.

Sr. Presidente, pedi a palavra como Líder para registrar números que são animadores em relação à geração de empregos no País e, dessa forma, saudar, festejar o trabalho do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que tem sido dedicado, determinado e, muitas vezes, incompreendido.

Eu me lembro de que, quando veio a crise econômica mundial, o Ministro Lupi foi otimista. E foi, naquele momento, motivo até de piada na imprensa. E ele estava certo: o Brasil, mesmo na crise, gerou mais de um milhão de empregos. E é claro que o Ministério do Trabalho coordena as ações, programas como o Pró-Jovem, que é um projeto importantíssimo, que dá oportunidade aos jovens de se capacitar, de se profissionalizar. Isso representa também um caminho para o emprego, porque, quando se dá ao jovem uma oportunidade para, escolhendo uma profissão, fazer um curso e se especializar, ele vai ter mais facilidade de encontrar, no mercado de trabalho, seu lugar, sua ocupação, seu emprego. Claro que o Ministério do Tra-

balho é importantíssimo para que o País encontre um ambiente favorável na aplicação da legislação trabalhista, na segurança institucional. E o Ministro Carlos Lupi tem garantido isso. Ele tem representado, com muita competência, o nosso Partido – o PDT – no Governo do Presidente Lula. E, por isso, merece aqui este nosso reconhecimento da tribuna do Senado Federal.

E os números falam alto, Presidente. No mês de abril, nós tivemos a geração de 35 mil empregos. Um pouquinho mais de 35 mil empregos. O recorde de empregos gerados no Brasil foi no mês de junho de 2008, quando nós tivemos 309.440 empregos. Quando a gente fala em geração de empregos, é preciso entender: é o número de postos de trabalho abertos, menos aqueles que foram demitidos. Então o saldo positivo, no mês de abril, chegou a 305 mil e alguns empregos a mais. Para maio, a previsão do Ministro Carlos Lupi é de que poderemos chegar ao saldo de 280 mil novos postos de trabalho.

Se tomarmos por setor, por segmento, veremos que o setor de serviços tem se destacado com o maior crescimento na geração de empregos, e precisa ser amparado por políticas públicas que possam, reconhecendo a importância desse setor, apoiá-lo com muito mais força, através do turismo, através daqueles que são os representantes comerciais e que prestam serviços por todo o País, através daqueles que trabalham no comércio, pois eles representam hoje o setor de maior geração de empregos no País.

Desses 305 mil postos de trabalho gerados em abril, cerca de 96.580 empregos foram na área de serviços. Na indústria, 83 mil empregos. Na construção civil, 40.720 empregos. E a agricultura continua gerando empregos, apesar de todos os problemas que nós enfrentamos na crise. E agora, com o preço das *commodities* em baixa, há um sacrifício enorme para os produtores rurais brasileiros manterem a contratação de mais trabalhadores, mantendo, dessa forma também, o desempenho da agricultura no que se refere à geração de postos de trabalho para os nossos trabalhadores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) - No caso do Paraná, o crescimento no mês de abril foi extraordinário. Segundo o Ministério do Trabalho, foram cerca de 20.500 empregos formais, o que representou um aumento de 159% sobre o saldo de igual mês, ou seja, de abril do ano passado, 7.937. É que também nós tínhamos crise no ano passado, e aí o mercado de trabalho estava deprimido.

Creio, Sr. Presidente, que nós podemos trabalhar este ano com o otimismo de que a economia brasileira

deverá gerar os 2,5 milhões de empregos que foram previstos pelo Ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

E creio também que todos estes segmentos – serviços, indústria, turismo, agricultura, comércio – devem receber do Governo uma atenção especial neste ano, porque este é o ano da retomada. Se nós retomarmos e houver um crescimento na economia acima de 5%, como se prevê, nós poderemos suplantar, inclusive, esse número de postos de trabalho que vem sendo calculado, que vem sendo estimado pelo Ministério do Trabalho, de 2,5 milhões de empregos, porque, meu caro Paulo Paim, o cálculo é mais ou menos assim: para você gerar emprego para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, que são cerca de 1,4 milhão por ano, nós precisamos crescer 3%. A economia crescendo 3% é suficiente para dar resposta a esses que estão ingressando no mercado de trabalho. Acima disso, vamos absorvendo a mão de obra que está ociosa. E o grande trunfo que nós temos hoje são os cursos profissionalizantes, os cursos técnicos.

E, antes de conceder, se o Presidente me permitir, um aparte a V. Ex^a, eu quero dizer que tive uma grande alegria em relatar mais um projeto de V. Ex^a. Eu tenho relatado muitos projetos de V. Ex^a. E esse foi um projeto muito especial para mim, porque eu tive falado lá, no Paraná, que nós temos que trabalhar para criar oportunidades aos jovens. E o projeto de V. Ex^a nada mais é que criar oportunidades para jovens: empresas com mais de 100 trabalhadores devem ser obrigadas - e lá queriam que fosse facultativo, mas eu, como relator não concordei, nem V. Ex^a, como autor; e fizemos bem em não concordar – a oferecer uma bolsa de estudos, num curso profissionalizante, de pelo menos um salário mínimo. Isso, no meu entendimento, vai melhorar ainda mais os índices de emprego, de crescimento no mercado de trabalho, porque o grande trunfo que nós temos hoje é este: profissionalizar os jovens para que eles se encaminhem bem na vida e possam encontrar o seu lugar no mercado de trabalho, com uma remuneração mais justa.

O Presidente me permitiu. e eu dou um aparte a V. Ex^a, com muito gosto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Osmar Dias, de forma muito rápida, quero me somar ao discurso de V. Ex^a quando lembra o excelente trabalho feito pelo Ministro Carlos Lupi, do PDT. Eu não tenho nenhuma dúvida: é um dos melhores Ministros do Governo do Presidente Lula. E esses dados que ele tem divulgado, e V. Ex^a traz à tribuna, mostram que, no Governo Lula, nós geramos 12 milhões de empregos com carteira assinada. Também, com relação ao ensino profissionalizante, fizemos em oito anos mais do que se fez neste País em cem anos. Quanto ao pro-

jeto que V. Ex^a relatou – e foi parceiro na defesa firme da proposta –, eu lhe confesso que é espelhado na minha própria vida, porque, quando eu tirei o Senai, eu ganhava da Vinícola Rio Grandense, em Caxias - porque existia na época uma lei que dizia que um em cada cem empregados tinha que ter uma bolsa de um salário mínimo por mês para que o trabalhador pudesse fazer um curso técnico. V. Ex^a defendeu a proposta e, felizmente, foi aprovada praticamente por unanimidade. Mas nós notamos que o País está muito bem, graças a Deus e ao nosso Governo. O País está muito bem. Já falam num PIB de 8%. Que seja de 7%. Isso já significa que estamos cada vez arrecadando mais. Se estamos arrecadando mais, a Previdência também arrecada mais, e, consequentemente, é hora de acabar com o famigerado fator – eu sei que o PDT tem questão fechada nesse sentido – e garantir os 7,7%. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim e vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo ao Senador Paulo Paim o seguinte: O PT é o Partido do Presidente Lula. V. Ex^a tem lutado aqui para um aumento compatível com as necessidades dos aposentados e para que se coloque fim ao fator previdenciário.

O PT, que é o Partido do Presidente, votou em peso na Câmara dos Deputados para que isto ocorresse: fim do fator previdenciário e aumento dos aposentados em 7,72%.

O PDT é o Partido do trabalhismo. Vai acompanhar o PT e vai votar a favor para que se acabe com o fator previdenciário e para que a gente tenha o aumento de 7,72%, porque está na hora de a gente saber as contas exatamente como são: se dá para pagar ou se não dá para pagar, porque, se não der para pagar de forma decente os aposentados do País, para que serve o Estado?

Então, nós temos que, primeiro, reconhecer que há um crescimento do número de contribuintes à Previdência, e, com isso, a receita vai crescer. Segundo, há um aumento significativo da receita do Estado brasileiro e até dos Estados e dos Municípios, em função do crescimento da economia, que deve chegar a 7%. Não há por que não termos a ousadia de começar a corrigir a injustiça histórica que sofrem os aposentados em nosso País.

Um dia, aqueles que estão recebendo a decisão do Congresso Nacional hoje saberão agradecer a luta que V. Ex^a sempre dedicou a essa causa.

Sr. Presidente, encerro, registrando, mais uma vez, em nome da Bancada do PDT, a nossa satisfação e o nosso reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pelo Ministro Carlos Lupi, do Trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Agradeço e parabenizo a V. Ex^a.

Quero conceder agora a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador César Borges.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. A minha inscrição é após à do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Logo após o Senador César Borges, será V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero inicialmente saudar a todos os Prefeitos municipais, mais de 4 mil, que estão mais uma vez em Brasília, com mais uma marcha do Prefeito, patrocinada pela Confederação Nacional dos Municípios. Quero saudá-los aqui, em nome da Prefeita de Cabaceiras de Paraguaçu, que está aqui entre nós da na tribuna dos visitantes, Romildes Machado, o seu esposo, e Vereadores. Eles estão acompanhando essa luta dos prefeitos dos municípios brasileiros, onde reside a nossa população e vive, há longa data, a passar por vicissitudes, porque, a cada dia que se passa, dão-se mais encargos para os prefeitos e menos recursos para que eles possam enfrentar os problemas.

Então é uma pauta importante. A Emenda nº 29 é um problema que se repete a cada ano. Lamentavelmente, está emperrada; não anda na Câmara dos Deputados. Há também o problema da manutenção dos recursos do Fundo de Participação, que também têm caído, independente dos prefeitos, que nada podem fazer. No momento em que o Governo concede isenções de IPI, cai o Fundo de Participação – e ele não repõe como deveria. Neste ano, o repasse está idêntico ao do ano passado. Ou seja, o ano passado foi um ano reduzido e mantém-se a redução este ano.

E, por fim, a questão do pré-sal, que nós vamos ter que, nesta Casa, debater, fazer uma reforma tributária pelo menos redistribuindo melhor os recursos dessa grande riqueza nacional, que é o pré-sal, que não pode ser apenas – e acho que a consciência nacional indica – recursos dos municípios produtores ou pelo menos dos que estejam defronte do mar, onde se produz a 350 km de distância. É uma riqueza nacional e tem que ser distribuída de forma justa, entre todos os municípios, todos os Estados brasileiros.

Sr. Presidente, então essa saudação é mais do que justa e queremos prestar total apoio e esperar que seja um sucesso completo e que as autoridades fede-

rais, inclusive os candidatos a Presidente da República, possam ouvir com atenção os Prefeitos brasileiros e se comprometer com eles. Em especial falo dos baianos. Tenho notícia de que temos mais do que 300 Prefeitos presentes nessa 14ª Marcha, patrocinada pela Confederação Nacional do Município. Que as autoridades federais possam ouvi-los e assumir compromisso com esses importantes dirigentes de entes federativos.

Às vezes parece que os municípios não fazem parte da Federação, mas a Constituição de 88, Senador Paulo Paim, colocou-os como entes federativos. Tem que ser respeitado como tal pela União e pelos Governos Estaduais. É preciso entender a importância dos municípios brasileiros.

Vou pedir a compreensão de V. Ex^a porque o tema que trago hoje para uma comunicação inadiável tem trazido preocupação ao consumidor baiano e tem sido um tema recorrente na nossa mídia.

A Bahia está vivendo uma grande polêmica. Nas últimas semanas, tem sido noticiado comumente o problema hoje da Coelba, que é a distribuidora de energia no Estado da Bahia.

E eu diria aqui, a exemplo do que disse ao Senador Mário Couto, que eu não posso me omitir sobre esse assunto, porque é a comunidade baiana que está sofrendo. Essa concessionária está tentando explicar, mas há uma investigação sobre o que está acontecendo, porque mais de treze mil pessoas registraram reclamação com o aumento inusitado das suas contas públicas.

As investigações estão sendo realizadas pelo Ministério Público, pela defensoria pública, pelo PROCON e pela Aneel, cujos técnicos saíram de Brasília e foram a Salvador para colher informações e realizar investigações.

O Jornal *A Tarde*, de hoje, registra “Aneel diz ter prazo de até 45 dias para divulgar cobrança de contas.” E na reportagem vai adiante: “enquanto agência conclui relatório, os consumidores reclamam da Coelba.”

Na semana passada, outra reportagem do mesmo jornal. “Procon dá 20 dias para a Coelba prestar esclarecimentos.”

A *Tribuna da Bahia* também noticiou na semana passada: “Procon-Ba notifica empresa e quer explicação detalhada”.

O Procon e outros órgãos públicos de defesa do consumidor e de fiscalização ainda não acabaram a apuração.

Então, é importante que, durante esse período, o direito dos consumidores seja respeitado e que não haja corte de fornecimento de energia elétrica contra os consumidores que sofreram drástico aumento em sua contas, superiores, Sr. Presidente, às vezes, a 100%.

Essa debate trouxe à luz um assunto que, sem sombra de dúvida, está na base da polêmica: a falta de fiscalização sobre as bases da Coelba, que é a concessionária de energia da Bahia. Peço a V. Ex^a mais um prazo de uns dois ou três minutos para concluir meu pronunciamento. E por que isso acontece? Porque a agência reguladora criada na Bahia, que se chama Agerba – Agência de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações – está, lamentavelmente, em crise. Ela foi esvaziada, ela está politizada no atual Governo.

Hoje, os consumidores baianos estão desprotegidos. Por isso, técnicos da Aneel precisaram ir a Salvador fiscalizar a Coelba e dar uma resposta para as dúvidas dos consumidores baianos. O pior, Srs. Presidente, é que ninguém na Bahia sabia disso, porque faz muitos anos que a Agerba tinha convênio com a Aneel, mas esse convênio foi suspenso, e a Agerba não está mais autorizada a fiscalizar a concessionária. Foi no meu Governo, que conclui em 2002, que foi assinado esse convênio e, no meu Governo, a Agerba, que foi criada nesse período também, imprimiu uma gestão completamente profissional no órgão.

A gestão foi tão profissional que o Diretor-Geral da época da Agerba, José Luís Lima de Oliveira, está hoje em São Paulo como Diretor da Agência equivalente a que é a agência reguladora da Bahia. Ele está na agência reguladora do Estado de São Paulo, como Diretor-Geral, reconhecendo-se os méritos da sua capacidade técnica e profissional à frente da Agerba.

O importante é destacar que uma agência reguladora forte está diretamente ligada à defesa do consumidor: é a qualidade do serviço, é a cobrança de tarifa justa, é a fiscalização de serviços públicos. A verdade é que a Bahia é hoje o único Estado do Brasil que não está a fiscalizar os serviços de energia elétrica. E a consequência disso é diretamente negativa para a população e para o direito do consumidor. No final de abril, já por conta dessa questão das contas elétricas na Bahia, a Aneel divulgou uma nota pública explicando por que cancelaram o convênio de fiscalização que era feito pela agência reguladora baiana.

O que quer a Aneel? Diz a nota pública da agência federal:

A Aneel solicitou ao Governo que servidores públicos fossem contratados, o que obrigaria o Estado a realizar concurso público. Como as exigências não foram cumpridas, o convênio foi cancelado e somente poderá ser restabelecido com as adequações.

Essa foi a nota pública da Agência Federal. Simples assim, Sr. Presidente.

Apenas a profissionalização da agência e a sua despolitização. Entretanto, mesmo com todos os avisos prévios que foram dados ao Governo estadual, nenhuma providência foi tomada até que, em junho de 2008, o convênio foi encerrado.

Um ex-Secretário da Infraestrutura que pertencia ao PMDB e que deixou o Governo como reação do Partido à falta de resultados da atual administração estadual, comprovou que havia enviado um projeto de reestruturação da agência desde junho de 2008 para avaliação do Governo por meio da Secretaria da Casa Civil.

Apesar do projeto pronto, apesar da urgência, apesar da suspensão da fiscalização sobre a Coelba, nada foi feito até hoje, e o projeto de lei que iria modernizar e abrir concurso para a Agerba, lamentavelmente, está dormindo nas gavetas.

Sr. Presidente, quando implantei a Agerba no meu Governo, a agência tinha em funcionamento um *call center* para atendimento ao consumidor, com um número 0800, que atendia qualquer ponto do Estado. A Agerba tinha uma equipe de 180 funcionários, dos quais 72 concursados, especialmente treinados para atuar como agentes e técnicos em regulação.

Firmei também convênios de cooperação com a Universidade de Campinas e com a Universidade Federal da Bahia para capacitar essa equipe. Havia 16 postos de atendimento.

Infelizmente, lamento que isso, hoje, não esteja em funcionamento, esteja desativado. O 0800 foi desativado, as fiscalizações acabaram. E fico a me perguntar: por que prejudicar a defesa do consumidor? Por que desmantelar a fiscalização feita sobre empresas concessionárias? Por quê? Para deixar que elas atuem livremente contra o interesse do consumidor baiano? Ou será que estão acabando com a Agerba por preconceito político, porque a agência foi implantada lá atrás, no meu Governo, assim como deixam hoje, lamentavelmente, o Pelourinho acabar, sem a recuperação de um patrimônio arquitetônico e cultural do País inteiro e da humanidade, por má vontade, talvez, de manter legados de governos passados?

São essas as perguntas, Sr. Presidente, que deixo, agradecendo a compreensão e a tolerância de V. Ex^a pelo tempo que foi concedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador César Borges.

Quero anunciar a palavra do próximo orador inscrito, Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto o Senador Papaléo chega à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa um requerimento propondo voto de pesar a um grande amigo que faleceu nessa madrugada, no Paraná, vítima de acidente automobilístico.

Trata-se de Anísio Tormena, uma figura popular no Estado, um líder, um representante classista de muita eficiência e abrangência, inclusive nacional, porque lidera o setor sucroalcooleiro do Paraná com participação ativa nos embates nacionais nessa área importante da nossa economia, que vem alcançando grande avanço.

Ele presidiu a Associação de Produtores de Bio-energia do Estado do Paraná (Alcopar) durante vários anos, acumulando esse cargo com a Presidência do Sindicato dos Produtores de Álcool do Paraná, do Sindicato dos Produtores de Açúcar do Paraná e do Sindicato dos Produtores de Bioenergia do Paraná. Era Diretor também da Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana, no Paraná. Foi conduzido ao cargo de Coordenador do Fórum Nacional Bioenergético, que congrega 19 Estados produtores de Álcool.

Com militância política, sempre estivemos juntos politicamente. Fui Governador num tempo em que Anísio Tormena administrava seu Município de Paraíso do Norte, no noroeste do Paraná. Ele chegou com sua família na década de 50 ao nosso Estado e formou-se em História, mas fez uma opção pela atividade agrícola, exercitando também a atividade política durante um bom tempo, com larga influência, especialmente na sua região.

Perco um grande amigo, e o Paraná perde uma liderança. Os nossos sentimentos e a solidariedade irrestrita à sua família e a seus amigos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, a Mesa recebeu o requerimento de V. Ex^a e dará encaminhamento, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 517, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido na madrugada de hoje, no interior do Paraná, do empresário Anísio Tormena, destacada liderança da indústria sucroalcooleira.

Justificação

O Paraná e o Brasil perderam, na madrugada de hoje, uma das mais destacadas lideranças nacionais do setor sucroalcooleiro, que era o empresário paranaense Anísio Tormena. Aos 67 anos de idade, Tormena morreu em acidente rodoviário quando se deslocava da cidade onde vivia – Paraíso do Norte – para Maringá, onde embarcaria num vôo para Brasília.

A liderança que Anísio Tormena exercia era de tal maneira reconhecido que ele vinha, há cerca de dez anos, sendo sistematicamente reconduzido à presidência da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR). Ele acumulava aquele cargo com a presidência do Sindicato dos Produtores de Álcool do Paraná, do Sindicato dos Produtores de Açúcar do Paraná e do Sindicato dos Produtores de Bioenergia do Paraná.

Tormene também era diretor da COOPCANA – Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana que ele mesmo fundou, assim que optou por aquela atividade produtiva em Paraíso do Norte e o reconhecimento que ele conquistou no setor, nacionalmente, também o levou ao cargo de coordenador do Fórum Nacional Bioenergético, que congrega 19 estados produtores de álcool. Anísio Tormena também foi um exemplo digno de aplausos, de superação e empreendedorismo. Filho de uma família que se mudou do interior de São Paulo para o Norte do Paraná, no início dos anos 50, para trabalhar em lavoura de café, ele formou-se em História, mas optou pela atividade rural. Foi quando começou a revelar sua vocação empreendedora, ao criar em 1982, a cooperativa dos produtores de cana, que implantou e de cuja direção participava até hoje.

Anísio Tormena deixa viúva e quatro filhos. É uma grande lacuna na liderança do setor sucroalcooleiro, que ele exercia com inegável talento e competência. Por tudo isso, estou certo de que ele se faz merecedor desta homenagem por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2010. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Portanto, concedo a palavra, agora, ao Senador Papaléo Paes, como já tinha sido anunciado, do PSDB do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr's Senadoras, Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, que tem tudo a ver com nossos prefeitos, quero fazer uma saudação a todos os aposentados do Brasil e a seus representantes aqui presentes (*Palmas*).

E quero dizer que realmente estamos lutando e esperando que façamos logo justiça aqui nesta Casa. Acredito que não vá haver problema nenhum, porque aprovamos, por unanimidade, a proposta, antes de ir à Câmara. Então, não há por que demorarmos a votar nesta Casa. É um dos projetos que temos que aprovar imediatamente.

Outro é a questão do Ficha Limpa, do qual tive oportunidade de falar ontem, Senador Paim, Senador Alvaro Dias. Nós temos que realmente não permitir qualquer tipo de protelação para não atrasarmos a aprovação desse projeto.

E, logicamente, vou falar hoje sobre os prefeitos, os nossos queridos prefeitos – e falo assim porque já fui prefeito e sei como é duro ser prefeito neste País. Mas, antes, eu vou conceder um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo, eu quero cumprimentá-lo pela introdução do seu pronunciamento, porque abordou, sinteticamente, dois assuntos fundamentais com exigência de resposta imediata por parte do Senado Federal. (*Palmas*.) Um deles, o dos aposentados, eu acho que é inevitável essa discussão. Eu poderia dizer a V. Ex^a aquilo que é o óbvio. Quando há vontade política, nós superamos todos os obstáculos e votamos rapidamente. Quando o Governo tem interesse em determinada matéria, aqui há quebra de interstício, o Regimento é atropelado, prevalece sempre o acordo de liderança. Quando há compreensão da Oposição em relação ao Governo, há o atropelamento do Regimento – nisso temos precedentes – e, imediatamente, aprovamos matérias que digam respeito ao interesse público. Portanto, neste caso dos aposentados e do “ficha limpa”, temos a oportunidade, se houver boa vontade, manifestação de vontade política do Governo, de liquidar isso rapidamente, resolvendo os problemas que existem em relação ao projeto dos aposentados, solucionando esses problemas e aprovando. Em relação ao “ficha limpa”, da mesma forma. Podemos, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, deliberar, aprovar o projeto e aprovar o regime de urgência. E encaminhar imediatamente ao plenário do Senado Federal. Alguém poderá argumentar “mas é antirregimental”. Temos precedentes. Há jurisprudência firmada nesta Casa. Com acordo de lideranças, isso é possível. O projeto tem que vir imediatamente para o plenário e temos que aprová-lo. Trata-se de um projeto de iniciativa popular. É um fato,

eu diria, inédito. Nós não temos a repetição desse fato. É um fato que gerou uma enorme expectativa, mobilizou entidades da sociedade civil. É um projeto que promoveu o debate e que exige agora uma resposta do Senado Federal a essa aspiração coletiva da sociedade, que é um passo adiante no caminho da moralização do processo eleitoral no Brasil. Não é ainda suficiente, mas é seguramente um passo importante adiante e temos que deliberar rapidamente para que se discuta depois a vigência da lei. A meu ver, ela pode vigorar para essa eleição. Há aqueles que entendem diferente, mas que se debata isso depois. Aprovemos em regime de urgência exatamente para que possa ter tempo de vigorar para a eleição de 2010. Isso é o mais importante, é nosso dever. Temos que dar essa resposta. Retardar é afrontar uma aspiração legítima do povo brasileiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Alvaro, ontem tivemos oportunidade de discutir aqui, até com mais tempo. Estavam presentes o Senador Roberto Cavalcanti e outros Senadores, o Senador Geraldo Mesquita, e discutimos. Infelizmente, não tínhamos outras discussões nem outros companheiros Senadores para discutir, mas o certo é o seguinte: temos que falar nesta tribuna de uma maneira clara, com o coração da gente, com toda a honestidade que se tenha na nossa consciência, para saber que não precisamos só aprovar o “ficha limpa” imediatamente. Temos que lutar com todas as armas possíveis que este Parlamento possui para que façamos viger este ano porque não altera nenhuma regra eleitoral. O que é que vai alterar? Não deixar um “ficha suja” ser candidato vai alterar alguma regra?

Quer dizer que antigamente podia? Qualquer um podia se esconder de um crime atrás de um mandato? Não. Não altera regra nenhuma. Então, temos que aprovar e fazer viger este ano, senão vamos ser analisados, pelo povo que nos assiste, como se estivéssemos fazendo jogo de cena. Jamais eu usaria esta tribuna para fazer qualquer tipo de insinuação hipócrita para salvar, vamos dizer, politicamente a minha pele e deixar de solicitar a todas as lideranças dos partidos políticos nesta Casa que, por exemplo, hoje, cada um dê o seu depoimento aqui assumindo o compromisso de aprovar já e, principalmente, fazer com que possamos ter este ano essa regra já incorporada na análise dos pré-candidatos.

Senadora Rosalba.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Mozarildo, V. Ex^a, com muita sinceridade, muita competência...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É o Presidente.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Desculpe-me, o Presidente é o Senador Mozarildo. Ambos são médicos, têm sempre muita competência, muito equilíbrio, muita responsabilidade, na defesa dos interesses maiores da Nação. Senador Papaléo, V. Ex^a traz a questão e, na realidade, sabemos que não é mérito, é obrigação do político ter ficha limpa, mas, infelizmente, muitos não cumpriram o dever, e a população se pronunciou. Pronunciou-se, trazendo o projeto com mais de um milhão de assinaturas para o Congresso Nacional. Então, o que temos que fazer, mais do que nunca, é obedecer a essa decisão que já vem do povo, soberana, e agilizar sim. Concordo plenamente com o senhor, Senador Papaléo. Nós temos que agilizar, votar logo, para valer ainda nesta eleição. E também não podemos esquecer que temos a medida provisória dos aposentados. (*Palmas nas galerias.*) E essa medida provisória é anterior, vem na frente do Ficha Limpa. Então, precisamos de agilidade. Tenho certeza, convicção da posição do meu Partido em defesa da MP dos aposentados; posição minha, pessoal, que já externei aqui por diversas vezes, naquelas vigílias, nos movimentos que fazemos na defesa intransigente do reconhecimento aos trabalhadores que estão aposentados e que estão passando por muitas necessidades. Temos que fazer valer, sim, a queda do fator previdenciário, fazer valer o reajuste de acordo com os percentuais que são dados àqueles que recebem salário mínimo. Então, chegou a hora. Não podemos deixar para depois. Existe aquele ditado: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Temos que fazer essa hora, temos que fazer acontecer algo que é justo para os aposentados e também fazer justiça ao direito que tem o cidadão de escolher como seus representantes pessoas que realmente tenham, durante toda a vida, uma postura íntegra, para bem representá-lo, para que possam cuidar dos recursos que são do povo, para que possam merecer realmente o pagamento, porque nós somos funcionários do povo, quem nos paga é a população brasileira por meio dos seus impostos. Então, nada mais justo do que o Ficha Limpa ser votado em regime de urgência. Mas há um trâmite que V. Ex^a sabe muito bem: para o Ficha Limpa ser votado temos aí o pré-sal, que está no meio. Quero dizer que, também na questão do pré-sal, não abrirei mão de que seja votada a distribuição dos *royalties* – que o Governo pode querer deixar para depois, alegando que estamos em época de eleição – para que os Municípios, que estão sofrendo uma crise que ainda não acabou – este ano muitos estão dizendo que está pior do que o ano passado –, possam receber, justamente, esses *royalties*, que virão para aliviar um pouco tantas dificuldades que eles estão tendo. Então, são três pontos de que

não abrirei mão: os aposentados, o Ficha Limpa e a redistribuição dos *royalties* para todos os Municípios brasileiros. Essas são questões em que espero sensibilizar a todos para que possamos estar unidos nessa luta, porque todas são justas e vêm para beneficiar o povo brasileiro e para dignificar mais ainda o povo no sentido de que os seus representantes realmente tenham a ficha limpa.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. V. Ex^a colabora exatamente com esse tema de uma maneira bastante clara, e é assim que esperamos que esta Casa sempre se posicione.

Senador Paulo Paim, por favor.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, eu queria, primeiro, cumprimentar V. Ex^a, que, de forma muito tranquila, mostra que esta Casa tem a obrigação de votar o que já votou. Votou o fim do fator e votou o reajuste dos aposentados, inclusive mais avançado do que voltou da Câmara. (*Palmas nas galerias*.) Não há por que não votar. Senador, estão dizendo que há um erro de redação. Ora, se o art. 1º da 475 diz que o reajuste é 7,72%, consequentemente, o teto vai ter de acompanhar os 7,72%.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Claro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E a tabela daqueles que se aposentaram ao longo do ano também. É uma emenda de redação. Nós já fizemos isso diversas vezes aqui no Senado. Não há motivo nenhum de quererem dizer que é um erro técnico e fazer uma emenda de mérito para retornar para a Câmara dos Deputados. Temos de fazer a emenda de redação e remeter para a sanção do Presidente da República. (*Palmas nas galerias*.) Não há motivo nenhum para essa matéria voltar para a Câmara dos Deputados. Senador Papaléo, quero concordar com V. Ex^a, também, na questão do Ficha Limpa. Quando esta Casa quer, vota MP, vota emenda constitucional em uma noite.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Faz cinco sessões, seis em um dia só.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Faz cinco sessões em uma noite. Rompem-se todos os interstícios se há vontade política. Temos de submeter essa decisão ao Plenário. Nós temos de votar, sim! Votar a MP do mínimo, votar a dos aposentados, votar o Ficha Limpa e votar o pré-sal. Podemos votar tudo isso em uma noite, se houver vontade política. Agora, se houver vontade de enrolar e não aprovar nada, daí se criam mil obstáculos. Estou no Congresso, Senador Papaléo – permita-me, com a tolerância do Presidente, que eu sei que vai ser tolerante –, há 24 anos e já vi de tudo aqui, na Câmara e no Senado, quando a vontade política existe. Espero que haja vontade polí-

tica para votar a MP dos aposentados, garantindo os 7,72% e também o fim do fator previdenciário. Se houver essa vontade, vota-se ainda hoje. Não é preciso nem esperar para amanhã. Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas nas galerias*.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Paim, que realmente é um homem que representa o seu Estado aqui neste Senado. Logicamente V. Ex^a tem o respeito de todos nós pela experiência que tem ao lidar com o tema trabalhador.

A questão dos aposentados, para mim, é um fato consumado. Será uma grande vergonha para todos nós encontrarem uma vírgula fora do lugar e mandarem esse projeto de volta à Câmara. Isso será altamente decepcionante para mim, que estou nesta Casa há sete anos e alguns meses.

Já vi que, quando há interesse, principalmente do Governo, em votar matérias que acha relevantes, mandam para cá, e matérias que deveriam ser votadas em cinco sessões são votadas no mesmo dia. Faz-se uma sessão, encerra; um minuto depois, começa outra, encerra; um minuto depois, outra, até alcançar o Regimento. Então nós não podemos deixar esse assunto ir passando sem a nossa observação.

(*Interrupção do som*.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não adianta dizer que os Líderes ou, sei lá, os mais antigos são melhores que nós, porque ninguém aqui é melhor que ninguém. Nós temos os mesmos direitos, os mesmos deveres, as mesmas obrigações, inclusive a obrigação de estarmos os 52 não só registrados no painel, mas estarmos presentes, porque hoje é dia de uma grande discussão. E essa discussão é a aprovação do reajuste dos aposentados aqui, nesta Casa. (*Palmas*.)

E não deixar esconder a questão da aprovação do Ficha Limpa. Lamento profundamente. Ouvi do Governo, por meio do seu Líder aqui, nesta Casa: “Bem, o Governo tem os seus projetos de grande interesse, projetos que são os que interessam a ele. O Ficha Limpa veio do povo.” Ora essa. Não esqueçamos nenhum de nós que o povo está aqui representado por nós. Nós somos representantes do povo. Nós não somos representantes de nós mesmos. Somos do povo. Então, temos um projeto assinado por mais de 1,6 milhão de pessoas, e agora já subscrito por mais de 4 milhões, o que é mais importante do que isso? É esse projeto ou é um projeto que o Governo manda para cá, programado no escritório, entre quatro paredes e tal? Não. Nós queremos que o projeto do povo seja aprovado aqui. Já foi aprovado na Câmara, onde eu achava que seria mais difícil. E agora protelar aqui no

Senado? Não há desculpa nenhuma. Aposentados, sim. Ficha Limpa, sim. Pré-sal, sim, mas os dois na frente do pré-sal. (*Palmas.*)

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Papaléo, V. Ex^a sempre foi um Senador que lutou pela saúde, defende a saúde como nós que somos médicos, mas hoje V. Ex^a é um Senador da justiça. Os dois temas que V. Ex^a está abordando se referem principalmente à questão de justiça. O primeiro, justiça com os homens que construíram esta Nação, com as pessoas que construíram esta Nação, que são os aposentados. O segundo, também de justiça, mas num sentido totalmente oposto, justiça com as pessoas que estão destruindo a Nação, que são os fichas-sujas. Parabéns a V. Ex^a por trazer esses dois temas aqui nesta hora.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Augusto. V. Ex^a definiu em poucas palavras, V. Ex^a foi extremamente feliz. Parabéns pelas suas colocações que são realmente de enriquecer o meu pronunciamento. Muito obrigado.

Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Sr. Presidente, vou tentar ser bastante sintético nessa abordagem. Quero registrar a presença do nosso querido Senador Wellington Salgado que nos honra com a sua presença aqui no plenário. Wellington Salgado é uma pessoa muito bem-vinda a esta Casa e marcou realmente presença de forma muito competente. Segundo, voltar àquele debate que travamos ontem, no sentido de que não se cometa uma fraude perante a opinião pública, não se aprove um projeto sabendo que ele não vai ser implantado este ano. O Projeto Ficha Limpa tem grandes problemas de ordem técnica, no sentido de se fazer valer já nas próximas eleições. Assisto a determinadas Lideranças dizerem: “Vamos aprovar, depois nós vamos discutir se vai valer ou não vai valer para a próxima eleição”. Eu acho isso de uma extrema irresponsabilidade. Então, acho que nós não podemos enganar a opinião pública. E se formos votar, como deveremos votar, eu sou um dos apologistas e votarei a favor desse projeto. Mas, na verdade, que se tenha um embasamento jurídico que dê a tranquilidade e a certeza, principalmente para a opinião pública, de que não estamos cometendo um engodo, fazendo aqui toda uma fantasia dizendo que vamos votar, vamos votar, sendo que se vota e depois não vale para as próximas eleições. Só adianta votar isso se realmente tivermos a certeza jurídica de que vai valer para essas próximas eleições; caso contrário, estamos cometendo uma fraude perante a opinião pú-

blica. Estamos nos enganando a nós próprios. Então, era exatamente sobre esse tema que V. Ex^a, ontem, tão brilhantemente expôs. Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. Realmente, a preocupação de V. Ex^a condiz com uma realidade que nós temos que enfrentar. É exatamente aprovar e fazer viger, este ano, esse projeto, já que nós estamos nos abstendo de qualquer tipo de alteração, para não fazer voltar para a Câmara, para ser aprovado logo. E o objetivo dessa aprovação é exatamente fazermos, neste ano, com que já tenhamos esse pré-requisito para as eleições.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, dizer que outro assunto que trouxe para discutir seria a questão das Prefeituras, dos Prefeitos que fazem a 13ª Marcha em Defesa dos Municípios hoje, mas que eles entendam que ficam simbolizadas as minhas palavras destinadas a todos os Prefeitos na discussão que tivemos sobre a aprovação da medida provisória do projeto dos aposentados e aprovação do Ficha Limpa. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero também fazer uma referência ao nosso querido Senador Wellington Salgado. Caro Senador, meus respeitos. Seja bem-vindo sempre a esta Casa e muito obrigado pela sua presença.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a anunciar a fala do próximo orador, eu queria comunicar à Casa, com muito pesar, o falecimento do Sr. Arnóbio Marques de Almeida. Ele é pai do Governador do Acre, Arnóbio Marques, e que faleceu nesta madrugada, em Rio Branco. Durante toda a madrugada e manhã, o corpo foi velado na sede da Sborba, e o sepultamento deverá ocorrer na tarde de hoje, em Rio Branco.

Estou aqui, por intermédio de um requerimento, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnóbio Marques de Almeida, um cidadão que chegou ao Acre, em 1942, juntamente com um grupo de formandos da Escola Técnica de Areias. Ele passou algum tempo no

Acre e, posteriormente, retornou ao Nordeste, tendo vivido em Pernambuco e na Paraíba.

Morou também em São Paulo, ocasião em que nasceu o atual Governador do Estado, Binho Marques. E, depois de 20 anos fora do Acre, retornou. Infelizmente, faleceu nesta madrugada, deixando viúva a Profª Clélia Fecuri, os filhos Binho Marques, Tony, Márcia, Marta e Mirtes.

Peço que a Mesa receba o requerimento, na forma regimental.

Era o que eu tinha a comunicar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, a Mesa recebeu o requerimento de V. Exª e dará encaminhamento na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 518, DE 2010

Nos termos do art. 218, do Regimento Interno, requeiro voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arnóbio Marques de Almeida, pai do Governador do Acre, Arnóbio Marques ocorrido nesta madrugada, 18 de maio, em Rio Branco, Acre.

Requeiro, ainda, que este voto de pesar seja levado a toda a sua família.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2010. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, como Líder, por cinco minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito também para registrar a presença da Deputada Rita Camata, Liderança capixaba e feminina do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o PCdoB, na questão do Ficha Limpa, não tem problema, porque seus candidatos já são ficha limpa. Então, não tem muita dificuldade em votar este projeto. Votamos unanimemente na Câmara e não posso dizer unanimemente no Senado porque, infelizmente, o PCdoB só tem um Senador. Então, o seu Senador votará este projeto com a tranquilidade de uma boa discussão na nossa Bancada, de que não temos nenhum empecilho, nenhum problema. Quanto mais rigor na escolha dos candidatos pelos partidos, melhor para os Municípios, Estados e para o nosso País.

Em relação aos aposentados, temos que ter tranquilidade, paciência e disposição, que têm sido apresentadas, aqui no plenário, pelo ex-Deputado e

Senador Paulo Paim. Essa é a característica. Temos paciência, tranquilidade e vamos ganhar essa parada. Nós não vamos perder essa parada, nós vamos ganhá-la. (*Palmas*)

Da mesma forma votamos, na Câmara, os nossos 12 Deputados. Aqui, o Senador do PCdoB votará com a proposta de recompor os salários dos aposentados, não só porque são os aposentados, mas principalmente porque é uma questão de justiça com esses trabalhadores que se dedicaram ao nosso País. E mais: esses recursos ficam no Brasil. Quando você aumenta os juros, uma boa parte dos que têm títulos do Governo, que são corrigidos pela Taxa Selic, esses recursos estão do exterior, esses títulos estão nas mãos de bancos e de investidores estrangeiros, que especulam com os títulos brasileiros. Então, eles ficam ganhando lá fora fábulas, montanhas de dinheiro; montanhas as quais não conseguimos enxergar o seu topo. O dinheiro dos aposentados, majoritariamente, fica aqui. Majoritariamente.

É um dinheiro usado para fortalecer a indústria farmacêutica, os exames, principalmente. Então, sinceramente, não há o que discutir sobre este ponto de vista: os recursos ficam no Brasil. O máximo que o aposentado, com esse dinheiro, pode passear é no seu Município, no seu Estado, sair de São Paulo para visitar o Ceará, ou para visitar o Acre, ou para visitar Rondônia, ou para ir ao Rio Grande do Sul, Roraima etc. Ele não vai gastar esse dinheiro comprando dólar para ir ao exterior. Normalmente, um ou outro o fará por outros meios, não com esse dinheiro da aposentadoria. Por isso, fiquemos tranquilos em relação a essas questões.

Ainda temos o fator previdenciário, que é uma batalha conjunta. Vamos examinar a quantidade de força que temos acumulada para ver se dá para levar tudo. Mas uma coisa é fato: a correção nós vamos levar de qualquer jeito.

Mas o assunto do qual eu quero tratar, Sr. Presidente, está associado a este debate: as condições em que se encontra o Brasil hoje, ou seja, as condições especialíssimas.

No Brasil, hoje, podemos falar em recompor salários de aposentados ou salário mínimo, que era uma migalha e que agora compra alguma coisa de fato. Podemos falar, porque nós acertamos um passo. O Brasil acertou o passo e acertou o passo com o trabalhador. E foi exatamente um trabalhador, um operário, que acertou o passo do Brasil. O Brasil estava sendo desmontado: o serviço público, o aposentado, o operário, nada disso tinha valor. Agora tem. Tem valor porque tem emprego. Este mês, mais um recorde de geração de empregos no Brasil, e devemos chegar, só este ano, a 2,5 milhões

de empregados com carteira assinada. É, no mínimo, um salário mínimo. Isso é um êxito importante para o Brasil, porque o País está se desenvolvendo; as nossas regiões estão se desenvolvendo. Começa a haver um projeto mínimo de Brasil, um projeto nacional, um projeto de conjunto da nossa Nação.

(*Interrupção do som.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, mais uns dez minutos e liquido essa fatura.

Sr. Presidente, diziam que o estaleiro em Pernambuco era um estaleiro virtual, que de lá não saía nada, que ali não se produziria nada. E João Cândido está no mar, novamente. O bravo marinheiro voltou para o mar, um navio com 274,5 metros de comprimento, um dos maiores construídos no Brasil. E só daquele tipo vamos construir 49 embarcações. Recompõe-se a indústria naval, que tinha sido liquidada, tinha sido acabada com o tal do neoliberalismo e com a ideia de que o Estado, ineficaz e incapaz, não devia se meter em nada. Resultado: retomamos a indústria naval.

Aliás, retomamos vários outros setores da economia brasileira, vários outros programas de grande significado. Cito a indústria naval para simbolizar o curso vitorioso que nós estamos vivendo na atual quadra, meu caro Senador Wellington Salgado, V. Ex^a que acompanhou toda essa trajetória desses últimos anos, olhando de Minas Gerais. E eu imagino se Minas Gerais vai deixar de votar numa presidente para votar num vice.

Mineiro olha assim e diz: “Eu quero votar em presidente”. Vai votar em vice, não é verdade? Penso mais ou menos assim.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu nem sou mineira e penso assim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A Senadora Ideli, que não é mineira, acha que deve ser assim. Imagina...

Então, cito a indústria naval como um simbolismo, para a gente não enxergar só o nosso umbigo, senão a gente fica olhando só para nós, só para o nosso interesse, só para a nossa questão mais imediata, e não olha o Brasil. Pois um operário olhou o Brasil no conjunto das necessidades da nossa Nação. Cito isso como exemplo.

E é por essa razão que o Presidente Lula tem um firme pé no Brasil e pode, com o outro, caminhar pelo mundo afora e começar a dar opinião onde muitos consideram que ele não deve dar opinião, nem o Brasil deve dar opinião, porque ali é lugar dos outros. Só quem pode dar opinião sobre determinadas questões é o Império. Só o Império pode falar. Mas aparecem

outros na cena internacional, e aparece uma figura como Lula, que vai ao Irã.

E olha o esforço midiático que foi feito nessa última semana. Todas as grandes revistas dos figurões brasileiros e seus articulistas montaram as matérias dizendo: “Não vai dar certo. A visita do Lula ao Irã vai ser um fracasso. O Brasil não tinha que se meter nisso. Devia ter caído fora disso. Isso não é para o Brasil. Isso é para os americanos, para os franceses, para os ingleses, gente fina, gente sabida, instruída. O Brasil não tem que se meter”. Esse foi o tom das revistas que foram publicadas e que circularam.

As revistas, felizmente, fracassaram. Prenunciase a possibilidade de um acordo, chancelado pelo Presidente do Brasil e da Turquia, que é uma grande nação e já foi Império também. Talvez ela tenha direito, porque já foi Império. Pode ser que os turco-otomanos tenham direito e que o Brasil não tivesse. Mas agora tem: Lula entrou e abriu o caminho de debate e negociação na cena internacional. Olha, o que isso dá de inveja em alguns poucos...! Os verdadeiros brasileiros que têm consciência e sabem da importância do Brasil estão aplaudindo.

(*Interrupção do som.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou concluir, Sr. Presidente, de uma vez por todas.

Estão aplaudindo, porque sabem que é importante uma Nação continental, grande, forte, com grandes perspectivas para seu povo dar opinião sobre o mundo e dizer para o mundo: nós, sim, queremos a paz. Não queremos tomar o território do Iraque e seu petróleo. Não queremos tomar o petróleo do Irã. Não queremos desestabilizar as civilizações A, B, C ou D. Queremos a paz, porque a paz interessa ao progresso, ajuda o desenvolvimento do Brasil, da América Latina e do mundo; garante dias melhores para o conjunto da população e não apenas para meia dúzia de cidadãos.

Por isso, Sr. Presidente, quero reafirmar esta opinião de que estamos construindo em conjunto com a base do Governo no Congresso Nacional e na cena política brasileira. Vamos manter esse caminho. Vamos, sim, alargar mais essa estrada de desenvolver o Brasil, que, desenvolvido, terá condições de ajudar a América do Sul e a América Latina e dar opinião sobre o mundo.

Acho que é esse o caminho, sem perder de vista as nossas questões particulares.

Eu e Paim estivemos hoje no encontro promovido pelo Fórum Sindical, 2º Encontro. Lá, nós defendemos uma questão difícil, Paim, de ser defendida. Tem gente que defende umas coisas, mas quando chega na

questão central começa a ratear, que é a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas.

É um projeto de minha autoria e desse companheiro que está aqui, o Paulo Paim. Está tramitando na Câmara, está para ser votado. Vamos votar! Nós topamos. Não quero nem saber qual vai ser o resultado. Eu topo votar, de qualquer jeito. É aqui. Reduzir a jornada de trabalho, para que mais pessoas possam trabalhar. Mais e melhor. Essa questão é mais difícil, porque essa bate aqui *tête-à-tête*. Reduzir a jornada de trabalho é estratégico para o futuro do nosso País e do mundo. Nós devemos nos equalizar aqui.

Mas é mais difícil, porque parece que aqui se confrontam mais o capital e o trabalho, e muita gente corre, com medo. Muita gente tem medo, muita gente receia, muita gente gosta das coisas nas quais você pode, aqui e acolá, levantar um aspecto mais demagógico, fazer uma onda. Mas aqui não tem como fazer onda. Redução da jornada de trabalho! Entendeu? Aqui é o enfrentamento mais aguçado, para distribuir a riqueza produzida com os ganhos de produtividade.

Quando surgiu a máquina a vapor, os trabalhadores pensaram em quebrar as máquinas. Mas ao raciocinarem melhor, disseram: reduzir a jornada de trabalho. E conseguiram reduzir a jornada de trabalho e impedir o trabalho das crianças de cinco anos de idade e impor o trabalho aos 15 anos de idade.

Hoje ainda se fala no Brasil de trabalho aos 16 anos, de 17 anos, quando a produtividade, as máquinas, o engenho, a ciência e a tecnologia já disseram para nós que podíamos trabalhar menos e gozar mais a vida, que podemos sair da pré-história da humanidade e entrar efetivamente na história com a redução da jornada de trabalho.

É uma bandeira para a qual peço o apoio de todos da Casa, para que os Srs. Senadores se posicionem e peçam ao Presidente Michel Temer que ponha em votação lá na Câmara. Vamos ter coragem nessa questão da redução...

(*Interrupção do som.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Essa fala, já era bandeira do movimento sindical em 1988, quando o Centrão se uniu e derrotou as 40 horas. Não pode ser agora novamente. Não é mais possível, com os ganhos, com a Internet, com alta tecnologia, com banda curta, banda larga, banda de todo jeito que obriga você a trabalhar inclusive em casa. Você deixa o trabalho na fábrica, chega em casa e ainda tem encomenda pelo computador para você continuar trabalhando em casa.

Então, é hora de uma redução maior e contínua, permanente, da jornada de trabalho.

Então, senhores aposentados que aqui estão acompanhando esta sessão, senhores ficha limpa que estão acompanhando esta sessão, a posição do nosso Partido, o PCdoB, é de apoio à ficha limpa, é de apoio aos aposentados e de apoio ao projeto do Senador Geraldo Mesquita, das contas limpas também.

(*Interrupção do som.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Nós íamos associando tudo isso, Sr. Presidente, porque ajuda o nosso País, melhora a gestão pública na Nação brasileira e tem que ser, sim, uma bandeira de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Agradeço a V. Ex^a. Peço para que compareça à tribuna, como inscrito, o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, já há alguns anos nosso País tem avançado na superação daqueles que são, talvez, seus mais graves problemas: a grande concentração de renda e os elevados índices de pobreza e miséria que atingem nossa população.

A crise econômica internacional surgiu, entretanto, como ameaça a uma sequência de bons resultados no que se refere ao aumento de renda da população mais pobre.

Julgavam os mais pessimistas que o desempenho da economia brasileira, como um todo, iria desabar, levando a um retrocesso das conquistas sociais, obtidas não sem esforço.

Foi para surpresa de muitos que a economia brasileira, em curto espaço de tempo, superou a crise, retomando com segurança o rumo do crescimento.

Também vão surpreender muita gente, Sr. Presidente, os dados relativos à evolução de renda da população no ano em que a crise econômica apresentou-se com maior intensidade.

De acordo com a pesquisa Observador, realizada anualmente pela empresa de crédito Cetelem e pelo instituto de pesquisa Ipsos, a renda média mensal da família brasileira apresentou um aumento de 10% no ano de 2009, alcançando R\$1.285,00.

Essa renda, Sr. Presidente, é a maior já registrada pela pesquisa, desde que começou a ser feita há cinco anos. Traduz um crescimento dos mais significativos, tanto mais que ocorrido, como já mencionamos, em um ano de crise econômica global.

Mas o aumento de renda deve ser ainda mais comemorado porque se verificou sobretudo nas camadas de menor rendimento.

A classe C cresceu 6,2%, enquanto a renda das classes D e E, da base da pirâmide, subiu 12,8%. Ao mesmo tempo, os rendimentos das classes A e B mostraram uma módica redução de 2%.

Ora, Sr. Presidente, resulta desse aumento de renda para os mais pobres um crescimento muito significativo da classe C que reúne hoje 92,8 milhões de pessoas – quase a metade, 49%, da população do País.

No ano passado, 8,2 milhões de pessoas subiram para esse extrato social, enquanto no últimos cinco anos foram 30 milhões que ingressaram na classe C, mostrando uma sólida tendência de fortalecimento do extrato social médio de nossa população.

Essa notícia, Sr's e Srs. Senadores, é muito alvisareira, pois, antes de tudo, a erradicação da pobreza consiste em uma das mais importantes e urgentes metas para nossa sociedade, inscrita inclusive na Constituição Federal como um dos objetivos fundamentais da República.

Quero ressaltar também o efeito da dinamização da economia representado pelo aumento da classe de renda intermediária.

A classe C, robustecida, contribuiu muito para diminuir o impacto da crise sobre o consumo.

Outro dado relevante trazido pela pesquisa Observador é que a Região Nordeste destacou-se na expansão de renda em 2009, com um índice de crescimento de 25,2% em relação ao ano anterior.

Nada melhor para o País que a região que ainda apresenta os maiores índices de pobreza seja aquela de maior crescimento econômico. Afinal, também a redução das desigualdades regionais constitui um dos objetivos republicanos fundamentais, como tal inscrita no art. 3º da Carta Magna.

Muitos empresários que precisavam vender seus produtos na região Sudeste estão direcionando seus bens para o mercado consumidor nordestino.

É nítido, Sr's e Srs. Senadores, que a atuação do Governo Federal detém muito do mérito dessas conquistas econômicas e sociais.

De uma parte, foram adotadas importantes medidas para atenuar os efeitos da crise e fortalecer a economia. O aumento da oferta de crédito, inclusive imobiliário, e a redução de impostos sobre cargos e eletrodomésticos, estimularam a manutenção do emprego e, por conseguinte, a manutenção da renda e do consumo. A garantia dos níveis de consumo resulta obviamente em estímulo efetivo aos produtores, o que

acarretou um ciclo virtuoso, reconduzindo a economia à rota do crescimento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Pois não. Com muita honra recebo um aparte de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Cavalcanti, quero cumprimentar V. Ex^a que, na tribuna, mostra o dinamismo, o crescimento da economia. E há quem diga que o PIB poderá chegar a 7% ou 8% este ano. Deixe-me dar um exemplo a V. Ex^a da minha cidade, Canoas. Fui procurado por um empresário esta semana que me pediu 500 trabalhadores para trabalhar em Canoas nas obras do PAC. Perguntei a ele: precisam ser profissionais? “Não, damos cursos dentro da própria empresa para eles trabalharem em Canoas”. Com os dados de V. Ex^a e com essa notícia que enfatizei, eu quero reforçar que a economia está muito bem, graças a Deus. E, com essa economia, com esse crescimento – eu dizia antes e repito agora – que gera mais de 12 milhões de novos empregos, a Previdência está arrecadando muito mais. Por isso, meu amigo Roberto Cavalcanti, meu Senador, não há motivo nenhum para que este Senado não vote o 7,7% e o fim do fator previdenciário.

O SR. ROBERTO CAVANCANTI (Bloco/PRB – PB) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, como sempre, brilhante. Quero constatar que esta abordagem que V. Ex^a fez é nacional. Na Paraíba, também nós, hoje, temos dificuldades com a mão-de-obra. A construção civil, hoje, tem graves problemas por falta de mão-de-obra, o que mostra e constata esta pujança atual de nosso País.

Também não devem ser esquecidas medidas que beneficiam, diretamente, a classe de menor renda. Na verdade, não se tratam tanto de medidas isoladas, mas de verdadeiras políticas de promoção social e distribuição de renda, tais como o Bolsa Família e a sistemática adotada para o aumento do salário mínimo.

Ressaltemos, Sr's e Srs. Senadores, que, em apenas em cinco anos, 30 milhões de brasileiros transpuseram o limiar da pobreza, passando a se integrar, de modo mais dinâmico, o mercado nacional. Além disso, estão tendo bem mais acessos a direitos sociais e humanos.

Grande parte dessas mudanças, Sr. Presidente, vem se verificando na região Nordeste, cumprindo assim promessas e expectativas de redenção há muito adiadas. Por todos esses resultados, Sr. Presidente, acreditamos que há boas razões para comemorar o desempenho do País na primeira década do século XXI, na qual o Brasil pode avançar de modo decidi-

do na promoção econômica, humana e social de sua gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Quero saudar os senhores que vêm representar a maioria dos aposentados e o Senador Paim, que, nesses dias tem lutado bravamente. Com ele estarei na votação dos projetos de interesse dos aposentados. (*Palmas.*)

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr^ss e Srs. Senadores, é claro que, vindo à tribuna nesta terça-feira, não posso deixar de comentar as duas pesquisas divulgadas no último fim de semana.

Na Vox Populi, a pré-candidata Dilma Rousseff cresce e ultrapassa Serra em todos os cenários. Segundo a pesquisa do Instituto Vox Populi, divulgada no sábado, Dilma tem 38% das intenções de voto na consulta estimulada, com aumento de nove pontos percentuais em relação ao levantamento de janeiro; e José Serra, pré-candidato do PSDB, caiu três pontos percentuais e está agora com 35%. No cenário de segundo turno, também Dilma superaria Serra, por 40% a 38%. E, na pesquisa espontânea, quando o eleitor responde aos pesquisadores sem apresentação de nenhum nome, Dilma também é indicada como a melhor opção dos eleitores. Ela aparece com 19% das intenções de voto e o adversário tucano, com 15%. Essa é a pesquisa Vox Populi.

A segunda pesquisa, da CNT/Sensus, que foi divulgada na segunda-feira – ontem, portanto –, coloca Dilma à frente de Serra. A petista Dilma recebeu 35,7% das intenções de voto, enquanto o tucano ficou com 33,2% dos votos. Na espontânea da CNT/Sensus, também é a primeira vez que a Dilma aparece na frente de Serra, com 19,8% das intenções de voto espontâneas, enquanto o tucano aparece com 14,4%.

Então, eu não poderia deixar de fazer o registro. Obviamente, Senador Inácio Arruda, que pesquisa é pesquisa, eleição é eleição, mas, neste momento, nós não poderíamos deixar de fazer o registro, até porque, enquanto o Serra aparecia em outras pesquisas à frente da Dilma, havia grande e retumbante repercussão na mídia. Então, é muito importante que nós também façamos o registro.

Mas a pesquisa que vale e que conta, e que tenho certeza, Senador Paulo Paim, configura e consolida o nosso projeto, aquilo que vem sendo feito no Brasil pelo Presidente Lula – que teve até poucos dias atrás

como seu braço direito e esquerdo a Ministra Dilma – é exatamente o resultado da pesquisa do Caged, do Ministério do Trabalho, que aponta os recordes de empregos com carteira assinada. A criação de empregos formais bateu mais um recorde em abril. Nós tivemos nada mais nada menos que 305 mil empregos, entre os extintos e os criados, de saldo positivo com carteira assinada. É o melhor resultado nos meses de abril desde que é feita a pesquisa, e é o segundo maior de toda a série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), iniciado em 1992.

É importante ainda registrar o seguinte: se nós pegarmos janeiro, fevereiro, março e abril nós temos, em quatro meses, no ano de 2010, quase 1 milhão de saldo de empregos com carteira assinada. E aí eu não posso deixar de registrar o que acontece na minha paróquia, porque esses são os dados nacionais.

Em Santa Catarina, está havendo recorde em cima de recorde. Surgiram quase 55 mil novas vagas no quadrimestre. É o maior resultado dos últimos dez anos.

Esses recordes que vêm acontecendo em Santa Catarina têm uma diferença em relação ao cenário nacional: enquanto que, no cenário nacional, o que tem puxado esse recorde é o setor de serviços, em Santa Catarina é a indústria a principal protagonista dessa reação. Desses quase 55 mil empregos com carteira assinada abertos no Estado – a maior marca –, a indústria respondeu por quase 60%. Portanto, em Santa Catarina, de cada dez empregos novos criados, seis são da indústria, sendo exatamente o setor têxtil o primeiro colocado. Na seqüência, metalurgia; em 3º lugar, mecânica; em 4º lugar, indústria madeireira; e alimentos e bebidas em 5º e 6º lugares. Portanto, é a indústria que está puxando.

Em termos de cidades, em primeiro lugar, disparado, Joinville e Blumenau. Depois, Jaraguá do Sul, Itajaí, Brusque, Chapecó, Florianópolis e Criciúma são as cidades que mais se destacam.

A página econômica de hoje de um dos principais jornais, Senador Romeu Tuma, é muito interessante porque, primeiro, nós estamos começando uma Feira Têxtil (Texfair), em Blumenau, que tem várias empresas com resultados fantásticos, como é o caso da companhia Hering, que, no primeiro trimestre do ano, teve a sua receita bruta aumentada em 38,2% frente ao mesmo período do ano passado. As indústrias Dohler, uma indústria de cama, mesa, banho e decoração, encerrou o primeiro trimestre, com lucro líquido de mais de R\$4 milhões, revertendo inclusive o prejuízo do ano passado. A Tupy, que é a maior da América Latina no segmento de blocos e cabeçotes, sendo fornecedora para indústria automobilística inclu-

sive, encerrou o primeiro trimestre com lucro de R\$29 milhões, 72% superior ao do mesmo período no ano passado. Em outro setor, como o da cerâmica, o lucro líquido da Portobello, no primeiro trimestre deste ano, alcançou quase R\$5 milhões, 14,5% a mais que no mesmo trimestre do ano anterior.

O setor imobiliário: pela primeira vez, Santa Catarina vai ter o Feirão da Caixa, que começa agora dia 21, e vai colocar à disposição 19 mil imóveis para serem comercializados em Florianópolis no próximo fim de semana. Ainda investimentos na área imobiliária, só em Palhoça, a cidade Pedra Branca, há R\$3,5 bilhões de investimentos previstos para os próximos 10 anos.

Portanto, Senador Romeu Tuma, as pesquisas Vox Populi e CNTC/Sensus, que colocam a Dilma à frente do Serra, baseiam-se nesses dados concretos de recorde de emprego, recorde de lucro, de investimentos que o Brasil está vivendo nesse bom momento. E tenho certeza absoluta de que a população não quer dar marcha à ré, quer ter continuidade.

Por último, como houve aqui um pronunciamento do Senador Inácio Arruda, em nome do PCdoB, eu quero também dizer que, como membro da Bancada do PT no Senado, queremos, sim, votar as matérias do pré-sal, principalmente a capitalização e o modelo, para que a gente possa acessar a riqueza que a Petrobras descobriu e que é fantástica. Está aí o poço cuja perfuração a Agência Nacional de Petróleo autorizou, que dá um resultado confirmado de 4,5 bilhões a 5 bilhões de barris para garantir inclusive a capitalização da Petrobras. Nós queremos votar – e temos urgência em votar – a capitalização e o modelo de partilha do pré-sal. Queremos votar as medidas provisórias que estão trancando a pauta. Queremos votar a matéria relacionada aos aposentados e queremos votar a matéria relacionada ao Projeto Ficha Limpa, cujo substitutivo, muito bem elaborado do Deputado José Eduardo Cardozo, a Câmara já aprovou. E nós temos tempo para votar todas essas matérias. O Projeto Ficha Limpa precisa ser votado antes das convenções, no mais tardar até a metade de junho.

O projeto dos aposentados precisa ser votado antes que a medida provisória caduque. (*Palmas.*) E nós não faremos exploração, não faremos a exploração do pré-sal nem discutiremos *royalties* se não capitalizarmos a Petrobras e não definirmos o modelo de partilha.

Então, eu tenho a convicção de que nós temos muito a trabalhar e se trabalharmos efetivamente poderemos votar todas estas matérias.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Permitame V. Ex^a um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É uma comunicação inadiável e eu não posso conceder apartes.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Tudo bem. Concordo.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – RN) – Mas estou já concluindo.

E essa é a posição que eu vou defender junto à Bancada do PT, Sr. Presidente.

Era isso. Agradeço. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Cumprimento V. Ex^a. (*Palmas.*)

Realmente a pauta tem que ser encaminhada com rapidez. Acredito que o Presidente tenha boa vontade, as lideranças também têm projetos importantíssimos e acredito que a velocidade será dada pelas Lideranças.

Concedo a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini e, posteriormente, ao Senador João Ribeiro.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Sr. Presidente Romeu Tuma.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, já que não foi possível fazer o aparte, eu gostaria, Senadora Ideli Salvatti, de dizer que fico muito feliz por ouvir que V. Ex^a também concorda que tenhamos que votar urgente e já, antes que os prazos sejam encerrados, as propostas dos aposentados. (*Palmas.*) E quero aqui fazer um apelo à senhora, que é do PT, ao Senador Suplicy e a todos. Principalmente à senhora, que já foi Líder nesta Casa, que faz parte, claro, do Partido do Presidente, devo dizer que está se criando um fantasma com relação à questão dos aposentados: há um boato por aí dizendo que, se for aprovada a queda do fator previdenciário, o reajuste, como está na medida, poderá ser vetado. Eu espero que a senhora, com a responsabilidade que tem, com o interesse que tem, com a defesa que aqui fez de que também vai concordar conosco que somos Democratas, conosco que somos PSDB, com os demais Senadores que aqui estiveram, todos, quando do pronunciamento do Senador Papaléo, se colocando favorável à votação já, imediata, da matéria dos aposentados, que toda esta luta que não é de agora, tenha a garantia de que não seja vetada nem seja procrastinada por nenhuma razão. É um direito justo e certo. Estamos em defesa dos aposentados e vamos continuar defendendo essa luta.

Com relação ao Ficha Limpa, eu já disse e voltei a dizer: também parece que há uma unanimidade, graças a Deus, em respeito à vontade da população brasileira, que trouxe, que foi quem deu condições a

que esse projeto pudesse chegar a esta Casa, já aprovado lá na Câmara dos Deputados.

Mas tem uma coisa, Senadora, com relação ao pré-sal. A senhora bem colocou que é preciso votar o pré-sal para que se tenham condições de explorá-lo. Mas nós queremos que a redistribuição seja também votada para os Municípios, como já existe a proposta colocada aqui para o Senado, para todos os Municípios brasileiros terem direito de receber royalties, e que aqueles que recebem não sejam prejudicados, não percam nada, havendo, claro, uma compensação através do Governo Federal. Essa é a nossa posição, é a minha posição, da qual não abrirei mão.

Eu queria colocar para os prefeitos de todo o meu Brasil que estamos com vocês, por entender que o *royalty* do petróleo, a riqueza do povo brasileiro tem que chegar a todos os Municípios.

Eu sou de um Estado produtor de petróleo. Eu sou de uma cidade onde se produz a maior quantidade de petróleo em terra. Eu vi, analisei. Eu poderia estar aqui defendendo somente a forma como era antes distribuído, porque iria beneficiar somente os Municípios que até hoje foram beneficiados. O Rio de Janeiro recebe milhões e milhões. Não! Nós queremos uma distribuição para todos, que chegue ao Norte, ao Nordeste, ao Sul, ao Sudeste, ao Centro-Oeste, a todos os municípios, e que isso seja aplicado em questões que venham a valorizar, a estimular, a criar condições de um desenvolvimento econômico e social equilibrado, sustentável no nosso País.

Se nós vamos ter o pré-sal, se vamos ter o fundo social do pré-sal, que esse recurso do fundo social do pré-sal seja 60% destinado, obrigatoriamente, para as questões da educação, desde a creche até o ensino de pós-graduação, para que o Brasil possa, realmente, com a riqueza que é do seu povo, retirada do nosso chão, esse ouro negro, retirado do nosso chão e do nosso mar, fazer com que a população brasileira tenha bem acesa a luz da esperança de uma vida melhor.

Nós estamos crescendo. É claro que existe um crescimento econômico devido à estabilidade econômica que os últimos Governos vêm mantendo, pela qual vêm lutando e na qual vêm trabalhando. Nós temos hoje um crescimento econômico porque não temos inflação. De certa forma, desde que foi criado o Plano Real, começamos no Brasil este processo de deter, de conter a inflação. Mas acontece que precisamos crescer também nas oportunidades de educação do nosso povo.

Quero, dirigindo-me ao meu Estado, que o meu Rio Grande do Norte, que o nosso Rio Grande do Norte, que todas as regiões do nosso Estado possam ter condições de desenvolvimento. Que não fiquem apenas

na Capital as condições melhores de vida, mas que elas possam ser estendidas a todas as regiões. Mas isso só vai acontecer quando, em todas as regiões, a educação for de qualidade, quando aqueles que entram na escola... Hoje, entram no ensino fundamental, na educação infantil, praticamente todas as crianças. Só que apenas 50% delas terminam o primeiro grau. Saíram 50%, ou estão na repetência. Houve uma evasão imensa. Quando se termina, Senador Perillo, o segundo grau, não temos nem 20% dessas crianças que entraram para concluir o ensino superior. Apenas 15,7% no Rio Grande do Norte. Isso é o retrato do Brasil.

Para crescer, para termos competitividade, para que o trabalhador possa crescer com sua renda, para que possamos gerar cada vez mais emprego e renda em nosso País, o motor, claro, do desenvolvimento, a força motriz, propulsora tem de ser a educação. Estou falando isto, porque, nesta semana, recebi, de uma escola na cidade de Grossos, na região salineira, às margens da praia, a seguinte denúncia de uma professora:

Há duas semanas, 140 alunos da Escola Estadual Coronel Solon, em Grossos, estão sem aulas. São crianças na faixa etária de 6 a 13 anos. As aulas foram interrompidas por falta de professores, e todo o turno vespertino parou. Já no turno matutino, ainda no Ensino Fundamental, não há quem lecione Matemática, Artes e Ensino Religioso.

Os estudantes do Ensino Médio são outros prejudicados pela falta de professores de três disciplinas: Matemática, Física e Biologia. A escola precisa de 15 professores, que, aliás, já foram solicitados pela direção repetidas vezes.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Rosalba, permite-me um aparte?

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Permito já, Senador Paim. Deixe-me só terminar de ler:

Até o Ministério Público já foi acionado para resolver o problema da falta de professores em Grossos, que está angustiando a comunidade escolar e pais de estudantes. A escola tem 710 alunos.

Isso é um retrato doloroso, no meu Estado. Uma escola estadual! Isso mostra o quanto nós precisamos avançar.

E uma das metas do milênio, que é exatamente a melhoria do nível de alfabetização, da qualidade do ensino, isso nós precisamos atingir. E eu estou preocupada com o meu Estado, que precisa, sim, melhorar a qualidade do ensino.

Pois não, Senador Paim.

Depois eu voltarei a este assunto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Rosalba, eu quero aproveitar a presença de V. Ex^a na tribuna. Vemos aqui o Paulinho, Deputado e líder da Força Sindical, que foi o autor do acordo, realizado na Câmara, do 4,7. E foi permitido, na Medida 475, o reajuste de 7,72%. Senadora Rosalba, faço um apelo a V. Ex^a e, naturalmente, também ao Presidente da Casa. As duas MPs que estão na pauta em primeiro lugar tratam de dois créditos. Isso não tem polêmica alguma. A terceira trata do salário mínimo, que também é consenso. E aí a quarta MP trata do reajuste dos aposentados e também do fim do fator. Por isso, aproveito o aparte a V. Ex^a para pedir ao Presidente da Casa que coloque em votação as duas MPs dos créditos, a do salário mínimo, e a 475, que trata do reajuste do 7,72% e também do fim do fator previdenciário. (Palmas.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito bem, Senador Paim. Muito obrigada pelo seu aparte e pela sua colocação. O Paulinho da Força Sindical é sempre bem-vindo.

Estamos aqui todos. Se há algo que está unindo este Plenário é exatamente aprovarmos já, o mais rápido possível, os projetos que falam do reajuste e da queda do fator com relação aos aposentados.

Mas eu gostaria aqui, Senhoras e Senhores, de retornar exatamente a esse quadro que é realmente alarmante, triste, do Rio Grande do Norte. Para os senhores terem uma idéia do quanto, nesses últimos anos... O número de vagas eu reconheço que existe. Existem vagas e estrutura para receber e matricular todas as crianças também no ensino médio, mas nós não temos qualidade no ensino. Quem está dizendo isso não sou eu. Quem está dizendo isso é a Prova Brasil. O Rio Grande do Norte está entre os piores Estados na avaliação do seu ensino, e um Governo que vem de uma professora em oito anos. A nota na Prova Brasil, na quarta série, é de 148 pontos, quando, no Brasil, a média, que não é a ideal, que fica bem abaixo dos países mais desenvolvidos, mais competitivos, é de 178. Estamos 30 pontos abaixo.

(Interrupção do som.)

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Em média, os alunos do Rio Grande do Norte estão duas séries atrás da média nacional, que já é muito baixa. A média dos alunos da oitava série do Rio Grande do Norte equivale à média dos alunos da quarta série de Sobral, Ceará. Estou comparando não é com o Sul, não é com as regiões mais ricas não. Estou compa-

rando com uma região que é semelhante à nossa, mas cujo ensino está com a qualidade, na cidade de Sobral, melhor do que em nosso Rio Grande do Norte. Isso, realmente, é muito preocupante, porque nós temos um Estado com um potencial muito grande para desenvolver todas as suas regiões. Nós sabemos que se respeitarmos as vocações naturais e locais, associadas ao potencial das nossas matérias-primas, poderemos, sim, fazer com que o Rio Grande do Norte seja um celeiro de oportunidades, de geração de renda e de emprego. Mas para isso precisamos ter a população preparada, qualificada e capacitada. E nós lutamos pelo ensino profissionalizante, que eu defendo. E a prova é que já apresentei onze projetos para mais escolas de institutos técnicos federais em nosso Estado, que só tinha duas e hoje tem sete. Apresentei mais onze para as mais diversas cidades polo das regiões do nosso Estado. Precisamos de mais, de muito mais. E não se chega ao ensino superior, ao ensino médio, não se consegue manter o aluno na escola se não tivermos a preparação, que começa na base, na creche, na educação infantil de qualidade para preparar nossas crianças para um grande futuro.

Esse é o nosso pensamento. Precisamos regionalizar sim, precisamos capacitar profissionalmente, de acordo com a vocação de cada região...

(Interrupção do som.)

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...de investidores, para fazer o nosso Estado crescer.

Nós estamos com as ZPEs do sertão aprovadas. Para o Vale do Açu, foi projeto de minha autoria. Zona de Processamento de Exportação aprovada, esperando apenas que o Presidente Lula sancione. Está para ser aprovada uma segunda, em Macaíba, na grande Natal, e também há o compromisso do Presidente de ir ao nosso Estado e sancionar as duas. A de Açu já está com áreas disponíveis, investidores interessados. Mas o que precisamos ter? A capacitação, a preparação, a educação, alavancando esse desenvolvimento para que, na hora em que chegue a empresa, a indústria, na hora em que chegue o desenvolvimento do potencial econômico na região, o emprego seja dado àqueles que moram naquelas cidades, naquela região, não tenha que se importar...

(Interrupção do som.)

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...como já aconteceu no passado. Eu vivi esse momento. Quando foi descoberto o petróleo na nossa cidade, em Mossoró, na nossa região, os primeiros trabalhadores tiveram que vir de fora, porque a população ainda não estava preparada. Hoje, é outra realidade. Hoje, temos a Escola do Petróleo, as universidades também come-

çaram a olhar para esse caminho de preparação. Já existe a escola técnica, que prepara também na área do petróleo, mas, no passado, os empregos que estavam ali, numa população de muitos desempregados, de muitos carentes e pobres, tiveram que ser dados a outros de fora porque eles não estavam capacitados.

Por isso, defendo sempre: a educação em primeiro lugar, a educação, motor de desenvolvimento sim. E aqui eu quero deixar também os meus aplausos...

(*Interrupção do som.*)

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...à *Tribuna do Norte* e à Fiern, Federação da Indústria do nosso Estado, que vem promovendo lá em Natal – e segunda-feira foi o seminário da educação – vários eventos denominados “Motores do Desenvolvimento”, falando de infraestrutura, falando dos mais diversos aspectos para o desenvolvimento do nosso Estado. Mas segunda-feira eu considero que foi o momento mais importante, porque se tratou exatamente de analisar como estamos na educação, o quanto perdemos nesses últimos anos de oportunidade de crescer na qualidade, o quanto precisamos fazer, e fazer de forma rápida, para melhorar o índice de educação no nosso Estado, valorizando o educador, dando melhores condições estruturais e, mais do que nunca, criando as condições para que a escola possa bem receber os filhos e as filhas dos nossos irmãos potiguares.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar.

E queria aqui, só para finalizar, cumprimentar a vice-Prefeita da cidade de Mossoró, Ruth Ciarlini, e a Prefeita da cidade de Messias, Shirley Targino. Inclusive, elas estão aqui em Brasília para participar da Marcha dos Prefeitos, mas também, amanhã, o Sebrae estará realizando o grande encontro para que seja feita a premiação dos prefeitos empreendedores do Brasil. Eu tive essa alegria por três vezes, quando fui Prefeita, inclusive por ter sido Prefeita Empreendedora do Brasil, além de ter sido, em outros momentos, lá do Rio Grande do Norte e da região Nordeste. E a Prefeita Shirley foi a escolhida, em primeiro lugar, no nosso Estado.

(*Interrupção do som.*)

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – E a vice-Prefeita Ruth aqui representa a Prefeita da cidade, Fafá Rosado, já que a cidade de Mossoró também está entre as cinco finalistas no ranking do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, cumprimentando as duas que estão aqui em Brasília, também quero cumprimentar a todos os Prefeitos empreendedores do Brasil, que lutam com muita dificuldade, enfrentando a crise, mas com criati-

vidade e com dedicação para realmente fazer do seu município um município empreendedor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 519, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 304, de 2009 – Complementar, e PLS nº 127, de 2010 – Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões,

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB-GO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 520, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado 325, de 2006, que “Dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural”, seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Justificação

Ao dispor sobre inúmeros assuntos ligados ao produtor rural, o PLS 325/2006 traz a baila questões que justificam análises por outras comissões do Senado Federal. Ao longo de seus 35 artigos, a proposição trata de temas como Crédito Rural (capítulo III), Seguro Agrícola (capítulo V), Infraestrutura Rural (capítulo VII), Acesso a Mercados (capítulo VI), Assistência Social (capítulo VIII), Função Social da Terra (capítulo II), Preservação do Meio Ambiente (Capítulo IX) e Relações de Trabalho Rural (capítulo XIII).

Como se vê, grande parte dos temas acima são correlatos a outras comissões do Senado Federal, aptas a discutir as novas disposições trazidas na propostas. Ao dispor sobre a assistência social, por exemplo, o projeto de lei aduz o seguinte, por exemplo:

“Art. 23. Cada comunidade rural terá pelo menos uma unidade de saúde, devidamente

equipada e com medicamentos, com presença em tempo integral de agente de saúde e de enfermeiro, e, em tempo total ou parcial, de médico clínico geral."

É evidente que tal tema deve ser levado a discussão na CAS, por tratar diretamente de tema de sua competência (Art. 100, I e II do Regimento Interno do Senado Federal).

Outrossim, a tramitação pela Comissão de Assuntos Sociais também se justifica, sobretudo porque esse projeto de Estatuto dá novas disposições sobre a Função Social da Terra (tema cujo tratamento se dá em sede constitucional) e também inova em assuntos relacionados a Direitos Trabalhistas e contratos de trabalho.

Portanto, diante das justificativas ora apresentadas, requeiro que seja o PLS 325/06 redistribuído para a CAS, para que ela se manifeste acerca do tema, antes que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) delibere de forma terminativa sobre a proposição. – Senadora **Fátima Cleide**.

REQUERIMENTO N° 521, DE 2010

Requeiro, com base nos arts. 258 e 260, incisos I e II, alínea **a**, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2010, Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já tramita em conjunto com os PLS nº 30 e nº 306 ambos de 2003 e o PLS nº 321 de 2004, em razão de regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência saúda a Senadora – a Governadora – Rosalba Ciarlini e registra as presenças honrosas da Srª Prefeita e da Srª vice-Prefeita.

Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino Maia, Líder do DEM, e ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, eu gostaria de dizer a todos que, ontem, fui solicitado pelo Presidente Sarney para assumir a Presidência nesta semana, em função de uma viagem internacional.

Estou assumindo a Presidência com o compromisso dos Srs. Líderes de votarmos alguns projetos importantíssimos. Eu gostaria de votar, se possível hoje, caso os Relatores estejam com os relatórios prontos, hoje ainda, sem delongas, o projeto de reajuste dos aposentados.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu pediria, por gentileza, à assistência que não se manifestasse, porque isso é proibido pelo Regimento.

Nós vamos ajudá-los. É um dever nosso apoiar os aposentados, e eu faço isso com muito prazer. Se depender de mim, se o relatório for devolvido hoje, nós vamos votar hoje, assim como o reajuste do salário mínimo, os créditos, os embaixadores.

E queria fazer um apelo aos Líderes: eu gostaria de votar, se não hoje, no máximo amanhã, o projeto Ficha Limpa. O Brasil espera do Senado uma solução rápida, votação rápida. O Senador Demóstenes, Presidente da CCJ, disse-me que votará amanhã na CCJ o seu relatório do projeto Ficha Limpa. E, no que depender de mim como Presidente em exercício do Senado, eu gostaria de votar amanhã o projeto Ficha Limpa, em havendo acordo dos Líderes e em havendo alternativa regimental para que esse procedimento seja adotado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Portanto, essas duas matérias são, na nossa opinião, de importância vital.

Com a palavra o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a fala de V. Exª nos estimula. Quero dizer a V. Exª que nós nos reunimos no começo da tarde – o Senador Arthur Virgílio, o Senador Romero Jucá e eu, pelo PSDB, pelo Democratas e pelo Governo –, estabelecendo um plano de trabalho exequível, racional, para esta semana, sob a Presidência de V. Exª.

Nós temos – nós, Democratas, os tucanos também o pensam e evidentemente o Governo aqui falará – um pensamento. O Senador Suplicy está passando na minha frente com o papel que eu já assinei: o requerimento de urgência, assinado pelos Líderes, de consenso, solicitando que seja votado, por acordo de lideranças e em regime de urgência, o projeto da Ficha Limpa.

Sobre este assunto, o Senador Arthur Virgílio apresentará uma questão de ordem à Presidência para dar guarida regimental à votação dessa matéria, tendo em vista que temos pela frente quatro medidas provisórias e quatro matérias em regime de urgência constitucional, que são os projetos do pré-sal.

Os Líderes se reuniram em busca de um entendimento que ainda não aconteceu, mas, de qualquer maneira, o diálogo está estabelecido. Em política diálogo conta muito. O que acertamos? Acertamos que, hoje, nós votamos a primeira medida provisória, que

está com o Senador Jayme Campos para apresentar o relatório; já foi entregue à Mesa, e essa matéria pode ser votada sem dificuldade maior. E, amanhã – e é preciso que amanhã isso aconteça – vamos votar a medida provisória que trata do reajuste dos aposentados e do fator previdenciário. (*Palmas.*)

Por que não se vota hoje? Porque só se pode votar uma matéria com o relatório. O relator é o Senador Romero Jucá. O relatório não está pronto e não foi entregue ainda. Nós vamos fazer um acordo único de votar amanhã, mesmo sem aquele prazo de duas sessões, em busca de entendimento, porque essa matéria já é do nosso entendimento. A garantia aos aposentados do reajuste de 7,72% e estabelecimento do fim do fator previdenciário já são entendimento nosso, mas não podemos votar sem apresentação do relatório. E o Relator só vai entregar o relatório amanhã. É um direito que ele tem e que nós respeitamos. Mas ele tomou o compromisso de apresentar o relatório amanhã e, amanhã, impreterivelmente, os aposentados do Brasil terão a garantia do reajuste de 7,72%.

Segundo, a medida provisória que trata de concessão de crédito, cuja relatoria está entregue ao Senador Eduardo Azeredo, igualmente será votada amanhã; bem como a medida provisória que estabelece R\$510,00 como o novo valor para o salário mínimo no Brasil.

Muito bem. Votadas as quatro MPs, aí incluída a MP que trata dos aposentados, se ensejará a oportunidade de se votar o Projeto Ficha Limpa, que para nós é questão fundamental, diz respeito à sociedade. É talvez a grande vacina que o Congresso possa oferecer à sociedade contra a prática da corrupção na vida pública brasileira. É um instrumento duro, é um projeto referência, que acrediito vá ser no futuro modificado, reparado, consertado, mas tem que ter uma referência, e a referência é o Projeto de Lei Ficha Limpa, que eu não considero nem perfeito nem acabado, mas que eu vou votar, mesmo sem ser perfeito ou acabado, porque é a referência que se põe para se começar uma prática decente de fazer vida pública, em respeito à sociedade do Brasil.

O pensamento de V. Ex^a é o pensamento dos democratas. A forma de fazer o Senador Arthur Virgílio, que já expôs ao Democratas, já expôs ao Líder do Governo, fará questão de ordem para que nós possamos pactuar a forma de votar. Em seguida, restarão os projetos do pré-sal. Eu pedi ao Líder do Governo que não condicionasse a votação do Ficha Limpa aos projetos do pré-sal. Fiz até um apelo a S. Ex^a. Por uma razão simples: não há entendimento concluído em torno dos projetos do pré-sal.

Quanto ao Ficha Limpa há; e do Plenário o há, haja vista que o documento assinado por todos os Lí-

deres retrata posição consensual dos partidos políticos querendo votar logo o projeto Ficha Limpa, o que não é fato para os projetos do pré-sal. A disposição do Democratas e do PSDB é de sentar à mesa e dialogar com o Líder do Governo, a fim de estabelecer um calendário, precedido do debate devido, para que possamos votar, ainda antes do recesso, a essência do que o Governo oferece a debate ao Congresso em matéria de pré-sal. Foi o apelo que fiz ao Líder do Governo, que, evidentemente, vai fazer as suas consultas e tratativas, mas sabendo da disposição da Oposição em não juntar pré-sal com Ficha Limpa.

Ficha Limpa é uma coisa, é consenso do Plenário, é interesse da sociedade e urge que se vote isso, se possível, amanhã. Para isso votamos todas as MPs para desobstruir a pauta; em seguida, fica o entendimento de que haverá um esforço dos Partidos de Governo e Oposição pela votação do possível e da essência dos projetos do pré-sal.

Era o que tinha a comunicar à Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Arthur Virgílio havia solicitado a palavra anteriormente; depois eu a concederei ao Senador Romero Jucá.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Senador José Agripino já expôs muito bem qual é o ponto de vista da Oposição, se é para apressar a votação do Ficha Limpa, a nossa disposição de votarmos as quatro medidas provisórias. Não vejo dificuldades em votá-las, ainda que em uma delas nós votemos, no mérito, contra a proposta do Governo.

Com certeza, queimando etapas para que se possa apreciar tanto a Medida Provisória nº 474, a do salário mínimo, quanto essa que é relatada pelo Senador Romero Jucá, a 475, que cuida do reajuste dos aposentados.

Mas o motivo que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é apresentar à Mesa uma questão de ordem, que julgo de bastante relevância para a definição de cada Senador, de cada Líder, neste momento que vive o Senado Federal.

É a seguinte a questão de ordem:

Sr. Presidente, nos termos do art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a V. Ex^a detalhamento mais específico sobre a tramitação

de proposições legislativas quando houver o sobrerestamento da pauta por medidas provisórias e projetos de lei em regime de urgência constitucional.

O Senado Federal vem adotando uma sistemática de trabalho na qual as proposições legislativas que não se transformam em norma jurídica ficam afastadas das regras do art. 62, § 6º, da Constituição Federal, não sofrendo a sua paralisação com o sobrerestamento da pauta pelas medidas provisórias e projetos de lei em regime de urgência. Esses procedimentos têm dado mais agilidade ao processo legislativo e vêm ao encontro dos anseios da sociedade, por um Parlamento mais dinâmico e eficiente.

A Câmara dos Deputados se tem posicionado de maneira mais ampla que o Senado Federal e tem aplicado a interpretação de que as medidas provisórias e os projetos de lei em regime de urgência somente sobreparam a pauta em relação aos projetos de lei ordinária, ou seja, qualquer outra proposição legislativa não sofre essa paralisação e pode, portanto, ser votada, normalmente.

O caso mais recente foi o Projeto de Lei Complementar nº 168, de 1993, já conhecido nacionalmente até por ser de iniciativa popular, contando com mais de quatro milhões de assinaturas a lhe corroborar os termos, mais conhecido como Ficha Limpa, que já foi votado naquela Casa, mesmo quando havia medidas provisórias já em regime de urgência sobrestando a pauta.

Nesse sentido, no escopo de se dar uma uniformização de interpretação sobre o trâmite das medidas provisórias e projetos de lei de urgência constitucional, venho solicitar a esta Presidência que adote o mesmo procedimento da Câmara dos Deputados e coloque na pauta para votação esses projetos, independentemente da existência de proposições em regime de urgência presente no Senado Federal.

É importante salientar que o Regimento Interno do Senado Federal também contempla a possibilidade de alterar trâmite de uma votação, conforme dispõe o inciso III do art. 412.

Art. 412 – A legitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade, mediante voto nominal, resguardado quorum mínimo de três quintos dos votos do membro da Casa.

Por todo o exposto, venho solicitar a V. Ex^a que coloque em votação no plenário do Senado Federal o PLC nº 58, de 2010-Complementar, que é denominado de Ficha Limpa”.

Sr. Presidente, o entendimento que tem a minha Bancada é o de que não havendo acordo de Líderes, obviamente, empaca, mas havendo acordo de Líderes e não sendo matéria transformável, conversível em medida provisória, é muito cabível, é muito possível, é necessário até que se faça uma sessão extraordinária para votar o chamado Projeto Ficha Limpa.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Eu só vou fazer uma leitura...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não há aparte em questão de ordem. V. Ex^a pediu a palavra pela ordem e não há aparte, não há possibilidade de conceder aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Acato, Presidente, mas como é um assunto que, na verdade, suscita o debate...

Eu vejo levantado o microfone de aparte do Senador Antonio Carlos e o do Senador Alvaro Dias, que poderiam perfeitamente falar, pela ordem, a seguir, porque é uma matéria que suscita mesmo o desejo de debater.

Mas, Sr. Presidente, tomei, ainda, e de acordo com a minha Bancada, a seguinte decisão: a de ir petionando ao Exmº Sr. Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, nos seguintes termos:

“Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, brasileiro, casado, Senador da República, com gabinete no Edifício do Senado Federal, Anexo II, Bloco A, nº 50, por meio de seu advogado signatário, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex^a, com fundamento na alínea “j” do art. 8º e art. 55, ambos do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral, Resolução nº 4.510, de 29 de setembro de 1952, submeter a presente consulta, no sentido de responder sobre aplicação de norma eleitoral para as eleições que se realizarem no mesmo ano de sua entrada em vigor, nos termos a seguir aduzidos:

1. O Congresso Nacional, atendendo aos apelos da sociedade civil, tem feito um grande esforço para tornar em efetiva norma jurídica o Projeto de Lei Complementar nº 168, de 1993, que altera a Lei Complementar nº 64, de 1990, no sentido de restringir a entrada na disputa eleitoral de candidatos que não atendam aos requisitos mínimos de boa vida pregressa. Entretanto, o processo legislativo, muitas vezes, não tem a celeridade compatível com as demandas sociais, muito

por conta do próprio conflito de interesses, que muitas vezes se avizinha nos temas mais polêmicos.

2. Dispõe a Constituição Federal de 1988 que a Lei Eleitoral entra em vigor na data de sua publicação, mas não se aplica às eleições que ocorrem até um ano da data de entrada de sua vigência.

Art. 16 – A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data da sua vigência.

3. Como já ventilado, por seu turno, o Congresso Nacional se mobiliza para finalizar a votação de projeto de lei complementar que venha a regular, com critérios mais objetivos, o requisito presente no Texto Constitucional da moralidade como pressuposto de exercício do mandato eletivo, tendo em vista a vida pregressa do candidato.

Nesse mister, prescreve o § 9º do art. 14:

Art. 14.

[...]

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta".

4. Segundo a Lei nº 9.504, de 1997, a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período entre 10 e 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições. Os registros de suas candidaturas deverão ser solicitados à Justiça Eleitoral até o dia 05 de julho.

5. Assim, os partidos políticos deverão ter a segurança jurídica de saber se uma norma eleitoral que impõe a sanção de inelegibilidade aos possíveis candidatos terá aplicabilidade para a presente eleição.

Abro um parênteses para dizer que, na minha opinião, a Constituição está acima de tudo. E acho que cabe, sim, que entre em vigor imediatamente essa norma a ser aprovada pelo Congresso Nacional, o chamado Projeto Ficha Limpa.

6. Note que os partidos políticos podem estar sujeitos a uma infinidade de ações judiciais para contestar a decisão que impediu diversos pré-candidatos a participarem das convenções, tendo em vista a interpretação de que a norma já possui plena aplicabilidade.

A formação de coligações e as estratégias eleitorais também estarão sujeitas a essa segurança, o

que implica em outros pontos importantes, como a estruturação dos palanques regionais, plano de mídia para seus candidatos e arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais com seus respectivos comitês financeiros.

7. Nesse sentido, o investimento eleitoral dos partidos políticos em seus candidatos é substancial e a alteração desse quadro, com a possível substituição dos seus candidatos, tendo em vista uma alteração da interpretação jurídica de uma norma, pode causar danos irreparáveis, inclusive influir na legitimidade do pleito.

8. Postos esses argumentos, formula-se a seguinte indagação: uma lei eleitoral que disponha sobre inelegibilidade e que tenha sua entrada em vigor antes do prazo de 05 de julho poderá ser efetivamente aplicada para as eleições gerais de 2010?

9. Diante das considerações expostas, requer o conselente que essa egrégia Corte se pronuncie, na forma prevista no inciso XII do art. 23 do Código Eleitoral.

No intuito de colaborar com as instituições democráticas do Brasil, renovo os votos de apreço e elevada estima".

Sr. Presidente, então são duas peças: uma dirigida, Senador Romero Jucá, ao Presidente do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, indagando a respeito de que, se meu pressentimento é correto, a Constituição se sobrepõe a tudo e, portanto, a modificação constitucional significaria aplicabilidade já para esta eleição; e a outra sobre a noção que tenho e que tem minha Bancada de que, havendo acordo de Líderes, nós podemos, sim, votar com ou sem trancamento de pauta o Projeto Ficha Limpa – a urgência já está requerida, assinada por diversos Srs. Líderes desta Casa, nós podemos votar. Ou seja, não vejo que isso tenha a ver com a urgência constitucional do pré-sal, não vejo que isso tenha a ver sequer com as medidas provisórias que estamos acordando votá-las.

Entendo que a Mesa deve se pronunciar sobre isso, até porque não se abre exceção nenhuma, não se quebra praxe nenhuma, apenas se indaga se todos os Líderes aceitam votar o Projeto Ficha Limpa, com ou sem trancamento de pauta, com ou sem urgência constitucional do pré-sal, com ou sem medida provisória no meio do caminho.

A Mesa precisaria se pronunciar porque entendo que será essa uma resposta muito importante. Não será algo vulgar. Outro dia aparecerá outra matéria que mobilizará a opinião unânime dos Líderes, e nós então faremos uma sessão extraordinária para votar, como a Câmara faz também – ela talvez até com muito mais

habitualidade. Nós aqui temos votado, Senador Jucá, autoridades, temos votado diversas matérias, talvez com menos atividade do que a Câmara, mas temos votado. Então, entendo que nós poderemos perfeitamente. Esse é o meu entendimento.

Acatarei o que a Mesa disser, e eventualmente com recurso para o Plenário. Acatarei, sobretudo, o que o Plenário pronunciar. Mas entendo que, se houver acordo de Líderes, nós teremos condições de votar amanhã o Projeto Ficha Limpa; se houver acordo de Líderes, sim, amanhã, independentemente do que esteja na pauta. E nós temos todo o interesse em desbastar as quatro medidas provisórias, temos todo o interesse – já disse isso ao Líder do Governo em fraterna conversa que tivemos ainda há pouco – e continuamos reivindicando que o Governo se sensibilize para a retirada da urgência do pré-sal, de modo que nós possamos fazer um cronograma de votação para, até o final deste semestre, votarmos as matérias todas do pré-sal, com as audiências públicas devidas, com a possibilidade do debate, do enriquecimento do debate – como diz um prezado colega nosso: da qualificação do debate.

Portanto, apresento as duas peças para os Anais, e a questão de ordem endereço diretamente à responsabilidade da Mesa, que neste momento é tão brilhante e conscientemente dirigida por V. Ex^a. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 404, do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a Vossa Excelência detalhamento mais específico sobre a tramitação de proposições legislativas quando houver o sobrerestamento da pauta por Medidas Provisórias e Projetos de Lei em regime de urgência constitucional.

O Senado Federal vem adotando uma sistemática de trabalho no qual as proposições legislativas, que não se transformam em norma jurídica, ficam afastadas das regras do art. 62, § 6º, da Constituição Federal, não sofrendo a sua paralisação com o sobrerestamento da pauta pelas Medidas Provisórias e Projetos de Lei em regime de urgência. Este procedimento tem dado mais agilidade ao processo legislativo do Senado Federal e vem ao encontro dos anseios da sociedade por um parlamento mais dinâmico e eficiente.

A Câmara dos Deputados tem se posicionado de maneira mais ampla que o Senado Federal e tem aplicado a interpretação de que as Medidas Provisórias e Projetos de Lei em regime de urgência somente sobrerestam a pauta em relação aos Projetos de Lei Ordinária, ou seja, qualquer outra proposição legislativa não sofre essa paralisação e pode ser votada normalmente. O caso mais recente foi o Projeto de Lei Complementar 168, de 1993, conhecido como “Ficha Lima”, que foi votado naquela Casa mesmo quando havia Medidas Provisórias, já em regime de urgência, que sobrestando a pauta.

Neste sentido, no escopo de dar uma uniformização da interpretação sobre o trâmite das Medidas Provisórias e Projetos de Lei de urgência constitucional, venho solicitar a esta Presidência que adote o mesmo procedimento da Câmara dos Deputados e colocando na pauta para votação esses projetos, independente da existência de proposições em regime de urgência presentes do Senado Federal.

É importante salientar que o Regimento Interno do Senado Federal também contempla a possibilidade de alterar trâmite de uma votação, conforme dispõe o inciso III, do art. 412.

“Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

(...)

III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quorum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;”

Por todo o exposto, venho solicitar a Vossa Excelência que coloque em votação no Plenário do Senado Federal o PLC nº 58, de 2010 – Complementar, denominado de “Ficha Limpa”.

Brasília, 17 de maio de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência acolhe as solicitações colocadas na questão de ordem de V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem; é sobre a mesma matéria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Um instante, Sr. Senador.

A Mesa acolhe a questão de ordem de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. E gostaria de informá-lo que

partilho da mesma opinião de V. Ex^a e dos Líderes. Particularmente, não vejo óbice, em função do trancamento da pauta, desde que haja acordo de Líderes, para a votação dessa urgência constitucional.

Eu gostaria de dizer ao Senador Arthur Virgílio, ao Líder José Agripino, ao Líder Romero Jucá e a todos os Srs. Senadores que já acertei aqui, com a Consultoria, com a Diretoria da Mesa, que até as 10 horas de amanhã, nós daremos uma resposta com base na consulta que será feita ao Regimento. Da minha parte, quero colocar em votação, amanhã, às 16 horas, o Projeto Ficha Limpa. Será uma grande resposta que este Plenário dará ao Brasil. Nós não tememos votar este Projeto. Pelo contrário, queremos votá-lo para que a democracia seja aperfeiçoada.

Portanto, Senador Arthur Virgílio, até amanhã, às 10 horas, teremos a resposta à questão de ordem colocada por V. Ex^a. Tenho certeza de que será positiva; percebo que é factível. Sendo assim, vamos votar às 16 horas o Projeto Ficha Limpa.

Estão inscritos os Senadores Alvaro Dias, Antônio Carlos Júnior, o Senador Mário Couto e o Senador Osmar Dias, para depois do Senador Romero Jucá. Mas, antes de conceder a palavra pela ordem ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo, pergunto se é possível devolver, ainda hoje, a Medida Provisória dos aposentados. Sendo possível e havendo acordo de Líderes e do Plenário, eu o colocaria para ser votado ainda hoje – se for possível. (*Palmas.*)

Peço que a assistência não se manifeste.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para tratar do tema que foi levantado aqui pelos Líderes José Agripino e Arthur Virgílio, vou colocar em duas partes o encaminhamento do Governo.

Primeiro, as medidas provisórias. Vamos votar hoje, por acordo, uma medida provisória relatada pelo Senador Jayme Campos e, amanhã, votaremos a medida relatada pelo Senador Eduardo Azeredo, de crédito; a medida relatada pelo Senador Jefferson Praia, que diz respeito ao salário mínimo; e a medida relatada por mim, que diz respeito aos aposentados.

Na medida dos aposentados, quero registrar que manterei o índice de 7,71%. Farei a correção na tabela, que veio com erro de cálculo da Câmara dos Deputados no que diz respeito ao seu limite; e estou procurando uma solução para substituir o Fator Previdenciário. Temos duas ou três opções e, até o final do dia, fecho esse relatório e o entrego. Portanto, o relatório será votado, impreterivelmente, amanhã à tarde para que essa matéria possa voltar à Câmara dos Deputados para ser apreciada.

No que diz respeito à votação do projeto Ficha Limpa e do Pré-Sal, quero registrar que assinei a urgência para o projeto Ficha Limpa; estamos trabalhando pela urgência dele e pela urgência dos projetos do Pré-Sal. A ordem de votação será definida pela resposta à questão de ordem levantada pelo Senador Arthur Virgílio. Nós vamos verificar que tipo de ordenamento e que tipo de entendimento nós teremos com a Oposição no que diz respeito ao Pré-Sal e no que diz respeito ao Ficha Limpa.

A nossa posição é votar os dois com urgência, a nossa posição é votar os dois rapidamente. Queremos o Pré-Sal e queremos o Ficha Limpa. Portanto, será a resposta da questão de ordem que definirá a sequência da votação, mas ambas serão votadas, apoiadas pelo Governo e discutidas à exaustão, Sr. Presidente.

Essa é a posição da Liderança do Governo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito pela ordem, logo após os outros que já haviam pedido para falar pela ordem anteriormente.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Jucá, o entendimento da Mesa, independentemente do entendimento dos Líderes, é de que amanhã devemos votar, e eu espero que haja entendimento. Como Presidente, eu gostaria de votar amanhã o projeto Ficha Limpa, às 16h.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós também, mas nós dependemos da resposta da questão de ordem para saber se ainda há obstáculos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Às 10h, nós teremos essa resposta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – E eu gostaria de dizer que, embora tivesse o interesse de votar hoje a medida provisória do reajuste de 7,72% para os aposentados e o fim do fator previdenciário, como ainda não foi devolvido, nós vamos colocar impreterivelmente amanhã para votar. Esse é o desejo desta Presidência.

Eu concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra Senadoras, a questão de ordem do Senador Arthur Virgílio tem inteira procedência. Antes da análise que devo fazer da proposta do Líder do PSDB, gostaria

de fazer referência à medida provisória dos aposentados, que tem como relator o Senador Romero Jucá.

Eu creio que o Senador Romero Jucá tem a experiência e a competência necessárias para resolver essa questão de preciosismo literário aqui no Senado Federal, sem fazer com que retorne à Câmara dos Deputados. Há urgência na aprovação desta matéria, e nós acreditamos que uma emenda de redação pode solucionar esse equívoco, que não é relevante. Relevante é a concessão do benefício proposto pelo projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. E temos a convicção de que Presidente da República acolherá a proposta terminativa do Senado Federal para a sanção tão esperada pelos aposentados brasileiros.

Sintetizando: cabe ao Senador Romero Jucá - e ele tem condições plenas para isso - encontrar a fórmula de redação que evite a devolução do projeto à Câmara dos Deputados. Com vontade política e competência, certamente isso será perfeitamente alcançado.

Em relação ao projeto Ficha Limpa, o Senador Arthur Virgílio discorreu sobre as razões que nos levam a postular a votação prioritária, e temos razões de sobra para esse pleito.

Tivemos, Srs. Senadores, desde a adoção dessa prerrogativa do projeto de iniciativa popular, três proposições aprovadas no Congresso Nacional. A primeira, o Fundo de Habitação Popular; a segunda, aquele projeto que apena quem compra voto na campanha eleitoral; e o terceiro projeto torna crime hediondo o sequestro seguido de morte – esse projeto foi proposto em decorrência do crime contra Daniela Perez.

Agora, o projeto Ficha Limpa, num cenário em que as instituições públicas brasileiras, os partidos políticos e os políticos de forma geral encontram-se desgastados diante da opinião pública, gerou uma expectativa extraordinária, mobilizou as entidades representativas da sociedade civil e promoveu um grande debate. Há que se oferecer resposta urgente a esse anseio popular. Retardar, protelar é afrontar uma aspiração coletiva do povo brasileiro.

O projeto de iniciativa popular deve ter um tratamento diferenciado no Congresso Nacional. É por isso que se justifica essa postulação de se realizar uma sessão extraordinária, conferindo o regime de urgência à deliberação do projeto. A Comissão de Constituição e Justiça amanhã se reúne e certamente aprovará o relatório do Senador Demóstenes Torres, que propõe aprovação sem alteração, exatamente para valorizar a urgência. Nós temos de aprovar em tempo para que o projeto de lei possa se transformar em lei sancionada pelo Presidente da República e vigorar já, para as eleições deste ano.

A expectativa da sociedade é esta: o povo brasileiro quer que o projeto vigore nas eleições deste ano, e nós não podemos frustrá-la. A expectativa extraordinária que o projeto gerou pode redundar em imensa frustração se não tivermos a sensibilidade política de superar esse impasse e votar com preferência, oferecendo perspectivas de que vigore neste ano.

Esse preciosismo jurídico em debate – “Vigora este ano? Não, não vigora este ano. Há que se aguardar um ano.” – pode ser naturalmente compreendido. Mas, acima desse preciosismo jurídico, devemos colocar as expectativas da sociedade, e a expectativa maior do povo brasileiro em relação ao Congresso Nacional nesta hora não é outra, é esta: é a votação do projeto Ficha Limpa para que possa vigorar já nas eleições deste ano.

Portanto, Sr. Presidente, eu louvo a postura de V. Ex^a ao, de forma afirmativa, enfatizar o desejo da Presidência. V. Ex^a não se omite, V. Ex^a se afirma ao defender, como Presidente em exercício do Senado Federal e do Congresso Nacional, a aprovação prioritária do projeto Ficha Limpa.

É evidente que alguém poderia até desejar aprimorar a proposta apresentando emendas, o que resultaria em retorno à Câmara dos Deputados, mas nós estamos abrindo mão dessa perspectiva de aprimoramento para que, aprovado o projeto, suas determinações possam vigorar nestas eleições. E só vigorará para estas eleições se consumarmos este grande acordo político que estamos hoje arquitetando com essa proposta do Senador Arthur Virgílio; só podemos fazer vigorar neste ano este projeto se consumarmos este acordo político, com o aval da Mesa e de V. Ex^a, para que o projeto seja votado no dia de amanhã. Não teremos, se fizermos isso, pretexto para retardar a aplicação da lei. A lei poderá ser aplicada já para as eleições deste ano. É muito pouco ainda. Nós sabemos disso. É insuficiente. Mas é um passo adiante. É uma conquista. E essa conquista tem que ser consagrada pelo Senado Federal no dia de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Todos os senhores já estão inscritos pela ordem. Estou seguindo a sequência em relação aos Senadores que pediram primeiro. Eu vou conceder a palavra agora ao Senador Antonio Carlos Júnior; logo após, ao Senador Mário Couto; depois, ao Senador Osmar Dias; logo após, ao Senador Paulo Paim e ao

Senador Eduardo Suplicy. Estão todos inscritos aqui pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A sua disciplina é singular, vou aguardar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Obrigado. Antes de conceder a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Júnior, eu vou abrir a Ordem do Dia, vou começar aqui o processo de votação de uma autoridade, para irmos aproveitando aqui o tempo e já votando. Então, eu vou colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Aberta a Ordem do Dia.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM N° 71, DE 2010

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 71, de 2010 (nº 103/2010, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Sobre a mesa, parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujo Relator foi o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

PARECER N° 562, DE 2010-CRE

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Passa-se a votação, que, de acordo com a deliberação do Senado, será secreta. Está aberto o painel para a votação.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu queria aqui apoiar a proposta dos partidos de Oposição – do Democratas, do PSDB –, feita aqui pelo Senador Arthur Virgílio com uma questão de ordem, no sentido de abrirmos a sessão extraordinária e votarmos, em regime de urgência, o projeto Ficha Limpa. É um anseio da sociedade, é um projeto de origem popular que se transformou aqui

na Casa num projeto de lei e que é importante para a sociedade brasileira.

Como há consenso na Casa, eu acho que é importante que nós atendamos ao clamor popular e votemos esse projeto com a máxima urgência, se possível amanhã, desde que antes votemos as quatro medidas provisórias que estão trancando a pauta – dois créditos, o salário mínimo e o reajuste dos aposentados –, que têm que ser votadas antes. Não haverá nenhum óbice regimental, já que há acordo de procedimentos para a votação. Em relação a um dos projetos de créditos, deveremos votar contrariamente, mas isso não impedirá que os quatro sejam votados, e, portanto, que a pauta seja desobstruída.

Já que os projetos do pré-sal exigem mais discussão, mais debates, é importante que votemos imediatamente, com a urgência máxima, após as medidas provisórias, o projeto Ficha Limpa, dentro da proposta feita pelo Senador Arthur Virgílio, em nome dos partidos de Oposição. Quero dar o meu apoio à proposta, e eu acho que é fundamental, para que a sociedade brasileira confie nesta Casa, que nós mostremos que, realmente, os anseios populares são transmitidos para cá, e nós reverberamos esses anseios populares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores e às Sr's Senadoras para que venham votar. Nós estamos num processo de votação secreta.

V. Ex^a será inscrito para falar pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Ex^a a sua boa intenção com os aposentados deste País. Novamente estão aí os aposentados que vieram para assistir à votação do projeto que lhes interessa. V. Ex^a teve a boa vontade. Infelizmente, o Líder do Governo ainda não apresentou o seu parecer. Tenho a minha preocupação quanto ao parecer do Líder do Governo.

Acho inclusive, Senador Paim, que nós deveríamos, neste momento, procurá-lo para saber qual a correção que o Líder do Governo deverá fazer no projeto. Esse projeto volta à Câmara com essa correção? Que correção o Líder do Governo vai fazer no fator previdenciário?

Tudo isso nos preocupa, Presidente.

Então, Senador Paulo Paim - V. Ex^a que está conversando com o Senador Romero Jucá -, é necessário que se deixe tudo muito claro, porque, se votarmos amanhã, já está definido: vamos ficar aqui até a hora de votarmos. Se for preciso ficar até às 5 horas da manhã, nós vamos ficar. E tenho certeza, Senador Eliseu Resende, de que 99,9% dos Senadores ficarão, porque todos querem votar esse projeto que pelo menos melhora um pouquinho o sofrimento dos aposentados. Não é o ideal, não é o que nós queríamos, mas melhora um pouquinho. Mas, se o parecer do Senador Romero Jucá fizer com que esse projeto volte à Câmara, aí, meu Senador, estamos perdidos. (*Palmas.*) Aí nós estamos perdidos, porque lá é a nossa condenação. Se chegar lá, não sairá mais de lá.

Ainda agora, um aposentado me cobrava: "Vamos votar hoje". "Não, calma, temos a palavra do Presidente e de todas as Lideranças de que votaremos amanhã". Vamos votar amanhã de qualquer maneira. O que nós precisamos ver é o teor do despacho do relatório do Senador Romero Jucá, porque, se volta para lá, o Senador Romero Jucá está nos matando; é matança de todos, porque não sai mais este ano.

Outra coisa que gostaria de registrar aqui. Vou votar o Ficha Limpa, meu prezado Senador Líder de Goiás, mas quero lhe dizer uma coisa: por que não se vota junto com o Ficha Limpa – aí, sim, poderíamos dizer para a sociedade que nós estamos melhorando este Senado em nível de respeito à sociedade – a derrubada do voto secreto neste Senado? É uma vergonha nacional esse negócio de se votar secretamente aqui neste Senado! Por que eu tenho a obrigação de esconder o meu voto? Eu não quero mais esconder o meu voto neste Senado, Senador! E não estou fazendo nenhuma firula política, porque não sou candidato a Senador. Não sou! Não sou candidato a nada! Mas é uma vergonha nacional se dizer, aqui neste Senado, que se tem que votar secretamente em determinadas ocasiões. É uma vergonha! Votar Ficha Limpa é uma obrigação nossa. Eu quero votar é a queda do voto secreto!

Fica aqui a minha colocação, e vou dizer mais: vou votar o Ficha Limpa, mas vou votar sob protesto. E a minha bandeira, depois dessa dos aposentados, é esta: só vou sossegar quando derrubarmos neste Senado esta imoralidade de voto secreto!

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a terá o meu apoio, V. Ex^a terá o meu voto, e, se depender de mim, caso eu esteja aqui na Presidência, V. Ex^a terá prioridade em relação a esse projeto. Concordo em gênero, número e grau. Não há razão para termos votação secreta aqui no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Marconi Perillo, eu pedi a palavra pela ordem, para falar em nome da bancada do PDT. Falo em meu nome e em nome de todos os Senadores que compõem a bancada do PDT. São seis Senadores.

O que nós estamos propondo, Sr. Presidente, em relação ao Projeto Ficha Limpa? Ele não pertence a nenhum Parlamentar. Ele não pertence nem a um Deputado nem a um Senador, ele pertence à sociedade brasileira.

Nós não temos o direito de postergar, de adiar a votação desse Projeto Ficha Limpa, como também não temos o direito de votar com a interpretação de que esse projeto vai entrar em vigor apenas em 2012. Esse projeto tem de valer para 2010, para este ano, para esta eleição, para começar a faxina. Se é para começar a faxina, vamos começar nesta eleição.

Não há por que ficar com essa conversa de "não dá para entrar em vigor agora". A verticalização, quero lembrar, entrou em vigor no ano da eleição, a verticalização que, em 2006, impediu-me, inclusive, de realizar alianças com partidos importantes em meu Estado, como o PSDB, do Flávio Arns e do Alvaro Dias, e como o PFL na época, agora DEM. Eles não puderam fazer alianças comigo porque a verticalização entrou em vigor no período da eleição.

Essa proposta de ficha limpa veio muito tarde para o Congresso Nacional. Nós já deveríamos ter votado isso há muito tempo. Aliás, aqui no Senado já votamos isso. Mas agora estamos votando uma proposta que veio da sociedade. E eu não vejo como o Senado não votar isso nesta semana, Presidente.

V. Ex^a propôs que votássemos hoje. Parece que não vai ser possível, mas que não passe de amanhã e que seja válida essa proposta para a eleição de 2010, para que tenhamos, disputando as eleições, aqueles que se enquadram nas restrições feitas pelo Projeto Ficha Limpa.

Sr. Presidente, eu ia apresentar uma emenda para tornar mais clara a aplicabilidade desse projeto para 2010, mas não vou fazer isso porque senão ele volta para a Câmara, e aí sim, é que ele não vai valer para 2010. Então, apenas justificando por que não apresento a emenda: para que ele tenha validade em 2010.

E, quanto aos aposentados, tenho ouvido algumas autoridades do Governo dizerem o seguinte: "Votando 7,71%, ah, vai dar problema". Mas eu ouvi também as mesmas autoridades do Governo dizendo que a economia brasileira vai crescer este ano entre 5% e 7%; portanto, a arrecadação vai crescer.

Tenho em mãos dados enviados pelo Ministro Carlos Lupi de que nós tivemos já a geração de 900 mil empregos neste ano. A meta ou a previsão para este ano é a geração de cerca de 2,6 milhões de empregos. Haverá, portanto, um aumento no número de contribuintes do INSS; haverá, portanto, aumento da receita e não há por que negar esse aumento de 7,71% aos aposentados. O PDT está na base do Governo e vai votar a favor do aumento para os aposentados brasileiros, que é o mínimo que este Senado pode fazer, e nós queremos votá-lo amanhã também, assim como o fim do fator previdenciário.

Senador Paulo Paim, eu havia assumido um compromisso com V. Ex^a de que acompanharia a sua proposta. Semana que passou, relatei um projeto de V. Ex^a que estabelece obrigatoriedade para que empresas com mais de cem empregados, cem trabalhadores, sejam obrigadas a fornecer uma bolsa de estudo para um curso profissionalizante na relação de cem para um.

Relatei com muito orgulho aquele projeto, porque é uma proposta decente, uma proposta para criar mais um instrumento de capacitação profissional para os nossos trabalhadores. E, agora, acompanho V. Ex^a também na defesa do direito dos aposentados brasileiros, votando, Sr. Presidente, o PDT inteiro – é o que vou pedir para os Senadores do PDT – para aprovarmos esse reajuste aos aposentados e o fim do fator previ-

denciário. E aí, Sr. Presidente, que seja pelo menos amanhã, no mais tardar, amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Osmar Dias, esta Presidência já fez o compromisso de que amanhã, às 10 horas, será apresentada a resposta à consulta formulada pelos líderes do PSDB, do DEM, do Governo, em relação à possibilidade de votarmos com a pauta trancada.

A orientação desta Presidência é no sentido de que busquemos uma solução, e uma vez dada a solução, nós colocaremos, às 16 horas, a votação do Projeto Ficha Limpa, e logo depois nós vamos votar também o projeto dos aposentados, a medida provisória, já está pactuado isso. Eu queria votar hoje; como não houve consenso e a medida provisória não foi devolvida, não foi relatada, há um acordo para que seja votada amanhã.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será inscrito pela ordem, após os outros que já estão inscritos.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, que já está inscrito pela ordem, eu gostaria de encerrar a votação dessa Mensagem nº 71.

Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado.

(Procede-se-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

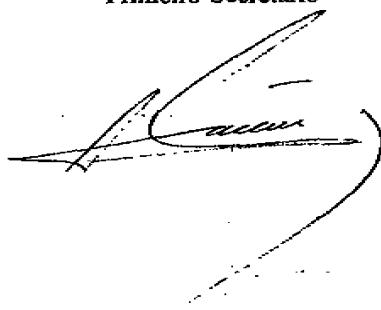
MENSAGEM N° 71, DE 2010 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, PARA EXÉRCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA DINAMARCA E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO À REPÚBLICA DA LITUÂNIA.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 18/5/2010 Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00 Abertura: 18/5/2010 17:11:48
Encerramento: 18/5/2010 17:25:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
DEM	MT	JORGE YANAI	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGripino	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSOB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAKI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Primeiro-Secretário



Presidente: MARCONI PERILLO

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 03 Total : 42
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO, 3 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Total: 42 votos.

Aprovada a matéria, aprovada a indicação do Sr. Embaixador.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM N° 107, DE 2010

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem n° 107, de 2010 (n° 186/2010, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujo Relator é o Senador Inácio Arruda, pela aprovação.

PARECER N° 563, DE 2010-CRE

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em discussão o parecer. (*Pausa*)

Encerrada a discussão.

As Srs. e os Srs. Senadores já podem votar.

Vou abrir o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Antonio Carlos Valadares será inscrito pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Paulo Paim, antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, eu gostaria de, se possível, recebê-los amanhã, na Presidência do Senado, à tarde, para uma reunião com a representação dos vigilantes. Eu quero manifestar o meu irrestrito apoio à causa dos vigilantes e me colocar, como Presidente, à disposição para a aprovação daquela matéria, cujo autor é V. Ex^a.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, um minuto só, pela ordem. Consulto V. Ex^a se a Medida Provisória nº 480 vai ser votada no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Será votada hoje.

Só vou concluir esta parte, concedendo a palavra pela ordem, e, aí, imediatamente, eu colocarei em votação.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Marconi Perillo, quero entrar nos encaminhamentos dessa questão. Primeiro, digo a V. Ex^a que está confirmado que amanhã estaremos no seu gabinete, na 1^a Vice-Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Na Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na Presidência da Casa, com a delegação dos vigilantes de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Às 16 horas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Às 16 horas. A segunda questão, Sr. Presidente, é que estamos, nas galerias e na tribuna de honra, com lideranças dos aposentados de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador, às 15 horas, porque às 16 horas vamos votar a medida provisória.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Às 15 horas, com os vigilantes.

Estão aqui lideranças dos aposentados, Sr. Presidente, de todo o País, que, mediante o entendimento feito na semana passada, acreditaram que essa matéria seria votada no dia de hoje. Essa é a expectativa que se criou na questão dos aposentados, dos pensionistas e também na questão do fator previdenciário na Medida Provisória 475.

Fizemos um acordo, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados. O que o Senado aprovou há um ano e meio não era 80% do PIB, era 100% do PIB. Mas sou de cumprir acordos. Os Senadores acordaram, eu acordei, a Câmara aprovou, a Cobap concordou, as centrais concordaram que fosse 80%, 7,7%. Isso é que a Câmara aprovou por unanimidade, não teve nem votação nominal. Ora, Sr. Presidente, foi aprovado 7,7%, isso está no art. 1º da MP que veio a esta Casa. No art. 2º, não houve adequação da vontade dos Deputados. O que entendemos? Que uma emenda de redação vai atender ao comando do art. 1º, garantindo

7,7%, que é o que foi votado para o teto a ser pago na Previdência.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, que esta Casa já fez outras vezes. Poderíamos fazer uma emenda de redação para evitar que o reajuste dos aposentados voltasse para a Câmara. Lá, tem sete MPs trancando a pauta e, provavelmente, não se vota antes de 1º de junho – e vão cair os 7,7%.

Eu quero, Sr. Presidente, alertar esta Casa, alertar as galerias: se essa MP voltar para a Câmara, não teremos nem 7%, nem 7,7% e nem os 6,14% que foram pagos em janeiro por essa MP, pois ela vai cair. Então, essa é a primeira consideração.

Nós já fizemos aqui, mediante acordo, emendas de redação. Eu espero que a gente possa fazer isso para que essa matéria seja votada hoje ou, no mais tardar, amanhã.

Segundo ponto, Sr. Presidente: a questão do fator previdenciário. Eu peço a tolerância de V. Ex^a, porque essa questão é importante. O fator previdenciário, como veio da Câmara, é muito mais flexível do que aquilo que o Senado aprovou. O Senado aprovou a média curta, das últimas 36 contribuições. O que a Câmara aprova? As 80 maiores contribuições, de 1994 para cá. É o mesmo que se adota para o servidor público.

Nós defendemos uma Previdência universal, só que esse fator só vai entrar em vigor a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Então, não há motivo nenhum para nós não aprovarmos como veio da Câmara. Faz-se a emenda de redação para ajustar o teto com os 7,72% aprovados e nós podemos mandar ao Presidente da República.

Sei que há uma preocupação, na Casa e na sociedade, com a questão da chamada aposentadoria precoce, de alguém que poderia se aposentar aos quarenta e poucos anos.

Primeiro, não é bem assim, Sr. Presidente. O cidadão, pela Constituição, começa a trabalhar com 16 anos. Dezesseis mais 35 são 51. Então, de pronto, temos um parâmetro, que são 51 anos.

Tenho uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) em que enfrento a questão da idade mínima. Eu bato uma regra de transição e vou na mesma linha do que é para o servidor público. Como foi acertado quando votamos, aqui, a reforma da Previdência no serviço público? Para quem entra no sistema daqui para a frente, aí, sim, são 55 e 60. É assim para o servidor. O que poderíamos fazer? Aprovarmos como veio da Câmara e fazermos a emenda de redação, com o compromisso de aprovarmos essa PEC que garante a idade mínima.

Essa minha PEC, Sr. Presidente, é como toda regra de transição. Conversei com as centrais, com as

confederações, com a Cobap e não há ninguém que esteja encaminhando contra. Com isso, aprovariam os 475 como veio da Câmara dos Deputados, mantendo o fim do fator e mantendo os 7,7%.

Alguém me perguntou: "Ah, mas vota a PEC de hoje para amanhã?" Temos tempo para votar a PEC e podemos fazer o acordo com a Câmara dos Deputados até dezembro, porque o fim do fator é só em 1º de janeiro.

Eu acho que, com esse encaminhamento, Sr. Presidente, nós resolvemos a questão e o Presidente pode sancionar. É bom lembrar para todos e para a sociedade, que está assistindo neste momento, em massa, à TV Senado, que o fator só entrou quando nós derrubamos a idade mínima. Nós estamos propondo isso agora, baseados nesse princípio de 35 mais 16 – 16 quando você inicia e 35 de contribuição –, 51; regra de transição; quem entra no sistema, 55 e 60.

O Senador Alvaro Dias já fez o relatório. O relatório está pronto. Podemos, para mim, votar essa PEC até esta semana. Remetemos para a Câmara e ela teria até novembro ou dezembro para resolver essa questão.

Era isso, Sr. Presidente. Dessa forma, nós votamos amanhã e o tema vai direto para o Presidente da República.

Era isso.

Obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Havendo...

(Manifestação das galerias.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu pediria, mais uma vez, a gentileza da assistência, das galerias, para colaborarem com o cumprimento do Regimento. Todos nós estamos tendo a melhor boa vontade para a aprovação dessa matéria, mas, como Presidente, eu preciso ser enjoados, preciso cumprir o Regimento e queria contar com a colaboração dos senhores e das senhoras que nos honram, aqui, com suas presenças.

Eu gostaria de dizer ao Senador Paulo Paim que, se depender desta Presidência, vamos colocar em votação. É preciso, apenas, haver *quorum* para a votação de proposta de emenda à Constituição. Entendido, Senador Paim? (Pausa.)

Nós precisamos apenas ter *quorum*, senão não dá para votar a PEC.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Valter Pereira tem pedido pela ordem e ele será atendido, só que existem outros Senadores que estão inscritos pela ordem antes: Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Azeredo, Senador Valter Pereira, Senador Valadares e, agora, o Senador Casagrande.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes, só para justificar. Votei... Na votação passada, se estivesse aqui, eu votaria de acordo com a orientação do meu Partido, no Embaixador da Dinamarca.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será atendido.

Encerrada a votação.

Nós vamos revogar o despacho, aguardando que os últimos Senadores possam exercer o seu direito ao voto.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 107, DE 2010 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA GUATEMALA.

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	2	Abertura:	18/5/2010 17:26:56
Data Sessão:	18/5/2010	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	18/5/2010 17:36:32
Primeiro-Secretário					
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou		
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	Votou		
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou		
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou		
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou		
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou		
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou		
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	Votou		
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	Votou		
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou		
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILCY	Votou		
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou		
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	Votou		
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou		
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLÉS	Votou		
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou		
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou		
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou		
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou		
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou		
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou		
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou		
DEM	MT	JORGE YANAI	Votou		
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	Votou		
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou		
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou		
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou		
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou		
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou		
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou		
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou		
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou		
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou		
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou		
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou		
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou		
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou		
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou		
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou		
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou		
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou		
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	Votou		
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou		
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou		

Presidente: MARCONI PERILLO

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 04 **Total : 44**
Votos ABST. : 01

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO, 4.

Houve uma abstenção.

Total: 44 votos.

A matéria foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu vou conceder a palavra, pela ordem, aos cinco oradores que solicitaram e, logo após, nós vamos começar a votação da Medida Provisória 480, cujo Relator já se encontra aqui para proferir o seu relatório.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar à Mesa que, em instantes, entregarei o requerimento, com base no art. 336 e no art. 338 do Regimento Interno, para urgência, para que o Projeto de Lei Complementar 58, que altera a Lei Complementar 64, que estabelece, de acordo com o art. 14 da Constituição, caso de inelegibilidade, prazo de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidades que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato, conhecido como projeto Ficha Limpa.

Eu já tenho, aqui, as assinaturas de praticamente mais de 90% dos Líderes. Faltam, apenas, a assinatura do Senador Gim Argello e a assinatura do Senador José Nery, do PTB e do PSOL, respectivamente.

Todos os demais já assinaram e muitos dos Vice-Líderes, reforçando. Então, nesta tarde, Sr. Presidente, encaminharei o requerimento consensual dos Líderes do Senado para o regime de urgência da apreciação e votação do projeto Ficha Limpa, com o entendimento de que, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, haverá a apreciação e votação do parecer do próprio Presidente, e avocou a si o Senador Demóstenes Torres para ser o Relator da matéria. Dessa maneira, cumpriremos o compromisso de todos os Senadores, de todos os Partidos, para a rápida votação do projeto Ficha Limpa, em regime de urgência.

Então, era o anúncio que eu gostaria de fazer.

Quero pedir ao Senador Gim Argello e ao Senador José Nery que compareçam logo ao plenário, para completarem as assinaturas.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – E Senador Marcelo Crivella também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) Pela ordem Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero primeiro dizer que, como Relator da Medida Provisória 477, eu fiz a entrega do relatório ontem, dia 17, às 16 horas e 40 minutos. Então, ela foi entregue à Mesa dentro do prazo, ainda ontem. Meu parecer é contrário a essa medida provisória, que abre 18 milhões de crédito extraordinário.

Com relação ao Projeto Ficha Limpa, Sr. Presidente, quero deixar claro minha posição favorável. Minas Gerais tem mais de 300 mil assinaturas nesse projeto, que tem 1,4 milhão de assinaturas, assinaturas presenciais, com títulos eleitorais, portanto, não são assinaturas obtidas via Internet e sim assinaturas presenciais. Com a redação que aprovada na Câmara, o projeto acaba inclusive com a generalização que se costuma fazer em relação à vida pública. A generalização vai ser extinta, como acontece hoje quando se critica todos políticos de maneira geral. Portanto, a minha posição é favorável; que possamos votá-lo ainda amanhã. Assim sendo, acompanho a posição do nosso Líder Arthur Virgílio evidentemente.

Com relação à questão dos aposentados, o Senador Paim colocou com muita clareza a questão aqui. Uma delas é o reajuste extraordinário. Na verdade, a disputa com o Governo é em relação a 0,70%, o que se justifica, já que o Governo está emprestando dinheiro para outros países e tem uma arrecadação crescente, podendo assim perfeitamente suportar esse 0,70% além do que havia acordado. Quanto ao fator previdenciário, precisamos sim olhar a questão das aposentadorias precoces. Por isso, a proposta do Senador Paim parece-me ser um bom caminho; que se vote também a questão que foi a responsável pela criação do fator previdenciário, ou seja, as idades mínimas que têm de existir.

Mas, Sr. Presidente, quero abordar rapidamente um outro assunto, que diz respeito à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Temos, na pauta, a votação para vários embaixadores, inclusive o embaixador para Cuba. Quero aqui fazer uma colocação para o Governo Federal: que o Governo coloque um embaixador brasileiro em Honduras, já que estamos sem embaixador em Honduras desde que saiu o Presidente Zelaya. Já aconteceram eleições normais em Honduras, já há um presidente de fato, reconhecido, mas o Brasil não o reconheceu e não enviou embaixador para lá. No entanto, indicou um novo embaixador para Cuba, para ser sabatinado. Acredito que é uma incoerência, porque, se vai designar um embaixador para Cuba, não tem motivo para não termos um embaixador em Honduras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está devidamente inscrito pela ordem.

Antes de conceder a palavra ao Senador Valter Pereira, vou alternar, colocando em votação alguns projetos rapidamente. Em seguida, concederei a palavra a S. Ex^a e depois votaremos mais alguns projetos para de novo conceder a palavra a outros.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 868, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 868, de 2009 (nº 1.104/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.

Parecer favorável, sob nº 414, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

Discussão do projeto, em turno único (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 868, DE 2009**

(Nº 1.104/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo-Quadro, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no **DSF** de 18-11-2009.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 873, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 873, de 2009 (nº 1.681/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 415, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Augusto Botelho.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 873, DE 2009**

(Nº 1.681/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-

no da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio Nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 18-11-2009.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 874, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2009 (nº 1.737/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 25 de julho de 2008*.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Cavalcanti.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 874, DE 2009**

(Nº 1.737/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino

do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicado no DSF de 18/11/2009.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, expediente do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, solicitando a remessa do Projeto nº 325/2006, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, a fim de atender ao pedido da Senadora Fátima Cleide, que solicita oitiva da Comissão de Assuntos Sociais, já que, por força do Regimento Interno, esse projeto é terminativo na Comissão de Agricultura. Obviamente, precisando ser deliberada a sua remessa para essa outra Comissão e essa deliberação sendo do plenário, é preciso que esteja à disposição da Mesa.

Determinei à Comissão que enviasse o projeto imediatamente para V. Ex^a, para o Presidente da Mesa Diretora, a fim de que seja apreciado e atendido, portanto, a postulação da Senadora Fátima Cleide.

O requerimento é no sentido de que se coloque em votação, que se dê primazia a esse requerimento da Senadora Fátima Cleide, para que o projeto possa voltar à Comissão de Agricultura, onde está pautado, a fim de receber o devido tratamento, ser feita a leitura do relatório e também a votação imediatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento ainda hoje. Portanto, solicito à Secretaria da Mesa que inclua o requerimento de V. Ex^a no rol dos requerimentos que serão votados daqui a pouco.

V. Ex^a será integralmente atendido.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a para justificar os meus dois votos, porque eu estava na Casa, exercendo a Presidência na Comissão, já que fui chamado face a um ofício, e,

nesse interregno, houve a votação. Pediria que V. Ex^a considerasse os meus votos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a é um Senador muito atuante, muito presente e será atendido na forma do Regimento.

Antes de passar a palavra ao Senador Valadares, vamos votar mais alguns projetos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 18, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2010 (nº 1.661/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Malária/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Parecer favorável, sob nº 416, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Augusto Botelho.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 18, DE 2010**

(Nº 1.661/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do acordo de cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Malária/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate

à Malária/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Parágrafo único. Ficam sujeitas à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretam encargos em compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no DSF, de 01/03/2010.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Magno Malta, V. Ex^a será inscrito pela ordem.

Item extrapauta.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2010 (nº 1.972/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Repúbl^{ica} da Colômbia, para o estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil), e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

Parecer favorável, sob o nº 417, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: o ilustre Senador Inácio Arruda.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Eduardo Azeredo com a palavra para discutir.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas enfatizar a importância desse acordo entre o Brasil e a Colômbia.

O Senador Arthur Virgílio não está presente no momento, mas esse acordo vai trazer um benefício muito grande, trazendo zona de regime especial fronteiriço entre Tabatinga e Letícia – Tabatinga no Amazonas e Letícia na Colômbia –. São duas cidades, praticamen-

te separadas uma da outra por uma avenida apenas, portanto, há uma vida em comum. Então, esse acordo que fará com que tenhamos um regime especial fronteiriço é da maior importância para o Amazonas, para o Brasil e para a Colômbia.

Portanto, na ausência do Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a discussão.

Senador Magno Malta, V. Ex^a quer falar sobre a matéria? V. Ex^a será inscrito para falar pela ordem daqui a pouco.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2010**

(Nº 1.972/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*)A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 2-3-2010.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2010 (nº 1.742/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007*.

Parecer favorável, sob o nº 462, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2010**

(Nº 1.742/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entre em vigor na data de sua publicação

(*) A íntegra do texto do protocolo encontra-se publicada no **DSF** de 2-3-2010.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 247, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando ao Tribunal de Contas da União que solicita à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) esclarecimentos quanto à sua decisão no Processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, de extinção do Contrato 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal ad quem assinalado no seu 8º Termo Aditivo, com vistas a verificar se tal decisão atendeu às prescrições legais, em especial à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como se não houve prejuízos ao erário, por conta de tal decisão.

Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 270, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 270, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de um levantamento de auditoria na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), no período de 2003 a 2009, com vistas a relacionar os procedimentos de apuração de irregularidades instaurados pelos diversos órgãos federais de fiscalização.

Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 376, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 376, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União - TCU na Superintendência Regional do Dnit

em Goiás, referente a sobrepreço nos contratos firmados em obras públicas federais naquele Estado.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 422, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 422, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que o Tribunal de Contas da União realize auditoria na Caixa Econômica Federal, nos contratos 126/2010, processo 5307.01.4085.0/2009, no valor de 310 milhões e 1154/2008, processo 5307.01.0869.0/2008, no valor de 6 milhões.

Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 423, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que o Tribunal de Contas da União realize auditoria no Banco do Brasil S/A, nos contratos formalizados com a empresa TIBCO Software Brasil Ltda.

Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não havendo objeção do plenário, a Presidência colocará em votação, em globo, requerimentos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Um instante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É sobre requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não é pela ordem. Eu quero só pedir a V. Ex^a: o Requerimento nº 311, de 2010, de minha autoria, foi relatado pelo Senador João Vicente Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Para economia processual, V. Ex^a será atendido. Eu vou incluir o requerimento de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não havendo objeção do plenário, a Presidência colocará em votação, em globo, requerimentos de audiência de outras comissões, de tramitação conjunta e de desapensamento.

Votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 268, 293, 378, 389, 404, 405, 406, 407, 410, 416, 417, 418, 442, 443, 465, 466, 467, 484, 488, 489 e 520, de 2010**.

Senador Valter Pereira, este último é do interesse de V. Ex^a. É de audiência de outras Comissões.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que os aprovam, em globo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados todos os requerimentos colocados em votação.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO N° 268, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 2010, do Senador João Pedro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*dispõe sobre a unidade padrão de redução de emissão de gases de efeitos estufa*).

A matéria retorna à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seguindo, posteriormente, à de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO N° 293, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 293, de 2010, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (*institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra*).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO N° 378, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que,

sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (*imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada*).

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Serviços de Infraestrutura; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO N° 389, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 389, de 2010, do Senador Fernando Collor, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (*incentivos fiscais referentes ao ICMS sejam concedidos por maioria qualificada*).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO N° 404, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 404, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (*dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico por intermédio da Internet*).

REQUERIMENTO N° 405, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 405, de 2010, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (*dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico por intermédio da Internet*).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 406, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 406, de 2010, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (*altera as normas que regem as eleições*).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 407, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 407, de 2010, do Senador Fernando Collor, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (*nomeação e mandato dos Procuradores-Gerais das agências reguladoras*).

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 410, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 410, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (*regulamenta o exercício profissional da acupuntura*).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO N° 416, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 416, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (*regula o exercício da profissão de Historiador*).

REQUERIMENTO N° 417, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2010, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição,

Justiça e Cidadania (*regula o exercício da profissão de Historiador*).

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, para exame do Projeto e da Emenda nº 1-Plen.

REQUERIMENTO N° 418, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2010, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*concede abono anual aos beneficiários da prestação continuada de assistência social*).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO N° 442, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 442, de 2010, do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*dispensa de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito para a consignação em folha de pagamento*).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO N° 443, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 443, de 2010, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu*).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO N° 465, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 465, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esport-

te (proibição de conteúdo programático de concursos públicos em nível superior ao exigido pelo cargo).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 466, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 466, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (*cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Ancine*).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 467, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 467, de 2010, do Senador Antonio Carlos Junior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (*admissão tácita de paternidade nos casos em que menciona*).

A matéria, uma vez já instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Comissão de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO N° 484, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 484, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (*Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável*).

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, a de Educação, Cultura e Esporte.

REQUERIMENTO N° 488, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 488, de 2010, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional*).

A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos

termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Serviços de Infraestrutura.

REQUERIMENTO N° 489, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 489, de 2010, do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (*Cide-Álcool*).

A matéria volta à Comissão de Serviços de Infraestrutura, seguindo posteriormente à de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO N° 520, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 520, de 2010, da Senadora Fátima Cleide, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, seguindo posteriormente, nos termos do art. 49, I, à de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação dos Requerimentos nºs 249, 304, 326, 328, 343, 344, 357, 390, 396, 411 e 448, de 2010, de tramitação conjunta.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados todos os requerimentos aqui relatados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO N° 249, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 249, de 2010, do Senador Raimundo Colombo, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2009-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 229 e 248, de 2009-Complementares, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (*Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável*).

As matérias retornam à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 525, de 2010, lido anteriormente.

REQUERIMENTO N° 304, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 304, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando

a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 23, de 2005; e 3, de 2008, por regularem a mesma matéria (*destinação de bens apreendidos*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO N° 326, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 326, de 2010, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007; com o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2009, por regularem a mesma matéria (*assegurar o porte de arma ao agente público*).

O Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, perde o caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007.

As matérias vão ao exame das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 328, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 328, de 2010, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007; com os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99, de 2003; e Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003; 80, de 2004; e 240, de 2007; que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (*obrigatoriedade de realização de exames em crianças e recém-nascidos*).

O Projeto de lei do Senado nº 510, de 2007, perde seu caráter terminativo, passa a tramitar em conjunto com as demais matérias e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 343, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 343, de 2010, do Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 302, de 2009; com o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2009, por regularem a mesma matéria (*regularizar a propriedade de imóveis rurais por estrangeiros na Amazônia Legal*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

REQUERIMENTO N° 344, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 344, de 2010, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 139, de 2005; 224, de 2007; e 366, de 2008, por regularem a mesma matéria (*critérios de desempate em licitações públicas*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 357, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 357, de 2010, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 24, 50, 58 e 65, de 2005, já apensada à de nº 17, de 2007; 45, de 2006; 6, 9, 12, 20 e 35, de 2009, por regularem a mesma matéria (*Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; além de outros Fundos constitucionais*).

As propostas passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 390, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 390, de 2010, do Senador Geovani Borges, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 353, de 2003; 108 e 311, de 2004; 547 e 548, de 2007, por regularem a mesma matéria (*moto-taxi*).

As matérias passam a tramitar em conjunto, vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 396, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 396, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 79, de 2003; 101 e 103, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (*direitos dos enfermos em serviços de saúde*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO N° 411, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 411, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 15 e 691, de 2007, por regularem a mesma matéria (*medidas preventivas da saúde de modelos e manequins*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO N° 448, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 448, de 2010, do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 400 e 555, de 2009, por regularem a mesma matéria. (*fabricação e venda, sem autorização, de uniforme militar*)

As matérias passam a tramitar em conjunto, o Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2009, perde seu caráter terminativo, e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação dos **Requerimentos nºs 303, 307 e 342, de 2010**, de desapensamento.

As Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO N° 303, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 303, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2003, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14, de 2003; 39, de 2004; 28, de 2008; e 1, de 2009, a fim de que tenha tramitação autônoma (*adoção do voto facultativo*).

A Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2003, é desapensada das demais matérias, volta a ter tramitação autônoma e, uma vez que já se encontra instruída, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 307, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 307, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 115,

de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; e 138 e 465, de 2008; a fim de que tenha tramitação autônoma (*altera a base de cálculo do imposto de renda*).

O Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2009, é desapensado das demais matérias, volta a ter tramitação autônoma e vai ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Econômicos.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto e retornam ao exame das Comissões de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO N° 342, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 342, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 64, de 2006; e 173, de 2007, a fim de que tenham tramitação autônoma (*estabelece normas para funcionamento das empresas que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores*).

As matérias voltam a ter tramitação autônoma.

O Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais.

As demais matérias voltam a ter caráter terminativo.

O Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, retorna à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2007, retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2010 (nº 1.679/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, assinado na cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007*.

Parecer favorável, da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Pedro Simon.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2010**

(Nº 1.679/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa do Panamá, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Tratado encontra-se publicado no **DSF**, de 18-3-2010.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 34, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2010 (nº 1.924/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.

Parecer favorável, sob o nº 558, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.) Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 34, DE 2010**

(Nº 1.924/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no **DSF** de 18-4-2010.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 15, de 2010.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 522, DE 2010

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 16, de 2010, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 95 de 2010, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável”.

Em 20 de abril de 2010.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 95 DE 2010
NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 20/10/10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELcíDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-VAGO
VAGO	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-VAGO
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FERNANDO DORNELLES (PP)	1-ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2-GEOVANI BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-HÉLIO COSTA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-VAGO
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-EDISON LOBÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAMONDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDIO	1-SÉRGIO ZAMBIAZI
GIL ARGELLO	2-FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMIAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação do requerimento.

As Sr^{as} os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 15, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n° 15, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, na CAE, cujo relator *ad hoc* foi o Senador Arthur Virgílio, que autoriza a República Federativa do

Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 1.300.000,00 dos Estados Unidos da América com o Bird.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Discussão do projeto, em turno único.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, parecer final da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

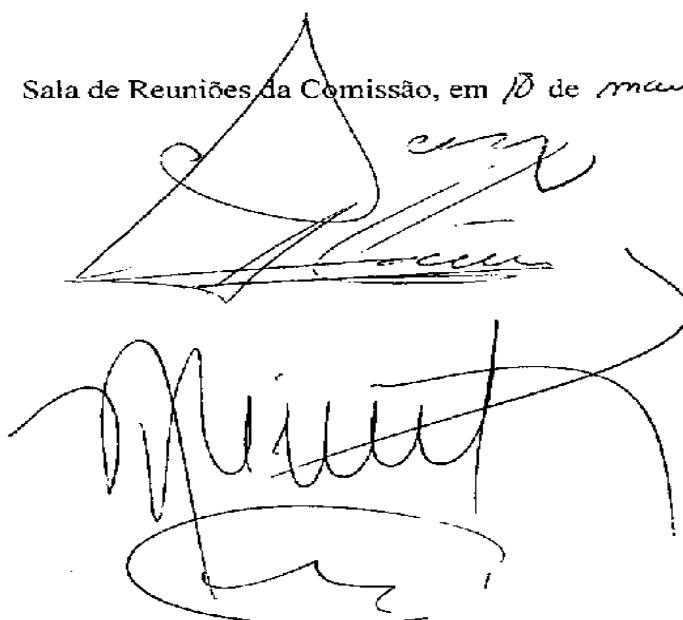
PARECER N° 54 , DE 2010

COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Resolução n° 15, de 2010.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 15, de 2010, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Sala de Reuniões da Comissão, em 10 de maio de 2010.



ANEXO AO PARECER N° 564, DE 2010.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 15, de 2010.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2010

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito constituem o “Primeiro Empréstimo Programático (DPL) para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável” e têm como objetivo atualizar e ampliar políticas de sustentabilidade ambiental no Brasil.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – valor total: até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos), na modalidade margem variável;

IV – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2010;

V – amortização do saldo devedor: cada desembolso deverá ser pago em 49 (quarenta e nove) parcelas semestrais e consecutivas, no dia 15 de fevereiro e de agosto de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2015 e a última em 15 de fevereiro de 2039,

sendo que o valor de cada parcela será equivalente a 1/49 de cada desembolso, exceto a última, que será equivalente ao valor remanescente;

VI – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa composta pela taxa de juros *Libor* semestral para dólar norte-americano, acrescida de um *spread* a ser determinado pelo Bird semestralmente;

VII – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos até 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento;

VIII – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

§ 2º É facultado ao mutuário solicitar a alteração da modalidade do empréstimo de margem variável para contratação em margem fixa, sendo-lhe permitido, e desde já autorizado por esta Resolução, converter a taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa, bem como alterar a moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado, quanto para o montante a desembolsar.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser excreta no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB –

GO) – Discussão da redação final.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB –

GO) – Há sobre a mesa requerimento.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO N° 523, DE 2010

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS n° 17, de 2010, advindo da Mensagem do Senado Federal n° 114 de 2010, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$60.000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investment Bank – NIB, cujos recursos destinam-se ao co-financiamento do Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos.”

Em 11 de maio de 2010.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 114 DE 2010
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 11 / 05/10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELcíDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-VAGO
VAGO	4-IDELEI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-VAGO
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-HÉLIO COSTA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-VAGO
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-EDISON LOBÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
FRAJAH MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
EDMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
DELMIRO SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
LYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPIINO (DEM)
CÉRCIO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
THURIRY VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
SSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
JO VICENTE CLAUDIO	1-SÉRGIO ZAMBIAZI
I ARGELLO	2-FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
IAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação do requerimento de urgência.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 17, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n° 17, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer n° 532, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Cavalcanti), que autoriza a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social - BNDES e o Nordic Investment Bank – NIB, cujos recursos destinam-se ao co-financiamento do Programa Multissetorial NIB III - Linha de Crédito – Países Nórdicos.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final. (Pausa.)

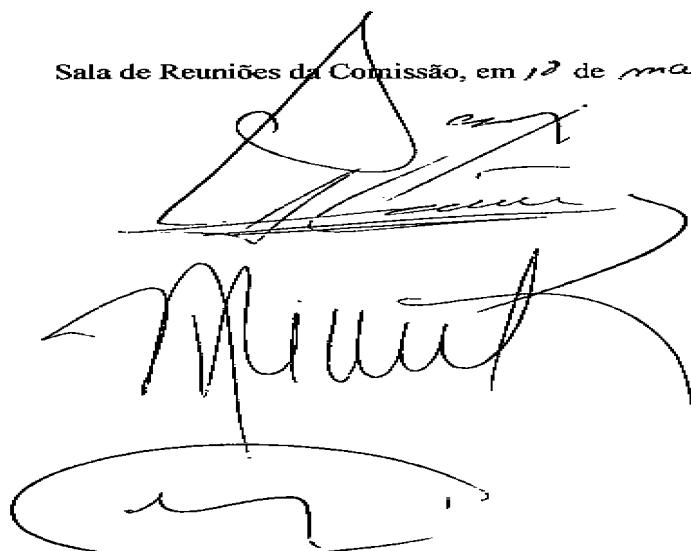
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER N° 565, DE 2010
COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Resolução
n° 17, de 2010.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 17, de 2010, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo com Nordic Investment Bank (NIB), no valor de até 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao co-financiamento do "Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos".

Sala de Reuniões da Comissão, em 1º de maio de 2010.



ANEXO AO PARECER N° 565, DE 2010.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 17, de 2010.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2010

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo com o Nordic Investment Bank (NIB), no valor total de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao cofinanciamento do “Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), com o Nordic Investment Bank (NIB).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao cofinanciamento do “Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Nordic Investment Bank (NIB);

II – valor do empréstimo: até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos);

III – prazo de desembolso: em até 2 (dois) anos, contado da data de assinatura do contrato, em 1 (uma) ou mais *tranches* não inferiores a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

IV – amortização: em 15 (quinze) parcelas semestrais, sucessivas e substancialmente iguais, iniciando-se na data que cair em 3 (três) anos mais 60 (sessenta) dias corridos após a data de assinatura do contrato de empréstimo e encerrando-se 10 (dez) anos mais 60 (sessenta) dias corridos após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

V – juros: compostos pela *Libor* semestral, acrescidos de uma margem de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano), exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento do principal, sendo que a taxa de juros variável poderá, a pedido do mutuário, com antecedência de 30 (trinta) dias da data de pagamento, ser substituída por uma taxa fixa a partir do pagamento seguinte;

VI – juros de mora: taxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), em adição ao que for maior entre a taxa de juros aplicável para o montante, caso este não tivesse vencido, e o custo de captação do NIB para a parcela vencida somado à última margem aplicada;

VII – comissão de compromisso: até 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;

VIII – *front-end-fee*: 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* deduzida do montante de cada *tranche* desembolsada.

Art. 3º A autorização prevista no art. 1º é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A pauta, à exceção da medida provisória, está concluída. Nós vamos apenas passar a palavra, Líder Jucá, a alguns Senadores. Aqui, cinco pediram a palavra pela ordem. Se eles concordarem em adiar a palavra pela ordem, eu coloco a medida provisória imediatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O ideal era nós aqui encerrarmos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu vou colocar só para... Senador Valadares, o senhor permite que seja apenas o Senador Magno Malta, depois eu passo a V. Ex^a?

Senador Magno Malta, eu pediria que fosse bastante sucinto, como é, de praxe, V. Ex^a.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É verdade, V. Ex^a me conhece bem mesmo.

Sr. Presidente, é para fazer o registro de que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso, Dia Nacional de Combate à Pedofilia.

É verdade que todos nós estamos engajados nessa luta no País, é a pauta da Nação a defesa das crianças.

Hoje, dia 18, é um dia absolutamente importante para que tratemos e falemos desse tema e chamemos a atenção da Nação para a necessidade de não desfalecermos nossos ânimos e de continuarmos esse enfrentamento.

Hoje, o Senador Tuma chegou aqui, vindo da cidade de Franca – S. Ex^a é relator de um caso emblemático de Franca –, e, amanhã, vamos nos reunir. S. Ex^a traz o relatório de uma visita contundente às autoridades que trataram do caso do religioso, do Padre Dé, envolvido numa série de abusos na região e também em Minas Gerais. Amanhã, às 14h30, vamos nos reunir para tomar pé do relatório do Senador Tuma e para nos preparar, Sr. Presidente, para tomar provisões na defesa dessas crianças.

No final desta sessão, no cumprimento das inscrições, como orador, vou fazer um relatório dessa CPI nos últimos dois anos, daquilo em que avançamos e daquilo em que colaboramos com o mundo, não so-

mente com a Nação brasileira. Conclamo todos nós: se há algo prioritário em nossas vidas, que seja a defesa das crianças!

Eu dizia ao Presidente Lula, antes de viajar: “Vossa Excelência providencie e faça o PAC da família, para que trabalhemos e para que o País se mostre na defesa das nossas crianças, de uma sociedade que se destrói com o crack, que se destrói com as drogas!”. Falamos em PAC de cimento, em PAC de asfalto, em PAC disso e daquilo, enquanto a família vai se destruindo. Parece que ninguém tem olhos no Poder Público para este momento tão desgraçado que a Nação brasileira está vivendo.

Por isso, neste dia, eu me solidarizo com aqueles que já sofreram abuso, porque há uma lembrança absolutamente triste no interior e na alma de cada um deles.

Com a procura das crianças do Brasil, Sr. Presidente, vou continuar essa luta, juntamente com V. Ex^a e com todos os Pares desta Casa, até porque a CPI da Pedofilia é unanimidade nesta Casa, para continuarmos produzindo para a Nação brasileira.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente em exercício – V. Ex^a fica muito bem nessa cadeira –, que já está pronta para ser votada a pulseira eletrônica. Essa pulseira eletrônica faz parte de um projeto de minha autoria, que foi relatado pelo Senador Demóstenes, que já foi à Câmara, que já voltou para esta Casa e que está pronto para ser votado. O projeto está pronto na Mesa do Senado, Sr. Presidente. E hoje, dia 18, é o melhor dia para dar esse presente às crianças do Brasil. Se o *serial killer* que matou crianças em Luziânia, no Estado de V. Ex^a – ele estava preso por abuso, mas foi solto, abusou de seis crianças e as matou –, estivesse monitorado, certamente essas crianças não teriam morrido.

Hoje, dia 18, eu vinha ouvindo no rádio V. Ex^a dizer que está substituindo o Senador Sarney e que V. Ex^a fará todo o esforço para votar tudo o que há de importante para o País. Receba meu aplauso! Que V. Ex^a inclua na pauta, para que o votemos, o projeto que trata da pulseira eletrônica para essa gente que abusa de criança! Receba, então, esse presente no dia 18 ou nesta semana, que não é uma semana de comemoração, mas que nos faz lembrar dos abusados e da necessidade de um ânimo novo para não permitir que outros sejam abusados. Eu gostaria que V. Ex^a pedisse à Dr^a Cláudia, pedisse à Mesa que levantasse onde está o projeto do monitoramento eletrônico, que foi bem relatado pelo Senador Demóstenes, para que nós o votássemos e para que ele fosse destinado à sanção do Presidente Lula. Seria tão importante para o Brasil e para o próprio Presidente sancionar essa

lei, para manter na cadeia quem tem mente criminosa e quem cometeu crime ocasional. Que estes estejam monitorados dentro da sociedade! Que aqueles que cometem crime de abuso contra criança sejam monitorados até sua morte, porque são compulsivos e, uma vez abusadores, vão continuar abusando.

Faço esse apelo a V. Ex^a, ao pai Marconi Perillo, ao Senador, ao competente ex-Governador, que ama a vida da família, porque foi assim que se portou como Governador de Goiás, para que esta semana possamos dar esse presente à Nação brasileira.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o Senador Hélio Costa votou com a indicação do seu Partido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, Senador Hélio Costa.

Senador Magno Malta, eu me associo a V. Ex^a. Creio que deve haver uma força-tarefa no Senado no combate rigoroso à pedofilia e a outras parafiliais, sobretudo graves, como é o caso da pedofilia.

Acompanhei o sepultamento das crianças vítimas de um pedófilo na cidade de Luziânia. Foi uma comoção, uma tristeza!

As medidas que estão sendo tomadas pelo Congresso Nacional, especialmente pelo Senado, com o trabalho de V. Ex^a, do Senador Demóstenes, do Senador Romeu Tuma e de outros Senadores e com meu próprio trabalho, têm sido fundamentais para aprimorarmos a legislação e para criarmos uma legislação em relação ao abuso de crianças, sobretudo no combate à pedofilia.

V. Ex^a será atendido.

Já solicitei à Dr^a Cláudia Lyra que, se possível, providenciasse a colocação da matéria na pauta de hoje. Não havendo possibilidade de fazê-lo em função do trancamento da pauta, amanhã mesmo, quando a pauta estará destrancada, vamos colocar em votação o projeto da pulseira eletrônica. Pode ter certeza disso. Esse apelo de V. Ex^a será atendido rigorosamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a está inscrito e será atendido. Mas fui solicitado pelo Líder do Governo para colocar a última matéria em votação, que será rápida. O Senador Jayme Campos já está aqui. Vamos votar a Medida Provisória nº 480.

É importante registrar, Srs. Líderes, que já votamos hoje 52 matérias. Vamos votar agora a 53^a matéria, a Medida Provisória nº 480, de 2010.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Cumprimento o Presidente pela eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Obrigado.

Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA N° 480, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 480, de 2010, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$1.374.057.000,00 (um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais), para os fins que especifica.*

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, Relator Revisor da matéria.

PARECER N° 566, DE 2010–PLEN

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr^ss e Srs. Senadores, com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República adota e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 480, de 26 de janeiro de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$1.374.057.000,00 (um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais), para os fins que especifica.

Passo a expor a síntese de meu relatório, cujo detalhamento encaminho à Mesa, para que seja publicado na íntegra.

Conforme a Exposição de Motivos que acompanha a matéria, a Medida Provisória em exame objetiva prestar ajuda às populações do Brasil e do Haiti, atingidas pelos fenômenos da natureza, com recursos oriundos do superávit financeiro relativo a recursos ordinários.

Nos termos da proposta de destinação descrita na referida Exposição de Motivos, a relevância e a urgência do crédito aos órgãos e unidades orçamentárias que ali se especificam justificam-se pelos seguintes argumentos:

- R\$600 mil, na Presidência da República, pela necessidade de realização de ações imediatas, visan-

do ao apoio à população haitiana e à recomposição e adequação do efetivo militar brasileiro naquele país;

- R\$70 milhões, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade de atuação imediata, para viabilizar o tráfego das estradas vicinais dos municípios atingidos pelas intempéries, de forma a permitir o envio de insumos para a produção e de produtos básicos para a manutenção das populações locais, bem como favorecer o escoamento de produtos agropecuários, para reativar a comercialização e a geração de renda nas localidades afetadas;

- R\$35,3 milhões, no Ministério das Relações Exteriores, pela grave situação no Haiti, em consequência da destruição de grandes proporções causada pelo desastre natural ocorrido naquele país. A implementação dos projetos humanitários visa evitar o agravamento da situação de fome e das condições sanitárias, bem como o aumento do número de mortes;

- R\$135 milhões, no Ministério da Saúde, pela necessidade de reduzir o risco iminente das graves ameaças à vida e à saúde do povo do Haiti, em função da catástrofe ocorrida, evitando efeitos ainda mais devastadores com a ocorrência de mais doenças e mortes na população daquele país;

- R\$205,05 milhões, no Ministério da Defesa, pela necessidade premente de substituir os equipamentos e materiais avariados, na importância da realização de transporte aéreo e marítimo de diversos itens de necessidade, como medicamentos, alimentos e insumos do efetivo militar brasileiro, além da própria reconstrução das instalações militares brasileiras naquele país;

- R\$394 milhões, no Ministério da Integração Nacional, pelas graves consequências oriundas de fenômenos naturais, no Brasil, que geram riscos à saúde das populações e prejuízos à infraestrutura local, com significativos danos humanos, materiais e ambientais;

- R\$150 milhões, no Ministério das Cidades, pela necessidade de atuação da União, em parceria com governos estaduais e municipais, com o objetivo de amenizar os efeitos causados pelo excesso de chuvas, tais como a destruição parcial ou integral de moradias, principalmente em encostas de morros e em assentamentos precários, reduzindo, dessa forma, a vulnerabilidade em que se encontram essas famílias e a ocorrência de desastres naturais com elevadas perdas humanas e materiais;

- finalmente, R\$384,107 milhões para Transferências a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, em razão da importância dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como principal fonte de receita para diversos municípios brasileiros. Portanto, visa garantir os repasses, o que possibilita-

rá aos municípios o cumprimento de suas obrigações financeiras e a manutenção das prestações dos serviços públicos essenciais.

Dezoito emendas foram apresentadas à proposição.

Passo, agora, ao voto.

No que se refere aos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência, são apresentadas consistentes considerações que justificam a adoção da Medida, e, quanto à questão da imprevisibilidade, não há qualquer referência.

No aspecto da adequação orçamentária e financeira, o crédito extraordinário não contraria dispositivos ou preceitos legais pertinentes, compatibilizando-se com o Plano Plurianual e com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Orçamento Anual e com a Lei de Responsabilidade Fiscal vigentes.

Ante o impacto fiscal negativo da presente Medida, uma vez que utiliza fonte decorrente do superávit financeiro relativo a recursos ordinários, ressaltamos a necessidade de que a despesa aprovada seja devidamente compensada, durante o processo de execução do Orçamento da União, a fim de que a referida meta de resultado fiscal seja atingida.

Cumpre ressaltar que a matéria obedece aos dispositivos constitucionais e atende às exigências contidas na Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

No que diz respeito ao mérito, os recursos a serem alocados visam à implementação de ações com o objetivo de melhorar a situação das populações de diversos municípios que foram atingidos por fortes chuvas que provocaram inundações e alagamentos, causando graves consequências à infraestrutura local, bem como de prestar ajuda ao Haiti, que foi devastado por forte terremoto. Diante dessa situação, torna-se imprescindível e necessária a ação imediata do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios constantes da proposição.

Sobre as emendas, não devem ser admitidas as de nºs 1 a 6 e de 10 a 18, por objetivarem a inclusão de novas dotações, contrariando, assim, o art. 111 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional. Por outro lado, as Emendas de nºs 007 a 009 devem ser também inadmitidas, por pretendem incluir matéria estranha ao Orçamento, o que é expressamente vedado pela Constituição.

Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 480, de 2010, nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo por inadmitidas as emendas apresentadas à proposição, conforme relação anexa ao Parecer.

Meu parecer é favorável. Recebi orientação do meu Partido, o Democratas, sob o comando do meu Líder José Agripino, tendo em vista que se trata de matéria urgente e relevante, que vai atender não só o Haiti, mas, sobretudo, os Estados prejudicados pelas chuvas ao longo deste ano de 2010.

Dessa forma, Sr. Presidente, esse é o voto dos Democratas. Todas as vezes em que se tratar de medidas provisórias como essa, de interesse da sociedade brasileira, com certeza meu Partido vai votar favoravelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 000 DE 2010

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 480/10 que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica".

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador JAIME CAMPOS

I – RELATÓRIO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República adota e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 480, de 26 de janeiro de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica.

De acordo com a exposição de motivos EM nº 00014/2010/MP, o objetivo central da MP nº 480/10 é o de prestar ajuda, sob diversas modalidades, às populações do Brasil e do Haiti atingidas pelos fenômenos da natureza. O valor proposto será destinado aos seguintes órgãos/unidades orçamentárias:

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos	R\$ 1,00
Presidência da República	600.000		
Presidência da República	600.000		

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	70.000.000	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Administração direta)	70.000.000	
Ministério das Relações Exteriores	35.300.000	
Ministério das Relações Exteriores (Administração direta)	35.300.000	
Ministério da Saúde	135.000.000	
Fundo Nacional de Saúde	135.000.000	
Ministério da Defesa	205.050.000	
Ministério da Defesa (Administração direta)	205.050.000	
Ministério da Integração Nacional	394.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Administração direta)	394.000.000	
Ministério das Cidades	150.000.000	
Ministério das Cidades (Administração direta)	150.000.000	
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	384.107.000	
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	384.107.000	
Superávit financeiro relativo a Recursos Ordinários		1.374.057.000
Total	1.374.057.000	1.374.057.000

A origem dos recursos para o atendimento da MP será o Superávit Financeiro relativo a Recursos Ordinários.

A Exposição de Motivos contém as seguintes informações e justificativas referentes às programações atendidas pelo crédito:

1. Os recursos para a Presidência da República – PR serão alocados no Programa 0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL, na Ação Gestão e Administração do Programa, em Outras Despesas Correntes (GND 3), e destinar-se-ão à aquisição de insumos necessários aos trabalhos da área de inteligência, objetivando coordenar as ações do Governo Brasileiro no Haiti.
2. O crédito ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA será destinado a Investimento (GND 4) no programa 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, na Ação Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário. Os recursos permitirão apoiar os municípios que foram recentemente atingidos por fenômenos meteorológicos visando a reconstrução de estradas vicinais de forma a possibilitar o escoamento da produção agropecuária e o transporte de produtos básicos para a sobrevivência das populações de comunidades rurais.
3. No Ministério das Relações Exteriores - MRE, os recursos serão alocados no Programa 1264 RELACÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR, na Ação Operações de Assistência Especial no Exterior, em Outras Despesas Correntes (GND 3), e possibilitarão a participação brasileira, por meio de concessão de apoio financeiro, na implementação de ações de cooperação e de projetos humanitários ao Haiti.
4. O crédito para o Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde (FNS) viabilizará ajuda ao Haiti na construção e manutenção de Unidades de Pronto Atendimento, na aquisição de ambulâncias, na estruturação do sistema de saúde, entre outras atividades. Os recursos serão alocados no Programa 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS, na Ação Operações de Assistência Especial no Exterior, em Investimentos (GND 4).
5. O crédito ao Ministério da Defesa - MD permitirá a realização de operações no Haiti, mediante aquisição de combustíveis e lubrificantes necessários para o transporte de pessoas, materiais e suprimentos, a recuperação da base de fuzileiros navais, a aquisição de suprimentos e materiais de saúde, além de outras ações. Os recursos destinar-se-ão ao Programa 8032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS, na Ação Participação Brasileira em Missões de Paz, em Investimentos (GND 4).
6. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, o crédito possibilitará, no Brasil, o atendimento às populações vítimas dos recentes desastres naturais, ocasionados por fortes chuvas e inundações em Municípios das Regiões Sul e Sudeste, e pela estiagem na Região Nordeste. Além disso, viabilizará o atendimento às populações vítimas do terremoto ocorrido no Haiti. Os Programas beneficiados com os recursos são: 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES, na Ação Apoio a Obras Preventivas de Desastres; 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO, nas Ações Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres e Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres.

7. O crédito para o Ministério das Cidades permitirá a reconstrução e a produção de unidades residenciais do segmento populacional de baixa renda, em condições de habitabilidade adequada, nas localidades atingidas pelo alto nível de precipitação de chuvas que ocorreu em vários Estados brasileiros no final de 2009. O Programa 0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO e a Ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano receberão os recursos para Investimentos (GND 4).

8. Quanto a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito viabilizará apoio financeiro da União aos Municípios que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no montante relativo à variação nominal negativa acumulada dos recursos repassados entre os exercícios de 2008 e 2009, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009, convertida na Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

Segundo a EM nº 00014/2010/MP, a urgência e a relevância do crédito justificam-se:

- a) Na Presidência da República, pela necessidade de realização de ações imediatas, visando o apoio à população haitiana e à recomposição e adequação do efetivo militar brasileiro naquele País.
- b) No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade de atuação imediata, visando recompor a trafegabilidade das estradas vicinais dos Municípios atingidos pelas intempéries, de forma a permitir o envio de insumos para a produção e de produtos básicos para a manutenção das populações locais, bem como favorecer o escoamento de produtos agropecuários para reativar a comercialização e a geração de renda nas localidades afetadas pelos fenômenos climáticos.
- c) No Ministério das Relações Exteriores, pela grave situação no Haiti, em consequência da destruição de grandes proporções causada pelo desastre natural ocorrido naquele País. A implementação dos projetos humanitários visa evitar o agravamento da situação de fome e das condições sanitárias, bem como o aumento do número de mortes.
- d) Em relação ao Ministério da Saúde, pela necessidade de reduzir o risco iminente das graves ameaças à vida e à saúde do povo do Haiti, em função da catástrofe ocorrida, evitando efeitos ainda mais devastadores em termos de mobimortalidade na população daquele País.
- e) No Ministério da Defesa, pela necessidade premente de substituir os equipamentos e materiais avariados, na importância da realização de transporte aéreo e marítimo de diversos itens de necessidade, como medicamentos, alimentos e insumos do efetivo militar brasileiro, além da própria reconstrução das instalações militares brasileiras naquele País.
- f) No Ministério da Integração Nacional, pelas graves consequências oriundas de fenômenos naturais, no Brasil, que geram riscos à saúde das populações e prejuízos à infraestrutura local, com significativos danos humanos, materiais e ambientais.
- g) No Ministério das Cidades, pela necessidade de atuação da União, em parceria com governos estaduais e municipais, com o objetivo de amenizar os efeitos causados pelo

excesso de chuvas, tais como a destruição parcial ou integral de moradias, principalmente em encostas de morros e assentamentos precários, reduzindo, dessa forma, a vulnerabilidade em que se encontram essas famílias e a ocorrência de desastres naturais com elevadas perdas humanas e materiais.

h) No caso das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão da importância dos recursos do FPM como principal fonte de receita para diversos municípios brasileiros. Portanto, visa garantir os repasses, o que possibilitará aos Municípios o cumprimento de suas obrigações financeiras e a manutenção das prestações dos serviços públicos essenciais.

A referida Exposição de Motivos ainda esclarece que o crédito orçamentário está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será viabilizado com a utilização de recursos de superávit financeiro relativo a Recursos Ordinários.

À proposição foram apresentadas 18 emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais: arts. 62 e 167, § 3º, da CF (pressupostos de relevância, urgência e imprevisibilidade)

O § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que "A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62."

O art. 62 dispõe que "Em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional."

No que se refere aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência são apresentadas consistentes considerações que justificam a adoção da Medida. Quanto à questão da imprevisibilidade não há qualquer referência.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

A análise da adequação orçamentária e financeira da MP 480/2010, indica que o crédito extraordinário não contraria dispositivos ou preceitos legais pertinentes, especialmente, no que se refere à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal, vigentes.

Contudo, diante do impacto fiscal negativo da presente medida, uma vez que utiliza fonte decorrente do superávit financeiro relativo a Recursos Ordinários, o que afeta a meta de resultado fiscal estabelecida, ressaltamos a necessidade de que a despesa aprovada seja devidamente compensada, durante o processo de execução do Orçamento da União, a fim de que a referida meta seja atingida.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º, do Art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

A Exposição de Motivos nº 00014/2010-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

II.4. Mérito

Os recursos consignados no crédito extraordinário visam à implementação de ações com o objetivo de melhorar a situação das populações de diversos municípios que foram atingidos por fortes chuvas que provocaram inundações e alagamentos, causando graves consequências à infraestrutura local, bem como prestar ajuda ao Haiti que foi devastado por forte terremoto. Diante dessa situação, torna-se imprescindível e necessária a ação imediata do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios constantes da proposição.

II.5. Análise das Emendas

O Art. 111 da Resolução nº 01, de 2006 – CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere § 1º do art. 166, da Constituição Federal, estabelece que "Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente." Dessa forma as emendas de nºs 00001 a 00006 e de 00010 a 00018 que visam a inclusão de dotações orçamentárias devem ser consideradas inadmitidas. As emendas de nºs 00007 a 00009 pretendem incluir, na proposição, matéria estranha ao orçamento, o que é vedado pelo art. 165, § 8º da Constituição, devendo, portanto, ser inadmitidas, conforme art. 146 de Resolução nº 1, de 2006-CN.

Diante do exposto, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 480, de 2010, nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo por inadmitidas as emendas apresentadas à proposição, conforme relação anexada este Parecer.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2010.

Relator Senador JAIME CAMPOS

Anexo

(Ao Parecer nº , de 2010)
MP nº 480 de 2010 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 70, III, c. DA RESOLUÇÃO N° 1, DE 2006 – CN

(Emendas que devem ser Inadmitidas)

Nº Emenda	Autor	Finalidade	Parecer
00001	Lúcio Vale	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Aurora do Pará – PA	Inadmitida
00002	Lúcio Vale	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – no Estado do Pará	Inadmitida
00003	José Airton Cirilo	Socorro e Assistência as Pessoa Atingidas por Desastres Icapuí CE	Inadmitida
00004	José Airton Cirilo	Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Mominhos - CE	Inadmitida
00005	Wellington Fagundes	Apoio a Política de Desenvolvimento Urbano – no Estado do Mato Grosso	Inadmitida
00006	Wellington Fagundes	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – no Estado do Mato Grosso	Inadmitida
00007	Flávio Arns	Inclui Art. Fica imediatamente suspensa, por 90 dias, a obrigatoriedade do pagamento do PASEP e dos parcelamentos do INSS devido por prefeituras brasileiras cujos municípios decretarem estado de calamidade pública	Inadmitida
00008	Flávio Arns	Inclui Art. Ficam suspensos, por 90 dias, os pagamentos das parcelas de tributos federais, vencíveis durante a vigência do estado de calamidade pública, devidos pelos estabelecimentos sediados nos municípios brasileiros que adotarem essa medida.	Inadmitida
00009	Flávio Arns	Inclui Art. Fica autorizada a liberação imediata do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para moradores de municípios brasileiros que decretarem estado de calamidade pública	Inadmitida
00010	João Dado	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário – Aquisição de Patrulha Mecanizada – no Estado de São Paulo	Inadmitida
00011	João Dado	Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres São José do Rio Preto - SP	Inadmitida
00012	João Dado	Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres Itapevi - SP	Inadmitida
00013	João Dado	Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres São Luiz do Paraitinga - SP	Inadmitida
00014	João Dado	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Ações de Infraestrutura Urbana em Municípios – no Estado de São Paulo	Inadmitida
00015	Nechar	Recuperação de Danos Causados por Desastres em Municípios – no Estado de São Paulo	Inadmitida
00016	Nechar	Apoio a Obras Preventivas de Desastres em Municípios – no Estado de São Paulo	Inadmitida
00017	Nechar	Socorro e Assistência as Pessoa Atingidas por Desastres em Municípios – no Estado de São Paulo	Inadmitida
00018	Nechar	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Municípios – no Estado de São Paulo	Inadmitida

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência cumprimenta o Democratas pela escolha do Senador Jayme Campos para relatar a matéria, que é relevante, de muita importância para o nosso vizinho Haiti, assolado, vítima de uma grande catástrofe.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos pela rapidez, pela competência na relatoria.

O parecer preliminar do Relator Revisor, Senador Jayme Campos, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. No mérito, o parecer é pela aprovação da Medida Provisória e pela rejeição das emendas.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, eu queria cumprimentar o Senador Jayme Campos pela concisão e objetividade do relatório apresentado.

Na verdade, essa Medida Provisória se impõe porque destina recursos para atender às necessidades do Haiti e às necessidades advindas das calamidades ocorridas no Brasil inteiro. Portanto, essa Medida abre créditos suplementares para coisas que se impõem.

O voto dos Democratas foi muito bem exposto pelo Senador Jayme Campos, que tomou a iniciativa de elaborar o relatório consultando o Partido e ouvindo a recomendação do Partido pela aprovação, como S. Exª bem salientou.

Votamos favoravelmente pela constitucionalidade e pelo mérito da matéria, com cumprimentos ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim para encaminhar o voto. (*Pausa.*)

V. Exª dispensa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dispenso, Sr. Presidente. Minha intenção era a de fazer o debate se fosse votada, neste momento, também a Medida Provisória dos Aposentados. Como esta ficou para amanhã, abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação os pressupostos de relevância e de urgência e a adequação financeira e orçamentária da matéria.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de relevância e de urgência e a adequação financeira e orçamentária queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovados.

Discussão da Medida Provisória e das Emendas, em turno único (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas. (*Pausa.*)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Medida Provisória.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Rejeitadas as emendas.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

É a seguinte a Medida Provisória aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA N° 480, DE 2010

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00 (um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de abril de 2010.

*Publicadas em caderno específico

ONICAO : 2000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
ENDAOC : 2000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

47

PERFORMANCE OF THE TRANSACTIONS

ENUNCIOS EXTRACCIONES

REGULAMENTOS DE TODAS AS FORTES - PÁGINA 1, DE

UNICAO : 22009 - SISTEMA DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22101 - SISTEMA DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

130

PROGRAMA DE TRABALHO

STUDIATO ESTIMACIONE A M

SUSCRÍBOS A TODAS AS FONTEIS - R\$ 2,00

ORGÃO : 35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
UFMA DE : 350001 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

八

FREIGABE: BETHANIE LUDWIG

© 2010 SAGE Publications

SESSIONS OF 2004-5 ASSESSORS - 301-304

URGENTE : DAREMOS MENSUALMENTE SALARIO

100

PROGRESSIVE THEATRICALS INC.

PRESENTACIÓN

RECURSOS DE TODAS AS FUENTES - 105 L. 00

**ÓRGÃO : SISUS - MINISTÉRIO DA DEFESA
CRIBAÚME : SISUS - MINISTÉRIO DA DEFESA**

ANEXO		CREDITO FAIR TRADE/REFINARIA								
PROGRAMA DE TRABALHO		PROJETOS DE FORMAÇÃO AS HOMENS - R\$ 1.100.000,00								
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/OPRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR
III - PREPARO E EMPREGO CONSCIENTE DAS FORÇAS ARMADAS										265.000,000
05 212 0002 2006 05 212 0002 2006 0101	ATIVIDADES									
	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ - NACIONAL (CORPO DE EXTRAGODINÍCIOS)									265.000,000
			FEV	3	90	6	360			164.384.800
			FEV	4	90	0	360			100.616.000
TOTAL - FISCAL										265.000.000
TOTAL - SEGURANÇA										0
TOTAL - GERAL										265.000.000

ORGÃO : SISME - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : SISME - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃO : 54400 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
UNTRACODE : 54001 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR
			E	C	R	S	M	I	
FI	D	S	N	P	O	U	T	E	
1610 - GESTAO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									150.000,000
PROJETO FUS									
15 451 0010 0000	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO								150.000,000
15 451 0010 0000 0101	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								150.000,000
			F	4	1	98	6	300	150.000,000
TOTAL - FISCAL									150.000,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000,000

ÓRGÃO : 03000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E MÍNISTÉRIOS
UNTRACODE : 13401 - RECURSOS NÃO SUPLETIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR
			E	C	R	S	M	I	
FI	D	S	N	P	O	U	T	E	
0003 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIFICA									384.187,000
OPERACOES ESPECIAIS									
20 845 0003 0000	APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DA VARIACAO NOMINAL NEGATIVA ACUMULADA DOS RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM ENTRE OS EXERCICIOS DE 2008 E 2009								384.187,000
20 845 0003 0000 0101	APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DA VARIACAO NOMINAL NEGATIVA ACUMULADA DOS RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM ENTRE OS EXERCICIOS DE 2008 E 2009 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								384.187,000
			F	3	5	40	40	300	384.187,000
TOTAL - FISCAL									384.187,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									384.187,000

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 480, DE 2010

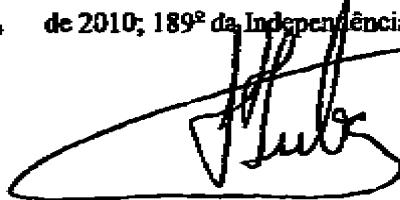
Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica!

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00 (um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinquenta e seis mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de janeiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.



Referendado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

ÓRGÃO : 22000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 22000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANEXO

CREDITO EXTRAORÇAMENTO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECUSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	VALOR					
			E	G	S	M	D	
			1	2	3	4	5	
		6041 INTELIGENCIA FEDERAL						
			GRUPO					
			ATIVIDADES					
04 022 0000 0072		GESTAO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA						
04 022 0000 0073 4107		GESTAO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL						
		(CREDITO EXTRAORÇAMENTO)	F	3	1	50	0	300
								600.000
		TOTAL - FISCAL						
			600.000					
		TOTAL - SEGURANÇA						
			●					
		TOTAL - GERAL						
			600.000					

ÓRGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ANEXO

CREDITO EXTRAORÇAMENTO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECUSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	VALOR					
			E	G	S	M	D	
			1	2	3	4	5	
		6002 APOYO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
			TRABALHO					
			PROJETOS					
10 000 0000 7007		APOYO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR						
20 000 0000 7007 0007		AGROPECUÁRIO						
		APOYO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR						
		AGROPECUÁRIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORÇAMENTO)	F	4	1	40	0	300
								10.000.000
		TOTAL - FISCAL						
			10.000.000					
		TOTAL - SEGURANÇA						
			●					
		TOTAL - GERAL						
			10.000.000					

ORÇAMENTO : 20090 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
UNIDADE : 20001 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANEXO:

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBSTITUTO/PRODUTO	CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR
			E	G	R	M	J	F	
S	N	P	D	U	T	E			
2001 - RELAÇÕES E DIPLOMACIAS INTERNACIONAL NO EXTERIOR E AGENCIAS CREDITO CONGRUENTE									25.300.000

ÓRGÃO : SENO - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : SENO - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
PERÍCIA	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	E	G	R	M	J	S	T	VALOR	
		2002 PREVENÇÃO E ENFRESCO COTIDIANO DAS FORÇAS ARMADAS										
		ATIVIDADES										
05 271	0000 2006	PARTICIPACAO BRASILEIRA EM MARCHAS DE PAZ									265.000,000	
05 271	0002 2006 0001	PARTICIPACAO BRASILEIRA EM MARCHAS DE PAZ - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	90	00	000	00	00	265.000,000	
			F	3	1	90	00	000	00	00	145.000,000	
			F	4	1	90	00	000	00	00	120.000,000	
		TOTAL - FISCAL									265.000,000	
		TOTAL - SEGURANÇA										0
		TOTAL - GERAL									265.000,000	

ÓRGÃO : SIED - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : SIED - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
PERÍCIA	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	E	G	R	M	J	S	T	VALOR	
		1007 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES										
		ATIVIDADES										
06 002	0007 0006	AGENDA DE OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES									300.000,000	
06 002	0007 0006 0001	AGENDA DE OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	90	00	000	00	00	300.000,000	
			F	4	1	90	00	000	00	00	300.000,000	
		TOTAL - FISCAL									300.000,000	
		TOTAL - SEGURANÇA										0
		TOTAL - GERAL									300.000,000	
		2001 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO										
		ATIVIDADES										
06 002	0009 0006	RECUPERAÇÃO ASSISTENCIAL AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES									170.000,000	
06 002	0009 0006 0001	SOCORRO E ASSISTENCIAL AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	90	00	000	00	00	170.000,000	
			F	4	1	90	00	000	00	00	170.000,000	
06 002	0009 0006 0002	RESTAUREAMENTO DA SUSTENTABILIDADE DO EXERECIO DE DESASTRES									110.000,000	
06 002	0009 0006 0003	RESTAUREAMENTO DA SUSTENTABILIDADE DO EXERECIO DE DESASTRES - RECUPERAÇÃO DE BEMOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	1	90	00	000	00	00	47.000,000	
			F	4	1	90	00	000	00	00	47.000,000	
		TOTAL - FISCAL									330.000,000	
		TOTAL - SEGURANÇA										0
		TOTAL - GERAL									330.000,000	

DEPARTAMENTO DAS CIDADES : 36000 - MONTEIRO DAS CIDADES

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA INTRASALVO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROBLEMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	TECNICO	SENP	MATERIAL	LIVRO	PER	VALOR
COM CUSTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO								1.000.000,00
		PROJETOS						
10-451	0000 0000	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO						1.000.000,00
05-451	00 00 0000 0001	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ADICIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						150.000,00
		TOTAL - FISCAL						1.150.000,00
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						1.150.000,00

ORÇAMENTO : TURNO - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
PERÍODO : TURNO - RECEBIMENTOS SOB ENTRADAS DE TÍTULOS INVESTIMENTO DA FAZENDA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Magno Malta, o projeto solicitado por V. Ex^a já se encontra na mesa. Não haverá possibilidade de ele ser votado hoje por conta do trancamento da pauta pelas medidas provisórias e também pelos dois projetos que estão com solicitação de urgência constitucional. Faremos o possível para que, amanhã, possamos votar o projeto, desde que haja acordo em relação à retirada da urgência pelo menos do projeto do pré-sal. Se isso acontecer, vamos atender V. Ex^a e a Nação brasileira.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a. Eu tinha plena consciência de que não daria para votar hoje o projeto, mas esta é a semana, este é o mês em que se levanta a questão. Se o projeto for votado nesta semana, darei os parabéns a V. Ex^a. V. Ex^a não fará um favor a mim, mas, sim, às crianças do Brasil, às famílias do Brasil. Sei que todos os Líderes desta Casa, não por serem pais e avós, mas por terem alma e sentimento e por saberem o que estamos vivendo, concordarão com isso, certamente. Nós, sob a Presidência de V. Ex^a – quis Deus que fosse assim! –, vamos votar e entregar um dos projetos mais importantes para a segurança pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de agradecer a todos a colaboração. Aprovamos 53 matérias.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 477, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 477, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de dezoito bilhões, cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de cinco bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta reais, para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Eduardo Azevedo

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA N° 480, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 480, de 2010, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinqüenta e sete mil reais, para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Jayme Campos

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º.06.2010

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 3, DE 2010

(Proveniente da Medida Provisória n° 474, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão n° 3, de 2010, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009 (proveniente da Medida Provisória n° 474, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010)

Relator revisor: Senador Jefferson Praia

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2010

(Proveniente da Medida Provisória n° 475, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão n° 2, de 2010, que *dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011 e al-*

tera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010)

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 309, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal e dá outras providências.

Relator: Senador Tasso Jereissati (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-4-2010)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Relator: Senador Renan Calheiros (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Sociais;

– de Educação, Cultura e Esporte;
– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
– de Serviços de Infraestrutura; e
– de Assuntos Econômicos.
(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 8, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (nº 5.941/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Relator: Senador Delcídio Amaral (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 16, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; compe-

tências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (*royalties*); comercialização do petróleo.)

Relator: Senador Edison Lobão (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009*.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 278, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010*.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 279, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010*.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião

Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus).*

Parecer sob nº 1.084, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Neuto de Conto, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponi-*

bilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

24

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes*

universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.*

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na

Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e
- de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.*

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e
- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso

e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*:

Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões
 – de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e
 – de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**45
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instructor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**46
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

**47
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**48
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 194, de 2008 (n° 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob n° 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda n° 1-CAS, que apresenta.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 5, de 2009 (n° 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningo-cócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob n° 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 11, de 2009 (n° 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob n°s 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas n°s 1 a 3-CE, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda n°1 CAS à Emenda n° 3-CE.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 12, de 2009 (n° 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rus-

somanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob n° 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 13, de 2009 (n° 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob n° 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

54

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso n° 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 191, de 2009 (n° 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob n° 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**N° 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo n° 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer n° 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior*

Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

56

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

57

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar*

aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR***(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003- COMPLEMENTAR***(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade combinada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR***(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar,

de autoria da Senadora Serys Ikhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313,

363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de

condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serlys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibili-*

dade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea §g§ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184,

*236 e 249, de 2008-
Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

83

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

84

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e
– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a

Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

85

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

86

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

87

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

88

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Logo após, falará o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, é ainda sobre as proposições que estão em andamento nesta Casa, chamando a atenção não só das lideranças partidárias, dos parlamentares de modo geral, mas também da nossa sociedade.

A proposta, aprovada recentemente pela Câmara dos Deputados, referente aos aposentados, a meu ver, aqui, no plenário do Senado, não sofrerá qualquer resistência para a sua aprovação, desde quando é um anseio de há muito acalentado não só pela categoria dos aposentados e pensionistas, como pela maioria dos Senadores. Eles entendem a justa posição em que foram colocados os aposentados e os pensionistas, que dificilmente, nesses últimos anos, receberam um reajuste considerável nos seus proventos, e vivem sérias dificuldades, não só para cuidar dos afazeres familiares, como também para cuidarem da sua própria saúde, uma vez que os medicamentos de uso continuado são persistentemente usados pelos aposentados para a manutenção da própria vida.

De outro lado, Sr. Presidente, como o salário-mínimo tem recebido um reajuste, graças à atuação persistente do Senador Paulo Paim, acima da inflação, é mais do que justo que os aposentados tenham um reajuste considerável, levando-se em conta que têm sido prejudicados ao longo dos anos, notadamente com a inclusão na legislação nacional do famigerado

fator previdenciário, que reduz de forma drástica os proventos da aposentadoria...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter um tratamento isonômico nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a, porque sentei agora e não vi...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Anteriormente à minha fala, vários Senadores se pronunciaram e não houve qualquer vigilância sobre a sua fala, sobre o tempo que deveriam falar. Eu não vou falar muito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – E pode ter certeza de que eu não mantive vigilância sobre V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...mesmo porque eu sou objetivo nos meus pronunciamentos. Agradeço a V. Ex^a por sua compreensão. Sei que V. Ex^a, que é um homem que trabalha em favor do aposentado, vai entender o que estou falando.

Então, Sr. Presidente, desde a primeira hora, posicionei-me favorável a proposições dessa ordem, inclusive não só participando de vigílias nesta Casa, como também, ao lado do Senador Paulo Paim e de tantos outros Senadores de tantos outros partidos, participando da votação contra o fator previdenciário e também favorável a um reajuste justo para os aposentados.

Por outro lado, Sr. Presidente, é inegável a importância da votação dos projetos do pré-sal, de vez que esse tesouro, essa riqueza estava lá no fundo do ar quase que de forma indefinida – ninguém sabia que existia – e hoje nós sabemos que é uma riqueza praticamente ilimitada, que vai transformar o Brasil em um dos maiores produtores de petróleo do mundo, depois da sua exploração. Então, a votação dessa matéria e de todas as matérias envolvendo o pré-sal é de fundamental importância, porque nós estamos cuidando do futuro do nosso País. Estamos cuidando de um fundo social que vai assegurar recursos ponderáveis para a educação, para a ciência, para a tecnologia e também para o meio ambiente. Assim, acho que, votando também o pré-sal, estamos dando uma grande contribuição ao desenvolvimento do nosso País.

Por outro lado, não podemos esquecer que a classe política vive um momento delicado e, nas eleições, verificamos que os escândalos surgem. Apesar da fiscalização dos órgãos da Justiça Eleitoral, do Ministério Público e dos próprios partidos políticos, os escândalos acontecem permanentemente.

Por incrível que pareça, enquanto estamos aqui querendo lisura nas eleições, trabalhando para aprovar um projeto que venha a impedir o ficha-suja de ser candidato, o ladrão do dinheiro público, o terrorista, o portador de recursos financeiros que vêm da droga, enfim, toda e qualquer pessoa que cometa um crime hediondo, e que possam ser punidos com a sua inelegibilidade, enquanto estamos cuidando disso aqui, temos certeza absoluta de que não só no meu Estado, como em todo o País, notadamente nas regiões mais pobres, aparecem os milagreiros, aqueles que querem resolver a situação de um vereador, de um prefeito, de uma liderança política, fazendo ofertas milionárias, querendo ganhar a eleição por cima de pau e pedra. Esse aí, Sr. Presidente, é um ficha-suja, que dificilmente aparece. Só aparece se for descoberto; mas a descoberta é muito difícil, porque, Sr. Presidente, a pressão econômica é muito grande, notadamente nas regiões mais pobres do nosso País.

Por isso, eu gostaria de pedir à Mesa e à Comissão de Justiça urgência na votação do Ficha Limpa – amanhã, estarei lá, votando-o sem nenhuma emenda –, como também urgência para os projetos do pré-sal e urgência para os aposentados.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, eu pediria para o senhor...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em seguida, também gostaria de usar a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu queria dar a palavra ao Senador Paulo Paim, que já está inscrito no lugar do Pedro Simon há muito tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para um aviso, pela ordem. Estou inscrito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou dar a palavra ao senhor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço apenas que V. Ex^a me inscreva como Líder do PSDB, e que justifique a minha... Eu não votei nas votações nominais por motivo de absoluta força maior e pelo exercício da Liderança, atribulado, que V. Ex^a sabe que é o exercício da Liderança nesta Casa.

Peço que justifique e que V. Ex^a me inscreva para falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– A Mesa sabe que V. Ex^a é sempre presente e cumpridor dos seus deveres. Tomará nota e constará a presença de V. Ex^a.

Com a palavra, Flexa Ribeiro. Eu pediria só que desse uma urgência, porque o Paim está bravo comigo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido.

Quero só justificar, pedir para que justifique que, nas votações nominais dos Srs. Embaixadores, eu estava em uma reunião com o futuro Embaixador do Brasil no Japão, no gabinete, e acabei perdendo as votações nominais dos dois Embaixadores.

O primeiro deles foi o Sr. Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Melo Mourão, com indicação para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Tive a honra, Senador Romeu Tuma, de relatar, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o processo do Sr. Embaixador Melo Mourão e não tive a oportunidade, em função da reunião no gabinete, de participar da votação em plenário. Então, gostaria que fosse registrado o meu voto favorável à indicação do Sr. Embaixador Melo Mourão para a Reino da Dinamarca, como também favorável à do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto para a Guatemala. Nas duas votações nominais, não pude estar presente. Então, gostaria que fosse registrado em ata o meu voto favorável à indicação dos Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento. E percebeu que o Presidente que aqui se encontrava foi rápido no gatilho, pois muita gente deixou de exercer o voto favorável aos dois indicados.

Senadora...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma, no momento da votação dos dois Embaixadores, eu estava em uma audiência com representantes da Merrill Lynch, que estavam aqui colhendo opiniões a respeito das perspectivas econômicas do Brasil, juntamente com a Arko Advice. Eu estava em meu gabinete atendendo essa comitiva e, por isso, não pude estar no plenário no momento das duas votações. Assim, eu pediria também que pudesse ser consignado em ata o meu voto favorável à indicação dos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Mesa tomará as providências necessárias.

Eu passo a palavra, para falar pela Liderança, ao Senador João Ribeiro. (*Pausa.*)

O Senador João Ribeiro não se encontra no plenário.

Voltando à lista de oradores, chamo o Senador Paulo Paim, já que lhe foi cedido o lugar do Senador Pedro Simon.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, gostaria de falar pela ordem antes de o Senador Paulo Paim fazer uso da palavra da tribuna. Posso fazer uso?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas manifestar aqui a minha opinião em relação à matéria em que há um compromisso da base do Governo: a medida provisória que trata do reajuste dos nossos aposentados e do fim do fator previdenciário.

Eu quero aqui, Senador Paim, dizer que esse é um dos projetos mais importantes que estaremos votando nesta Casa. Espero que o Governo cumpra o acordo firmado com os partidos da oposição e que, amanhã, um dos primeiros itens da pauta seja essa medida provisória que estabelece o fim do fator previdenciário e fixa o reajuste dos nossos aposentados. Caso contrário, o nosso partido, o Democratas, não tenho dúvida alguma, vai pedir verificação de quórum e vai obstruir a pauta.

Quero, nesta oportunidade, dizer ao Senador Paulo Paim que é um dos projetos mais importantes que eu, como Senador da República, e esta Casa estaremos votando no dia de amanhã.

Eu falo isso, Srs. Senadores, porque vivi na pele esse problema, tendo em vista que meu pai também era aposentado. Era um sofredor. Trabalhou, pagou os tributos, os impostos, recolheu todos os impostos que lhe foram cobrados neste País, sobretudo o INSS, por mais de quarenta anos. No fim de sua vida, quando mais precisou, se ele não tivesse os filhos formados, com um melhor poder aquisitivo, não teria condições, Senador Romeu Tuma, nem de comprar remédios para tentar ter um fim de vida melhor.

Portanto, Senador Paulo Paim, eu quero, desta feita, reafirmar, diante dos nossos colegas, de nossos pares nesta Casa, que é o projeto mais importantes que nós estaremos votando durante esta legislatura e, com certeza, outras legislaturas que virão pela frente.

Portanto, ao reafirmar a importância da iniciativa, apelo para que a Mesa coloque amanhã em votação essa medida provisória que estabelece o fim do fator previdenciário e o reajuste dos nossos aposentados. (*Palmas.*)

Quero aqui cumprimentar o povo brasileiro que me assiste pela TV Senado e me ouve pela TV Senado e dizer que os trabalhadores brasileiros têm nesta Casa um dos mais brilhantes Senadores, que defende o trabalhador brasileiro, que é o Senador Paulo Paim. S. Ex^a tem a solidariedade de todos os Senadores que compõem o Senado Federal.

Portanto, Paulo Paim, V. Ex^a – eu o acompanho há algum tempo – tem a minha solidariedade e o meu apoio.

Concluo, na certeza de que, após a aprovação da medida provisória, com o fim do fator previdenciário e com o reajuste, o Brasil será um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Muito bem, Senador!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Tuma, eu pedi a palavra pela ordem ainda há pouco. Eu sei que há um orador na tribuna, mas já fiz sinal para ele e ele fez com o polegar que estava OK, que eu podia usar um minutinho só antes de ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Perfeito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu já combinei tudo, então não vai haver nenhum mal-estar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Não, eu só queria avisá-lo que ele não pode falar em nome do João Ribeiro, que está inscrito, mas ele falará em seguida a V. Ex^a, pela ordem, por cessão do Senador. Em seguida, ele falará. V. Ex^a tem a palavra. Se não for assim, vamos bagunçar demais as listas.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Senador Malta, meu Presidente, nesta minha última intervenção nesta tarde, eu queria deixar a minha preocupação. Eu vou para a minha residência preocupado. Eu sei que há muitos Senadores que estão do nosso lado, aqueles Senadores que têm sensibilidade, como V. Ex^a e muitos outros – Pedro Simon, Paim, muitos –, de conhecer a situação dos aposentados deste País.

O que me preocupa e por que vou triste para minha casa? Algo cheira mal, meu nobre Senador. Tem algo armado, creio eu. Pelo que senti hoje nesta sessão, erraram propositalmente na redação dessa medida provisória para que ela fosse consertada aqui e voltasse para a Câmara.

Qual é o objetivo dessa armação? Não poderia eu ir para minha casa sem falar isso ao Brasil, Senador Paulo Paim. O objetivo é que, com a volta dessa medida para a Câmara, vença o prazo da medida provisória e ela seja arquivada.

Por que deram a relatoria dessa medida provisória para o Líder do Governo? Respondam para mim! Por que deram a relatoria para o Líder do Governo?

Nós, Senador Paulo Paim, vamos contar com uma coisa favorável: a postura de cada um dos Senadores, amanhã, aqui. Esta é a única possibilidade de salvação para nós: todos nós ficarmos unidos, apenas o Senador Romero Jucá contra nós. Aí, nós vencermos amanhã. Caso contrário, eles vencerão, porque armaram para, definitivamente, prejudicar os aposentados deste Brasil.

Se isso acontecer, Paulo Paim, será a confirmação de algo que a minha consciência já diz há muito tempo – eu tenho feito denúncias nesse sentido da tribuna deste Senado. Se isso vier a acontecer amanhã, meu nobre Presidente Tuma, teremos a prova cabal de que a sociedade brasileira está sendo enganada, de que nós estamos na mais pura ditadura neste País, e só o Presidente da República faz o que quer, só o Presidente da República manda.

Isso, Senador Paulo Paim, leva-me a dizer a V. Ex^a: aconteça o que acontecer, a minha luta e de V. Ex^a não vai parar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– De todos nós, Senador Mário Couto.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, Presidente da Mesa, quero cumprimentar V. Ex^a como Vice-Presidente da CPI da Pedofilia. V. Ex^a esteve conigo ao longo desses dois anos e também foi relator dos casos de São Paulo.

Hoje é dia 18 de maio, Senador Paim, o dia de enfrentamento à pedofilia no Brasil, Senador Jayme – Senador que tive o prazer de receber em meu gabinete junto com a Primeira Dama do Estado e algumas lideranças. Na quinta-feira, haverá um grande seminário sobre abuso no seu Estado, e eu terei a oportunidade de participar. Sugiro até que se dê a esse seminário o nome do menino Caíto, de Cuiabá, que, aos nove anos, foi estuprado e morto por um abusador que deveria estar preso – ao sair da cadeia pelo mesmo crime, abusou do menino Caíto e o matou.

Senador Paim, algumas coisas são questão de ordem para nós. Eu vejo os aposentados aqui e fico olhando para alguns: lembram a figura de meu próprio pai, que morreu aposentado. Assim como muitos aposentados do Brasil, ele viveu a seguinte situação: se nós, os filhos, não tivéssemos como comprar seus remédios, certamente morreria à míngua. Assim também é a situação da maioria dos homens e mulheres que construíram este País: no final do mês, não têm

como pagar a própria farmácia. É absolutamente triste e ridícula, para todos nós, uma situação como essa.

Então, como filho de Dadá, que morreu aos 57 anos ganhando meio salário mínimo por mês, o fim do fator previdenciário e o reajuste para os aposentados são questão de honra para mim. Para mim, como filho de Ameliano Malta, é questão de honra o fim do fator previdenciário e o reajuste para os aposentados.

Não há nada neste mundo, não há argumento neste mundo, Senador Paim... E falo olhando para V. Ex^a, que é o arauto, que é o nosso timoneiro nessa caminhada em favor dos aposentados do Brasil. O Brasil lhe deve isso, a sociedade brasileira lhe deve essa reverência às suas energias postas a serviço de uma causa tão nobre, a daqueles que construíram a Nação brasileira.

Para mim, Senador, é questão de honra o fim do fator. Para mim, é questão de honra, como filho de Dadá e de Ameliano, o fim do fator e o reajuste dos aposentados do Brasil. (*Palmas.*)

Estou muito à vontade, porque minha mãe era faxineira e meu pai um relojoeiro do interior da Bahia. Sei exatamente o que estou falando. Fui criado sem ter direito a um livro, família absolutamente simples, nunca tive casa para morar, os bairros onde vivemos tinham esgoto a céu aberto. Então, estou muito a cavaleiro, muito à vontade para lutar a luta daqueles que precisam ser respeitados no melhor da sua idade, que são os aposentados do Brasil.

Sr. Presidente, a minha segunda questão de honra é a PEC 300, que dá um pouco de dignidade e respeito aos policiais do Brasil. Não tenham dúvida, e não há quem possa me convencer contra isso, nem eu nem V. Ex^a, Senador Tuma, que é outra referência nessa luta pelos militares do Brasil: a PEC 300 é questão de honra para mim.

Questão de honra é, neste dia 18... E o dia 18 foi escolhido exatamente por causa do caso Araceli, a menor abusada e morta no meu Estado, Senador Jefferson Praia. E hoje é o dia de enfrentamento ao abuso. Penso que todo mundo que é pai, que tem um filho ou um netinho em casa, tem que minimamente levantar o microfone e dizer, neste dia tão importante: "Eu me solidarizo com a família brasileira, eu me solidarizo com as crianças do Brasil!"

Neste momento, a minha alma me transporta para a alma ferida daqueles que foram abusados na infância, ainda que já sejam adultos, ou das crianças que não recuperaram o seu emocional, o seu moral, porque foram tocadas, abusadas na sua infância.

Neste dia de hoje, eu me solidarizo, abraço e choro com as mães de Luziânia, com as mães de Belém,

com as mães do Marajó, com as famílias de Catanduva, com as famílias do meu Estado.

Ontem, uma criança de 90 dias estava sendo operada, porque foi abusada aos três meses de nascida, Sr. Presidente, Senador Tuma. Ontem, estava com o médico José Renato, que operou uma criança de períneo – imaginem, períneo se faz em uma senhora de idade, que já teve quinze filhos, vinte filhos –, uma menininha de cinco anos, estuprada, rasgada. O médico chorava, os dois, porque não sabia por onde começar a cirurgia e como costurar aquilo. Foi tudo arrebentado, numa criança de cinco anos de idade.

Essas coisas geram a indignação dos justos, porque temos muito poucas coisas para comemorar hoje, Senador Jayme Campos.

E temos uma coisa só para comemorar – e acho muito importante, Senador Marco Maciel: a sociedade brasileira acordou, a família brasileira acordou. E hoje o tema pedofilia, abuso de criança, o tema defesa de criança pautou a mídia, pautou as ONGs, pautou a rua, pautou o boteco, pautou o rádio, a televisão, pautou as igrejas. Todos sabem, todos têm conhecimento desse monstro que hoje no Brasil, Senador Marco Maciel, é pior do que o narcotráfico. Só na Internet, movimenta US\$3 bilhões por ano, e, vergonhosamente, este País é o maior consumidor de pedofilia na Internet no planeta!

Agora, nós avançamos. Há dois anos, Senador Jayme Campos, quando eu busquei a sua assinatura, assim como as do Senador Paulo Paim, do Senador Romeu Tuma, do Senador Jefferson Praia, do Senador Arthur Virgílio, que me provocava desta tribuna o tempo inteiro para que eu pudesse ir a sua Amazônia... E foi a minha ida a sua Coari que derrubou aquela quadrilha indecente. Não falo do que roubaram. Estou falando da infância roubada, das emoções que roubaram. Estou falando dos traumas produzidos na alma de crianças de Coari. E esses pústulas, durante tantos anos, com o poder, amedrontaram, desfrutaram nababescamente daquilo que apanharam sem ter direito, realizando as suas taras, a sua lascívia em cima do cadáver do moral e do emocional de crianças!

Vejam só: tristemente, em novembro, pastores foram presos por esta CPI lá! Coisa vergonhosa, triste! Um homem que diz que foi chamado por Deus, em nome de Deus, dá voz de prisão para um pastor. Um sujeito de Bíblia na mão, de gravata no pescoço! Prendemos, eu e o Senador Tuma, na Assembleia Legislativa de São Paulo, um pai de santo! As pessoas acreditam: "Deixa seu filho, que vai desenvolver o santo. Deixa o filho". O desgraçado abusava, viciava as crianças!

O Eugênio Chipkevitch, uma autoridade em pediatria; uma autoridade em puberdade! Escreveu livros para o mundo. A sentença foi de 110 anos. Esse desgraçado pelo menos está preso. Mas o advogado dele processou-nos, a mim e a V. Ex^a. Eu e o Senador Romeu Tuma estamos sendo processados porque o retiramos do presídio para poder ouvi-lo, para ele nos ajudar na CPI a propor políticas públicas de enfrentamento, porque ele era um especialista.

Senador Tuma, esse processo está num quadro. Eu coloquei, em meu gabinete, cópias dessa denúncia. Para mim, ser processado por um advogado de pedófilo, Senador Eduardo Azeredo, que faz parte dessa CPI, é um troféu, é um orgulho. Essa causa é tão importante, tão importante que, se tiver que morrer por ela, vale a pena morrer por ela. É a causa da vida, é a causa das crianças!

Ora, olhem bem! Vocês viram tantos religiosos! V. Ex^a chegou de Franca agora. Vocês viram o caso de Arapiraca. E houve gente lá que fez discurso, atacou-me quando a CPI saiu. Ora, nós estamos protegendo a criança ou o abusador?

E quero dizer aos católicos hoje aqui, Senador Tuma, que a instituição está acima do indivíduo. Não é a instituição que está sendo investigada, Senador Jayme; são os indivíduos. A instituição está respeitada – e deve ser respeitada –, porque a instituição está repleta de homens e mulheres de bem, que conduzem, em nome de Deus, as suas instituições, seja budista, seja islâmica, seja hinduista, seja evangélica. Mas, onde há trigo, há joio. E um joio que se mete no meio da religião em nome de Deus, passando-se por sacerdote ou por sacerdotisa tão somente para ficar acima de toda e qualquer suspeita, fora de suspeita, e ser absolutamente confiável para saciar sua lascívia, sua tara, abusando de crianças em nome de Deus, é o fim do mundo, Senador Romeu Tuma! E nós não podemos admitir.

Essa CPI avançou, quebramos sigilos. Tivemos aí o Ministério Público conosco, a SaferNet, essa ONG tão maravilhosa do Dr. Thiago, que conduz essa ONG tipo NCMEC americano. Da mesma forma que é a NCMEC para os Estados Unidos, é essa ONG para o Brasil. Tivemos a Polícia Federal, os seus técnicos, os delegados de crime cibernético, que avançaram tanto.

Abrimos o sigilo da Google! Enfrentamos Google, enfrentamos Microsoft, e assinamos um termo de ajuste de conduta que o mundo não tem. Um termo de ajuste de conduta contra o qual resistiram por quatro anos. E viva o Ministério Público, pela sua luta, e a SaferNet, quando começaram conosco. Assinamos um termo de ajuste de conduta.

Assinamos um termo de ajuste de conduta com as operadoras de telefonia – o mundo não tem e nós temos. Em caso iminente de risco de criança, a operadora é obrigada a entregar, em duas horas, a quebra de sigilo telefônico. Ora, nós temos esse termo de ajuste de conduta.

Assinamos termo de ajuste de conduta com os operadores de cartão de crédito. Só havia uma coalizão financeira no mundo: Estados Unidos e Inglaterra. E nós entramos, ao assinarmos esse termo Brasil/Estados Unidos/Inglaterra, a CPI da Pedofilia. Por quê? Porque ninguém compra pornografia com dinheiro na Internet, nem com duplicata; compra com cartão de crédito. E eles são obrigados a desenvolver o chamado cartão rastreador, para as autoridades adentrarem esse site sem serem identificadas, Senador Arthur Virgílio. E mais: o sujeito, ao dar o número do cartão de crédito para comprar pornografia infantil, automaticamente está fichado na nossa querida Polícia Federal.

Olhem como nós avançamos! Assinamos! E o Presidente Lula, no ano passado, no dia 18 de maio, recebeu da ONU um prêmio, porque sancionou a lei da CPI que alterou os arts. 240 e 241 do Estatuto da Criança, instituindo a criminalização da posse de material pornográfico. Aliás, é o 25º país. O resto não tem uma lei como nós temos.

Avançamos. A Lei Joana Maranhão já está na Câmara, que poderia tê-la votado hoje, para dar esse presente para o Brasil, que fecha um ciclo de impunidade. A Lei Joana Maranhão estará para o Brasil como a Lei Maria da Penha. A Difusão Vermelha, que está na Câmara, já deveria ter sido votada, para que nós possamos prender indivíduos com mandado de prisão nos seus países, mas que aqui estão, e que não podemos prender.

Nós avançamos na legislação, mas isso resolve?

E eu encerro, dizendo o seguinte: ajuda, porque a lei marca e dá limites. Quando a polícia investiga e faz um inquérito, o Ministério Público denuncia e o Judiciário sentencia, Senador Jefferson Praia, é porque já houve crime.

Nós não queremos crime de abuso de criança neste País. A nossa grande saída, assim como a questão do crack, da cocaína e da maconha no Brasil... Aliás, ontem, eu tive uma informação e tomei conhecimento, *in loco*, da modalidade nova, Senador Paulo Paim: estão vendendo maconha com crack moído dentro para fazer o dependente mais rápido. O cara está comprando maconha e está comprando crack dentro, para fazer o dependente mais rápido. A única saída é a via da família.

O Presidente Lula, há dez dias, reuniu os líderes, os Senadores, no Palácio do Planalto, para falar da questão do pré-sal. Eu dei a volta na mesa, fui ao ouvido dele e disse: "Presidente, o senhor precisa chamar os seus técnicos. No Brasil, as estradas estão ruins, há muitas pontes a se fazer, mas o Brasil não é só isso. O Brasil é a família". O que adianta ter estrada boa se você não tem família? Os nossos jovens estão mortos, drogados embaixo dos viadutos; as pessoas estão apodrecidas no álcool, na cocaína, na maconha. Eu disse: "Presidente, crie o PAC da família. Faça o PAC da família! Pegue dinheiro do pré-sal e ponha no PAC da família! Enfrente a questão das drogas e das nossas fronteiras com veemência e com força".

Eu fui à fronteira visitar o Senador que tomou 70 tiros, defendendo a fronteira do narcotráfico. Não morreu porque o segurança morreu em cima dele – morreram dois, e ele tomou três tiros. Eu entrei na casa dele, ele estava emocionado com a minha chegada, em nome deste Senado brasileiro, porque quem tomou tiro na fronteira, defendendo o Paraguai, estava defendendo uma fronteira que também é do Brasil. E, nos dias 10 e 11 do próximo mês, eu me comprometi, em nome de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, a estarmos lá no seminário, num encontro com os Senadores, também paraguaios, para que nós possamos propor uma medida. Olhem, nós temos 1.100 quilômetros abertos de fronteira com o Paraguai! Nós temos sete delegados federais – e viva aquele delegado federal! – e trinta agentes para 1.100 quilômetros e mais 700 abertos com a Bolívia, 2.000 pistas clandestinas na Amazônia!

Ora, o Brasil não tem dinheiro? O Brasil não tem pré-sal? O Brasil já está emprestando dinheiro, o Brasil ameaçou emprestar dinheiro ao FMI. Temos todas as condições de levar um Sivam para a nossa fronteira. O Presidente Lula, com a força que tem, pode chamar o Governador de São Paulo, de Minas, do Rio, do Espírito Santo, dos Estados da Amazônia, do meu querido Alfredo, que vai ser Governador, se Deus quiser, da Amazônia, com a ajuda de Arthur Virgílio, que vai ser Senador de novo nesta Casa, e com a ajuda do Senador Jefferson Praia. O trio está pronto aí.

Estou aqui declarando ao povo da Amazônia que vocês estão juntos. E tem muita gente que ouve lá, pela parabólica. Sim, é trazer, usar o dinheiro do pré-sal, colocar a tecnologia, porque o dinheiro – V. Ex^a é polícia, não vou lhe ensinar nada, V. Ex^a é meu professor – que se gasta no centro de São Paulo, pelo amor de Deus, isso é gasto, mas, se você põe na fronteira, é investimento.

Fiz questão de sair de Campo Grande de carro, viajei quatro horas de carro com dois promotores. Cheguei à fronteira de carro, de noite, para ver se en-

contrava pelo menos a Polícia Rodoviária Federal ou alguém, porque um Senador tinha sido baleado, havia um crime estabelecido de assassinato de uma autoridade, e não tinha, do lado brasileiro, ninguém nas estradas. Lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, permite só um minutinho?

Fui inscrito pela delegação brasileira do Mercosul, da qual fiz parte, para fazer um pronunciamento sobre esse fato, a tentativa de homicídio contra o Senador e a morte do segurança e do motorista. Fiz um requerimento de uma audiência com todos os países-membros, para discutirmos a formação de uma comissão de inteligência especial para evitar esse crime de fronteira, que vem se repetindo com muita insistência, pela falta de uma segurança mais acentuada.

Eu só queria comunicar a V. Ex^a. Vou levar para a CPI todos os dados do que foi discutido lá, e talvez essa reunião que V. Ex^a marcou sirva já para esse requerimento que eu fiz.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Veja V. Ex^a que os criminosos que estão no Paraguai são brasileiros, as fazendas de maconha são de brasileiros. Então, o Brasil tem mais condições financeiras do que o Paraguai. O Brasil tem muito mais condições de criar tecnologia para a fronteira do que o Paraguai. Então, é preciso que o Brasil se posicione. Essa desgramma desse dinheiro do pré-sal é só para infraestrutura, é? É só para fazer estrada? Essa desgramma desse dinheiro é só para quê? Nós precisamos de saúde, só que nós precisamos muito mais de segurança pública. Adianta você estar cheio de saúde e morrer com uma bala perdida no meio da rua? Nós precisamos de quem tenha coragem de discutir segurança pública. Eu quero ouvir o Serra falar disso. Eu quero ouvir a Dilma falar disso. Eu quero ouvir a Marina falar disso. Agora, fazer discurso fácil no meio da rua de legalização de drogas, isso é brincadeira. Isso aí eu não quero ouvir. Isso eu não quero ouvir! Eu quero ouvir alguém que faça um discurso responsável de que vai guardar as nossas fronteiras, de que vai usar o dinheiro do pré-sal para segurança pública no Brasil. Isso eu quero ver! Falar de inclusão social, Lula está fazendo bem.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É só dizer que vai dar continuidade. Ué, a roda está inventada. Falar em fundamentos da economia? É só dizer que vai dar continuidade, porque o País está respeitado lá fora. A crise pegou todo mundo de frente e nos pegou de lado! Eu quero ouvir falar de problemas deste País, da violência das ruas, da droga, da droga, da droga, da droga, da droga. Discurso fácil, qualquer um sabe

fazer. Um País que abusa mais de criança do que usa droga? Onde é que nós estamos!

E nós precisamos do PAC da família. Precisamos do PAC da família! Precisamos de investimentos num anel de segurança, a partir da prevenção, e de botar essa Senad para trabalhar. A Senad só gasta o orçamento dela fazendo pesquisa com grandes institutos, para saber onde se cheira mais, onde se cheira menos, onde se fuma mais. Cheira-se mais em todo lugar; fuma-se mais em todo lugar. Ninguém precisa de pesquisa para isso. Tem gente na ponta fazendo isso bem feito. É preciso chamá-los, juntar todos, pegar essa gente que sacerdotalmente está colocando sua vida à disposição da segurança do Brasil e ajudá-los a continuar.

Senador Tuma, vou encerrar meu pronunciamento neste dia 18, tão importante, com a minha preocupação com as crianças do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a ?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O Senador Marconi Perillo já dizia aqui que amanhã ou depois de amanhã, Senador Arthur, dependendo dos líderes – e eu já disse a ele que V. Ex^a está a favor –, vamos votar o projeto da pulseira eletrônica, que está pronto para ser votado.

Se esse *serial killer* que matou as crianças de Luziânia estivesse preso, elas estariam vivas. Mas, se ele tivesse saído monitorado, não as teria matado, porque ele seria seguido por satélite com uma pulseira inviolável, com disparo de alarme. Não teria a menor chance.

Essa é a saída para desafogarmos os presídios. Os presídios estão cheios de dois tipos de gente: mente criminosa e o que cometeu crime ocasional. O que comete crime ocasional não é criminoso. Ele pode estudar, pode trabalhar, pode ajudar a família dele e não dar despesa para o Estado e nem virar criminoso lá dentro. Fique a cadeia para aquele que tem mente criminosa, e vamos monitorar os outros.

Fiquei honrado porque, nesta semana, Senador Tuma, nós, que estamos há dois anos nisso, podemos, pelo menos, dar este presente à sociedade: a pulseira eletrônica votada, para que o Presidente Lula sancione o projeto e, mais uma vez, ganhe um prêmio da ONU por sancioná-lo na semana de enfrentamento à violência e ao abuso de crianças no Brasil.

Portanto, fica a minha solidariedade aos adultos que foram abusados na infância e que carregam essa dor, essa ferida na alma. Que Deus os ajude a vencer esse momento difícil de pesadelos, de insônia e de remédio controlado.

Fica a minha dor pelas crianças que, ainda em tenra idade... Quem sabe são nadadores que não chegarão; são jogadores de futebol que nunca vestirão uma camisa e calçarão uma chuteira; quem sabe são músicos que nunca aprenderão a tocar; quem sabe são médicos que nunca farão uma cirurgia e advogados que nunca entrarão na faculdade porque alguém mexeu na sua infância, alguém cortou a sua infância, alguém tirou delas a oportunidade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ... de ser alguém na vida! Por isso, a nossa solidariedade (*Fora do Microfone.*), Senador Tuma, a minha dor e o sonho utópico de ter um Brasil melhor, com as nossas forças, com as nossas lutas, independentemente de quem tenhamos que enfrentar.

Se V. Ex^a me permite, Senador Suplicy e, depois, a Senadora Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a está falando pela ordem, e o Senador Paim está aguardando o seu lugar, eu pediria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Por mim, eu encerrei. Só se V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Depois, poderão falar pela ordem, mas eu pediria a V. Ex^a para encerrar. O Senador Paim está angustiado.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Sr. Presidente, apenas um aparte ao pronunciamento do Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Era um aparte também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Então, os dois...

Eu peço licença ao Senador Paim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Hoje é um dia especial, de enfrentamento, não é? Será bem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço licença ao Senador Paim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O senhor dá licença, guerreiro dos aposentados, do salário mínimo, guerreiro da vida? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Matarazzo e, depois, V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A Senadora Kátia tem precedência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nossa Vice-Presidente, por favor.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Magno Malta pelo pronunciamento e aqui também, com muita tristeza, registrar o aumento da violência contra as crianças e os adolescentes do meu Estado, o Tocantins. Um cresci-

mento de quase 14% de um ano para o outro, de 2008 para 2009. É alarmante, é realmente estarrecedor que nós tenhamos esse aumento exorbitante a cada ano e que nada possa ser feito para combatê-lo. Eu gostaria de registrar, Senador Magno Malta, colegas Senadores, que as escolas do Brasil, as escolas públicas, as escolas privadas, mas principalmente as escolas públicas municipais e estaduais são os verdadeiros QGs de combate à pobreza, de combate à violência contra as crianças e os adolescentes. É necessário que os nossos professores e professoras sejam convocados, mais uma vez, para essa luta. Que eles possam ser treinados, porque são grandes observadores da diferença do comportamento de uma criança na sala de aula. Depois dos pais, os professores, com certeza, são aqueles que mais convivem com as crianças e que mais, portanto, conhecem as crianças. Em alguns casos, conhecem até mais do que os próprios pais. Se nós investíssemos ainda mais não só na qualificação profissional, mas também na remuneração, os nossos professores poderiam ser soldados altamente qualificados para identificar essas crianças violentadas, principalmente dentro de casa. Esse é o perigo. De crianças violentadas nas ruas, as denúncias chegam às delegacias e chegam as informações a público, mas a violência contra as crianças dentro de casa, praticada por um membro da família, provavelmente jamais será registrada pelo Poder Público e, portanto, por todos nós. Muitos presumem que esse número é pequeno, que a violência é muito maior por conta dessa violência doméstica. Portanto, os professores... Nós precisamos contar com a escola. A escola pode identificar com clareza, principalmente se houver o treinamento, a capacitação dos professores, que, às vezes, identificam um comportamento diferente mas não sabem explicar o que é. E o treinamento, a qualificação, o investimento na escola podem dar grandes resultados no sentido de identificar essas crianças que são violentadas e que estão no silêncio, no sofrimento silencioso, familiar. O que deveria ser o santuário da sua vida de proteção, às vezes se transforma no seu calvário, na sua tortura. Portanto, é preciso que isso possa se transformar numa política pública, que a escola seja a verdadeira responsável por identificar as ausências de um modo geral, as ausências em termos de pobreza. A descentralização geral, total, das ausências e desproteções que o indivíduo pode ter é dentro da escola, e não é diferente com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes. Mais uma vez, a educação; mais uma vez, a escola é o verdadeiro QG de proteção da família e, principalmente, das crianças e adolescentes do nosso País. Muito obrigada e parabéns, Senador Magno Malta, pelo seu pronunciamento e, também,

pelos graves comentários a respeito de drogas. Ainda ontem, ouvi de um cidadão que o Brasil está vivendo uma epidemia do *crack*, um aumento exorbitante, sem que nada esteja sendo feito. Totalmente, famílias desprotegidas, crianças, adolescentes. As mães e os pais com a mão na cabeça, sem saber o que fazer, porque não contam com a proteção e com a presença, apenas com o anúncio. Todos os dias, o anúncio. Abundância de anúncios, abundância de estatísticas, abundância de números, mas a mão na massa, o “vamos ver” nós não estamos vendo. Muito obrigada. Aproveito, Sr. Presidente, para registrar o meu voto na última votação. Ausentei-me e despercebi a autoridade, última. Quero registrar a votação. Muito obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex^a o seu aparte. A escola é muito importante mesmo, mas nós precisamos muito mais da família que produza a prevenção, porque a escola tem a capacidade de descobrir a criança que abusada já foi. Nós precisamos prevenir e imunizar nossas crianças para que esse abuso não exista, para que a escola não tenha necessidade de descobrir o abuso. Mas que nós tenhamos gente preparada assim na família.

Senador Suplicy, muito rapidamente, porque nós temos outros...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria que os apartes fossem rápidos, porque os aposentados que aqui se encontram estão aguardando o pronunciamento do Paulo Paim. Eles precisam ouvir.

Então, V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Ainda hoje, na *Folha de S.Paulo*, a Sr^a Ana Maria Drummond publicou o artigo “O estandarte 18 de maio”, em homenagem à menina Araceli, que em 18 de maio de 1973, conforme V. Ex^a mencionou, foi raptada, drogada, violentamente morta e carbonizada, mas até hoje não se responsabilizaram, não se puniram os que foram responsáveis. Ela coloca algo muito interessante sobre o Ligue 100, adotado como política pública, que, até o ano...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... passado, fez com que o número anual de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes crescesse quase sete vezes, indo de quatro mil para mais de 29 mil. Ela salienta que o que poderia significar um aumento, na verdade, pode ter sido um aumento da coragem das pessoas de expressar o que aconteceu.

Eu quero dizer que V. Ex^a contribuiu para que isso acontecesse. Eu quero registrar... Eu até faria a sugestão de que V. Ex^a, inclusive, inserisse, como parte do seu pronunciamento, esse artigo que leva em conta e coloca sugestões sobre como diminuir essas violências contra as crianças e adolescentes. É a sugestão que faço a V. Ex^a. Não sei se tinha conhecimento, mas aqui está o artigo, que guarda muita relação com o seu pronunciamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu acato a sugestão de V. Ex^a e peço à Mesa que inclua no meu pronunciamento o artigo absolutamente importante, e, num dia como este, muito mais. Obrigado, Senador.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Magno Malta, permite que eu o aparteie, rapidamente?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Eu desejo felicitá-lo pelo pronunciamento que faz na noite de hoje, referindo-se a uma questão que, hoje, pervade toda a sociedade brasileira, ou seja, a questão da pedofilia, e V. Ex^a, desde muito tempo, antes mesmo de chegar aqui ao Senado Federal, já tinha tal preocupação com relação a esse tema. Por isso, eu gostaria, a exemplo do que disse o Senador Eduardo Suplicy, de cumprimentá-lo pelo aparte e desejar que V. Ex^a continue defendendo a nobre causa que abraçou, que, certamente, terá o reconhecimento de toda a sociedade brasileira. Portanto, nossas felicitações.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço muito, Senador Marco Maciel. V. Ex^a tem uma história de vida como educador, Governador do seu Estado, Vice-Presidente da República, imortal. Imortal também eu já fui, quando eu não tinha onde cair morto. Até 1990, eu era imortal. V. Ex^a é imortal porque

é intelectual. O Arthur Virgílio deveria ser também, e não é. Acho que tem uma cadeira dele lá. Agora, eu fui porque não tinha onde cair morto. Até 1992, eu vivia viajando nos ônibus de Camilo Cola.

Agradeço a V. Ex^a por esse aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento, que ficou mais rico ainda.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Magno, eu estava dizendo ao Senador Marco Maciel que eu preferiria, se pudesse, ser imortal a ser intelectual. Era melhor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Nós todos.

Quero agradecer a esse guerreiro, Senador Paim, que tem todo o meu orgulho, e à comunidade do Rio Grande do Sul.

Pelo menos onde milito na minha fé, os que eu conheço e com quem falo têm pleno reconhecimento de V. Ex^a, da sua luta, do seu trabalho. V. Ex^a é um daqueles Senadores que, em qualquer lugar do Brasil, todo mundo sabe quem é, onde se encontra e o que faz. Portanto, muito mais do que ser seu colega, tenho orgulho de ser seu amigo, porque a Bíblia diz que tem amigos que são mais chegados que irmãos.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MAGNO MALTA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O estandarte 18 de maio

ANA MARIA DRUMMOND

NO DIA 18 de maio de 1973, no Estado do Espírito Santo, uma menina de oito anos chamada Araceli foi raptada, drogada, violentada, morta e carbonizada. Seus responsáveis nunca foram punidos.

Esse crime, que chocou todo o país, foi escolhido no ano 2000 para ser o marco do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil, instituído pela lei nº 9.970/00.

Nesses dez anos, iniciativas e estudos têm permitido mapear, ainda que de forma incipiente, onde e como essa violência ocorre.

Alguns dos avanços mais significativos foram a adoção de um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil e a transformação em política pública do Ligue 100, um disque-denúncia nacional que, administrado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, recebe, encaminha e monitora denúncias de forma anônima e gratuita.

Desde 2003, quando o Ligue 100 foi adotado como política pública, até o ano passado, o número anual de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes cresceu quase sete vezes, indo de cerca de 4.000 para mais de 29 mil.

Mas o que poderia ser visto como um aumento no número de casos pode indicar que as pessoas estão denunciando mais e rompendo a cultura do silêncio que permitia esse universo, o que é um fato positivo.

O número de programas especializados de atendimento a crianças e adolescentes tem aumentado, com destaque para a implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Também houve ganhos significati-

Apesar dos avanços, ainda há muito em que trabalhar para que alcancemos a plena proteção da infância e adolescência no país.

Vos em termos de legislação, como, por exemplo, a lei nº 11.829/2008, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conferindo mais rigidez às punições contra o abuso online e a pornografia infantil juvenil.

O setor privado vem assumindo a sua parcela de responsabilidade sobre a causa, a cobertura jornalística do fenômeno está aos poucos se qualificando e, de modo geral, podemos dizer que a sociedade está mais receptiva ao diálogo sobre a importância do respeito ao direito de crianças e adolescentes a um desenvolvimento pleno e saudável.

Entretanto, a proteção a esses direitos fundamentais só pode ser concretizada de forma eficaz por meio de ações integradas entre governos, empresas, organizações sociais e sociedade em geral.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes são fenômenos multicausais e, ao contrário do que muitos ainda podem pensar, ocorrem de norte a sul do país e de maneira transversal em todas as camadas sociais.

Outro ponto a ser considerado é que, embora os estímulos ao sexo sejam encontrados em várias interfaces, o diálogo e a educação sexual continuam considerados tabus.

Conversar sobre sexo com os filhos não é estimular-lhos. Faz parte do nosso

papel de proteção instruir crianças e adolescentes sobre sexualidade saudável, sobre prevenção. O que vemos é que, apesar do entendimento legal sobre os direitos infantojuvenis, retirar de seus ombros a culpa por um abuso sexual, por exemplo, persiste ainda como um grande desafio.

Na outra ponta, é preciso garantir a responsabilização dos agressores e a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência, inclusive durante os processos de investigação criminal. Assim, fica claro que, apesar de avanços, ainda há muito em que trabalhar para a plena proteção da infância e da adolescência no país.

Sobretudo nos próximos anos, quando sediará a Copa do Mundo e a Olimpíada, o Brasil será chamado a reforçar suas redes de proteção, para prevenir a exploração sexual ligada ao turismo.

Precisamos promover melhores condições de vida para meninos e meninas em situação de vulnerabilidade, formar continuamente os profissionais que lidam com crianças e adolescentes em seu dia a dia, fomentar e qualificar o debate sobre a causa e intensificar campanhas que estimulem adultos a adotar postura mais protetiva, em grande ação de prevenção.

Somente mudando olhares e atitudes frente a problemas que antes pareciam distantes de nós é que podemos caminhar para uma sociedade mais justa e harmônica, na qual os direitos humanos, especialmente os dos pequenos cidadãos em desenvolvimento, sejam devidamente assegurados. Dia 18 de maio é o grande estandarte dessa luta!

ANA MARIA DRUMMOND é diretora-executiva da Childhood Brasil, organização que trabalha pela proteção da infância contra o abuso e a exploração sexual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Parabéns, Senador, pelo pronunciamento.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de registrar, nas votações anteriores, meu voto favorável a todas as matérias que foram votadas hoje pela tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, aposentados e pensionistas, não só os que estão na galeria... Talvez muitos não imaginem, mas existem milhões de pessoas que estão assistindo à TV Senado neste momento, que estavam na expectativa de esta Casa votar o fim do fator e o reajuste dos aposentados. Podem saber esses lutadores, que estão aqui nas galerias e ali na tribuna de honra: Robson, Varlei, enfim, todos, a causa de vocês é mais do que justa.

Eu sei que vocês esta noite vão dormir mal. Eu sei que vocês vão dormir em um lugar em que terão que jogar colchão no chão. Eu sei e vejo aqui homens de bengala na mão, senhoras de cabelos brancos... Eu queria só dizer para vocês que tenham consciência de que essa causa que vocês defendem é mais do que justa. O fim do fator previdenciário tinha de ser uma questão de honra para este Congresso Nacional. Não é justo – e o Brasil sabe que eu tenho razão – que quem ganha R\$30 mil por mês não pega o fator, tem integralidade. E vocês, que são celetistas, onde o salário máximo, pelo teto, é de R\$3.400,00, pegam o fator, ganham praticamente a metade e não têm paridade com nada, sequer com o salário mínimo.

Por isso, meus amigos... Senador Romeu Tuma, permita-me, eles viajaram horas e horas, sei que nem todos são sensíveis a essa causa dos idosos, mas sei que ela mexe com o coração, com a alma e com o sentimento de todos nós. Permita-me, Senador Romeu Tuma, que eu bata palmas para eles, porque eles merecem, Senador! Eles merecem! Eles não podem ficar quietinhos, Senador! Eles merecem as nossas palmas. (*Palmas*.)

Eu sei da torcida deles. Eu sei da emoção e do sentimento de cada um por esta sessão de hoje. Muita gente estava de vigília na sua casa, em seu sindicato, na Câmara de Vereadores, esperando o Senado votar.

Eu, claro, disse e repito: o Senado não tem condições de não votar o fim do fator e o reajuste dos aposentados. E por que eu digo isso, Senador Romeu Tuma? Porque nós já votamos. Votamos os 100% do PIB, não votamos 80%. E o que está para ser votado aqui são os 80%. Votamos o fim do fator com a média curta, que é muito mais amplo, são os últimos itens 6, a Câmara retrocedeu um pouco e aprovou as 80 maiores contribuições de 1994 para cá.

Robson, se votamos mais como não vamos votar menos? Não tem sentido, não tem lógica. Esta Casa, amanhã, tem de votar o fim do fator e o reajuste dos aposentados! Esta Casa tem de votar! (*Manifestação das galerias*.)

Com que força eu vou olhar para os meus netos? Eles mesmos disseram-me: "Vô, mas não votaram aqueles teus dois projetos por que achavam que a Câmara iria enrolar e não iria votar?" Eu disse-lhes: "Acho que não. Eu confio nos Senadores. Eu confio nos Senadores!" E a Câmara votou, e colocou em uma MP, e nos mandou de volta. Agora, não votamos! Se isso acontecer, efetivamente, estávamos jogando para a torcida. Só para a torcida! Não era sério. Para mim, é sério acabar com o fator. É sério querer um reajuste miserável. É um reajuste miserável o de 7,7%!

Pelo amor de Deus, não me digam que não tem dinheiro. Pelo amor de Deus!

Vou pegar apenas esse dado para comprovar que os senhores é que estão com a razão: receita com os impostos deve chegar a R\$66 bilhões. Com a atividade intensa – parabéns, servidores do Fisco! –, registra um melhor abril da história. A elevação foi de mais 14% sobre igual mês de 2009. Nunca arrecadamos tanto na receita. Se arrecadamos tanto, que bom, que bom, Presidente Lula, que fizemos um grande Governo! Não falta dinheiro. Por que não querer dar R\$600 milhões? Qualquer obrazinha com estrada gasta muito mais, e isso vai repercutir na vida de oito milhões de brasileiros. Por que não dá? Qual é o problema? Onde está o problema? Não é falta de dinheiro. Que bom que a gente pode dizer isso. Que bom! Onde está o problema? Eu falava aqui com o Senador Romero Jucá, e ele me dizia: "Não tem problema nenhum os 7,7%". E por que não votamos, então?

Se mandarmos para a Câmara de volta, todos têm de assumir a sua responsabilidade. Existem lá seis MPs, significa que não vão ter nem 7%, nem 7,7%, nem 6,14%, que foi dado em janeiro. Nós vamos ser responsáveis por isso? Vamos ter de fazer um decreto para regulamentar o que nós não quisemos votar? Não. Não vamos aceitar isso.

Senador Romeu Tuma, eu pouco estou preocupado com as eleições de 2010, pouco estou preocupado

com aquilo que pensarem, mas amanhã nós vamos entrar para cá de novo e ninguém vai barrar vocês – se barrarem vocês, é por cima do meu cadáver; não vão barrar vocês – e nós não vamos sair daqui de dentro enquanto não votarmos; porque foi acordado. Disseram-me aqui e eu ouvi, como ouvi a semana passada, que votaria essa semana, aqui me foi dito: "Fizemos um acordo, o colégio de Líderes, e vamos votar na quarta-feira."

Eu, mais uma vez, respeito todos os Senadores que votaram comigo há um ano e meio o fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Agora, eu sei que vocês estavam esperando, eu sei que vocês vão ter de ir agora, vão com Deus, vão com Deus, vão com Deus e voltem amanhã ciente do dever cumprido. Vocês cumpriram a parte de vocês.

Amanhã, este Senado – eu acredito – há de votar o fim do fator e o reajuste dos aposentados em pelo menos 7,7%.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Peço silêncio para o Senador concluir, por favor. Peço silêncio, porque o apóstolo Paim nós saberemos segui-lo. E, amanhã, esta Mesa não poderá negar pôr em pauta a votação, Senador Paim, por que senão será um estelionato – desculpe a expressão –, mas será um estelionato, e vamos votar com V. Ex^a a qualquer preço. Então, peço silêncio para que S. Ex^a possa terminar o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Seria tirar o povo brasileiro para bobo se isso acontecesse, e eu sei que os Senadores não farão isso. Quero aqui falar de forma respeitosa com todos os Senadores.

Mas eu vou ler para vocês um e-mail que recebi há poucos minutos, lá do meu Rio Grande:

Senador, o famigerado FATOR PREVIDENCIÁRIO foi a maior maldade já feita com o trabalhador brasileiro, vou resumidamente narrar a minha situação e, então, o senhor estará conhecendo [com este e-mail] a situação de milhões de trabalhadores, porque as situações dos prejudicados pelo fator são muito parecidas.

Sou Contador, comecei a trabalhar com 13 anos e estudar à noite, porque queria ajudar a minha família pois tínhamos inúmeras dificuldades financeiras. Aos 47 anos perdi o meu último emprego de 15 anos, e não consegui outro, pois, no Brasil, na iniciativa privada, depois dos 45 anos você é considerado inábil. Já não te oferecem bons postos de trabalho.

Abri um Escritório [...]. Somente sobrevivo, pois a minha renda caiu [...] 70%.

Ele diz mais, abaixo:

[...] tudo o que podia ser cortado, foi cortado, se alguém ficar doente, só Deus sabe o que vai acontecer na minha família.

Nos últimos 25 anos, como empregado, contribui pelo teto máximo de contribuição e, depois, a duras penas, nos meses que dá, contribuo com o mínimo. Estou com 53 anos e no mês de agosto/2010 completarei 35 anos de contribuição.

Pela simulação que fiz no site [...] [só para as pessoas entenderem, as que estão vendendo a TV Senado, como fica a situação no site da Previdência da sua aposentadoria]... a minha aposentadoria [por aquilo que pagou] seria de R\$2.882,39 e após a aplicação do famigerado fator [como manda a lei] [a sua aposentadoria, com a aplicação do fator] será de R\$1.700,00 [ou seja, ele perdeu R\$1.200,00 nessa brincadeira da aplicação do fator.]

Senador, eu não quero me aposentar para descansar, gozar a vida ou viajar, eu quero [...] melhorar a alimentação minha e da minha família, quem sabe [...] fazer um plano de saúde [...], porque [o que ele tinha já parou de pagar e toda a sua família, toda ela, está no SUS]...

[...] sofro com depressão e, no ano passado, como os remédios não estavam mais fazendo efeito, [mandaram-lhe para um psiquiatra], o psiquiatra prescreveu além da medicação sessões de psicoterapia. Mas, como não tenho condições de pagar [nem psiquiatra nem psicoterapia nem remédio, fica cada vez pior]...

Em resumo, o que diz no final (e me autorizou a dizer o nome dele) Helder Erig: "Senador, [...] [se não passar o fator, se não tiverem o reajuste], eu vou me suicidar [...] , pelo menos a minha família vai receber [a aposentadoria]...". Isso é o que ele diz na carta, eu não li toda a carta.

Quero dizer a vocês que recebo em torno de 10 mil correspondências por semana. O 0800 e o Senado comprovam isso. Cartas como essa eu recebo às centenas, do desespero do nosso povo, da nossa gente. Ninguém, ninguém tem o direito de brincar com a vida de mais de oito milhões de brasileiros.

Por isso, meus amigos que estão assistindo à TV Senado neste momento, assistam amanhã de novo, não desliguem. Assistam amanhã, a partir das duas da tarde.

Claro que eu quero votar no Ficha Limpa, quero votar no Pré-Sal, quero votar todos os projetos que estão na pauta. Mas, para mim, sinceramente, o primeiro que tem que ser votado é o projeto que reajusta os benefícios dos aposentados e o fim do fator previdenciário. Esse é o primeiro projeto que nós tínhamos que votar amanhã (*Palmas da galeria.*). E ninguém me diga que não pode. Pode sim, pode. Todas as quatro MPs vencem no dia 1º. Se todas vencem no dia 1º, nós podemos votar aquela que nós entendemos que é mais importante neste momento histórico.

E qual é a mais importante? É uma MP que joga um bi para cá ou um bi para lá? É uma MP de um salário mínimo que já está consagrado, que é de R\$510,00 a partir de 1º de janeiro? Ou é o fim do fator e o reajuste do aposentado, esse, sim, retroativo a 1º de janeiro? E não são retroativos os 7,72%. O que é retroativo é a diferença. Foram pagos 6,14%, tem uma diferença aí de 1,6%, que é paga em janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho. Aí, sim, passam a ser os 7,7%.

Por isso, meus amigos da Cobap, meus amigos das centrais que vieram aqui... Vejo aqui, faço questão de destacar, a faixa do Conlutas, mas sei que há outros companheiros também aqui. Eu quero, mais uma vez, dizer para vocês que, independente da central, seja a CUT, seja CGT, seja a Força, seja a CGTB, seja a CTB, todas as centrais que se fazem presentes e que hoje fizeram... Nós estávamos aqui dentro, mas eu tenho aqui o manifesto. Hoje houve manifesto em todo o País, nas portas de fábricas, pelas 40 horas e pelo fim do fator previdenciário. Hoje é, sim, um dia importante. E eu acredito muito na coragem e na coerência desta Casa.

Esta Casa, com coragem e com coerência, amanhã não vai deixar o Congresso Nacional em situação difícil perante a opinião pública. Esta Casa há de votar, com coragem e coerência, os 7,72% e o fim do fator previdenciário, porque é isso que quer o povo brasileiro.

Adorei ouvir os discursos de todos os que me antecederam, um melhor que o outro. Mas não tenho dúvida, meus amigos, de que o povo lá na rua estava esperando para ver como é que fica, afinal, o fim do fator previdenciário. Termina ou não termina? Vamos ter reajuste dos aposentados?

O momento é este, é agora, e é amanhã. Por isso, faço um apelo a cada Senador, a cada Senadora para que amanhã vote como votaram um ano e meio atrás. Foi uma votação simbólica. Não será preciso nem verificação de votação. Vamos votar. Não tenho problema nenhum de fazer o bom debate, com dados, com números. Estão todos aqui e mostram que não vai haver impacto negativo nenhum nas contas da

Seguridade, onde está a Previdência, se aprovarmos o fim do fator.

Quero dar um dado para efeito simbólico. O que é dito e está no site do próprio Governo, do passado e do presente, é que a economia com o fator é de R\$1 bilhão por ano. Com a diferença de 0,7%, são R\$600 milhões. Eu já vi dados de que iríamos quebrar o País e de que, com esses projetinhos, a despesa seria de R\$175 bilhões, R\$40 bilhões, R\$50 bilhões, R\$20 bilhões, R\$30 bilhões, R\$6 bilhões e, a última, baixaram para R\$4 bilhões. De R\$175 bilhões para R\$4 bilhões. Isso, sim, é brincadeira! Isso não é levar com seriedade a vida dos senhores e das senhoras que estão esperando uma decisão do Senado da República. Isto aqui não é pouca coisa, é o Senado da República do Brasil, da nossa Pátria!

E é com essa visão de pátria e de país que eu tenho certeza de que amanhã votaremos o fim do fator e o reajuste de 7,72% para os aposentados e pensionistas!

(Manifestação das galerias.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado e até amanhã.

Amanhã nós vamos concluir o trabalho que começamos!

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Parabéns, Senador Paim!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Parabéns, Senador Paim! Esperamos que sua voz seja ouvida no coração e nos sonhos de todos nesta noite. Todos, amanhã, acordarão com a certeza de que vão votar com V. Ex^a. V. Ex^a terminou, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Terminei, terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Desculpe-me, Senador!

A Senadora Lúcia Vânia falará pela Liderança.

Pode V. Ex^a falar, Senador.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo denodo com que se dedica às suas causas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tem a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria apenas informar que, nas votações de hoje à tarde, se

eu estivesse aqui, eu votaria com meu Partido. Infelizmente, não pude estar aqui, mas queria justificar minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Todos sabem o comparecimento e a firmeza de V. Ex^a, sempre presente nesta Casa. A Mesa registrará a presença de V. Ex^a.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia, como Líder da Minoria.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pois não, Senador.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

Sr. Presidente, eu também queria justificar meu voto nas votações de hoje à tarde. Votei pelo encaminhamento da Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) Pela Liderança.

Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim pelo seu discurso, pela sua luta em favor dos aposentados. Não tenho dúvida de que, amanhã, esta Casa dará uma resposta à sociedade brasileira. Parabéns, Senador Paim, pela sua luta, pela sua perseverança, pela sua determinação!

Sr. Presidente, o tema que me traz a esta tribuna hoje está tristemente estampado na mídia nacional: a violência contra a criança. E hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Desde os ataques a famílias por parte de facções criminosas, passando por maus tratos perpetrados pelos próprios familiares ou por pessoas responsáveis, como babás, funcionários de creches, etc, em todas as denúncias, há uma constante: a criança é a vítima de ataques os mais bárbaros. Chegamos ao extremo no caso da Procuradora aposentada Vera Lúcia de Sant'Anna Gomes, que foi presa no Rio de Janeiro, acusada de torturar uma menina de dois anos de idade que estava sob sua guarda para adoção. Machucada, com os olhos inchados, a criança foi levada por representantes do Conselho Tutelar para o hospital e lá precisou ficar internada por três dias.

Em função dessa situação, no inconsciente coletivo, só há um clamor: é necessário combater a violência infantil. Tenho a convicção de que esse combate passa pela participação de toda a sociedade, pelas denúncias dos meios de comunicação e, efetivamente, pelo aparelhamento e adequado funcionamento dos Conselhos Tutelares. Outro instrumento de denúncia é o Disk 100, da Secretaria Nacional de Direitos Hu-

manos, da Presidência da República, que, desde sua criação, em 2003, recebeu mais de dois milhões de denúncias. Esses dados representam o aumento do nível de consciência em relação ao problema. De 2003 até junho último, 35% das denúncias eram de negligência; 34%, de violência psicológica e física; e 31%, de violência sexual.

Nesse contexto, destaco o papel do Conselho Tutelar. Cabe-nos, como pessoas públicas, levantar as questões que ecoam: o que é? Para que serve? Qual sua função? Quando deve ser acionado? É preciso que estejam claros os instrumentos de que dispomos, para ajudarmos a combater essa violência. Não bastam aqui discursos emocionais, não bastam aqui palavras de indignação. Precisamos é de ação, de ação concreta, e a ação concreta passa, principalmente, pela instrumentalização dos instrumentos que temos para combater a violência contra a criança.

A palavra “conselho” significa “assembleia em que se toma deliberação a respeito de assuntos submetidos à sua apreciação”. Nenhum membro do Conselho atua sozinho, mas coletivamente. E esse é um diferencial. Mas o Conselho é Tutelar. Tutelar significa proteger. O que todos devemos reverberar e divulgar é que a entidade não tutela os sujeitos dos direitos, o que seria mero assistencialismo, mas os direitos dos sujeitos. Tais direitos devem ser assegurados com absoluta prioridade pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e pelo Poder Público.

Uso a força desta tribuna para perguntar: como estão os Conselhos Tutelares no Brasil?

Ana Lídia Fleury, psicóloga e Presidente da Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares de Goiás, afirma que, em Goiânia, a população é estimada em mais de 1,3 milhão de habitantes e que existem somente seis Conselhos Tutelares para atender essa demanda, sendo assistidos, em média, 250 mil habitantes em cada Conselho Tutelar. De acordo com a psicóloga, os locais de atendimento não são apropriados para atender ao público alvo, nem têm a estrutura necessária. Ana Lídia denuncia que, em todo o Estado de Goiás, já existem 243 Municípios com Conselho Tutelar instalado, num total de 246 cidades. Essa seria uma notícia auspiciosa não fosse a constatação de que eles existem mais figurativamente, em função de determinação do Ministério Público, do que efetivamente, pois não têm a mínima estrutura para atingir seus nobres objetivos.

Aproveito esta tribuna para sensibilizar os prefeitos que se encontram aqui hoje reunidos para a Marcha dos Prefeitos, para que eles deem prioridade aos Conselhos Tutelares, para que sintam a importância da instalação desses Conselhos, para que possamos,

no ano seguinte, vir a esta tribuna comemorar a redução da violência contra a criança. É preciso que haja ação efetiva. É preciso que, mais do que boa vontade e do que palavras emocionadas, haja ação, como eu disse aqui.

Pensando na sua importância, o Congresso Nacional aprovou – e já é lei desde dezembro de 2007 – o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, celebrado anualmente na data de 18 de novembro. Também tramitam nesta Casa três projetos que visam fortalecer e estruturar esses órgãos. O primeiro é o PLS nº 163, de 2003, de minha autoria, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que institui a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes à entidade local. Outro projeto também de minha autoria é o PLS nº 278, de 2009, que altera os artigos do ECA, visando à estruturação dos Conselhos Tutelares no País, definindo os procedimentos a serem adotados para ativação do serviço de proteção à infância e à juventude no processo de escolha e remuneração dos conselheiros tutelares. O terceiro projeto que tramitou no Senado, que já foi remetido à Câmara dos Deputados e que considero de extrema importância é o PLS nº 330, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, do qual fui relator. Esse Projeto determina que bens apreendidos em ações de fiscalização de órgãos públicos federais, como móveis, carros e eletroeletrônicos, possam ser doados pela União aos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente.

Quero aqui afirmar que, na semana passada, estive com o Delegado da Polícia Federal do Estado de Goiás e pude obter dele o compromisso de priorizar a apreensão de veículos e de materiais eletroeletrônicos para os Conselhos Tutelares. Isso deveria ser feito por todas as regionais de todos os Estados, uma vez que, deixando livre, naturalmente, os Conselhos Tutelares nunca serão prioridade para aqueles que administram, com raras exceções. Isso pode ajudar a situação em Municípios onde a obrigação de garantir condições de trabalho aos organismos nem sempre é cumprida pelas prefeituras. Com essa mesma preocupação, visitei, no dia 13 último, como eu disse, o Delegado da Receita Federal, Dr. Ronaldo Sérgio Silveira Genu, para tratar da doação de móveis e veículos para os Conselhos.

Que no dia a dia o Conselho Tutelar esteja comprometido com a proteção integral de sua clientela, dando-lhe prioridade absoluta e atendimento eficaz: falo da criança e do adolescente com direitos ameaçados ou violados.

Temos instrumentos criados, os Conselhos Tutelares e as Mães da Paz, que é uma iniciativa do atual Governo, por meio do Pronasci, mas o que podemos

sentir é que a violência continua no mesmo ritmo, que os instrumentos destinados à prevenção não são utilizados de forma adequada, que as pessoas não são capacitadas para exercer esse papel. Portanto, é preciso que, num dia como este, façamos uma reflexão e realmente não façamos de conta que estamos cuidando das crianças. Que esses instrumentos sejam efetivos e que seja cobrada a ação! Que o Poder Público assuma sua responsabilidade pelas mínimas condições de funcionamento dessas verdadeiras trincheiras contra a violação dos direitos das nossas crianças!

A sociedade precisa estar atenta e denunciar qualquer caso de violência contra as crianças. Somente assim, poderemos evitar que casos como o que aconteceu recentemente no Rio de Janeiro tornem a ocorrer.

Apelo aos meus colegas que, no âmbito de seus respectivos Estados, atentem para a situação dos Conselhos Tutelares. Assim fazendo, talvez, tornemos eficazes esses instrumentos, já legalmente constituídos.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e, aqui, mais uma vez, quero dizer que espero que, no próximo ano, estejamos na tribuna do Congresso Nacional para comemorar os dados que indicam a redução da violência contra as crianças e os adolescentes do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia. Só quero destacar que V. Ex^a foi Secretária Nacional de Assistência Social, que era um cargo equivalente ao do atual Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portanto, V. Ex^a tem toda a autoridade e conhecimento para abordar esse e outros assuntos. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Jefferson Praia, como orador inscrito, e, na sequência, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou fazer uma rápida abordagem sobre um dos pontos que continua preocupando muito o povo do meu Estado, o Estado do Amazonas. Trata-se da questão relacionada com a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Quero começar essa rápida abordagem e análise da audiência pública que tivemos hoje destacando um documento que está na coletânea de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas. Esse documento,

Sr. Presidente, trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) e das categorias das Unidades de Conservação Federais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Dentre os seus objetivos estão:

I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir de recursos naturais;

V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX – recuperar e restaurar ecossistemas degradados.

Eu chamo a atenção, Sr. Presidente, para os últimos itens que são estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O décimo diz o seguinte:

X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII – favorecer condições de promover a educação, interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC compreende dois grupos de unidades com características específicas: de

Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

São aquelas que têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, o quanto possível, da interferência humana. Nessas unidades, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição, salvo as exceções previstas na Lei do SNUC. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gerencia 130 dessas Unidades de Conservação, compreendendo as categorias de Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural(MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

São aquelas cujo objetivo básico é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em que a exploração do meio ambiente não compromete a perenidade dos recursos naturais renováveis, considerando os processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) gerencia 170 dessas Unidades de Conservação, compreendendo as categorias de Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Assim, a legislação do SNUC [Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza] se configura como um instrumento de afirmação da cidadania, oferecendo, a cada cidadão, meios necessários para participar de forma ativa na definição de estratégias e políticas de conservação, a fim de assegurar o equilíbrio do meio ambiente, que é de uso comum do povo brasileiro e é essencial à qualidade de vida da sociedade.

Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, houve uma audiência pública que – confesso a V. Ex^a – nos deu bons resultados, nos mostrou caminhos

a seguir. Às vezes, há audiências que eu chamo de “audiências oba-oba”. São aquelas que não dão em nada. Todos vão lá, dizem o que se tem de fazer, não sabem como fazer e não há nenhum resultado concreto na audiência.

Nessa audiência, procuramos encontrar algum caminho com o objetivo de fazer com que as políticas públicas na área de conservação sejam viabilizadas, mas com respeito à população do Estado do Amazonas.

Participaram dessa audiência o Sr. Paulo Fernando Maier de Souza, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; o Sr. Silvio Menezes, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; o Sr. Fábio Marques, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – Ipaam; o Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, Fernando Vieira, representando a Associação dos Municípios do Estado do Amazonas; o Sr. Mauro de Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, passo aqui, muito rapidamente, para as conclusões, ou os pontos que considero importante serem destacados neste momento, já que esse é apenas um passo dado no sentido de nos aproximar um pouco mais, ou seja, aproximar esta Casa das ações que estão sendo feitas por parte do Instituto na Amazônia. E nós, do Estado do Amazonas, é claro, estamos preocupados com a atuação no nosso Estado.

O Instituto no Estado do Amazonas tem a atribuição de cuidar de 33 Unidades de Conservação Federal. Um dos pontos que percebi nessa audiência foi que o Instituto... Tudo bem, compreendemos que ele foi viabilizado em 2007, no fim de 2007, e tem, portanto – 2008, 2009, 2010 –, dois anos e pouco. É um Instituto que está ainda se estruturando; precisa de uma infraestrutura física, precisa de máquinas, de equipamentos, de toda a infraestrutura adequada para atuar. E aí, é claro, estamos nos referindo ao Estado do Amazonas. Com certeza, essa falta de infraestrutura deve se dar em outros Estados da Amazônia. Porém, isso não justifica, Sr. Presidente, não haver ações, na minha avaliação, de forma muito mais clara, muito mais bem organizada, muito mais bem planejada.

O primeiro ponto que eu coloco: se temos uma unidade de conservação em um Município, seria importante termos uma orientação para essa população, para todos aqueles, principalmente, que estão sendo afetados ou que serão afetados por essa unidade de conservação. E aí, é claro, nós temos que avançar dentro do contexto da educação ambiental. Nós sabemos que estamos lidando com pessoas que não têm, muitas delas, uma informação; não sabem direito sobre legislação ambiental. Esse assunto é novo

para as pessoas, principalmente para aqueles nossos irmãos e irmãs da Amazônia, que estão lá, que não conhecem direito a legislação, que não sabem o que é uma área de reserva extrativista, que não sabem o que é o ICMBio, o Instituto Chico Mendes... Não sabem nada. Eles sabem agora que estão sendo feitas cobranças e que eles não podem mais desmatar como desmatavam, que eles não podem mais matar um animal silvestre, como faziam, para alimentação e coisas dessa natureza.

Veja bem, Sr. Presidente, eu não estou aqui – e não o farei em nenhum momento – defendendo aqueles que não são empresários amazônicos. Como eu chamo, o empreendedor amazônico. O empreendedor amazônico é aquele que respeita a natureza. Ele quer, sim, ganhar dinheiro, mas ele respeita os recursos naturais e se propõe a fazer o seu trabalho dentro do contexto da sustentabilidade.

Portanto, é importante termos essas ações planejadas. Planejamento quanto a todos os aspectos que foram por mim relacionados aqui, dentro do contexto que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, mas o nosso povo lá, Sr. Presidente, está preocupado com uma questão. Eles, claro, querem preservar, querem que aquela unidade seja conservada, mas eles estão preocupados com uma questão, que é o trabalho. Qual o trabalho que agora pode ser feito diante desse contexto de termos unidades de conservação? Isso é muito importante percebermos. Qual é a política de aproveitamento dos recursos naturais para a geração de trabalho, emprego e renda? Sem essa informação, fica difícil nós termos a população contente.

Outro ponto que deixa o povo muito descontente é a forma como a fiscalização está acontecendo, ou aconteceu, em alguns casos. E aí eu gostaria de frisar esse ponto, porque, na minha avaliação, o Instituto deveria agir muito de forma preventiva, Sr. Presidente, e não de forma reativa. Ou seja, se percebe, em um determinado local, como foi colocado lá... Hoje, parece que já temos problemas em Apuí, em Boca do Acre e em outros Municípios do Estado do Amazonas que estão na iminência de ter uma operação. Mas, por que razão o Instituto não age preventivamente, parando esse problema no nascedouro, verificando o que está acontecendo lá? Quem é o mau empresário que está desmatando de forma incorreta? Por que não para por aí? Será que vamos esperar uma operação midiática para dizer: “Não, estamos acabando com o desmatamento no Amazonas”?

Então, acredito que o Instituto deve trabalhar de forma preventiva, indo *in loco* para ver quem realmente está causando dano. E certamente não são as

pessoas pobres do meu Estado. Não são os pobres, não. Não são aqueles que estão matando para se alimentar ou aqueles que estão derrubando uma árvore para melhorar a sua casa ou para construir a sua casa. Não são esses.

Temos, sim, hoje um movimento na direção do nosso Estado, que é um movimento que tem como objetivo aproveitar os recursos naturais de forma insustentável. Esses empresários não são bem-vindos na Amazônia, eles estão causando problemas e temos, realmente, de combatê-los.

Sr. Presidente, muitos são os pontos a serem abordados, e eu vou aqui rapidamente caminhar para a conclusão, em face do tempo, mas quero dizer que percebi também, nessa audiência, a falta de entrosamento entre as instituições. Uma instituição age para cá, a outra age para lá, a outra age para essa direção, a outra age para aquela direção; as instituições, que deveriam, na minha avaliação, ser coordenadas, ser catalisadas pelo Instituto... Porque esta deveria ser a política que ele deveria fazer no Estado, chamar todos os envolvidos e dizer: "Olha, temos essa unidade de conservação. Venha cá, prefeitura; venha cá, população tradicional; venham cá, representantes do Governo do Estado e outras instituições federais. Vamos sentar aqui. Nós estamos pensando assim: Esta é uma unidade assim, assim, assado; nós vamos começar a fazer o trabalho de acordo com esse planejamento, para que possamos ter o bom andamento nessas unidades de conservação". Mas o que se percebe é uma instituição dizendo uma coisa, a outra instituição dizendo outra coisa; uma instituição fazendo a observação de que ela não anda porque a instituição tal não está resolvendo os problemas como deveria resolver...

Portanto, Sr. Presidente, esse entrosamento... E aí eu coloco a palavra "parceria". E uma outra palavra importante: "diálogo". São duas palavras fundamentais: parceria e diálogo. Sem o entrosamento dessas instituições, começando com o povo, com a prefeitura, com representantes do Governo do Estado, as instituições estaduais, e com as instituições de nível federal, para que possamos ter a boa política pública sendo viabilizada nas áreas de conservação federal...

E é isso, Sr. Presidente. É claro que isso tem de ser feito no contexto de uma agenda de compromissos. Uma agenda de compromissos! Por que não fazermos uma reunião mensal com essas instituições onde existem áreas de conservação?

Essa é a sugestão que eu faço à direção do Instituto Chico Mendes. Estou fazendo-a por escrito e vou também, Sr. Presidente, fazer um requerimento, porque quero, daqui para a frente, acompanhar unidade por unidade naquele Estado. Vejam bem, eu não sou

desses políticos que fazem oba-oba. Não estou aqui para fazer auê. Mas vou acompanhar unidade por unidade naquele Estado!

Vou fazer um requerimento. Nós não conseguimos ter essa informação. Foram quase quatro horas de audiência pública – muito tempo –, mas, infelizmente, no primeiro debate, não deu para percebermos detalhes.

Estou finalizando, Sr. Presidente. Estou pedindo, Sr. Presidente, ao Instituto Chico Mendes informações detalhadas sobre cada unidade de conservação no meu Estado. Quero saber como está a questão relacionada ao planejamento para aquela unidade de conservação; como está a situação fundiária; como está a questão relacionada às políticas voltadas para o manejo sustentável. Foi realizada a caracterização dos meios físicos e bióticos? Como está a política no sentido de termos as atividades econômicas possíveis sendo realizadas nas unidades de conservação? Quais os desafios para os produtos florestais madeireiros? Quais são os principais desafios sociais para a região? Alguma infraestrutura social está sendo feita? Como vão fazer na questão da educação e da saúde nas unidades de conservação?

Portanto, daqui para frente, nas 33 unidades de conservação do Estado do Amazonas, unidades federais – vou procurar saber como é que estão as unidades estaduais –, nós vamos acompanhar, Sr. Presidente. Vou acompanhar muito mais de forma técnica do que política, contribuindo, dando as minhas sugestões, para que nós possamos ter esse grande entrosamento entre instituições – aí eu falo de prefeituras, das instituições estaduais, das instituições federais, do ICMBio conduzindo esse processo junto com essas instituições.

E o povo, Sr. Presidente? O povo tem que saber qual é a política.

Agora, não querem dialogar com o povo? O povo se revolta.

Para finalizar, Sr. Presidente, foram feitas algumas sugestões com relação à questão relacionada às multas, multas exorbitantes. O Prefeito de Lábrea, o Prefeito Gean, que esteve presente na audiência pública, fez a seguinte observação: "Um cidadão foi multado porque comeu alguns ovos de tartaruga e levou uma multa de R\$3 milhões!"

Olha, eu vou dizer uma coisa: esse tipo de acontecimento nós não podemos permitir no nosso País. Esse cidadão morreu de desgosto. V. Ex^a imagina, Sr. Presidente, o que é um cidadão paupérrimo, que não tem nada na vida, que, como eles dizem na minha região, só tem a mulher e os filhos de patrimônio, ainda levar uma multa de R\$3 milhões!

Dessa forma, nós não vamos permitir mais ações que deixem o nosso povo, Sr. Presidente, em situação dessa natureza, que humilha a população.

Eu acredito que o Presidente Rômulo certamente não pensa assim. Eu acredito que a maior parte das pessoas do Instituto Chico Mendes não pensa dessa forma. Um Instituto que tem o nome desta pessoa fantástica, Chico Mendes, grande amazônica.

Conversando, Sr. Presidente, com o Senador Alfredo Nascimento, percebendo todos esses problemas, ele me adiantou que vai também conversar com o Presidente Rômulo, junto comigo, para que possamos contribuir com o Instituto, para que ele faça a melhor política no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, o Sr. Flávio Arns deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Jefferson Praia, por seu pronunciamento. A consciência ambiental é muito importante. Precisamos que ambientalistas e produtores caminhem juntos.

Agora, pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Senador do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, aproveito para fazer um *pot-pourri* sobre diversos temas que aqui resumo para V. Ex^a.

Em primeiro lugar, eu registro a escalada de violência em Manaus – pronunciamento que peço a V. Ex^a que aceite na íntegra para os Anais. Inclusive, Senador Jefferson Praia, com o assassinato – e eu peço a minha assessoria que faça imediatamente um voto de pesar – de um dos maiores artistas plásticos e paisagistas amazonenses, Cláudio Andrade, que foi violentamente agredido por ladrões que invadiram sua casa, no Parque Residencial Aquariquara, em Manaus. Sua esposa, Mirella Andrade, foi amarrada, sofreu agressões morais, mas não agressões físicas.

Cláudio foi torturado e sofreu ferimentos no rosto, no couro cabeludo e principalmente na região torácica. Foi levado para o Pronto-Socorro e Hospital João Lúcio, mas infelizmente perdemos uma figura que era muito respeitada e muito querida por toda a comunidade do meu Estado.

Do mesmo modo, peço a V. Ex^a que registre, na íntegra, o atencioso e-mail do Vereador Carlos Evaldo de Souza Terrinha, meu querido Terrinha, que viu pela

TV Senado o voto de aplauso que formulei em homenagem àquela simpática cidade que já deu Governadores como Álvaro Maia, Anfremon Monteiro e Plínio Coelho – foi um excelente Governador de Estado –, já deu diversos Deputados, e é terra de Almino Affonso, que foi Ministro do Trabalho. É uma terra que tem muita história. Na hora, eu me referi ao Prefeito Cidenei Lobo do Nascimento. E Terrinha, em agradecimento e em fraternidade, passa-me um poema escrito pelo amazonense Epaminondas de Souza Marques, com um pequeno histórico de Humaitá, porém em versos. O título é: *Humaitá e seus predicados que enobrecem*.

Eu peço que V. Ex^a não só os acate nos Anais, como transmita a cada Senador esses versos de Epaminondas de Souza Marques em homenagem à cidade de Humaitá, no meu Estado.

Ainda peço a publicação, na íntegra, desta fala em que registro a abertura da Sexta Edição da Campanha Estadual contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que marcou hoje, em Manaus, o início das atividades do Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual. Fiquei feliz: foram mais de dez mil pessoas que participaram da marcha, mobilização bonita no meu Estado contra essa coisa ignobil que merece a mais veemente repulsa de todos nós.

E eu gostaria muito de divulgar, aqui fazendo a minha homenagem à Secretária Executiva de Assistência Social e Cidadania, a Sr^a Graça Prola, que Manaus é a quinta capital em número de denúncias no chamado Disque 100. Isso parece ruim, parece grave. De fato, por um lado, é, há muitos atentados a crianças e adolescentes, mas o fato de haver muitas denúncias é um caminho para se consertar as coisas.

No Estado, conforme informações hoje divulgadas, já foram identificados, Senador Jefferson Praia, nada menos que dezenove Municípios com pontos de tráfico, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, que o Disque 100 seja usado por todos. A propósito, eu já estou sabendo que o Governo do Estado estará distribuindo mais de quarenta mil cartazes em hotéis, motéis, bares, restaurantes, academias e outros locais de grande movimentação de pessoas.

Parabenizo, por isso, o Governador do Estado, Dr. Omar Aziz, como também o Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes.

Ainda, Sr. Presidente, peço que acate, na íntegra, o pronunciamento em que registro este belíssimo trabalho do Inpa.

O amazonense consome quase 35 quilos de pescado por ano, quase 30 quilos a mais em relação à média nacional, que é de 7 a 8 quilos por ano.

Quem levantou esses dados foi o Ministério da Pesca e Aquicultura.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, pelo trabalho do pesquisador Rogério de Souza Jesus, estudou certos peixes e selecionou alguns para consumo maciço em razão de suas qualidades. São eles: Curimatã, Branquinha, Pirapitinga, Aracu e Mapará, todos possuindo elevado teor de proteínas, sais minerais e ácidos graxos.

Com base nos estudos do Inpa, será possível desenvolver produtos derivados do pescado para alimentação escolar, com a vantagem adicional do baixo valor comercial desses peixes. O pesquisador do Inpa lembra que o picadinho feito com essas espécies pode ser aproveitado para bifes, tortas e bolinhos, ideais para a merenda escolar.

Teria sido melhor mais atenção do governo passado, mas também se faz necessária mais atenção do futuro governo para o trabalho excepcional que realiza o Inpa, sem o que não se vai desvendar os segredos da floresta, os segredos dos rios. E aqui está o pesquisador Rogério de Souza Jesus mostrando como se pode, a baixo custo, fazer uma merenda escolar de qualidade.

Peço que V. Ex^a também aceite a publicação, na íntegra, de mais dois assuntos do Estado.

Há cerca de um mês, eu aqui reclamei das deficiências da Infraero em Manaus, que estavam causando prejuízo à produção industrial da capital amazonense, com cargas se acumulando nos seus depósitos.

Como empresário estabelecido no meu Estado, V. Ex^a conhece o problema muito bem. Lá há lonas cobrindo partes e peças de sofisticados aparelhos de áudio e vídeo. Já dando prejuízos também, no acúmulo ali naqueles pátios do Aeroporto Eduardo Gómez, as partes e peças para duas rodas. São R\$600 milhões ou mais de prejuízos até agora; mais de vinte mil trabalhadores do Distrito Industrial de férias forçadas, em casa – isso é a véspera do desemprego se não se resolve.

Uma coisa gravíssima é que passou o Dia das Mães, mas ainda teremos o Dia dos Namorados, o Dia dos Pais e a Copa do Mundo: é hora de se vender muitas televisões, é hora de repor os empregos perdidos na crise. A economia brasileira retoma o seu crescimento e, justamente lá, onde se poderia crescer mais do que a economia brasileira, esse acidente grave, esse acidente logístico, esse gargalo logístico impede que o Amazonas cresça. Isso acontece na hora em que tem de fazer dinheiro para ele e para o Brasil – o Amazonas recolhe 64% de todos os impostos federais da região; para quem pensa que aquilo ali é uma zona fiscal, eu sempre digo, de maneira bastante curta e grossa, que aquilo não é nem paraíso nem é

zona, que não há paraíso fiscal, porque se paga muito imposto e é muito organizada a produção naquele distrito industrial.

Vence amanhã o prazo fixado pela Justiça Federal para a Infraero esclarecer a demora na liberação de cargas destinadas à Aurora Eadi, terminal alfandegário privado – gostaria de me antecipar.

E há uma outra notícia, que é sobre o Seguro-Defeso, notícia que entristece. Eu aqui passo um temão dizendo que nasceu quando eu era Ministro o Seguro-Defeso; nasceu do Deputado Walzenir Falcão, que, na época, não era Deputado, mas líder nacional dos pescadores. Aproveitamos que tínhamos a faca e o queijo na mão e pegamos a faca e cortamos o queijo, enfim, nasceu o Seguro-Defeso.

Agora, eu sempre digo que, com as mudanças climáticas, com tudo, o Seguro-Defeso deveria ser não mais de quatro meses, mas de seis meses. Para quem não conhece o jargão, o Seguro-Defeso é o Seguro-Desemprego do pescador – nas nossas enchentes e nas nossas vazantes também se faz necessário o Seguro-Agrícola, que é o Seguro-Desemprego do agricultor.

Pois muito bem, o fato é que o Seguro-Defeso teria de ser pago por cinco meses, não quatro, porque o próprio Governo prorrogou o defeso, prorrogou a proibição da pesca – o defeso é a defesa da procriação dos peixes, para que eles procriem em paz, para manter as espécies vivas. Se o próprio Governo reconhece a necessidade de se conceder esse seguro por cinco meses, não pode pagar só quatro, não pode condenar uma família à fome por um mês. E eu entendo que deveriam ser seis meses.

Mas eu aqui vejo as notícias dos jornais de Manaus. Isto dá muita tristeza: “Policia Federal descobre que servidores do Estado recebiam Seguro-Defeso” – isso foi noticiado hoje no *Diário do Amazonas*.

Peço providências muito enérgicas ao Governador Omar Aziz. É uma coisa lastimável: servidores públicos recebendo um seguro criado para proteger pescadores, para assegurar-lhes a sobrevivência no período do defeso, período em que a pesca é proibida, e eles não têm como trabalhar. Todo roubo é mesquinho, mas há alguns que conseguem ser mais mesquinhos ainda. Isso é algo que até desmoraliza qualquer perspectiva, até desmoraliza o discurso que se faz com boa-fé e com boa intenção.

Sr. Presidente, usando o tempo que me resta, eu gostaria de aqui, sim, fazer uma leitura completa e honesta do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2010, que dispõe sobre o Acordo celebrado entre o Brasil e a Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as localidades de

Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

O entendimento comercial em análise destina-se a aplicar um regime especial para comércio de mercadorias entre as localidades fronteiriças de Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia. As localidades fronteiriças são, pelo Acordo, reduzidas à área urbana de cada uma das municipalidades, segundo a respectiva legislação das partes.

O regime especial está assim configurado:

a) os beneficiários do regime são as pessoas legalmente habilitadas para o comércio, conforme a legislação interna de cada uma das partes;

b) as operações comerciais realizadas por essas pessoas gozarão de dispensa de registro ou licença, autorização ou certificação, salvo aplicação de legislação sanitária e ambiental ou inspeção de autoridades de controle;

c) o despacho aduaneiro será simplificado na importação e exportação, realizado com base apenas na nota fiscal ou fatura comercial, sempre que possível emitida por meio eletrônico;

d) a apresentação de declaração aduaneira consolidada e o pagamento de eventuais tributos ou outros direitos decorrentes da importação ou exportação em bases mensais ocorrerão até o quinto dia seguinte ao mês da realização da operação;

e) haverá isenção da apresentação do certificado de origem correspondente aos tratamentos preferenciais acordados no marco de tratados comerciais;

f) nenhum pagamento de tributo, direito aduaneiro ou outros gastos incorridos poderá ser exigido antes do quinto dia do mês subsequente ao mês da realização da operação.

O Acordo, Sr. Presidente, traz também regras aplicáveis ao consumo. Só podem ser beneficiários do Regime Especial as pessoas domiciliadas nas zonas urbanas das duas cidades e para artigos de uso e consumo familiar, compatíveis com suas necessidades. A introdução de mercadorias da área no resto do território nacional deverá se submeter às disposições da legislação nacional vigente em cada parte. O ingresso e saída de mercadorias ou produtos para consumo não estarão sujeitos a registro ou a declaração de importação

ou de exportação, devendo a mercadoria estar acompanhada de fatura comercial ou nota fiscal emitida por estabelecimento comercial regular nos termos do Acordo.

As mercadorias comercializadas ao amparo do Regime Especial estarão isentas de pagamentos dos tributos federais incidentes sobre operações de comércio exterior, no caso do Brasil, e dos tributos aduaneiros, no caso da Colômbia.

O Regime não se aplica a mercadoria ou espécie da fauna e da flora, cuja importação ou exportação seja proibida ou controlada por legislação nacional de cada uma das partes. Outras exceções são disciplinadas no Acordo, além de que sua avaliação periódica está prevista, de modo a que se ajuste, a cada momento, à realidade das economias locais.

Para completar, as autoridades aduaneiras de ambas as partes, Brasil e Colômbia, estabelecerão, por consenso, no prazo de três meses da entrada em vigor do tratado, as penalidades para as pessoas que infrinjam as condições e requisitos do Regime, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação de cada parte signatária.

O Acordo entrará em vigor 30 dias a partir da data de recebimento da segunda nota diplomática pela qual uma das partes informa à outra que foram cumpridos os requisitos internos para sua entrada em vigor.

Qualquer controvérsia relacionada a sua interpretação ou implementação será resolvida pelas partes por via diplomática.

De acordo com o informe ministerial, Letícia e Tabatinga constituem um único núcleo urbano e possuem economia complementar, o que é verdade. As comunidades brasileira e colombiana na região enfrentam desafios similares, tais como o afastamento de grandes cidades, o que dificulta a provisão de suprimentos para o abastecimento das necessidades básicas de suas populações. O Regime proposto busca criar condições para que as trocas comerciais entre as duas cidades sejam mais fluídas.

Apesar de viverem em uma área perturbada, sem separação física entre as duas cidades, que são atravessadas pela Avenida da Amizade, os habitantes de Letícia e Tabatinga têm dificuldades para comercializarem produtos de primeira necessidade destinados ao consumo local, que são taxados pelos im-

postos de importação e exportação quando cruzam a fronteira, além de serem submetidos à burocracia das aduanas de cada parte.

As dificuldades são maiores para Letícia, que não possui comunicação fluvial ou terrestre com os grandes centros colombianos, dependendo inteiramente da ligação aérea com Bogotá.

A principal dificuldade dos moradores de Letícia, principalmente os mais pobres, refere-se à compra de alimentos e produtos de primeira necessidade. Tabatinga poderia fornecer esses bens a custo mais acessível, se não houvesse a incidência de impostos e outros embargos à comercialização.

Dessa maneira, o Regime Especial é benéfico às duas comunidades: à colombiana, que terá maior acesso a produtos básicos, e à brasileira, que, por produzir peixe, entre outros produtos primários, poderá comercializá-lo para um número maior de consumidores.

Ademais, o Acordo dota-se de dispositivos que evitarão o descaminho e outras fraudes, salientando-se que, pelo isolamento geográfico das duas cidades, torna-se bastante improvável a corrida à região em busca dos benefícios da isenção de tributos.

Eu digo ainda, Sr. Presidente, que, votado hoje aqui na Casa, entre dezenas de outros acordos internacionais relevantes, e obviamente que muito pelo patriotismo e pelo bom senso de meu Pares todos, a começar pelo Senador Flávio Arns, que ainda está presente nesta sessão, e bastante também pelo interesse que eles sabem que eu próprio tenho, como companheiro deles, no desenvolvimento da Região Amazônica brasileira, mas a Região Amazônica dos outros países também, porque será muito bom até para a proteção ecológica, para tudo. O PSDB foi unânime, não houve discrepância, votou unanimemente a favor desse Acordo.

Eu gostaria de dizer que ele teve uma tramitação na Câmara bastante extensa, bastante longa, passou por várias Comissões na Câmara. Passou, por exemplo, pela Comissão de Finanças e Tributação, com a relatoria do Deputado Ricardo Berzoini, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores. Passou pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com parecer da minha colega de bancada, Deputada Vanessa Grazziotin. Passou pela Comissão de Constituição e Justiça, através da relatoria, muito competente também, tanto quanto a de Vanessa e de Ricardo Berzoini, do ex-presidente desta Casa e ex-presidente do Congresso, meu querido amigo, Deputado Mauro

Benevides, do Ceará. O próprio Deputado Mauro Benevides foi o responsável na Comissão última, que foi a Comissão de Redação Final.

Portanto, aqui no Senado, devo destacar também que, com a prestimosidade do Senador Eduardo Azeredo, andou com rapidez. O relator no Senado foi o Senador Inácio Arruda.

Quero, portanto, louvar todos esses Parlamentares que se interessaram por essa matéria, quero agradecer à minha bancada pelo apoio dado, pelo apoio emprestado, algo que será tão bom para Tabatinga, que espero que seja muito bom – tenho certeza de que será – para Letícia, que é a capital do estado de Amazonas, da Colômbia. Aliás, é o principal estado; depois de Bogotá é o que há de mais importante, até pela biodiversidade de que é dotado.

Mas faço questão de que V. Ex^a também encaminhe para os Anais o inteiro dessa tramitação até se chegar a este momento em que aqui, depois da votação, eu comemoro, sim, nós termos visto a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 26/10, que dispõe sobre o Acordo celebrado entre Brasil e Colômbia para o estabelecimento do que vai ser uma verdade daqui a pouco, da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Isso foi celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

Que Colômbia e Brasil sejam muito felizes com esse Acordo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

***SEGUIM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS
DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.***

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, amazonense consome quase 35 quilos de pescado por ano, quase 30 quilos a mais em relação à média nacional, de 7 a 8 quilos por ano. Os dados são do Ministério da Pesca e Aquicultura, divulgados ontem.

O alto consumo de peixe no meu Estado não surpreende. Afinal, o Amazonas é a terra das águas e o pescado, além de farto, é de qualidade.

Ao registrar esses dados em Plenário, aplaudo a iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, que, baseado nas estatísticas do Ministério, iniciou estudos para avaliar o perfil nutricional de sete espécies de peixes do Amazonas.

Segundo o pesquisador Rogério de Souza Jesus, a iniciativa visa a sugerir que as espécies em estudos passem a compor a dieta dos povos da Amazônia.

Os peixes escolhidos para o estudo são: Curimatã, Branquinha, Pirapitinga, Aracu e Mapará. Todos possuem elevado teor de proteínas, sais minerais e ácidos graxos.

Com base nos estudos do INPA, será possível também desenvolver produtos derivados do pescado para alimentação escolar. Com uma vantagem adicional: o baixo valor comercial desses peixes.

O pesquisador do INPA lembra que o "picadinho" feito com essas espécies pode ser aproveitado para bifes, tortas e bolinhos, ideais para a merenda escolar.

Eis aí um notável exemplo do aproveitamento sustentável da Floresta Maior. Como nota a técnica Emiko Resende, da Embrapa, os resultados da pesquisa do INPA ajudam a propagar as imensas possibilidades de aproveitamento sustentável na região amazônica. Emiko é coordenadora do projeto Bases Tecnológicas para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, Projeto de Decreto Legislativo nº 26/10, que dispõe sobre o Acordo celebrado entre o Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

O entendimento comercial em análise destina-se a aplicar um regime especial para comércio de mercadorias entre as localidades fronteiriças de Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia. As localidades fronteiriças são, pelo acordo, reduzidas à área urbana de cada uma das municipalidades, segundo a respectiva legislação das Partes.

O regime especial está assim configurado:

a) os beneficiários do regime são as pessoas legalmente habilitadas para o comércio, conforme a legislação interna de cada uma das Partes;

b) as operações comerciais realizadas por essas pessoas gozarão de dispensa de registro ou licença, autorização ou certificação, salvo aplicação de legislação sanitária e ambiental ou inspeção de autoridades de controle;

c) o despacho aduaneiro será simplificado na importação e exportação, realizado com base apenas na nota fiscal ou fatura comercial, sempre que possível emitida por meio eletrônico;

d) a apresentação de declaração aduaneira consolidada e o pagamento de eventuais tributos ou outros direitos decorrentes da importação ou exportação em bases mensais ocorrerão até o quinto dia seguinte ao mês da realização da operação;

e) haverá isenção da apresentação do certificado de origem correspondente aos tratamentos preferenciais acordados no marco de tratados comerciais.

f) nenhum pagamento de tributo, direito aduaneiro ou outros gastos incorridos poderá ser exigido antes do quinto dia do mês subsequente ao mês da realização da operação.

O Acordo traz também regras aplicáveis ao consumo. Só podem ser beneficiários do Regime Especial as pessoas domiciliadas nas zonas urbanas das duas cidades e para artigos de uso e consumo familiar, compatíveis com suas necessidades. A introdução de mercadorias da área no resto do território nacional deverá se submeter às disposições da legislação nacional vigente em cada Parte. O ingresso e saída de mercadorias ou produtos para consumo não estarão sujeitos a registro ou a declaração de importação ou de exportação, devendo a mercadoria estar acompanhada de fatura comercial ou nota fiscal emitida por estabelecimento comercial regular nos termos do Acordo.

As mercadorias comercializadas ao amparo do Regime Especial estarão isentas de pagamentos dos tributos federais incidentes sobre operações de comércio exterior, no caso do Brasil, e dos tributos aduaneiros, no caso da Colômbia.

O Regime não se aplica a mercadoria ou espécie da fauna e da flora cuja importação ou exportação seja proibida ou controlada por legislação nacional de cada uma das Partes. Outras exceções são disciplinadas no Acordo, além de que sua avaliação periódica está prevista, de modo a que se ajuste, a cada momento, à realidade das economias locais.

Para completar, as autoridades aduaneiras de ambas as Partes estabelecerão, por consenso, no prazo de três meses da entrada em vigor do tratado, as penalidades para as pessoas que infrinjam as condições e requisitos do Regime, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação de cada Parte signatária.

O Acordo entrará em vigor trinta dias a partir da data de recebimento da segunda Nota Diplomática pela qual uma das Partes informa à outra que foram cumpridos os requisitos internos para sua entrada em vigor.

Qualquer controvérsia relacionada à sua interpretação ou implementação será resolvida pelas Partes por via diplomática.

De acordo com o informe ministerial, Letícia e Tabatinga constituem um único núcleo urbano e possuem economia complementar. As comunidades brasileira e colombiana na região enfrentam desafios similares, tais como o afastamento de grandes cidades, o que dificulta a provisão de suprimentos para o abastecimento das necessidades básicas de suas populações. O Regime

proposto busca criar condições para que as trocas comerciais entre as duas cidades sejam mais fluidas.

Apesar de viverem em uma área conturbada, sem separação física entre as duas cidades, que são atravessadas pela Avenida da Amizade, os habitantes de Letícia e Tabatinga têm dificuldades para comercializar produtos de primeira necessidade destinados ao consumo local, que são taxados pelos impostos de importação e exportação quando cruzam a fronteira, além de serem submetidos à burocracia das aduanas de cada Parte.

As dificuldades são maiores para Letícia que não possui comunicação fluvial ou terrestre com os grandes centros colombianos, dependendo inteiramente da ligação aérea com Bogotá.

A principal dificuldade dos moradores de Letícia, principalmente os mais pobres, refere-se à compra de alimentos e produtos de primeira necessidade. Tabatinga poderia fornecer esses bens a custo mais acessível, se não houvesse a incidência de impostos e outros embargos à comercialização.

Dessa maneira, o Regime Especial é benéfico às duas comunidades: à colombiana, que terá maior acesso a produtos básicos, e à brasileira, que, por produzir peixe, entre outros produtos primários, poderá comercializá-lo para um número maior de consumidores.

Ademais, o Acordo dota-se de dispositivos que evitarão o descaminho e outras fraudes, salientando-se que, pelo isolamento geográfico das duas cidades, torna-se bastante improvável a corrida à região em busca dos benefícios da isenção de tributos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposição: PDC-1972/2009

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Data da Apresentação: 21-10-2009

Apreciação: Proposição Sujeito à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Proposição Originária: MSC-nº 278/2009

Ementa: Aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.

Pareceres: Votos e Redação Final

PLEN (PLEN)

RDF 1 (Redação Final) – Mauro Benevides
CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJC (Parecer de Comissão)
PRL 1 CCJC (Parecer do relator) – Mauro Benevides

CDEIC (Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio)

PAR 1 CDEIC (Parecer de Comissão)
PRL 1 CDEIC (Parecer do Relator) – Vanessa Grazziotin

CFT (FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO)
PAR 1 CFT (Parecer de Comissão)
PRL 1 CFT (Parecer do Relator) – Ricardo Berzoini

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, dois assuntos do meu Estado.

Há cerca de um mês, disse aqui que as deficiências da Infraero, em Manaus, estavam causando prejuízo à produção industrial da Capital amazonense, com as cargas se acumulando nos seus depósitos. Dirigentes do aeroporto chegaram ao cúmulo de dizer que o problema era decorrência do crescimento da produção industrial, como se não tivessem de tomar, com urgências, as medidas necessárias para acompanhar esse crescimento.

Empresários do Polo Industrial de Manaus e integrantes das bancadas parlamentares do Amazonas, por iniciativa do deputado Lupércio Ramos, reuniram-se, em Brasília, com o presidente da Infraero, para pedir providências, que foram prometidas. Foram liberadas as cargas de sete voos, mas no mesmo dia chegaram outros sete vôos, para somar-se a outros 28 que aguardavam liberação. Foram anunciadas, depois, outras medidas emergenciais. Mas o fato é que o problema não foi resolvido.

Hoje termina o prazo fixado pela Justiça Federal para a Infraero prestar esclarecimento sobre a demora na liberação de cargas destinadas à Aurora Eadi, terminal alfandegário privado. Diz a Aurora Eadi que mercadorias em trânsito, que deveriam ser liberadas em 24 horas, conforme legislação aduaneira, estariam levando até dez dias para lhe serem entregues.

Como trabalhar e produzir assim?

O outro assunto diz respeito ao Seguro-Defeso. É notícia que entristece. A principal manchete de hoje do Diário do Amazonas diz: Polícia Federal descobre que servidores do Estado recebiam Seguro-Defeso.

Que coisa lastimável! Servidores públicos recebendo um seguro criado para proteger os pescadores, para assegurar-lhes a sobrevivência, no período de

defeso – período em que a pesca é proibida – e eles não têm como trabalhar!

Ainda recentemente falei aqui da importância dessa ajuda para os pescadores do Amazonas, pedindo até que seu pagamento seja facilitado, conforme sugestão acolhida na Assembleia Legislativa amazonense e a mim transmitida pelo seu presidente, o deputado Walzenir Falcão. A sugestão era de que o pagamento seja feito não apenas pela Caixa Econômica Federal, mas também por meio da agência fluvial do Bradesco, a qual percorre o Rio Negro, isto porque a Caixa tem poucas agências, o que obriga pescadores a percorrer longas distâncias – e no Amazonas as distâncias são longas mesmo, e percorridas pelos rios – para receber uma importância essencial à sua sobrevivência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, tenho, com frequência, ocupado esta tribuna do Senado para denunciar a escalada da violência em Manaus. Aliás, é o que ocorre em todo o País, principalmente nos grandes centros urbanos. Estamos cansados de assistir a isso, sem que haja por parte das autoridades, a começar pelo governo federal, efetiva ação contra a bandidagem.

Trago ao conhecimento da casa triste fato ocorrido na madrugada de hoje, em Manaus. Um dos mais importantes artistas plásticos amazonenses e também paisagista, Cláudio Andrade, foi violentamente agredido por ladrões que invadiram sua casa, no Parque Residencial Acariquara. Sua esposa, Mirella Andrade, foi amarrada e, segundo informações que chegaram de Manaus, felizmente não sofreu agressão física. Os ladrões, que buscavam objetos de arte, fugiram com R\$ 1.500,00.

Cláudio Andrade sofreu ferimentos no rosto, no couro cabeludo e principalmente na região torácica. Foi levado para o Pronto-Socorro e Hospital João Lúcio, nas proximidades de sua residência e ateliê, e se previa que deveria passar por cirurgia.

Faço esse registro com muito pesar e manifestando inteira solidariedade a ele e à família, bem como fazendo votos de que se recupere o mais cedo possível.

E conclamo as autoridades policiais a se desdobrarem em esforços para prender esses covardes agressores.

Era o que tinha a dizer

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. – Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, a abertura da Sexta Edição da Campanha Estadual Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes mar-

cou, hoje, em Manaus, o início das atividades do Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual.

Segundo notícia que chega do Estado, mais de 10 mil pessoas participaram também de marcha realizada hoje de manhã, em Manaus.

É com muita satisfação que registro essa mobilização em meu Estado contra essa coisa ignóbil, que merece a mais veemente repulsa de todos nós e a mais firme ação das autoridades, que é o abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

E o Amazonas precisa dessa mobilização, pois segundo a secretaria executiva da Assistência Social e Cidadania, Graça Prola, Manaus é quinta capital em número de denúncias ao Disque 100. No Estado, conforme informações hoje divulgadas, foram identificados nada menos do que 19 municípios como pontos de tráfico, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Como parte das atividades relativas ao Dia Nacional de combate a esse tipo de crime, está a mais ampla divulgação do Disque 100, por meio do qual podem ser feitas as denúncias. Serão distribuídos mais de 40 mil cartazes em hotéis, motéis, restaurantes, bares, academias e em outros locais de grande movimentação de pessoas.

Aos organizadores dessas manifestações, meus parabéns!

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, Na semana passada, registrei aqui o transcurso do aniversário de Humaitá, uma das mais prósperas cidades do Amazonas, situado na microrregião do Rio Madeira, a 600 quilômetros de Manaus.

Hoje, recebi atencioso e-mail do “Terrinha”, como é chamado um grande e dileto amigo, o Carlos Evaldo Terrinha. Ele ouviu pela TV-Senado o Voto de Aplauso que formulei em homenagem àquela simpática cidade, tão bem conduzida pelo Prefeito Cidenei Lobo do Nascimento.

Terrinha passou-me à leitura poema escrito pelo amazonense Epaminondas de Souza Marques, com um pequeno histórico de Humaitá, porém em versos.

Assim, muito me apraz completar a homenagem ao aniversário de Humaitá, com a inserção nos Anais do Senado Federal do bem redigido poema de Epaminondas, o qual vai em anexo a este breve pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Arthur Virgílio

HUMAITÁ, E SEUS PREDICADOS QUE ENOBRECEM

Tes nesse teve origem de um épico brasileiro,
Foi quando um destemido desbravador português,
Fugindo da perseguição dos índios parintintins,
Aportou às margens esquerda de um majestoso rio,
Para fundar em 15 de Maio de 1869, nessa querida cidade.

O nome foi inspirado em uma famosa batalha
Da guerra do Paraguai, no distante lugarejo de Humaitá,
Na época cantada em versos e prosas pelo poeta Castro Alves
Tem sido generosa nação de filhos ilustres
No campo cultural e político do estado e do país,
Quem não conhece Álvaro Maia, Plínio Ramos Coelho e Abílio Afonso?

Foi, pelo, no sertão do Paraíba que Ferreira de Castro
Se inspirou para escrever sua obra maior "a selva"
Personagens, filho desta terra se tornaram universal
Na pena de humanista, poeta e escritor português.

Conhecida no vale do famoso rio
Como a princesinha do madeira
E por ter em seus campos uma planta de fruto,
Orgulho de sua gente hospitalaria,
Quem não conhece a história da mangabeira?

Também chamados carinhosamente da mangaba
Os filhos, desse reino, que se tivesse cor seria morena,
Que como as ágeas que a margeia-serena
Se gabam em dizer, quem come mangaba, sua imagem não apaga.

Terra da mangaba, princesinha do madeira,
Para os imigrantes de outras plagas, deslumbrados,
Prefereem chamá-la de "A CIDADE DO VERDE, DA ÁGUA E DO SOL".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Todos os pedidos de V. Ex^a serão atendidos, conforme o Regimento, Senador Arthur Virgílio.

E V. Ex^a coloca em destaque o Distrito Industrial do Amazonas. Para todos nós, amazônicas, o Distrito Industrial de Manaus é um orgulho e uma grande prova de que nós podemos produzir e preservar a Amazônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a gentileza de V. Ex^a me inscrever pela Liderança da Maioria.

Mas, já de pronto, quero dizer que temos muita inveja do Polo Industrial de Manaus. Não queremos um igual, mas pelo menos uma miniatura: uns 20% das indústrias que há em Manaus em Porto Velho. Por isso, eu aprovei, aqui no Senado, uma Zona de Processamento de Exportação, e espero que V. Ex^a, com certeza, encampe-a conosco, a fim de levarmos para Rondônia uma Zona de Processamento de Exportação para implantar em Porto Velho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sem dúvida, será muito importante para o desenvolvimento não só de Porto Velho, mas da região amazônica como um todo.

Convidado agora...

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero informar que estou encaminhando oficialmente à Mesa o requerimento de urgência de todos os Líderes da Casa, a que me referi na tarde de hoje, para tramitação do Projeto Ficha Limpa.

Assinam este requerimento os Senadores Aloizio Mercadante, do PT; eu próprio, como Vice-Líder do PT; Renan Calheiros, do PMDB; Valdir Raupp, Vice-Líder do PMDB; Francisco Dornelles, do PP; Gim Argello, do PTB; Osmar Dias, do PDT; João Ribeiro, do PR; Antonio Carlos Valadares, do PSB; Marcelo Crivella, do PRB; Inácio Arruda, do PCdoB; José Nery, do PSOL; José Agripino, do DEM; Arthur Virgílio, do PSDB; Romero Jucá, do PMDB.

A Senadora Marina Silva está em licença do Partido Verde, e o Senador Mão Santa, do PSC, está em viagem. Portanto, dos presentes na Casa, Sr. Presi-

dente, houve consenso para que haja tramitação em urgência do Projeto Ficha Limpa.

Também o Senador Flávio Arns assina o requerimento neste instante.

Assim, Sr. Presidente, encaminho-o à Mesa.

O Senador Paulo Paim também faz questão de assiná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Eu faço questão de assinar também, Senador.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – E V. Ex^a, com muito prazer, assinará.

De maneira, Sr. Presidente, que conseguimos hoje o consenso na Casa para que amanhã, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer seja lido pelo próprio Presidente Demóstenes Torres, que avocou a si a relatoria. Então, há a expectativa de que logo votemos a matéria e possamos, dado este requerimento de consenso, inclusive por parte do Senador Arthur Virgílio, que pede a palavra, logo apreciar e votar esse projeto, Sr. Presidente.

Entrego-o a suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem.

Senador Arthur Virgílio com a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para esclarecer, com muita felicidade, que o artista Cláudio Andrade, que foi brutalmente agredido na sua casa, não faleceu. Então, não se justifica o voto de pesar.

Eu fico feliz. Se há um erro que eu cometo com alegria é este. Sou muito atento às coisas da minha terra, e se há um erro que cometo com alegria é este. Fico muito feliz mesmo e espero que ele tenha plena recuperação, até porque precisamos da humanidade e da arte dele.

Mas, Sr. Presidente, a propósito do que acabou de relatar o Senador Eduardo Suplicy, eu faço aqui um adendo. Nós conseguimos hoje algumas vitórias da Casa, da autonomia da Casa. Uma delas é que havia uma certa... Eu não diria um blefe, porque seria uma coisa grosseira, nem balela, porque igualmente não seria delicado; mas havia certo truque nessa história de se vincular a votação do Pré-Sal ao Ficha Limpa. E eu disse: "Meu Deus, não é possível!". Nós queremos discutir o Pré-Sal com pressa, mas com pressa prudente, com pressa consciente, e não sob o torniquete da urgência constitucional.

Então, nós temos quatro medidas provisórias, e essas quatro medidas provisórias têm de ser analisadas numa sessão.

E o Pré-Sal será analisado. Se o Governo não quiser retirar a urgência, ele estará se defrontando conosco sem nós querermos. E eu tenho dito a todos os Líderes que nós temos condição de segurar essa votação, temos número para isso. É desgastante, vamos gastar energia boa em coisa ruim. O que propomos é um calendário para, até o final do semestre, com algumas audiências públicas, nós debatermos o pré-sal, para esclarecimento da Nação e para chegarmos a um consenso da Casa. Afinal de contas, é o que interessa a todo o País.

Eu tenho dois objetivos: um é a emenda do Senador Jereissati, que pretende que parte disso vá para os Municípios, para a educação; e o outro é uma preocupação que eu tenho de que o próprio petróleo - que neste século vai perder seu papel de protagonista, vai ceder vez a energias alternativas, a fontes limpas, verdes - saiba fazer o seu enterro de luxo. Que o petróleo saiba se enterrar, pagando, custeando a troca das matrizes sujas, advindas dele, pelas limpas, que ele financiará na pesquisa, na tecnologia, na ciência, no laboratório. Então, a nossa intenção é a melhor possível.

Eu não entendo... Hoje, o próprio Ministro de Relações Institucionais teria sido um pouco rude com a Casa, ou não conhece muito a Casa, dizendo que tem número para vencer. Não tem número para vencer. E nem nós queremos vencer o Governo. Nós queremos votar o Pré-Sal com rapidez, mas sem esse garrote, que é humilhante para a Casa, de não se permitir debate nas comissões.

Então, o que fiz hoje? Fiz uma questão de ordem à Mesa, tentando mostrar... E a resposta do Senador Marconi Perillo foi uma resposta muito clara, muito clarividente. Ele deu a opinião do pessoal dele, e amanhã, às 10h, dará a resposta definitiva. Eu perguntava o seguinte, eu dizia, para resumir: a partir do momento em que – veja bem V. Ex^a – o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Michel Temer, foi ao Supremo Tribunal Federal indagar se matérias não conversíveis em medida provisória poderiam ou não ser votadas, mesmo com a pauta trancada, em sessões extraordinárias, a partir desse momento, houve uma resposta do Supremo: "Sim, pode". Aqui no Senado, o Presidente Sarney, com muita prudência, disse: "Não, vamos manter a ortodoxia. Vamos votar com pauta trancada autoridades, embaixadores, diretores de Banco Central, empréstimos, e por aí afora". Resolvemos algumas, mas não fizemos ainda nenhuma dessas sessões extraordinárias.

Havia aqui um certo temor, que também se dissipou hoje: "Puxa, a Oposição usa isso a favor dela em algumas matérias. Em compensação, o Governo vai usar a favor dele em algumas outras, o Governo vai

votar o que quiser". Não, porque se exige o consenso dos Líderes, se exige a anuência de todos os Líderes. Então, a sessão extraordinária para votar uma matéria com a pauta trancada exige a anuência de todos os Líderes. O Senador Suplicy, então, leu a lista de todos os Líderes da Casa. Eu fiquei muito feliz com isso.

Agora, essa questão de ordem acaba de uma vez com a pendência, porque ninguém vai poder dizer: "Ah, não votamos o Ficha Limpa porque tem o Pré-Sal, que está com urgência constitucional"; "Ah, não votamos o Ficha Limpa porque tem quatro medidas provisórias". Não tem mais como se dizer isso. Nós podemos votar o Ficha Limpa amanhã, lá na Comissão de Justiça e aqui no plenário. Amanhã.

E devo dizer mais: para as pessoas que são imediatistas, que estão preocupadas com o que vai acontecer com elas ou não vai acontecer com elas na próxima eleição, eu quero fazer uma advertência muito clara: este Projeto Ficha Limpa, que não é perfeito, que tem defeitos, que poderia ter uma redação jurídica melhor, esse projeto é uma necessidade hoje, porque esta Casa não pode se dar ao luxo de virar as costas para quatro milhões de brasileiros que terminaram firmando a representação popular.

Segundo: significa a atenção da sociedade brasileira sobre as atividades do Legislativo - ela que tem que estar muito atenta também, e haverá de estar, sobre as atividades do Executivo, do Judiciário. Significa dizer que isso é o início de um processo, que a coisa mal está começando, que muita coisa vai mudar a partir daí.

Conversei com o Senador Pedro Simon, que tinha uma fórmula. A fórmula dele era aparelhar-se a Justiça para se poder ir até a última instância, mas antes da posse do candidato. Essa era a ideia do Senador Pedro Simon. Eu concordei com ela plenamente. Mas ele concorda comigo, e eu com ele: nós não temos a Justiça aparelhada para isso. Era preciso preparar a Justiça para isso. E esse seria o novo passo, dar prioridade... Eu sou a favor de se dar prioridade a julgamento de caso de corrupção, e prioridade a julgamento de caso de corrupção quando envolve candidato. Aí é que tem que ser célere mesmo. Aí é que tem que ser rápido. Não pode deixar o inocente pendurado dez anos na dúvida, nem pode deixar o culpado, à tripa forra, dez anos, beneficiando-se também ele próprio da dúvida, a que todo cidadão tem direito. Mas vamos decidir logo se é culpado ou se é inocente. Esse é o segundo passo.

Ou seja, nós, amanhã, não temos razão nenhuma para não fazermos uma sessão extraordinária se de fato a Mesa disser o que eu imagino que ela vai dizer: que não tem, ela própria, a Mesa, outra decisão a to-

mar que não a de concordar com a questão de ordem que a Liderança do PSDB apresentou. Ou seja, dá para fazer a votação do Pré-Sal quando tiver que ser; a votação das medidas provisórias, que já estão na bica para serem votadas; e, à parte disso, a qualquer hora do dia ou da noite, uma sessão extraordinária do Senado para votar especificamente o Ficha Limpa. Aí, no dia seguinte, pode ser que haja outro consenso dos Líderes. Aí se faz outra sessão extraordinária e se vota. Se não houver consenso, não se vota.

Mas o fato é que parece, assim, o ovo de Colombo. Nós descobrimos, nossa assessoria foi competente – quero homenagear minha assessoria –, e ficou muito claro que nós podemos votar o Ficha Limpa, sim. Não tem mais como não se votar. Não é mais declaração de vontade: agora é uma obrigação, é um imperativo deste País.

E segundo, Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a que fiz também, como cidadão – claro que me qualificando como Parlamentar, mas o que importa não é nem isso, fiz como cidadão mesmo –, uma consulta, com base nos artigos tais, tais, tais e tais, inclusive o art. 14, § 9º, da Constituição Brasileira, ao ilustre Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, perguntando a ele se já entra em vigor agora, neste ano. Se entra em vigor neste ano, ou se não entra. Por mim, entra, na medida em que não deveria valer o princípio da anualidade para uma mudança constitucional, muito menos para uma mudança dessa monta. E quem tem de interpretar a Constituição, e faz isso muito bem... Muitas vezes, a gente até aqui se omite e acha que o TSE legisla por nós. Não é verdade. Nossa omissão, eu quero pagar qualquer preço por ela – pela nossa omissão. Agora, o TSE tem obrigação de interpretar a Constituição do ponto de vista do processo eleitoral brasileiro. Ele vai interpretar a partir da provocação que hoje lhe fiz como cidadão. Por mim, vale. Se dependesse de mim, da minha vontade de cidadão, aplicaria já para esta eleição, mas quem vai falar é a Egrégia Corte Eleitoral, a Suprema Corte Eleitoral do País.

Foi, portanto, um dia, a meu ver, bastante vitorioso, porque nós não viramos as costas, não vamos virar as costas para quatro milhões de brasileiros, que são hoje apoiados pelos outros 196 milhões, eu acredito.

Já ouvi dizer assim: "É pouco." Quatro milhões é pouco? Onde? Quatro milhões não cabem nesta Casa, não cabem nesta sala. Nesta Casa, não cabem 10 mil pessoas. Quatro milhões são muita gente, e esses quatro milhões de pessoas, em nome dos outros 196 milhões, representando 200 milhões de brasileiros decentes, assinaram a sugestão. Já que nós não resolvemos isso aqui, o povo veio e fez: "Olha, nós

queremos o início de uma depuração da vida pública brasileira."

Volto a dizer: se eu tivesse tempo, se não houvesse a urgência, eu teria críticas a fazer ao projeto. Vejo imperfeições nele. Eu vejo que ele teria de ser aperfeiçoado. Vejo que o passo seguinte, depois de implantado, será o seu aperfeiçoamento. Mas virar as costas à sociedade agora seria esta Casa virar um castelo de marfim, e nós virarmos poetas parnasionistas, que não se preocupam com a realidade lá fora. É preciso mais realismo e menos parnasianismo aqui, e, desta vez, nós estamos sendo muito mais realistas do que parnasionistas.

Portanto, quero parabenizar a Casa e, sobretudo, espero poder parabenizar a Mesa. Tenho certeza de que o farei, até porque confio muito na direção segura que imprime à Casa o Presidente interino deste Senado, que é o Senador Marconi Perillo, que foi muito claro, muito taxativo já na resposta preliminar à questão de ordem que apresentei como Líder do PSDB.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Peço desculpas a V. Ex^a, mais uma vez, e ao Senador Valdir Raupp também, mas estou feliz porque vai acontecer. Vai acontecer, e vai acontecer muito mais rápido do que aconteceu na Câmara inclusive, não por culpa da Câmara, mas porque aqui pegamos um trabalho já feito e aqui nós vamos fazer algo que vejo que corresponde à vontade dos Líderes. Se corresponde à vontade dos Líderes, e sei que todos os Líderes são muito sinceros, então vamos votar o Ficha Limpa. E, se Deus quiser, vamos ver em prática, nesta eleição, os seus preceitos. É uma experiência, e os erros serão corrigidos.

Agora, pior do que ter uma lei com erros que são sanáveis com o tempo é ficarmos como estávamos, sem lei nenhuma, ao Deus dará, com a política brasileira se desmoralizando, e com a democracia brasileira igualmente perdendo tonicidade, perdendo vitalidade.

Em nome da democracia e em nome da justiça para este País, fico muito feliz com a sessão que praticamos no dia de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, tenho a alegria de contar aqui com a presença dos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago de Marajó, o Prefeito Mazinho, de Afuá; o Prefeito Edson Barros, de Anajás, com sua esposa, Sr^a Jaci; o Prefeito Chárcio Leão, de Breves; bem como com a presença dos

Vereadores Amaury Ribeiro, Rosélio Pinheiro, Elter Bahia, Sebastião Lopes e Patrícia Reis, todos da Câmara Municipal de Anajás, e do ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Breves, Gervásio Bandeira.

Quero, Senador Acir, falar da alegria de receber os Prefeitos dos Municípios do Arquipélago de Marajó, que vieram aqui para participar da 13ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, que aconteceu hoje, terça-feira, e que acontecerá na quarta-feira e na quinta-feira. Eles vêm, mais uma vez, a Brasília para trazer contribuições, para que os Municípios do Brasil possam, realmente, ter as condições de atendimento à população nas áreas de saúde, de educação e de infraestrutura. É lá que a pessoa nasce, vive e morre. Então, junto com os Vereadores, eles são os nossos para-choques.

Estávamos em uma reunião da Bancada do Pará que tratava da discussão em torno da instalação da 2ª Esquadra Naval no Brasil, do projeto do Plano Nacional de Defesa. Espero que ela seja instalada no Arquipélago de Marajó, no Município de Chaves.

O Senador Arthur Virgílio esteve na Ilha de Marajó, no Município de Soure. Há outros Municípios, como Afuá, Anajás e Breves. Todos que chegam aos Municípios da Ilha de Marajó são recebidos com muito carinho e com muito calor pelos nossos marajoaras. O nosso Senador Mário Couto é filho de Salvaterra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Flexa Ribeiro, permita-me um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não. Eu estava procurando por V. Ex^a. Onde V. Ex^a se encontra?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Aqui, Senador. Eu estava dizendo aos seus conterrâneos que tenho a honra de conhecer o Pará como poucos. Conheço o Pará das estradas, a começar pela Transamazônica, mais pelos comícios, confesso, pelas Diretas, pela eleição de Almir Gabriel e de Jatene e por aí afora. Conheço o Pará amazônico, aquela paradisíaca localidade chamada Santarém, que é terra onde está uma grande liderança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Lira Maia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Lira Maia é uma grande liderança política. E aquele é um lugar extraordinário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há também Alexandre Von.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Há uma praia que é considerada uma das praias mais bonitas do mundo. É a praia de...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Alter do Chão.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Alter do Chão é uma praia absolutamente linda. Há Pouso das Garças e Alter do Chão, não é? Conheço a Ilha de Marajó, conheço Mosqueiro e conheço Salinas. Quando não é ano de eleição, sempre vou ao Círio. Procuro ir lá com o máximo de pessoas de minha família e já passei o Círio na casa de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita alegria.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Aprendi também, como paraense honorário – só falta o pessoal na Assembleia se lembrar disso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou providenciar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Entendo que o Círio é o Natal do paraense. O Círio começa com a trasladação, que se vê muito bem, pela tradição da sua família, ali do Hotel Hilton, naquela sacada. É uma festa emocionante! No dia seguinte, há o Círio, em que V. Ex^a desfila...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desfila, não. Eu o acompanho na corda.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Desfila, não. Perdão! V. Ex^a o acompanha na corda, e é um sacrifício físico danado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sou promesseiro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É promesseiro. E, depois, a coisa mais bonita de tudo é o arremate, que é um almoço natalino paraense na casa de uma família querida, como eu já estive na casa de V. Ex^a, que considero como família minha também. No final, o resultado disso tudo, Senador Flávio Arns, é uma paz, é uma tranquilidade que vale a pena para qualquer pessoa que, porventura, tenha cometido o pecado de não ter ido ainda lá para assistir a uma festa tão bonita. Então, eu queria, de fato, saudar essa delegação tão simpática, que já está aqui para a Marcha dos Prefeitos – é o que percebo. Quero garantir a vocês todo o nosso apoio, o apoio do PSDB à Marcha dos Prefeitos, e dizer que sou um admirador incontestável do Pará e de Belém. Conheço Belém muito bem. Gosto da noite de Belém, gosto dos restaurantes de Belém, gosto das pessoas de Belém, gosto do Ver-o-Peso, quando ele está vazio, gosto quando ele está cheio, ou seja, sou uma pessoa apaixonada pelo seu Estado. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, agradeço o aparte a V. Ex^a.

No último sábado, estive no Município de Breves, onde se realizou o 1º Encontro dos Vereadores, das Câmaras Municipais, para criar algo que o Marajó já deveria ter a muito tempo: um projeto de desenvolvi-

mento que tenha começo meio e fim, a longo prazo. Não importa quem esteja sentado na cadeira da Presidência da República, mas este deve respeitar a necessidade de desenvolver o arquipélago do Marajó.

Os Prefeitos, o Prefeito Edson, o Prefeito Mazinho, o Prefeito Xarão, os nossos Vereadores, enfim, todos estão curiosos, porque comentei, no encontro dos Vereadores e dos Prefeitos em Breves, aquela aventura vivida por V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, em Soure, na praia, quando V. Ex^a se entusiasmou ao assistir uma luta marajoara e resolveu desafiar nosso caboclo. Eles não acreditaram quando eu lhes contei isso, mas eu lhes disse também que não faltaria oportunidade...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Permito-lhe já o aparte, mas me deixe apenas concluir. Eu lhes disse que não faltaria oportunidade de eles assistirem ao vivo, junto com o Senador Arthur Virgílio, o que realmente aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Senador Flexa, ainda há oradores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu já completo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Na verdade, Sr. Presidente, não foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O que V. Ex^as precisam saber, Senador Acir e Senador Valdir Raupp, é o que aconteceu com o nosso Líder, nosso querido Líder do PSDB, que ficou muito entusiasmado com a luta marajoara, que realmente é uma luta diferente. O Senador Arthur Virgílio gostaria até que ela fosse incorporada como esporte olímpico. Ali, Senador Paulo Paim, S. Ex^a arreganhou a calça e foi para a praia, foi para a areia, para, então – S. Ex^a é faixapreta de jiu-jitsu –, desafiar o caboclo. O caboclo olhou para ele, olhou para cima, pegou o Senador – e, ali, eu estava preocupado – e o levantou sobre a cabeça, girou e o jogou no chão. Aí pronto! Acabou o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, brincadeiras à parte...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Fique à vontade, Senador. Eu quero somente que V. Ex^a confirme isso aos Prefeitos que estão aqui.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Confirme. Não foi desafio. Ao contrário, aquela é uma luta excelente. É uma luta diferente. É uma luta incompleta, porque ela não continua. Eles são especialistas em derrubar pelas pernas – entrando nas pernas –, como os bons *wrestlings* americanos fazem. E eles, Senador Paulo

Paim, estão ao nível dos *wrestlings* brasileiros olímpicos – eles têm esse mesmo nível. Cheguei a propor ao Senador Flexa Ribeiro, que prefere brincar ao invés de levar a sério, que se fizesse um grande campeonato, envolvendo os vaqueiros e os pescadores de Marajó, os índios do Quarup, do Xingu, os Xavates – sugerir três –, e os *wrestlings* olímpicos brasileiros. Esse era para ser um evento mundial, porque o nível é parecido. Qualquer um daqueles ali pode integrar uma seleção brasileira de *wrestlings*, de grego-romana. Eles são realmente muito bons. É uma luta que tem duzentos anos. Não apareceu qualquer japonês para ensinar a luta para eles lá. Eles aprenderam sozinhos, praticando na beira da praia – conversei muito com eles depois –, praticando na beira da lagoa, do rio. À época, eu disse ao Governador Jatene: “Muitos desses rapazes já estão lutando o vale-tudo. Ou melhor, não estão lutando o vale-tudo, mas, sim, artes marciais misturadas. E são profissionais, estão dando aula no Rio de Janeiro disso, para preparar uma das modalidades. Jatene, se eu fosse você, eu não perderia um minuto, mandaria um projeto de lei para a Assembleia, transformando isso numa matéria. É tão importante quanto o judô para o Japão, quanto o futebol para o Brasil, de um modo geral. Eu faria isso porque é algo autenticamente paraense”. E aí perguntei a eles: “O que vocês fazem?”. No Brazilian Top Team (BTT), que é um dos principais times de lutas misturadas, há um deles que é professor de *wrestling*. Ele aprende jiu-jitsu lá, aprende vale-tudo e ensina a projetar. Então, isso mostra, mais uma vez, a criatividade do paraense, mostra a capacidade de luta, uma coisa bonita! É um povo bonito. Lá há poetas, pintores. A arquitetura do Pará é bonita. Diga lá para o seu amigo que, se ele quiser uma luta completa, continuando no chão, sem parar, até um parar o outro com uma chave de braço, vou mostrar a ele que a coisa é diferente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a, sempre digo, é o quarto Senador do Pará. Os Prefeitos e os Vereadores vão aceitar o desafio. Vamos providenciar um segundo *round*, a continuidade da luta, valendo como V. Ex^a quiser.

Agradeço ao Presidente Acir Gurgacz e ao Senador Flávio Arns, que vai usar da palavra, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem! Sejam bem-vindos os Prefeitos da cidade do Pará!

Passo a palavra ao Exmº Senador Flávio Arns, do PSDB do Paraná. Antes, porém, Senador, se V. Ex^a me permite, quero registrar a presença do nosso Prefeito de Rio Crespo, de Rondônia, o Prefeito Júnior,

que nos dá a honra da sua presença no plenário do Senado Federal. Seja bem-vindo, Prefeito!

Muito obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero também saudar o Prefeito e a sua esposa, que também está aqui, Dirce Moresco, que está aqui fora do plenário e que é uma das coordenadoras da Pastoral da Criança na Diocese de Porto Velho. Aliás, as Pastorais estão fazendo um trabalho extraordinário, como toda a multidão de líderes e de voluntários da Pastoral da Criança no Brasil inteiro. São 300 mil voluntários, cerca de 300 mil, que estão fazendo um trabalho a favor da vida, a favor da organização do povo, da informação e da qualificação. Parabéns pelo trabalho.

Mas, eu gostaria de, rapidamente – até aproveitando a presença do Senador Paulo Paim e dos demais Senadores –, reafirmar o compromisso com as decisões que foram tomadas com relação a aposentados e pensionistas.

Não tem cabimento a artimanha que vem sendo engendrada para mudar, aqui no Senado, o texto da medida provisória, para que, por meio dessa mudança, o texto retorne à Câmara dos Deputados e, retornando à Câmara dos Deputados, não haja tempo para apreciação antes do vencimento desta medida provisória.

Por que não tem cabimento? Porque nós, aqui no Senado Federal, dois anos atrás, mais ou menos, aprovamos tudo aquilo que consta da medida provisória em projetos de lei. Esses projetos de lei foram remetidos à Câmara dos Deputados para apreciação e não foram apreciados até hoje. Foram apreciados na medida provisória, mas com o mesmo conteúdo de dois dos projetos de lei: o reajuste de aposentados e pensionistas e, ao mesmo tempo, o fim do fator previdenciário, inclusive dentro de critérios ainda mais aceitáveis para o Poder Executivo do que os projetos de lei aprovados aqui.

Então, não é possível a gente pensar nessa tentativa de burlar a confiança dos aposentados e pensionistas do Brasil inteiro a esperança, no sentido de amanhã propor-se alguma alteração – não no sentido de aprimoramento e de melhoria –, para que não haja tempo de apreciação dessa matéria, que vencerá, se extinguirá por decurso de prazo, havendo a necessidade de algum tipo de decreto que normalize os efeitos da medida provisória que vier a ser derrotada. Então, não tem cabimento.

Às vezes, as pessoas dizem: “Não, mas é por objetivos eleitoreiros que isso está sendo aprovado neste ano”.

Quero lembrar a essas pessoas, como eu já disse agora há pouco, que tudo isso foi aprovado dois

anos atrás. O que faltou, na verdade, foi um diálogo sério, do Executivo, do Ministério da Previdência Social, conduzindo a resultados, com aposentados e pensionistas, para discutir uma nova realidade, uma nova perspectiva para a área. Mas não que tenhamos sido eleitoreiros, ou que seremos eleitoreiros, porque o mesmo conteúdo, ainda mais benéfico, foi aprovado dois anos atrás.

Então, não existe desculpa para essa questão de amanhã mudar o texto com o único objetivo de não se aprovar a matéria.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Eu dou um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É menos que um minuto, Senador, até porque sei que eu já falei e inúmeros Senadores estão esperando para falar. Quero só cumprimentar a sua coerência. V. Ex^a, desde que eu o conheço como Deputado federal e como Senador, sempre mantém essa posição transparente, coerente, uma posição inatacável. Só quero lhe dizer isso. Parabéns a V. Ex^a. Que bom, como eu às vezes gosto de dizer, saber que no mundo existem pessoas iguais ao senhor. Meus cumprimentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero fazer das suas palavras as minhas em relação a V. Ex^a. Já externei essa admiração pelo seu trabalho em muitas outras ocasiões.

Quero também, num segundo aspecto, só abordar a questão da gripe H1N1. Eu até penso assim: no ano passado, nós abordamos esse tema por várias vezes aqui desta tribuna, achando que no decorrer do tempo nós teríamos soluções mais efetivas, mais concretas, decorrido esse prazo, para dar segurança, tranquilidade, para a população.

No caso do Paraná, um dos Estados mais afetados pela gripe dita suína, H1N1, no ano passado – a família do nosso Presidente Acir e ele próprio é do Paraná, se bem que resida, agora, no Estado de Rondônia –, nós tivemos 298 mortes. Duzentas e noventa e oito mortes! Sessenta e cinco mil casos diagnosticados como de gripe H1N1, gripe suína. E, no final, as pessoas nem faziam mais o exame. Então, o número de pessoas infectadas deve ter sido bastante superior a 100 mil no Paraná. Muitas pessoas foram hospitalizadas. E a maior parte das pessoas hospitalizadas, no ano passado, morreu porque não havia solução para esses casos mais graves. E hoje o Hospital de Clínicas do Paraná, que é o hospital da Universidade Federal do Paraná, já tem pesquisa mostrando os danos irreparáveis nos pulmões de muitos desses pacientes. Ficaram com os pulmões afetados. Estavam na UTI e tiveram a sequela grave, em muitos casos, da gripe H1N1.

Inclusive, eu me manifestei este ano, dizendo: por que não vacinar toda a população? Por que não? Não se entende, até hoje, apesar da escolha desses grupos, porque os comitês internacionais que tratam da gripe H1N1 dizem ser essencial a vacinação, por exemplo, de 2 a 24 anos de idade.

No Paraná, neste ano, nós já temos 1.150 casos aproximadamente – alguns números a mais ou a menos –, diagnosticados de gripe suína. Mil, cento e cinqüenta! Dezesseis óbitos! E, dentro desses 16 óbitos, a metade até 24 anos de idade.

Então, lá no Paraná, cinco associações – Conselho Regional de Medicina, Associação Médica do Paraná, Associação Paranaense de Pediatria, Associação Paranaense de Infectologia e Associação Paranaense de Pneumologia – se reuniram, fizeram um documento, fizeram uma notificação extrajudicial, inclusive para o Secretário de Saúde, para que providências sejam tomadas em termos de vacinação, de remédios, do Tamiflu ou equivalente, e dos remédios que a população que porventura tenha o quadro agravado tenha que ter a sua disposição.

Inclusive havia uma liminar no Estado do Paraná obrigando o Ministério da Saúde a vacinar toda a população. O Ministério da Saúde conseguiu cassar essa liminar, e esta ação estará sendo julgada nos próximos dias, no Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre. E o Presidente do Tribunal, Dr. Vilson Darós, dará uma palavra, um encaminhamento em relação a esta situação.

Mas qual foi o argumento principal para a não vacinação? De que não existem vacinas disponíveis. Era o mesmo argumento do ano passado, quando se dizia: “Não existe Tamiflu disponível”. O Conselho de Medicina do Paraná ligou para o laboratório no exterior, e eles disseram: “Quantos vidros, quantos remédios vocês quiserem pelo mesmo preço habitual. Este ano, há vacinas à disposição para quem quiser tomar ao custo de US\$7,00”. Sete dólares significam R\$12,00, R\$ 13,00 ou R\$ 14,00. Ao custo de US\$ 7,00!

Então, até faço o apelo para o Dr. Vilson Darós, que é do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre. Hoje, inclusive, tentei falar com ele, não foi possível em função de problemas de saúde do Dr. Vilson. Mas amanhã tentarei falar com ele para colocar esse argumento e essa necessidade do Paraná. Por que tanta gente infectada, diagnosticada? Por que morrer em função dessa gripe, se nós temos a vacina?

Os organismos internacionais falam expressamente que nessa faixa etária de 2 a 24 anos todos têm que ser vacinados. E o Brasil tomou a decisão de não vacinar de 2 a 24 anos de idade. As crianças estão indo para a escola, estão lá com outras crianças,

há mais possibilidades de contágio na sala de aula, na condução, no transporte, e poderíamos ter essa vacina, assim como outras áreas importantes.

Cita-se, por exemplo, o pessoal da área da saúde. O médico está lá, tomou a vacina, mas o médico tem um, dois, três, quatro secretárias, ajudantes que precisam todos tomar a vacina. Pessoas entre 25 e 64 anos que tenham condições médicas que indiquem riscos de complicações, pessoas que cuidem de crianças abaixo de seis meses.

Então, cinco entidades sérias, competentes, capazes: a Associação de Pediatria, Pneumologia, Infectologia, o Conselho de Medicina do Paraná, a Associação Médica... Agora há pouco falei inclusive com o Governador do Paraná e ele já fez o apelo, o Governador Orlando Pessuti. Agora, ele já fez o apelo para o Ministério da Saúde: precisamos de vacinas.

E nós estamos discutindo lá no Paraná, inclusive, a situação de dizer: vamos comprar a vacina? O Paraná compra. O Paraná aplica, já que não vem resposta alguma do Ministério da Saúde para este drama que pode afligir a população do Estado, e manda-se a conta depois para se discutir com o Ministério da Saúde. O que não pode é dizer: “Não, vamos pensar, vamos discutir. Mês que vem, talvez, quem sabe. O que vocês acham?”. Quer dizer, tem que se tomar uma decisão que está vindo tardivamente, porque já tivemos todos esses meses para fazer o planejamento, e isso tem que ser decidido a favor da população do Paraná.

Quero fazer este alerta também para as associações de profissionais que existem em todos os Estados para que eles também se posicionem. Vamos fazer com que haja, de acordo com as normas internacionais, o atendimento da população de forma adequada e boa.

Então, este é o debate. No dia de amanhã, ainda vamos discutir com o Ministério Público Estadual, a Procuradoria da República e o Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, e novamente falar com os médicos infectologistas, para ver a situação, que, infelizmente, no Paraná, já é no sentido de ver que o vírus está circulando e fazendo com que haja tantos casos diagnosticados e mortes, já em número de dezesseis, sendo que no ano passado foram trezentas.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que, na semana passada, tivemos uma audiência pública muito interessante sobre os riscos do consumo do crack, com a participação do Ministério da Saúde e da Associação Brasileira de Psiquiatria, um debate muito interessante sobre o que fazer, que é outro drama no Brasil.

Hoje, o Brasil tem os CAPs (Centros de Atendimento Psicossocial), que fazem um trabalho muito interessante e muito bom em várias áreas, porque a

área da doença mental, do distúrbio mental, precisa ser atendida em hospitais, em clínicas, mas colocando à disposição da sociedade uma organização ainda insuficiente, porém, com esforço de muita gente, que se chama CAPs (Centros de Atendimento Psicossocial), totalmente insuficientes e inadequados para o atendimento de longo prazo a dependentes de álcool e drogas. Insuficientes e inadequados, de acordo inclusive com a opinião da Universidade Federal de São Paulo, uma das instituições mais conceituadas no nosso País.

Nos próximos cinco anos, cerca de trezentas mil pessoas vão morrer no Brasil por causa do uso do crack. Trezentas mil pessoas! Muito mais do que no terremoto no Haiti. Trezentas mil pessoas! Do restante, duas, três, talvez, tenham uma recuperação. Então, é uma ameaça para a família, uma ameaça para a sociedade, uma dificuldade extraordinária a ser enfrentada pela sociedade.

Então, o que se decidiu nessa audiência pública é que, no decorrer do próximo mês, essas entidades, a exemplo do que falei da gripe suína, H1N1, ofereçam para o Congresso Nacional, para o Senado, sugestões sobre o que fazer para termos um tipo de atendimento adequado, como comunidades terapêuticas, que vêm sendo tratadas com muito preconceito por parte do Ministério da Saúde, e precisam ser, na verdade, incentivadas, acompanhadas, orientadas, financiadas, porque não existe qualquer recurso público para o atendimento de longo prazo no Brasil. Que em um mês tenhamos essas sugestões e possamos, a partir do debate com essas entidades, oferecer subsídios também para esse drama vivido por famílias cujas mães, muitas vezes, acorrentam ou trancam seus filhos ou seus irmãos porque não sabem o que fazer diante de tantas dificuldades que uma pessoa que consome drogas traz para si própria, para seus familiares, para a segurança de todos, e sem qualquer perspectiva de atendimento organizado e sistemático em nosso País.

Essa realidade tem que mudar. E vamos mudar, a partir das sugestões que vêm e, a partir daí, termos pelo menos algo sistemático em termos de uma política pública – sem falar da área da repressão, que é outro capítulo –, mas uma política pública adequada para prevenir e atender as pessoas dependentes de álcool e drogas em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

E gostaria de pedir a gentileza de que este pronunciamento em termos dos riscos do consumo do crack seja considerado como lido para constar dos Anais da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE NA ÍNTegra PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, certamente a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), juntamente com seus parceiros – órgãos da Administração Pública Federal, Conselhos Estaduais e Municipais Antidrogas e entidades da sociedade civil – em breve estará divulgando a XII Semana Antidrogas, que sempre ocorre no mês de junho, no período entre o dia de criação da SENAD (19 de junho) e o Dia Internacional da Luta contra o Uso Indevido e o Tráfico de Drogas (26 de junho).

Apesar dessa proximidade, quero me antecipar nessa questão do consumo de drogas, lembrando a audiência pública realizada dia 11 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir as consequências do consumo de crack para a sociedade e a saúde dos usuários, bem como a situação de vulnerabilidade por eles vivenciada.

E neste momento – mesmo sabendo do drama dos usuários – atenho-me ao drama das famílias, senhor presidente! Temos que admitir que continuamos carentes de políticas efetivas para orientá-las quanto a como proceder com esses filhos que tornam difícil e perigosa a convivência com as famílias! Na audiência pública, lembro-me de ter mencionado casos em que a mãe – na total falta de opção – resolve acorrentar o filho em casa, na esperança de evitar perdê-lo para o mundo.

Fiz críticas ao Ministério da Saúde. Disse de sua insistência em investir em um único serviço para o Brasil, que são os Centros de Atenção Psicossocial (os CAPs), que além de insuficientes são inadequados para a demanda.

Acrescentei a questão das comunidades terapêuticas, que estão desassistidas pelo Estado. As eventuais denúncias de maus-tratos, ou abuso aos direitos humanos, que se tem ouvido sobre essas comunidades ocorrem pelo não-monitoramento e pela total falta de apoio ao programa. E bato num mesmo ponto, já conhecido: até 2008, a Portaria 1635 GM/2002, assegurava aos municípios o repasse de um recurso extrateto, que contribuía para financiamento dos CAPs. Contudo, essa portaria foi revogada em favor da Portaria 2867/2008, que retira o recurso extrateto, deixando o compromisso com os municípios, que já aplicam mais de 30 % na saúde.

Apressei-me em discutir o problema gerado aos municípios com o Ministro da Saúde. Ouvi a promessa de que a situação seria revertida. Dois anos depois: tudo igual!

Se alguma coisa mudou, eu digo a todos que foi o avanço do consumo de crack! Na mesma audiência, um dos expositores foi bastante preciso em falar da interiorização do uso de crack. A droga adentrou o País, já está sendo consumida por todas as classes, por pessoas de todas as idades... A situação é alarmante!

Estou profundamente decepcionado pelo completo estado de confusão que se instalou; sofremos a falta de orientação e de iniciativa, de uma política pública efetiva que mostre rumos em relação às áreas de álcool e drogas. Estou repetindo – registrando mais uma vez – o que disse na audiência pública. Estou decepcionado, como certamente as famílias acuadas por esse problema estão!

Imagino que um primeiro caminho seja – talvez – promovermos um Seminário (como fizemos quanto à lei de Filantropia, na semana passada – uma experiência bem interessante). Para dar ao governo a voz, a possibilidade de falar no que vem fazendo nesse campo específico das drogas – ou até reduzindo mais para o campo do crack – e teríamos inscrições de interessados de todo o Brasil em compartilhar experiências exitosas de pessoas, organizações, programas, políticas que vêm surtindo melhor efeito.

Proponho a construção de um caminho efetivo. Proponho uma série definição do que seja e do que se entende por um bom atendimento – qual a estrutura e os procedimentos adequados, tipos de tratamentos, financiamentos e outras necessidades.

Proponho que finalmente o Ministério da Saúde faça um levantamento das comunidades terapêuticas e avalie os serviços prestados, pois o que a experiência tem mostrado é a falta de acompanhamento e apoio do governo.

Proponho mais: proponho que o Ministério da Saúde avalie os resultados dos tratamentos desenvolvidos nos CAPs, nas áreas de drogas e álcool, sem desconsiderar a efetividade dos CAPs em outras áreas.

Aguardo, com boa expectativa, que os representantes da sociedade e usuários apresentem – no prazo de 30 dias, conforme estabelecemos na audiência – um projeto, considerando o ideal para a área, para que retomemos o debate na Comissão, a fim de transformá-lo em uma política viável e que responda com segurança às necessidades e demandas na luta para vencer o alcoolismo e o uso de drogas, principalmente o consumo de crack.

Em bom momento, somar-se-á a nós a Semana Nacional Antidrogas, no próximo mês de junho. Há uma programação extensa e, entre as atividades, está a “Corrida pela vida”. Penso que com a notícia que se tem tido sobre o avanço no consumo do crack, mais do que nunca estamos vivendo uma corrida pela vida!

A questão das drogas, senhor presidente, não pode mais esperar! Estamos perdendo para o crack, além de crianças e jovens, pais de família e mães em plena gestação – como as reportagens de televisão mostram todos os dias. Fica meu convite a todos para pensarmos em soluções a este País que amamos, que queremos vitorioso no futebol, mas sem esquecer que nossa maior vitória está justamente em mudar esta página da nossa saúde pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Seu pedido será atendido, na forma do Regimento, Senador Flávio Arns.

Agora, convido a usar da palavra pela Liderança o Senador Valdir Raupp de Matos, do nosso glorioso Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Acir, que preside neste momento a sessão do Senado Federal. E já falei em outras oportunidades que V. Ex^a fica muito bem nessa cadeira; um dia pode ficar aí por mais tempo.

Quero cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado.

Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento sobre a PEC da transposição, eu queria agradecer a receptividade do povo do meu Estado, das cidades que percorremos nos últimos dois finais de semana, na companhia da Deputada Federal Marinha Raupp e do nosso pré-candidato a Governador, Confúcio Moura, ex-Deputado Federal por três mandatos, ex-Prefeito da cidade de Ariquemes por duas vezes e que agora caminha como pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia – assim como V. Ex^a, que também é pré-candidato, e outros quatro ou cinco pré-candidatos do nosso Estado.

Estivemos, no final de semana passado, nas cidades de Ouro Preto, Teixeirópolis, Urupá, Mirante da Serra, Nova União; neste final de semana, estivemos nas cidades de Novo Horizonte, Castanheiras, Primavera de Rondônia, Querência, São Felipe, Paracís, Alto Alegre, Alta Floresta, Santa Luzia e Nova Brasilândia; e encerramos, na segunda, em Rolim de Moura. Ainda estivemos no motocross de Vale do Paraíso e também no Distrito de Serrano, na cidade de Alta Floresta. Então, foram mais de quinze localidades visitadas nesses últimos dias, e em todos os lugares a receptividade foi muito boa, muito calorosa, por parte do povo. E vamos continuar, no próximo final de semana, na cidade de Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Novo Bandeirante, Nova Dimensão e Palmeiras, até

as convenções do nosso partido, que deverão ser no dia 27 ou 30 de junho.

Mas entro agora, Sr. Presidente, no pronunciamento sobre a PEC da transposição. Já a votamos na Câmara, já a votamos no Senado duas vezes, em dois turnos – tive o privilégio de ser o Relator aqui, no Senado Federal –, e a aprovamos com sucesso até agora.

A bancada federal de Rondônia e os sindicalistas estiveram reunidos na tarde de hoje, e V. Ex^a esteve presente, para discutir a votação da Medida Provisória nº 472, que traz no bojo uma emenda tratando da regulamentação da PEC.

A votação na Câmara já aconteceu, foi feita agora há pouco, mas apenas o texto principal da matéria. Os destaques ficaram para amanhã. Um dos conteúdos da MP é a Emenda nº 28, que trata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 60 e transfere os servidores do ex-Território Federal de Rondônia para os quadros da União.

A aprovação da regulamentação da disposição no Senado Federal contou com meus esforços, sempre, assim como os de V. Ex^a, os da Senadora Fátima Cleide e, praticamente, os de todos os líderes e Senadores desta Casa.

Recentemente, nós trabalhamos muito junto ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa e que foi o Relator da Medida Provisória nº 472, para que a matéria fosse incluída nessa medida provisória. Além do mais, promovemos reuniões com os técnicos do Planejamento e com os sindicalistas para chegarmos a um consenso em torno do texto da regulamentação. Trabalhamos muito no Senado e aprovamos a transposição. Aqui, no Senado, essa matéria está aprovada, liquidada.

Após a aprovação, a emenda constitucional da transposição enfrenta, agora, um impasse na Câmara dos Deputados: o Relator, Deputado Marcelo Ortiz, do PV, certamente orientado pelas lideranças, melhor dizendo, pelo Líder do Governo na Câmara Federal, pediu a rejeição da Emenda nº 28. Isso vai significar prejuízos enormes para os servidores do meu Estado, que estão ansiosos pela concretização desse pleito.

Ficou para amanhã à tarde a votação desse destaque para derrubar o pedido de rejeição do Relator. E nós estaremos em plantão permanente, em vigília permanente, para acompanhar a votação da transposição dos servidores, tendo em vista o destaque da Emenda nº 28. Estamos mantendo contato com os líderes de todos os partidos, com os técnicos da Casa Civil, da Coordenação Política do Governo, para retirar a orientação do voto contrário à Emenda nº 28.

Estive reunido ainda hoje à tarde, na Liderança do PMDB do Senado Federal, com o Senador Renan

Calheiros, com o Senador Edison Lobão, com o Ministro Eliseu Padilha, da Coordenação Política do Governo, tratando dessa questão. E vamos voltar amanhã a conversar com as lideranças, com os Ministros da área, para tentar um entendimento.

Hoje, pela manhã, conversei com o Presidente Michel Temer pessoalmente e com o líder do meu partido na Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, e recebi deles a informação de que o PMDB vai votar favoravelmente à matéria.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que tanto o PMDB como vários outros partidos, como o PDT, partido de V. Ex^a, o Democratas, o PSDB, o PTB, certamente – não quero aqui cometer nenhuma injustiça –, praticamente todos os outros partidos vão votar favoravelmente a nós, favoravelmente à Bancada dos Deputados de Rondônia, já que essa matéria está na Câmara, mas com a solidariedade e com o apoio dos Senadores, com o meu apoio, o de V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, que preside a sessão neste momento, e o da Senadora Fátima Cleide.

Não é bem o que a gente queria. Não é bem o que a gente queria. Vamos ter de derrotar o Governo nessa questão. Somos da base do Governo. Não havia nenhuma necessidade de as bancadas aliadas do Governo terem de derrotá-lo nessa matéria para fazer valer o que já foi votado aqui, no Senado, o que já foi votado na Câmara, enfim o que já votamos aqui até agora.

Estamos trabalhando desde a semana passada junto aos demais partidos na Câmara para que a transposição seja aprovada lá na forma como foi acordada entre o Ministério do Planejamento, sindicalistas e a bancada federal.

É bom lembrar que a transposição dos servidores se arrasta há mais de 20 anos e, quando regulamentada, vai gerar uma economia para o Estado de cerca de R\$40 milhões. Além dos R\$40 milhões economizados, são mais R\$40 da União que vão para pagar esses servidores. Então, na verdade, são R\$80 milhões de economia para o Estado de Rondônia, que, assim, poderá dar mais aumento aos servidores da área da educação, da saúde, da segurança pública e também melhorar a infraestrutura do Estado.

Rondônia não pode ser penalizada com a derrota dessa matéria. Se já fomos vitoriosos até aqui, nada mais justo do que fazer um apelo aos nossos valorosos Deputados para que aprovem a transposição, um pleito justo dos servidores de Rondônia. Já que o Estado de Roraima e o do Amapá, que são mais jovens do que Rondônia, já obtiveram isso há mais de 15 anos, não é justo o que estão fazendo com Rondônia.

Eu tenho ouvido falar que, se essa matéria for aprovada, se conseguirmos derrubar o voto contrário do Relator, ela poderá ser vetada pelo Presidente Lula.

Sinceramente, tudo é possível, mas eu não acredito nisso. Nós teremos de fazer um trabalho de convencimento, porque Rondônia está no prejuízo. Mais de 23 mil trabalhadores que já deveriam ter tido essa isonomia com os servidores de Roraima e do Amapá há mais de 15 anos – há 20 anos, que é o que está aqui –, não podem continuar sendo penalizados, principalmente num momento desses. Vamos ser muito claros aqui: só quem vai ganhar com isso é a oposição, principalmente num ano eleitoral. Essa justiça deveria ter sido feita há 20 anos. Agora, vêm, num ano eleitoral... Sabemos que, se o Presidente vetar, terá de vir um projeto de lei do Ministério do Planejamento, que já deveria ter vindo. Talvez, se tivesse vindo no início do ano, não tivesse chegado a essa condição a que está chegando agora. Teríamos tido tempo de votá-lo na Câmara e no Senado. Agora, não dá mais tempo. Não há a menor possibilidade de votá-lo nas Comissões da Câmara e do Senado e nos plenários da Câmara e do Senado antes do calendário eleitoral.

Não é que queiramos voto com isso. Nada disso! O que queremos é aprovar essa matéria este ano e antes do calendário eleitoral. Por que antes do calendário eleitoral? Porque a hora que começar o calendário eleitoral, Senador Paulo Paim, Senador Flexa Ribeiro e Senador Suplicy, vamos nos reunir, talvez, uma vez a cada mês. É de praxe. Em ano eleitoral, os Deputados vão para as bases, porque a maioria está em reeleição e não vai ficar todas as semanas. Então, já foi acordado entre o Presidente da Câmara, Michel Temer, e o Presidente do Senado, José Sarney, que as duas Casas do Congresso vão se reunir uma vez por semana a cada mês, para aprovar as matérias que estiverem aqui. Em se tratando de matéria complexa como essa, com certeza, não haverá quórum para votá-la na Câmara e no Senado.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Senador Paulo Paim, que tem defendido tanto os trabalhadores de todo o Brasil.

Quando V. Ex^a encaminha um projeto nas Comissões ou no plenário, não temos condição de votar contra ele, principalmente quando se trata de matéria de interesse de servidores públicos ou de trabalhadores assalariados de todo o País. Então, V. Ex^a sabe melhor do que ninguém que isso que está acontecendo com Rondônia é uma injustiça muito grande. Espero que essa injustiça seja cessada e que, realmente, se faça justiça, aprovando essa matéria na Câmara amanhã e não sendo ela vetada pelo Presidente Lula.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valdir Raupp, eu quero, neste momento, às 21h17, cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o Senador Acir, cumprimentar a Senadora Fátima Cleide pela forma como defendem os servidores de Rondônia. É mais do que justo o pleito que os senhores estão apresentando. Eu tenho dito: que bom que o País está num grande momento econômico! Então, não me digam que um ajuste para os servidores de Rondônia, como esse que os senhores estão propondo, vai trazer grandes impactos. O impacto é praticamente zero. Aproveito o momento para dizer que V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, foi fundamental nos encaminhamentos que nós fizemos aqui na questão dos aposentados e do fim do fator previdenciário, tendo em vista o relatório de V. Ex^a em um dos projetos. É mais do que justo! O Brasil todo está preocupado com questões como essas. E V. Ex^a, inclusive, vai além: nesse processo da disputa eleitoral de 2010, nós precisamos olhar para as pessoas, como sempre fizemos ao longo das nossas vidas, para não permitir que aqueles que nunca olharam para as pessoas faturem em cima de um projeto mais do que justo, como esse dos servidores de Rondônia. Quero cumprimentar V. Ex^a pela forma tranquila, serena e justa como defende o seu Estado e os servidores. Concordo integralmente com o projeto. Tenho acompanhado esse embate aqui, no Senado, e lá na Câmara. Agora, quando parece que tudo será resolvido, tentam criar outro obstáculo. Conte conosco! V. Ex^a está perseguindo a justiça. Parabéns aos três Senadores de Rondônia!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador, e peço que o aparte de V. Ex^a seja incorporado ao meu pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente, o que o Senador Paulo Paim falou é uma verdade: R\$40 milhões por mês para a União não significam nada. Só o que deram de isenção de IPI... E eu vou falar só de um item. Há um ano, eu pedi para anotarem, no meu gabinete, quanto custava uma saca de cimento. Naquela época em que foi dada a isenção de IPI para o cimento, eu disse: "Vou ver, daqui a um ano, quando cessar o prazo – que até foi prorrogado –, para ver que preço está o cimento no meu Estado". E continua o mesmo preço. Não houve diminuição no preço do cimento no Estado de Rondônia. Mesmo tendo sido construída uma fábrica de cimento da Votorantim, o preço do cimento não baixou. Foram mais de R\$400 milhões de isenção do IPI do cimento! E não baixou o preço do cimento! E R\$400 milhões dariam para pagar, durante mais de dois anos, essa folha de pagamento desses servidores transpostos para a União.

Deram R\$4 bilhões para o Banco Votorantim sem necessidade. Tudo bem que foi incorporado ao Banco do Brasil, mas foi para socorrer o Banco Votorantim. Deram R\$4 bilhões! Ainda bem que não havia mais banco para dar dinheiro. Mas um País que tem US\$240 bilhões em reservas cambiais e que se dá ao luxo de dar R\$4 bilhões para o Banco Votorantim, dá isenção ao cimento – o que não abaixou o preço do cimento –, então, não pode, de maneira nenhuma, negar ao Estado de Rondônia essa questão da transposição.

E mais: quando eu era Governador, e fiquei apenas 48 dias com o Banco do Estado, o Banco Central assumiu o Banco do Estado de Rondônia para recuperar o banco. Não o recuperou, e deixou um prejuízo de R\$500 milhões. Hoje, o Tesouro Nacional cobra R\$30 milhões por mês, quase o equivalente à folha de pagamento desses servidores que vão para o quadro da União. Então, a União deve para Rondônia, e nós vamos cobrar isso.

Sou da base do Governo, sou Vice-Líder do Governo no Congresso, sou Vice-Líder do PMDB aqui, no Senado, onde ocupei a Liderança por dois anos, tenho ajudado o Governo em todas as matérias, mas não é justo – ou não será, porque ainda não negaram –, mas não será justo que o Governo negue isso agora para o Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – GO) – Muito bem, Senador Valdir Raupp. Não acredito também que o Governo vá querer negar isso para Rondônia. Estaremos juntos, todos nós da bancada federal, amanhã, acompanhando a votação desse destaque, que é tão importante para os servidores de Rondônia.

Quero ressaltar, mais uma vez, a importância da união da bancada federal com os servidores, por intermédio dos Presidentes dos Sindicatos que estão acompanhando todas as votações, todas as reuniões no Ministério do Planejamento, reuniões aqui, no Senado, junto com a bancada, estão acompanhando todo esse movimento. Essa é uma vitória muito grande do povo de Rondônia, dos servidores.

Quero lembrar também, Senador Raupp, que nessa Medida Provisória nº 472 também está a Reserva de Bom Futuro, que vai beneficiar muito as famílias, as pessoas que moram no Estado de Rondônia.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, PT de São Paulo. E quero registrar a presença da Marina Gomes, presidente da colônia dos pescadores de Rondônia.

Seja bem-vinda!

Espero que amanhã o nosso Ministro da Pesca, Altemir Gregolin, possa nos receber em audiência, conforme conversamos ontem à noite, por telefone.

Tenho certeza de que, amanhã, nós estaremos lá conversando com o nosso Ministro da Pesca.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs e Srs. Senadores, “hoje é o dia reservado para comemorar a luta antimanicomial. Dia de levantar a questão: quais os princípios que devem nortear as políticas da saúde mental?”. Assim começam o artigo Jair Mari e Graham Thornicroft na *Folha de S. Paulo* de hoje. E prosseguem:

Os serviços de assistência à saúde mental em países em desenvolvimento não estão conseguindo atender às necessidades de tratamento dos pacientes, face à alta morbidade psiquiátrica na população.

Um princípio fundamental da disseminação da assistência mental à comunidade é a noção da igualdade de acesso das pessoas aos serviços em seu bairro ou região de moradia.

Outro princípio fundamental é a garantia dos direitos de autodeterminação e autonomia dos indivíduos com transtornos mentais como cidadãos. Esses princípios foram ratificados pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotados em 1991.

São textos que estabelecem três pontos importantes, em se tratando da pessoa com transtorno mental: o direito de ser tratada sem discriminação; o direito à presunção de capacidade legal, a menos que a incapacitação fique claramente demonstrada; e a necessidade de envolvimento dos usuários dos serviços e seus familiares no desenvolvimento de políticas que afetam diretamente suas vidas.

As mudanças nas políticas de saúde mental podem ser divididas em três fases: o estabelecimento dos asilos psiquiátricos, a partir de 1880 até 1955; o declínio do sistema de institucionalização e isolamento, pós-Segunda Guerra; e a reforma dos serviços de saúde mental de acordo com abordagem baseada em evidências, no equilíbrio e na integração de serviços comunitários e hospitalares.

A integração entre comunidade e serviços hospitalares é reconhecida como um “modelo de assistência equilibrado”, no qual a maioria dos serviços funciona na comunidade, em centros próximos à população atendida, onde a

internação hospitalar é reduzida e, geralmente, efetivada nas enfermarias psiquiátricas dos hospitais gerais.

Os países em desenvolvimento devem estruturar cinco categorias de recurso para organizar o desenvolvimento dos serviços: clínicas ambulatoriais para atendimento de pacientes; equipes de saúde mental comunitária; serviços de atendimento ao paciente em crise; assistência domiciliar baseada na comunidade; e serviços de encaminhamento para emprego, ocupação e reabilitação.

A assistência orientada para a comunidade deve preencher, ainda, os seguintes requisitos: atender às necessidades de saúde pública, com prioridade para o tratamento dos doentes mais graves; desenvolver centros locais e acessíveis; mobilizar a participação dos usuários e seus familiares nas políticas de planejamento; e provisionamento dos serviços de saúde mental.

A Associação Mundial de Psiquiatria nomeou uma força-tarefa para produzir diretrizes sobre as etapas, os obstáculos e os erros a serem evitados na implementação de um sistema de saúde mental comunitário.

O conteúdo desse editorial estará no próximo número da Revista Brasileira de Psiquiatria e o relatório completo será divulgado na edição de junho do World Psychiatry.

O relatório levantou vários erros-chave. Primeiramente, não há planejamento de saúde mental sem a participação de psiquiatras e usuários.

Em segundo lugar, o planejamento deve ser acompanhado por sucessão racional de eventos, de modo a evitar o fechamento de um hospital psiquiátrico antes que o serviço comunitário de assistência esteja solidamente estabelecido na mesma área.

Nenhum sistema de saúde mental pode funcionar sem a disponibilidade de leitos suficientes para acolher o paciente em crise. Outro erro comum é associar a reforma a um interesse ou grupo político particular, o que pode fazer com que qualquer mudança de governo comprometa as ações tomadas por predecessores.

Concluindo, os princípios fundamentais de orientação das políticas de saúde mental nos países em desenvolvimento preveem que estas devem se basear nas necessidades de saúde pública, levar em consideração a prote-

ção dos direitos humanos e serem projetadas levando em conta sistemas de saúde mental baseados em evidência e custo-efetividade.

É o momento, portanto, de se buscar um consenso para a defesa da melhoria dos serviços de saúde mental de qualidade, capazes de atender milhões de pessoas sem recursos e completamente desassistidas, nos países em desenvolvimento [concluem o professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, Jair Mari, e Graham Thornicroft, professor do Instituto de Psiquiatria do King's College em Londres].

Eu gostaria aqui de cumprimentar o Edson Lima e todos aqueles responsáveis pelo II Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos.

Dia 27 de maio completa-se dois anos da morte de Austregésilo Carrano Bueno, dramaturgo, militante da luta antimanicomial e autor do livro “Canto dos Malditos”, que originou o filme “Bicho de sete cabeças”, que junto com o livro revolucionou a história da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Carrano se destacou como o principal militante pela Luta Antimanicomial em nosso país. Eleito em congresso na cidade de Xerém-RJ, atuou nos últimos anos como representante dos usuários na Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica do Ministério da Saúde, chegando a receber, em 2003, uma homenagem das mãos do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, por seu empenho na Reforma Psiquiátrica. Além das torturas sofridas nos “chiqueiros psiquiátricos” – como dizia – Carrano sofreu vários processos judiciais por sua militância, principalmente por parte dos familiares dos médicos responsáveis pelos “tratamentos” recebidos nas passagens pelos locais onde foi internado, confinado e torturado. Carrano continuou militando até seus últimos dias no Movimento da Luta Antimanicomial, mesmo com a saúde debilitada, no dia 18 de maio de 2008, participou do Dia Nacional de Luta Antimanicomial em Belo Horizonte.

O Prêmio – Para que a sua voz não se cale e seu nome continue vivo no Movimento de Luta Antimanicomial, criamos [o Sr. Edson Lima e outros], em 2009, o Prêmio CARRANO de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos. O Prêmio tem como objetivo dar continuidade à sua luta por uma mudança nas condições de tratamento de pessoas em sofrimento mental, fazendo valer a Lei nº 10.216/2001 [de iniciati-

va do Deputado Paulo Delgado], da Reforma Psiquiátrica no Brasil, da qual foi um dos defensores e críticos.

O prêmio será entregue anualmente a pessoas de ações e atitudes importantes nestas áreas, mas principalmente, denunciar quaisquer violações dos Direitos Humanos, especialmente no que se refere a pessoas nas condições de sofrimento mental. Fizemos [diz Edson Lima] em 2009, na Semana do Dia Nacional de Luta Antimanicomial, o lançamento do Prêmio, com uma entrega simbólica a Carlos Eduardo Ferreira, mais conhecido como Maicon, usuário e militante da Luta, que esteve em vários momentos ao lado de Carrano, também foi entregue um prêmio a família de Carrano.

A criação do prêmio foi uma iniciativa de alguns amigos de Carrano: Edson Lima, coordenador do projeto “O Autor na Praça”; Erton Moraes, escritor, compositor e músico do Movimento TrokaosLixo; Lobão, integrante do Movimento 1daSul e Sarau do Cooperifa; Adriano “Mogli” Vieira, da AEUSP – Associação dos Educadores da USP; Paloma Kliss, escritora, e contamos com o apoio do Movimento Nacional e Fórum Paulista de Luta Antimanicomial, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e militantes do movimento.”

Foi nesse último sábado a entrega do II Prêmio Carrano.

(...) Foram indicadas 13 pessoas e instituições:

Casa do Saci [espaço criado e administrado por usuários da rede substitutiva aos manicômios]

Grife Dasdoida (criada pela psiquiatra Julia Catunda e usuários do CAPS Itapeva);

Grupo Tortura Nunca Mais [a Presidente Rose Nogueira foi quem recebeu o prêmio]

Luciano Santos, advogado e integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral;

Magrão, amigo de Carrano;

Marcelo Rubens Paiva, escritor e dramaturgo;

Marcos Abranches, Coreógrafo;

Paulo Amarante, Psiquiatra e escritor;

Revista Ocas – Organização Civil de Ação Social (Maria Alice Vassimon);

Sebastião Nicomedes, escritor e coordenador de oficina na Casa Restaura-me de apoio a pessoas em situação de rua;

Toninho Rodrigues, diretor e ator de teatro;

Xico Sá, jornalista e escritor.

E tive também a honra de ter sido um dos agraciados e aqui agradeço aos responsáveis pelo II Prêmio Carrano em função da defesa dos direitos à cidadania em nosso País. Infelizmente, não pude estar presente para receber esse prêmio pessoalmente, mas solicitei à minha assessora, a Assistente Parlamentar Flávia Rolim, que ali me representasse, e ela o fez neste sábado, lá na Praça Benedito Calixto.

Gostaria aqui de registrar que também foram homenageadas outras pessoas, personalidades como: Antonin Artaud, Arthur Bispo do Rosário, João Cândido, Itamar Assumção, Lima Barreto, Machado de Assis, Maria Conceição Aciolly, Nise da Silveira, Nivaldo Santana, Paulo Leminski, Plínio Marcos, Roberto Freire, Sérgio Sampaio, que tanto colaboraram nessa luta.

O Sr. Austregésilo Carrano escreveu textos muito significativos sobre sua luta, e aqui gostaria de concluir com algumas de suas palavras: “Querem o calar custe o que custar”.

Foi, sem dúvida, um artista revolucionário, guerreiro dos direitos humanos, e dos mais polêmicos do Brasil.

Conseguiu, bancando sozinho o trabalho de seu advogado, a liberação do seu livro “Canto dos Malditos” depois de dois anos e meio cassado e retirado de todas as livrarias brasileiras, não contou com nenhum apoio da editora da época. “Canto dos Malditos” foi dos poucos livros proibidos depois do fim da Ditadura Militar. Voltou às livrarias em setembro de 2004, com um posfácio mais picante, denunciando os crimes psiquiátricos e também as fortunas psiquiátricas ilícitas. Cobrando, exigindo “indenizações” imediatas às Vítimas do Holocausto Psiquiátrico Brasileiro... A Luta pelos Direitos Sociais de nós “Vítimas Psiquiátricas”, está apenas começando, agora que a cobra vai fumar!... Afirmava Carrano.

Sequelas....e... Sequelas [eis as palavras de Carrano].

Sequelas não acabam com o tempo. Amenizam. Quando passam em minha mente as horas de espera, sinceramente, tenho dó de mim. Nô na garganta, choro estagnado, revolta acompanhada de longo suspiro.

Ainda hoje, anos depois, a espera é por demais agonizante. Horas, minutos, segundos são eternidade martirizantes. Não começam hoje, adormeceram há muito tempo, a muito custo... comigo. Esta espera, oh Deus! É como nunca pagar o pecado original. É ser condenado à morte várias vezes.

Quem disse que só se morre uma vez?

Sentidos se misturam, batidas cardíacas invadem a audição. Aspirada a respiração não é... é introchada. Os nervos já não tremem... dão solavancos. A espera está acabando. Ouço barulho de rodinhas. A todo custo, quero entrar na parede. Esconder-me, fazer parte do cimento do quarto. Olhos na abertura da porta, rodam a fechadura. Já não sei quem e o que sou. Acuado, tento fuga alucinante. Agarrado, imobilizado... escuto parte de meu gemido.

Quem disse que só se morre uma vez?

(Austregésilo Carrano Bueno – Poema das quatro horas de espera para ser eletrocutado – aplicação da electroconvulsoterapia). Veja vídeo do Carrano declamando o poema.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – RS) – Pois não. Com muita honra e satisfação, Senador Paulo Paim. V. Ex^a, nesses últimos dias, tem se dedicado de tal forma às causas nas quais tanto acredita que merece um cumprimento. Eu tiraria o chapéu, se aqui um tivesse, para V. Ex^a, porque V. Ex^a não descansa. V. Ex^a está sempre atento e chamando a atenção de todos nós para votações importantes que acontecerão nesta semana, desde a causa dos aposentados aos demais temas, como a votação do Projeto Ficha Limpaa, que amanhã votaremos, assim como os demais projetos, que são importantes para o Brasil, relacionados ao pré-sal.

Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, lá no meu Rio Grande há um ditado popular que diz: "O tempo é o senhor da verdade, e ela avança com a velocidade dos ventos". Eu acho que essa frase tem toda uma simbologia dessa luta e do prêmio que V. Ex^a recebeu, pela sua postura, pela sua forma de agir em relação às pessoas que têm algum tipo de doença mental. Tenho um irmão que é psiquiatra, e ele me fala muito desta situação, da luta de homens e mulheres para permitir a integração do doente mental com a família. Quero, neste momento, fazer uma homenagem a V. Ex^a e ao meu grande amigo e Deputado Federal Paulo Delgado. Eu acompanhei a

luta dele, quando éramos Deputados, para aprovar a lei cujo número V. Ex^a citou, inclusive. Depois de muita, muita luta, ele conseguiu aprová-la e recebeu prêmios em diversas partes do mundo. Alguns não entendiam, no início, a grandeza da posição que o nosso querido amigo Paulo Delgado defendia, e defende até hoje. Mas fico com esta frase com que comecei: "O tempo é o senhor da verdade, e ela avança com a velocidade dos ventos". É essa velocidade dos ventos que vai garantir com que as pessoas com algum tipo de doença mental possam ser reintegradas e tratadas com humanidade, na linha dos direitos humanos. Parabéns pelo prêmio que V. Ex^a recebeu!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

As pessoas aqui talvez não estejam vendo a imagem, de autoria de Carrano, na capa da 1^a Edição do livro *Canto dos Malditos*, produzida por ele de forma artesanal, datilografada, xerocada, com acabamento em espiral, algo muito bonito, referente ao II Prêmio Carrano da Luta Antimanicomial e Direitos Humanos.

Mas V. Ex^a aqui recorda a luta do Deputado Paulo Delgado. Hoje, o seu irmão – acho que é Delgado também – trabalha no Ministério da Saúde e ali colabora com o nosso Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que justamente tem se dedicado muito ao avanço desta interação dos médicos psiquiatras com a comunidade, com os usuários, conforme está escrito no artigo de Jair Mari e Graham Thornicroft.

E eu me lembro, em 2001, quando aqui tramitou o projeto. Eu até com muito carinho e respeito guardo na memória as palavras do Senador José Paulo Bisol, porque, certo dia, ele ficou um pouco preocupado comigo por defender o projeto do Deputado Paulo Delgado. Eis que ele tinha um outro ponto de vista, também depois de muito estudo e ouvindo os responsáveis pelos hospitais psiquiátricos. Mas o que eu noto aqui no artigo que li de Jair Mari e Graham Thornicroft é que se encontrou uma espécie de equilíbrio onde aquelas preocupações muito sérias do Senador José Paulo Bisol, de alguma forma, estão contempladas, assim como também o propósito do Deputado Paulo Delgado, que foi o autor desse projeto.

Aqui, faço também uma homenagem ao nosso querido José Paulo Bisol, que, tendo proferido um parecer diferente do projeto do Paulo Delgado, acabou, de alguma maneira, contribuindo para que depois houvesse um equilíbrio, como explicitado neste artigo que li hoje e que foi publicado no *Folha de S.Paulo*,

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Muito obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Nossos cumprimentos pelo prêmio muito bem merecido por V. Ex^a, o Prêmio Carrano!

Agora, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará, da nossa querida Amazônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente Acir, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já tinha encerrado meu aparte, mas não posso deixar de cumprimentar o Senador Suplicy por ter citado o nosso grande amigo Bisol, gaúcho que, em uma das disputas do Presidente Lula, foi candidato a Vice-Presidente da República, tendo feito uma bela jornada por todo o País.

Senador Acir, agradeço a V. Ex^a, pois foi fundamental para que viesse a Medida Provisória dos Aposentados. Estamos encerrando esta noite. Tenho certeza, Senador Flexa, de que amanhã vamos votar aqui o fim do fator previdenciário e o reajuste de 7,72% para os aposentados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– E o Ficha Limpa também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Ficha Limpa também, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

Senador Paulo Paim, tenho absoluta certeza de que, se depender de V. Ex^a, do Senador Flexa Ribeiro e dos Senadores Suplicy, Senador Acir, Senador Mário Couto e todos os Senadores, eu diria - porque aprovamos por unanimidade aqui -, nós votaremos "sim" amanhã, que será um dia histórico. Pelo menos vamos fazer esforço para isso, porque nós vamos votar dois projetos importantes: o projeto que traz justiça aos aposentados e pensionistas com relação ao reajuste das suas aposentadorias, e o projeto Ficha Limpa, que vai definir e ter o apoio do PSDB, como dos demais partidos. O Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, já declarou que está pronto para votar amanhã, o PSDB está pronto para votar. Vamos votar favoravelmente e esperamos só que haja a concordância da Presidência da Casa e dos demais Líderes para que possamos fazer essa votação que o Brasil todo espera.

Eu, há pouco, estava na minha bancada, Senador Acir, aguardando a minha vez de subir à tribuna, e aproveitei para atualizar o *twitter*. Cada vez eu fico mais

impressionado com esse instrumento de comunicação em tempo real. São 21h47min, e os nossos amigos que nos seguem no *twitter* continuam atentos. Amanhã é o dia – eu dizia no *twitter*, em resposta a uma indagação – do "twitteiro fiscal". Sabe o que é isso, Senador Acir? O "twitteiro fiscal" eu lancei no *twitter* do Senador Flexa Ribeiro, para que todos os paraenses que têm acesso à rede mundial de comunicação, via internet, através do *twitter*, possam trazer as informações, trazer as denúncias de todos os lugares, de todos os Municípios, de todas as vilas do Estado do Pará.

Então, eu pedi a eles que passassem a ser, a partir deste momento, um amigo do Senador Flexa Ribeiro e amigo do Pará, mandando as suas informações, as suas denúncias. E aqui, da tribuna do Senado, nós vamos clamar por socorro a Deus pelo desgoverno que está presentemente no Estado do Pará.

E eu perguntava no *twitter* se ainda havia alguém seguindo a esta hora. Em poucos minutos, recebi... Quero mandar um abraço e agradecer a estes seguidores: Celly Ribeiro, de Belém; Leonardo May, de Marabá; Talys Ferreira, de Belém; Marcus Dimitri, de Belém; Juliana Oliveira, de Santarém; Tiago Viana, de Belém; Natália Fernandes, de Belém; Mateus Cunha – esse amigo, Mateus Cunha, é paraense, mas está morando em Brasília; Hugo de Léon, de Santarém; Márcio Vasconcelos, de Belém; e Emanuele Fujitsu, de Belém. Rapidamente aqui, eu estava conversando com todos esses amigos, enquanto aguardava a autorização de V. Ex^a e ouvia o pronunciamento do Senador Suplicy.

Mas eu vim hoje à tribuna fazer um pronunciamento a respeito de mais uma ação lamentável do Iama no meu Estado do Pará. Agora, recentemente, em meados do mês de abril, houve a deflagração de mais uma operação contra o setor produtivo do meu Estado e – por que não dizer? – contra o povo do Pará. Tratou-se da Operação Delta – agora as operações estão no alfabeto grego, essa já é a delta –, alegadamente instaurada para apurar supostas irregularidades nas atividades de compra e venda de madeira.

Lamentavelmente, a operação antecipadamente puniu as empresas que, à vista de todos os que analisam com bom senso os fatos, foram e são as vítimas do sistema de comércio de madeira, no caso, as empresas exportadoras, sujeitas que são a auditorias internacionais, Senador Acir, e a rigorosos mecanismos de fiscalização de suas certificações de boas práticas industriais e de sustentabilidade ambiental.

O Estado de V. Ex^a, Senador Acir, o Estado de Rondônia, querido Estado de Rondônia, como o Estado do Pará, há algum tempo foi alvo da Operação Arco de Fogo, alguns anos atrás. Estive lá com o Se-

nador Expedito Júnior, com o Governador Ivo Cassol, visitando alguns Municípios que foram atingidos, assim como vários Senadores que compunham aquela Subcomissão foram ao Pará também naquela altura. E isso gerou um desemprego seguramente de 80 mil paraenses, ao longo desses anos todos, e está inviabilizando esse segmento, que era um dos suportes da economia do Pará.

Não defendemos a ilegalidade. Pelo contrário, nós queremos que esses industriais do setor madeireiro tenham a condição de trabalharem legalmente, como querem. Apenas os órgãos ambientais, tanto o Ibama, quanto a Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), no meu Estado, buscam não dar as condições da legalidade, com duas intenções, eu diria: a primeira, de punir; a segunda, de quebrar as empresas, trazendo um grande benefício para o Estado do Pará, que talvez seja a grande obra da Governadora, que diz que a grande obra do seu Governo é cuidar das pessoas. Desta forma, com o desemprego, sem saúde, sem segurança? Se for cuidar das pessoas desse jeito, é melhor a gente pedir a Deus que ela se esqueça dos paraenses, porque desse jeito não dá.

Não bastasse a circunstância de tais empresas estarem sendo vitimadas, nos últimos anos, por um cenário adverso ao investimento industrial, dada a falta de uma política clara e responsável do Estado do Pará, agora elas, as empresas, sofreram pesados danos diante do fato de terem ficado impedidas de comercializar qualquer metro cúbico de madeira, na medida em que o Ibama, sem a instauração de um devido processo legal e sem oportunizar às empresas o direito de apresentar suas defesas, assim deliberou, unilateralmente e sem explicitar qualquer motivação, bloqueando as empresas fiscalizadas no sistema de comércio de compra e venda de produtos florestais.

A Operação Delta, com indisfarçável propósito policialesco e midiático, havendo arregimentado cerca de 370 agentes federais, caminhonetes, lanchas e pelo menos um helicóptero, partiu de um pressuposto não condizente com a realidade das empresas que vieram a ser fiscalizadas, pois a elas atribuiu a prática de venda de madeira virtual, o que significa, em termos simples, a venda de créditos lançados no sistema de compra e venda de produtos florestais, sem que a madeira, concreta e fisicamente considerada, viesse a sofrer movimentação física.

A inadequação da conduta ilegal atribuída às empresas fiscalizadas - que, como se disse, são, em sua totalidade, exportadoras - é evidente, na exata medida em que não é possível, por absoluta incapacidade física, exportar-se, dentro de um contêiner destinado ao exterior, em vez de madeira, papel.

Assim, a imputação de fato contrário ao direito às empresas fiscalizadas, exportadoras que são, não revela sequer bom senso, nem razoabilidade - como, aliás, razoável não tem sido a conduta do Ibama, o que não é surpresa para mim, que bem o conheço.

Isto porque é inaceitável, Senador Acir, sob pena de violação ao Estado democrático de direito, impedir o exercício de atividade econômica regular sem oportunizar a quem se acusa a mais ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes.

Fatos me têm sido narrados, dando conta de que a omissão reiterada e de longa data do Ibama e do órgão ambiental do Estado do Pará em implementar mecanismos de controle e transparência no sistema de compra e venda de produtos florestais - com vistas a permitir que as empresas que operam no sistema tenham conhecimento da origem da madeira que adquirem -, se não tem sido decisiva para o cometimento de equívocos formais porventura praticados em pequena proporção por algumas empresas do setor, tem sido, referida omissão dos órgãos ambientais, claramente contributiva, pois, sem se dar os meios, não se pode, responsávelmente, exigir os fins.

Neste aspecto, ressalte-se que o então Ministro do Meio Ambiente – não é de saudosa memória, não – Carlos Minc, propôs a assinatura, no dia 18 de julho de 2008, do Pacto pela Madeira Legal e Desenvolvimento Sustentável, assinado entre o setor produtivo, por intermédio da Fiepa e da Aimex, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de estabelecer um esforço comum para promover a produção, o uso e o consumo sustentável dos produtos madeireiros da Floresta Amazônica, especialmente os produzidos no Estado do Pará.

Ao setor produtivo ficou o compromisso de adquirir apenas produtos de origem florestal de fontes legais e sustentáveis, por meio da verificação da fonte de suprimento de seus fornecedores, verificação essa da origem feita por intermédio dos dados disponibilizados pelos órgãos ambientais, no caso, o Ibama e a Sema do Estado do Pará, que ficaram de disponibilizar, nos documentos oficiais de transporte ou no sistema de controle e comercialização de produtos florestais, as informações necessárias para identificar as fontes de suprimento de matéria-prima florestal dos produtores ou empresas cadastradas.

Para tanto, Ibama e Sema ficaram, no prazo de 90 dias a contar da assinatura do referido pacto, de disponibilizar na internet a situação de regularidade dos fornecedores de produtos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal e os polígonos georreferenciados dos planos de manejo florestais sustentáveis aprovados, tanto no âmbito federal como estadual.

Lamentavelmente, tanto o Ministério do Meio Ambiente como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema) não cumpriram a sua parte no pacto, disponibilizando as informações no sistema de controle: o Documento de Origem Florestal (DOF), na alçada do Ibama, e o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado do Pará (Sisflora), na alçada da Sema. Com isso, o setor ficou sem os mecanismos que lhe permitiriam verificar nesses sistemas a origem legal dos produtos florestais. Essa falta de compromisso, tanto do Ministério do Meio Ambiente como do Governo do Estado do Pará, mostra que não há interesse em estabelecer a transparência para acabar com a ilegalidade.

Agora, o Ibama se coloca na cômoda posição de acusar as empresas exportadoras de adquirirem madeira de empresas fantasmas. Mas como atestar que a empresa é fantasma se ela possui CNPJ, alvará, inscrição estadual e, por fim, registro no Cadastro Técnico Federal do Ibama e no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará – Ceprof –, da Sema, a ponto de as informações prestadas por esses sistemas sobre a dita empresa fantasma serem consideradas autênticas e válidas? Se a empresa fantasma fraudou o sistema e aproveitou a boa-fé da empresa compradora para lhe vender madeira de origem fraudulenta, a empresa compradora não pode ser apenada. Por que, Senador Acir? Porque a informação é oficial, tanto pelo sistema federal, do Ibama, quanto estadual, da Sema.

A prerrogativa do poder de polícia, de fiscalizar as empresas madeireiras, é do Ibama, e ele não pode imputar a responsabilidade de uma ausência de fiscalização sua ao empreendedor. Para isso, ele condiciona que, para uma empresa funcionar, é necessário, por força da Lei nº 7.804/89, o registro no Cadastro Técnico Federal, além de cobrar, por força da Lei nº 10.165/00, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, e condicionar que a empresa entregue, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

O setor madeireiro no Estado do Pará quer e precisa da fiscalização para excluir as empresas ilegais, mas não quer arbitrariedades como as verificadas na Operação Delta, onde foram constatadas inúmeras irregularidades quanto ao devido processo legal e ao direito ao contraditório, assim como irregularidades nos procedimentos de inspeção, ao não cumprir a Resolução do Conama 411/09, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos

florestais madeireiros de origem nativa, e a legislação ambiental estadual.

Nesse aspecto, Senador Acir Gurgacz, há de se ressaltar que, com a transferência da competência da gestão florestal para o órgão ambiental estadual, por força do art. 83 da Lei Federal nº 11.284, de março de 2006, consolidada pelo termo de cooperação técnica para gestão florestal compartilhada entre Ibama e Governo do Pará, através da Sectam, todos os atos disciplinando os procedimentos administrativos e operacionais para o funcionamento do setor florestal/madeireiro no Estado do Pará passaram a ser editados pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, órgão que antecede a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará – Sema. Essa legislação não foi considerada pelo Ibama por ocasião da Operação Delta, fato esse que nos leva a crer que o Ibama tem a pretensão de denegrir a gestão ambiental do Estado, com o objetivo de mostrar que o mesmo é incompetente para gerir o meio ambiente, com o único propósito de voltar a assumir plenamente essa gestão, pois é público e notório o inconformismo do Ibama com a perda dessa gestão.

Lá atrás, Senador Acir, V. Ex^a, que é também de um Estado que tem base florestal na sua economia, as liberações de manejo, as liberações de uso de corte, de reflorestamento eram dadas pelo Ibama. Lutamos bastante para que essa atribuição passasse aos Governos estaduais. Conseguimos isso lá em 2006. Lamentavelmente para o Estado do Pará, passou para a Secretaria Estadual, que é um verdadeiro caos, um verdadeiro desencontro, melhor dizendo – desencontro, não –, busca criar dificuldades, lamentavelmente, para o setor produtivo do meu Estado. O que é pior é que o Governo do Estado, a Governadora não toma nenhuma providência, nenhuma providência! Assiste a isso como se nada estivesse acontecendo no Estado do Pará, como se nada estivesse acontecendo com os paraenses para que ela pudesse vir em defesa do Estado, em defesa das empresas, em defesa dos paraenses.

É lamentável, mas, como eu digo sempre, não há noite, por mais escura que seja, que não tenha fim. Nós, no Estado do Pará, temos a esperança, que não nos deixa jamais, de aguardar o raiar do sol para todo o Estado, a partir, agora, de 1º de janeiro de 2011.

Eu lamento, Senador Acir. Eu tenho, aqui, uma manifestação que foi feita pelos trabalhadores das indústrias exportadoras contra a ação do Ibama. Há várias fotos que vou deixar aqui: “Não existe floresta viva com madeireiro morto”; “Queremos trabalhar”; “Não ao desemprego”; de novo, “Queremos trabalhar”.

Essa foi a manifestação que fizeram os trabalhadores das indústrias exportadoras, que foram impedidas de dar continuidade às suas atividades pela ação do Ibama e não tiveram o direito constitucional de defesa.

O que mais nos impressiona: eu pedi a ajuda, há três semanas, do Senador Romero Jucá. Fui a uma reunião, em seu gabinete, com dirigentes da Aimex e da Fiepa, para que o Senador Romero Jucá nos ajudasse junto ao Ibama, junto ao Ministério do Meio Ambiente, porque, Senador Acir, essas empresas têm um volume muito grande de exportação e as falhas que foram encontradas são algo em torno de 2 ou 3% do estoque de insumos, de matérias-primas que elas tinham.

Por 2 ou 3% de falhas, que poderiam ser corrigidas, o Ibama lacrou 100% da empresa, ou seja, a partir daquele instante em que elas foram autuadas, elas deixaram de poder comprar e vender qualquer coisa. O que é isso? É como se você deixasse um ser humano sem comer e sem beber. O que iria acontecer? Ele iria sucumbir.

Lamentavelmente, aconteceu em Cuba e o Presidente Lula não ficou emocionado, ou não mostrou sentimento pela perda da vida de um opositor ao regime de Fidel, que faleceu no exato momento em que o Presidente Lula estava em visita a Cuba. É o que vai acontecer com as empresas. Se não puderem comercializar, elas vão fechar e é isso o que o Ibama quer.

Aí, o Ibama deflagra essa Operação Delta e, em seguida, entra em greve. O Senador Romero Jucá, que teve toda a boa vontade – é bom que o Pará saiba disso –, me disse: “Tentei falar com o Ibama, tentei agir para que pudéssemos encontrar uma solução que permitisse a retomada dos trabalhos e o direito de defesa das empresas naquilo que o Ibama “achava de irregularidades”. Ele disse: “Mas, Senador Flexa Ribeiro, lamentavelmente, o Ibama está em greve.”

É muito fácil! É muito fácil deflagrar uma operação, dois dias depois entrar em greve e ninguém ter acesso ao Ibama, nem para saber o motivo das autuações, porque nem a isso as empresas tiveram acesso para que pudessem fazer a sua defesa.

Então, é esse caos que está implantado no setor ambiental e no Governo do Estado do Pará. É isso o que nos deixa cada vez mais conscientes de que é, realmente, necessário que o Pará volte ao caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico e social, que foi interrompido, lamentavelmente, a partir de 1º de janeiro de 2007.

Para concluir, Presidente Acir, assim é que a Operação Delta se revela em mais um desserviço ao setor produtivo do Estado do Pará, já combalido pela ausência de políticas públicas responsáveis.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que tive de fazer esse pronunciamento, que estava sendo aguardado pelos empresários do setor madeireiro exportador, para ver se, com essa denúncia, Senador Gilvam Borges, haverá pelo menos um apoio ao Senador Romero Jucá, para que se abra um diálogo com esse Ibama, guardião das florestas do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Flexa Ribeiro, pelo tema abordado por V. Ex^a.

Sabemos nós da importância que tem o madeireiro, o industrial da madeira, para o País. Hoje, fala-se em exportação, mas o madeireiro ajudou muito, principalmente no Estado de Rondônia, para o desenvolvimento do nosso Estado. Devemos muito a essa categoria, a esse empresário industrial da madeira, que é realmente muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

Meus cumprimentos por sua colocação.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, é com emoção que retorno a esta Casa. Agradeço a Deus por este momento tão importante na minha vida, depois de um episódio, um acidente de navegação na costa do Amapá.

Desloquei-me do Aeroporto Internacional de Macapá, às 9 horas, em direção ao Município de Amapá, um dos Municípios mais antigos do nosso Estado, onde, no ano 1895, o nosso herói Cabralzinho, Francisco Xavier da Veiga Cabral, expulsou os franceses e ali garantiu toda a nossa brasiliadade. Ao participar desse movimento, com uma delegação composta por dois engenheiros e um cinegrafista, seguimos o rio do Município de Amapá para a remota Vila do Sucuriju. Tínhamos uma missão especial, Sr. Presidente: levar àquela vila de pescadores, tão distante, um grande projeto do aqueduto, para que pudéssemos suprir uma necessidade básica do ser humano que seria a água. Dali, seguimos, de voadeira, pela costa do Amapá, no Oceano Atlântico, passando a Vila de Maracá, e começamos uma das aventuras que poderia ter sido uma tragédia. Por pouco, talvez não pudéssemos estar aqui neste momento em retorno a esta Casa.

Às 16 horas, depois de quatro horas de navegação, encalhamos em uma praia. E ali, durante quatro horas, aguardamos a maré para poder seguir. Era noite, 19 horas, já não podíamos voltar. Teríamos de seguir, porque a pororoca – um fenômeno da natureza: o encontro da água doce com a salgada – já vinha

estrondando do alto mar para dentro e, tínhamos de seguir em frente, porque tínhamos percorrido um bom percurso.

Já era noite escura, e estávamos sem os equipamentos necessários para podermos saber a direção. Depois de mais duas horas, estávamos em pleno oceano, sem saber se estávamos indo ou voltando. E o desespero, então, começou a chegar, quando os nossos engenheiros e o cinegrafista diziam que não estávamos mais indo, mas estávamos voltando.

O combustível, já contado, dava-nos conta de que talvez o nosso destino de chegar à Vila dos pescadores do Sucuriju não daria as condições necessárias. E aí, relâmpagos e uma grande trovoada das maresias e das pororocas, estávamos lá sujeitos a um alagamento.

E, aí, por Deus, com a boa sorte, depois de tantas horas no rio, vimos a luz, uma pequena luz distante, e aquela luz foi a nossa salvação. Seguimos em direção à luz. Não conseguíamos ver nem um metro à frente, porque era muita chuva, muita maresia. Estávamos prestes ao naufrágio. E seguimos em busca da luz. E, ali, antes de chegar às margens do rio, uma grande onda de quase três metros nos jogou praia adentro. Então, naufragamos. Mas ainda bem que a abençoada pororoca nos jogou para a praia! E descemos na escravidão em busca da luz, e, nessa luz, ali estavam dois pescadores, em um local que chamamos de feitoria, que é o mesmo que um mutá de caçada. É como um jirau, uma pequena armação em que são colocadas as ripas, os galhos das árvores, em cima dos quais os pescadores ficam para se protegerem dos bichos ferozes. E chegamos ali muito machucados, muito avareados. Praticamente por doze horas tivemos de ficar ali. Foram doze horas noite toda adentro naquela feitoria. Perdemos toda a nossa bagagem, toda a nossa máquina. Estávamos muito distante e sem comunicação.

Quero agradecer ao Vereador Maranhão, que, na Operação Espadarte, desencadeou, junto com meus familiares e amigos, o resgate do Senador Gilvam Borges. Mobilizaram, então, toda a busca necessária. Quero agradecer ao Presidente Sarney e a todos que tiveram, naquele momento, a possibilidade de fazer um gesto de reconhecimento e de torcida. Muitas orações foram feitas no Amapá, e, às 11 horas da manhã, fomos resgatados.

Imagine V. Ex^a, Sr. Presidente, que conhece a Amazônia, como homem também de Rondônia, que estávamos ali há praticamente doze horas, com a praga carapanã – assim chamamos os mosquitos. O sofrimento foi muito grande. O cinegrafista disse, quando nossa voadeira estava indo para o fundo, naquela escuridão, naquele chuva, naquele momento de desastre: “Não sei nadar, vou morrer”. Foi quando eu disse: “Segura-

te, que vamos conseguir chegar”. E chegamos. Se não fosse aquela pequena luz, talvez tivéssemos nos distanciado oceano afora e tivéssemos sido tragados pelas ondas gigantes que ali se encrespavam, sopradas pelo vento. E, talvez, eu não pudesse estar de volta a esta augusta Casa novamente para compartilhar os trabalhos do Congresso Nacional.

Quero deixar registrado meu agradecimento ao Vereador, à Áurea, ao Carlinhos, às autoridades, ao Prefeito Peba, a todos os Prefeitos que ali estiveram com solidariedade naquele momento tão difícil. Já passei por muitas dificuldades na minha vida com aeronaves, com acidentes, com minhas grandes caminhadas em Santiago, caminhando pela neve durante trinta dias, e em outras situações, Sr. Presidente, mas nunca estive tão próximo da morte como naquele momento.

Confesso a V. Ex^a que minha preocupação era com a missão especial para a qual eu estava indo numa comunidade muito distante. A composição dos votos ali, talvez, não representaria uma solução de um resultado eleitoral em que pudéssemos ter garantido uma boa disputa num pleito eleitoral. Não se tratava dessa busca. Minha busca estava verdadeiramente na solução de um problema secular daquela vila. Como o nosso herói Cabralzinho, que expulsou os franceses, estavam ali os pescadores. Eles também eram os nossos guardiões; quando os franceses queriam entrar, eles já estavam lá.

O interessante é que, um dia antes, eu tive uma reunião com mil pescadores, e foi nessa reunião que eles me pediram que eu fosse até essa Vila do Sucuriju, na costa do Amapá, no Oceano Atlântico, para implantar esse projeto do aqueduto, que é um desafio. Mas eles confiaram e me pediram: “Vá, Senador! Confiamos no senhor. Vá nos ajudar! Esse é nosso pleito”. Foram os outros companheiros que me pediram isso. E, por ironia do destino, na minha missão de ir até à vila dos pescadores, caí justamente em um mutá, em uma feitoria, em um jirau de pescadores, onde tive de ficar com eles por uma noite e uma metade de um dia, no frio, com muriçoca, com carapanãs. E não eram poucos, Sr. Presidente. Eram muitos! Não tivemos como dormir.

Vi ali o quanto aqueles pescadores, gente humilde, sofrem na busca de ganhar o pão. E, depois desse encontro com a pororoca, com o naufrágio, com uma situação estressante, de vida ou de morte – estava numa linha tênue para que tudo acontecesse –, na minha mente, então, surgiram várias imaginações, onde busquei, em pensamento, meus familiares, minhas queridas e amadas pessoas. E tive a oportunidade de refletir naquele momento que eu estava ali. Em um me-

tro quadrado, havia seis pessoas, no escuro, ao lado de dois pescadores, por uma condição especial.

Acho que a vida é assim. Tive o pressentimento de que eu tinha uma missão especial ali, que foi consequência daquele meu encontro com aqueles mil pescadores em Macapá. E, pela pororoca, pelo sofrimento, chegamos ali e fomos jogados, depois do naufrágio, num tapiri, numa feitoria de dois pescadores. Aquela luzinha conseguivê-la num momento fatal, em que eu poderia ter sido levado pela grande correnteza do Oceano Atlântico. Eu já estava com pouco combustível e castigado pela tempestade e por aquelas águas, e aquela luz surgiu lá, bem distante. Eu disse aos meus companheiros que deveríamos seguir no rumo daquela luz, porque ali poderíamos ter uma esperança. E a esperança veio justamente por causa dessa luz. Talvez, pelas condições em que estávamos, não tivéssemos como chegar à Vila do Sucuriju. Não conseguíamos ver absolutamente nada, era uma noite escura. E aí estou de volta a esta augusta Casa.

Quero agradecer a todos que lá fizeram aquelas orações por nós. Quero agradecer a todos os meus colegas Deputados Federais, que estiveram também apreensivos, como o Senador Papaléo e o Presidente Sarney, que seguiu para os Estados Unidos.

A experiência nos leva a travar uma luta ainda maior pelos mais humildes. Amanhã mesmo, estarei com o Ministro da Pesca, para tratar de questões importantes da reunião que tive com os mil pescadores. A experiência que tive foi grandiosa e me trouxe ainda mais humildade e compreensão do desvendamento dos sinais. Fui jogado naquele matapi, Senador, pela pororoca, após o naufrágio. Perdi minha câmara, minha filmadora. Perdemos tudo, mas saímos com o essencial: a experiência e a própria vida ainda.

Meus companheiros, quando cheguei, perguntaram-me: "E aí, Gilvam, como é que foi?". Eu disse que foi muito difícil, porque ali poderia ter havido uma fatalidade. Mas, já em tom de brincadeira, Senador, eu disse para eles que eu tinha visto o velho Ulisses Guimarães surgindo do mar com uma túnica verde, com uma bandeira do PMDB, abanando e dizendo "venha soldado da democracia". Eu disse: "Não, Presidente, ainda não é hora, estamos próximos da eleição. Quem sabe em nosso próximo encontro!". Meus companheiros sorriram e entenderam que o chamado existe, mas nem sempre é atendido. O chamado verdadeiro é aquele que está no planejamento divino. Todos nós temos a hora certa da chegada e também temos a hora certa da partida. Somos como as folhas verdes que secam, que caem no momento certo e que são sopradas em campo aberto, mata adentro. Cumprimos as nossas funções e seguimos o ciclo da própria natureza. En-

tão, quando é chegado o momento, a compreensão tem de ser grande.

Quero deixar registrado meu agradecimento ao Vereador Maranhão, que chegou ali com um grupo de salvamento, com o Corpo de Bombeiros. Mas eu já estava na Vila de Sucuriju. Voltamos juntos, falando já dos grandes projetos.

Quero agradecer aos dois engenheiros, ao cinegrafista e a todos aqueles que, verdadeiramente, estiveram comigo em oração e em pensamento, esperando-me, quem sabe, para mais um período de boa convivência.

Portanto, deixo registrado esse 15 de maio de 1895 como o dia em que Cabralzinho, nosso herói, conseguiu derrotar o Capitão Lunier, que chegou com a fragata para poder fincar a bandeira francesa em território brasileiro, e ali já estávamos nós, os amapaenses, com a fibra de sempre, com a boa temporal, para prosseguir na luta pelos interesses maiores do nosso Estado. Então, nosso herói Cabralzinho foi comemorado lá, com o Prefeito Peba.

Quero agradecer ao Governador Pedro Paulo, aos meus irmãos, às minhas famílias. Ressalto ainda a comemoração dos nossos amigos que nos servem aqui um bom cafezinho, nossos garçons e amigos, profissionais que fizeram uma grande roda no Cafezinho: "Senador, seja bem-vindo!". E rimos um bocado. Não foi dessa vez.

Portanto, ao Brasil meus agradecimentos. Estamos firmes e fortes para mais uma nova experiência. Que Deus nos proteja e nos abençoe! Vamos tocar os grandes projetos de interesse do Amapá e do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Meu muito obrigado a todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado. Que Deus nos abençoe sempre!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Senador Gilvam Borges, seu depoimento muito nos emociona. A vida, às vezes, faz-nos algumas surpresas. Essa, com certeza, foi uma delas, mas, graças à sua liderança e graças a Deus, estamos aqui com V. Ex^a hoje. Podemos festejar e agradecer a Ele, que conduz nossos caminhos.

Quero cumprimentar as pessoas que nos assistem pela TV Senado, especialmente as pessoas de Rondônia, as pessoas do meu Estado.

Tenho aqui um pronunciamento a fazer, mas pedirei que seja dado como lido, pelo adiantado da hora. Só quero mencionar que é sobre o Projeto Ficha Limpa. Amanhã, deveremos marcar mais uma página da história do nosso País, da história política do nosso País, aprovando essa matéria da Ficha Limpa, que é tão importante para o desenvolvimento, para o futuro

do nosso País, principalmente para o seu futuro político. Esperamos, ansiosamente, que amanhã possamos, realmente, escrever uma história importante, um pedaço da história do nosso País, da história política, porque sabemos que, sem a política, não conseguiremos viver.

Portanto, esperamos que amanhã seja um dia de muito sucesso em função da aprovação da PEC

nº 472, na sua totalidade, com os destaques feitos na Câmara Federal, com a aprovação da Ficha Limpa no Senado e com a aprovação da matéria referente aos aposentados também. Portanto, amanhã será, com certeza, um dia muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)
– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 567, DE 2010

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2010 (nº 16/2010, na origem), que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Resultados e Impactos relativo ao primeiro semestre do ano de 2009, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

RELATOR: Senador NEUTO DE CONTO

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 6, de 2010 (Ofício nº 2532, de 2009, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que encaminhou a esta Comissão, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, as demonstrações contábeis e o Relatório de Resultados e Impactos referentes ao primeiro semestre do ano de 2009, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O relatório está acompanhado do Parecer conjunto nº 4/2009/SDR/SUDENE/MI, elaborado conjuntamente pela SUDENE e pelo Ministério da Integração Nacional, assim como da Resolução CONDEL nº 027/2009, de 25 de novembro de 2009, do Conselho Deliberativo da SUDENE que aprovou o parecer.

II – ANÁLISE

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstaciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

O § 4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que “o relatório de que trata o caput deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.”

Conforme documento anexo ao Ofício “S” sob exame, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes examinou o balanço patrimonial do FNE levantado em 30 de junho de 2009 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, com a responsabilidade de opinar sobre essas demonstrações contábeis.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se no Parecer que as demonstrações contábeis “representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, em 30 de junho de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

Junto a esse balanço devidamente auditado que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, foi entregue relatório circunstaciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FNE, em conformidade com o §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização também está encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989:

Art. 20.

§ 5º O relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

A sistemática acima descrita foi adotada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2007. ...

Conforme já assinalado, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, ao § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às Comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta Comissão e à sua congênere na Câmara dos Deputados, atestar se os Fundos Constitucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

Os dados constantes do relatório circunstanciado tornam possível uma melhor compreensão das atividades do Fundo, com informações sobre a inadimplência por tipo de tomador dos empréstimos e a destinação de verbas por setor da atividade econômica, por exemplo.

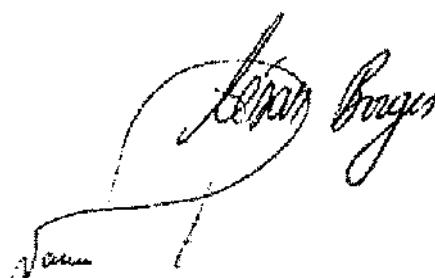
O relatório é bastante completo e as recomendações dele constantes representam bem as diretrizes de correção quanto à aplicação dos recursos do FNE objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é promover a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 6, de 2010, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos do §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 30 de junho

de 2009, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2010.



, Presidente
, Relator

OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2010

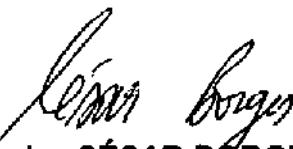
IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Neuto De Conto, que passa a constituir Parecer da CDR com voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 06, de 2010, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

César Borges (Vice-Presidente no exercício da Presidência), Serys Sihessarenko, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto, Marco Maciel, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Jorge Yanai e Tasso Jereissati.

Sala da Comissão, em 12 de maio de 2010.



Senador CÉSAR BORGES

Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

OFÍCIO "S" N° 06, DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/05/2010 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador César Borges (vice-Presidente)

RELATOR: Senador Neuto De Conto

TITULARES	SUPLENTES
<u>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</u>	
CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>	1-DELcíDIO AMARAL (PT)
SERYS SHLESSARENKO (PT) <i>Serys</i>	2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>Roberto Cavalcanti</i>
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Valadares</i>	3-TIÃO VIANA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) <i>José Nery</i>	4-VAGO
<u>MAIORIA (PMDB, PP)</u>	
NEUTO DE CONTO (PMDB) <i>Neuto De Conto</i>	1-VAGO
VALTER PEREIRA (PMDB) <i>Valter Pereira</i>	2-PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>
ROMERO JUCÁ (PMDB) <i>Romero Jucá</i>	3-VALDIR RAUPP (PMDB)
ALMEIDA LIMA (PMDB) <i>Almeida Lima</i>	4-GERSON CAMATA (PMDB)
<u>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</u>	
JOSÉ AGRIPIINO (DEM) <i>José Agripino</i>	1-JORGE YANAI (DEM) <i>Jorge Yanai</i>
MARCO MACIEL (DEM) <i>Marco Maciel</i>	2-JAYME CAMPOS (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosalba Ciarlini</i>	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM) <i>Ade米尔 Santana</i>	4-KÁTIA ABREU (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lúcia Vânia</i>	5-CÍCERO LUCENA (PSDB)
MARCONI PERILLO (PSDB) <i>Marconi Perillo</i>	6-PAPALÉO PAES (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) <i>Sérgio Guerra</i>	7-TASSO JEREISSATI (PSDB) <i>Tasso Jereissati</i>
<u>PTB</u>	
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI
<u>PDT</u>	
JEFFERSON PRAIA <i>Jefferson Praia</i>	1-JOÃO DURVAL

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) –

Com relação ao Parecer nº 567, de 2010, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício nº S/6, de 2010, que acaba de ser lido, a Presidência, em atendimento às suas conclusões, encaminha a matéria à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 524, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o apensamento e a tramitação conjunta do PLS nº 146 de 2003, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)” com o PLS nº 211 de 2007, que “altera o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para atribuir aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento a decisão sobre repasse de recursos dos respectivos fundos a outras instituições financeiras”.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2010. – Senador **Romero Jucá**.

(*) REQUERIMENTO N° 525, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o apensamento e a tramitação conjunta do PLS nº 175 de 2009, que “Dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro relativas ao exercício financeiro, ao processo de planejamento financeiro e orçamentário, normas de gestão financeira e patrimonial e condições para a instituição e funcionamento de fundos no âmbito da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios” aos demais projetos que já tramitam em conjunto no caso, PLS nº 229, de 2009 e PLS nº 248, de 2009.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2010. – Senador **Romero Jucá**.

(*) Republicado para correção da data

REQUERIMENTO N° 526, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 411/2008, que “Dispõe sobre a compensação financeira (royalties) devidos à União, Estados e Municípios, desvincula, até o exercício de 2013, a aplicação dos recursos pertencentes à União de que trata, nos termos do § 1º do art. 20 da Constituição Federal,

quando decorrente de exploração e concessão das águas, em especial as Usinas Hidrelétricas, e as Pequenas Centrais Elétricas, e dá nova redação ao art. 3º, revoga o art. 4º, I, II e III da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e dá outras providências”, do Projeto de Lei do Senado nº 386/2005, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.993, de 2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais, para o setor de ciência e tecnologia”, do Projeto de Lei do Senado nº 56/2004 que “Altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuam nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)”, com o Projeto de Lei da Câmara nº 315/2009, que “Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Município do produto da Cooperação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Pres. n. 214/2010/CMO

Brasília, 18 de maio de 2010

Assunto: Informa a composição dos comitês permanentes da CMO.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, encaminho, em anexo, a composição dos comitês permanentes deste Órgão Técnico do Congresso Nacional, por mim designados nesta data, conforme dispõe o art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Respeitosamente, – Deputado **Waldemar Moka** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício LID/Nº 111/2010

Brasília, 18 de maio de 2010

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Nelson Proença – PPS/RS, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 488/2010, que “Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A., - Brasil 2016 e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/nº 112/2010

Brasília, 18 de maio de 2010

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Nelson Proença – PPS/RS, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 489/2010, que “Autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica – APO, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Não há mais oradores inscritos.

O Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Acir Gurgacz enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O REALISMO MÁGICO DO PT NO FMI”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 21 de abril de 2010.

A matéria destaca a entrevista com o ex-ministro colombiano da Fazenda Rodrigo Botero. Ele acusa o representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional, FMI, Paulo Nogueira Junior, de ter violado um acordo de quatro décadas e estremecido as relações do Brasil com a Colômbia.

Senhor Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Como segundo assunto, desejo enfatizar a matéria “Como melhorar a segurança”, na revista *Época*, em sua edição de 15 de maio de 2010.

Segundo a matéria, o tema da segurança pública deve ser um dos grandes pontos do debate eleitoral para o pleito de outubro. A revista elenca também uma série de sugestões para aprimorar a segurança no país como, por exemplo, melhorar o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública, criar mais presídios federais, melhorar a distribuição de verbas do Pronasci e diminuir a certeza da impunidade.

A revista *Época* destaca também o início de uma série de debates sobre diversos temas que devem apresentar sugestões para o próximo Governo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O REALISMO MÁGICO DO F

Oeconomista Paulo Nogueira Batista Júnior foi nomeado, em 2007, diretor executivo e representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional (FMI). Descrente do capitalismo e alinhado à ala mais atrasada do PT, ele é um estranho no ninho em Washington. Há dois meses, abriu um conflito diplomático com a Colômbia, país que divide com o Brasil e um grupo de outras economias menores uma cadeira no diretório do Fundo. Nogueira Batista demitiu a representante colombiana, María Inés Agudelo, alegando escassez de qualificações profissionais para o posto. Rodrigo Botero, ex-ministro da Fazenda da Colômbia e experiente analista da política latino-americana, revela que a demissão foi motivada pelo choque de visões a respeito de política econômica. "O fato é que Agudelo defendia políticas como as que são adotadas no Brasil com sucesso desde os anos 90", afirma Botero. "Mandar a Washington um representante que execra a própria política econômica de seu país é uma manifestação clara do realismo mágico latino-americano por parte do governo brasileiro." De Boston, onde vive, Botero conversou com o editor Giuliano Guandalini.

O INCIDENTE

"A destituição de María Inés Agudelo por Nogueira Batista viola o acordo de cavalheiros que existe há pelo menos quatro décadas entre o Brasil e a Colômbia. Nunca houve antes um incidente como esse. Nogueira Batista alega que ele, como diretor executivo da cadeira, teve amparo institucional ao demitir Agudelo. Foi o rompimento com uma prática saudável de convivência em que se cultiva a tolerância, com o respeito a profissionais nomeados por outros países. O Brasil adotou a atitude de tratar o incidente como uma questão exclusiva do ministro

DESRESPEITO

Botero, ex-ministro colombiano da Fazenda, acusa o representante brasileiro no Fundo de ter violado acordo e estremecido as relações do Brasil com a Colômbia

PT NO FMI

da Fazenda, Guido Mantega, responsável pela indicação de Nogueira Batista. Mas esse incidente afeta diretamente as relações bilaterais entre os países. Não estamos diante de uma questão meramente burocrática. O Planalto e o Itamaraty devem compreender que a grosseria de Nogueira Batista não colabora em nada para a boa vontade de outros países em relação à política internacional brasileira."

O CONFLITO

"Nogueira Batista não pode invocar o argumento de incompetência para destituir a colombiana. Agudelo possui mais credenciais acadêmicas que Nogueira Batista. As diferenças de Batista com Agudelo se devem a conceções incompatíveis sobre política econômica. Não é segredo para ninguém que Batista é crítico de uma política econômica que tenha um regime de metas de inflação, que empregue a flexibilidade cambial e que persiga metas de superávit fiscal primário. Esses são, em essência, os fundamentos da política econômica colombiana. São princípios que Agudelo, como representante de seu país, era obrigada a defender no FMI. Seria inconcebível que a Colômbia permitisse que um detor de sua política econômica interviesse nas discussões do Fundo. Agora, se bem entendo, as políticas mencionadas são as mesmas que vêm sendo aplicadas com sucesso no Brasil desde os anos 90. Mandar a Washington um representante que execra a política econômica de seu próprio país é uma manifestação clara do realismo mágico latino-americano por parte do governo brasileiro. Mas isso é problema brasileiro, que não concerne à Colômbia."

660 Brasil atua como uma potência. No entanto, mesmo as superpotências devem cuidar das maneiras de lidar com as nações vizinhas. A Colômbia não tem pretensão de ser uma grande potência, mas não é um país insignificante, o qual se possa atropelar.

RELACIONES ESTREMECIDAS

"As relações entre Colômbia e Brasil, no FMI, foram tradicionalmente cordiais, baseadas no respeito mútuo. A afronta de Nogueira Batista constitui um desrespeito, um insulto. O governo colombiano notificou o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, de que Nogueira Batista não está autorizado a interferir em assuntos relacionados à Colômbia. A manutenção da harmonia nas relações requer que o Brasil reconheça a validade do acordo de cavalheiros que acaba de ser violentado e ofereça garantias de que aceita restabelecer a situação que imperava antes da chegada de Nogueira Batista ao FMI."

DIPLOMACIA BRASILEIRA

"Existem aspectos desconcertantes na diplomacia brasileira na América Latina. Dou três exemplos recentes. Primeiro, ter declarado que Hugo Chávez é o melhor presidente que a Venezuela teve em 100 anos. Segundo, ter equiparado o preso político e mártir da ditadura cubana Orlando Zapata, falecido na prisão depois de uma greve de fome, a um delinquente comum. Isso é uma indecência, uma obscenidade. O terceiro foi permitir que a Embaixada do Brasil em Honduras servisse de palco para a ópera-bufa encenada por Manuel Zelaya. Além de revelarem falta de profissionalismo diplomático, esses episódios contribuem para a percepção de que a política regional tem um viés a favor do chavismo. Minha impressão é que essa aparente esquizofrenia tem uma explicação em função das tensões no interior do PT. Lula teve de repudiar a plataforma de seu partido e adotar uma política econômica ortodoxa. Esse alinhamento exigiu que Lula apaziguasse o descontentamento da extrema esquerda do PT. Como prêmio de consolação, delegou a gestão

das relações latino-americanas a personagens como Marco Aurélio Garcia e seus seguidores."

BRASIL-POTÊNCIA

"O Brasil atua como uma potência. De fato, como uma superpotência. No entanto, mesmo as superpotências devem saber lidar com as nações vizinhas. A Colômbia não tem pretensão de ser uma grande potência, mas não é um país insignificante, o qual se possa atropelar. Somos a quarta maior economia da América Latina."

POLÍTICA COLOMBIANA

"A Colômbia ocupa um lugar particular na América Latina. Não faz parte do Mercosul e também não pretende participar de projetos como a Telesur e o Banco do Sur. A Colômbia é contra a proposta de substituir a OEA (*Organização dos Estados Americanos*) por uma organização que exclui o Canadá e os Estados Unidos. Ao contrário de outros países da região, mantivemos o sistema democrático durante as décadas de 70 e 80, quando prevaleciam as ditaduras militares no Cone Sul. O país também não apoiou a invasão argentina às Malvinas, em 1982. A Colômbia atribui importância primordial às relações com Canadá, Estados Unidos e União Europeia, tendo negociado acordos de livre-comércio com esses países. Aos nossos vizinhos que aspiram a encontrar uma fonte de dinamismo comercial e progresso tecnológico no Rio da Prata, desejamos sorte. Mas o interesse colombiano não recomenda seguir seu exemplo. A vontade de discordar da opinião majoritária dos sul-americanos em determinados temas não trará aplausos ao estado colombiano no Fórum de São Paulo ou no Movimento Continental Bolivariano (*ambos eventos de esquerda*). O custo dessa impopularidade é tolerável." ■

Como melhorar a segurança

A primeira edição de ÉPOCA Debate vai discutir o que o governo federal deve fazer para melhorar a polícia e combater a criminalidade

Ricardo Mendonça

Já faz bem mais de 20 anos que estudiosos de diversas tendências concluíram que o modelo de organização das polícias estaduais no Brasil está esgotado. O país continua sendo o único do mundo em que duas corporações dividem a apuração de um mesmo crime. A Polícia Militar faz o atendimento inicial das chamadas, é treinada para o combate efica responsável por eventuais flagrantes. A Polícia Civil começa seu trabalho quando termina a atuação militar, conduz as investigações e elabora os inquéritos. Além dos prejuízos decorrentes de uma comunicação imperfeita entre as corporações, essa divisão de tarefas gera rivalidade, hostilidade, disputa de verbas e prestígio. O atestado mais eloquente da falência do modelo são os frequentes conflitos em que policiais militares e civis trocam tiros, já ocorridos em vários Estados.

ALERTA
Rosas enterradas na areia da Praia de Copacabana, no Rio, em 2007. Elas foram colocadas para simbolizar o total de vítimas de homicídio em quatro meses

Há mais de 20 anos, fala-se em unir as duas polícias. Tal fusão poderia acabar com as rivalidades e dar eficiência às investigações, já que a falta de cooperação é uma das principais explicações para a crônica precariedade dos inquéritos policiais. Mas a união das polícias, ou qualquer outro tipo de reforma na área, só pode ser feita por mudança constitucional. Do ponto de vista político, isso implica o engajamento do Poder Executivo federal e de um número considerável de lideranças do Congresso. Essa ideia, apresentada como solução para o setor durante anos, esperou tanto tempo para ser apreciada que acabou envelhecendo mesmo sem nunca ter sido testada. Morreu antes de existir. "Hoje, muitos críticos entendem

que a fusão não é mais um caminho adequado", diz o antropólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Segurança Pública e coautor do livro *Elite da tropa*. "Juntar duas instituições degradadas, com despreparo, desqualificação, formação débil, corrupção e má gestão resultará em problemas ainda maiores."

Até agora, o tema segurança foi abordado apenas superficialmente pelos principais candidatos à Presidência. Nenhum fez uma defesa detalhada de suas ideias ou apresentou qualquer esboço de programa de governo. Os indícios mais fortes de propostas foram citados em programas populares de TV, de apresentadores especializados em cobertura policial. Na semana passada, em conversa com o apresentador Ratinho, do SBT, o tucano José Serra falou em criar uma "Polícia Federal fardada", mas não deu detalhes sobre a proposta. Dias antes, no programa do apresentador José Luiz Datena, da Band, Serra prometera criar um Ministério da Segurança.

A petista Dilma Rousseff e Marina Silva não foram além de Serra. Até agora, as duas limitaram-se a dizer que são contra a criação do Ministério da Segurança, posição semelhante à do atual ministro da

Justiça, Luiz Paulo Barreto. Em suas entrevistas, Dilma tem dado ênfase à questão do combate ao tráfico de drogas, como o crack, assunto com conexões com a área de segurança. Marina organizou um debate, mas participou só como ouvinte e não se comprometeu com nenhuma proposta.

"Justiça e segurança" é o tema da primeira edição de ÉPOCA Debate 2010, uma série de discussões sobre alguns dos temas mais importantes da agenda nacional que deverão ser enfrentados pelo próximo presidente da República. O evento, aberto à participação de leitores, ocorrerá no dia 18 de maio na sede da Editora Globo, em São Paulo. Os convidados são o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, o antropólogo Luiz Eduardo Soares e Denis Mizne, um dos coordenadores da campanha do desarmamento e diretor do Instituto Sou da Paz, entidade fundada em 1997 em São Paulo.

Até agora, o tema foi abordado apenas superficialmente pelos candidatos à Presidência

Eles vão debater as responsabilidades diretas que o próximo presidente da República deveria assumir, o foco prioritário dos investimentos e questões como a superpopulação carcerária. A história da unificação das polícias Militar e Civil – que caiu antes de existir – revela como é extremamente difícil para os políticos implementar reformas e inovações na área de segurança, um setor que disputa o topo do ranking das preocupações dos cidadãos. ÉPOCA entrevistou estudiosos para listar as principais propostas que circulam no meio acadêmico, no Congresso, em ONGs e em outras instituições ligadas à área de segurança. Nem todas exigem pesados investimentos do poder público. Tais ideias, que serão discutidas no evento do dia 18, também servem de parâmetro para o debate entre os candidatos sobre o que pode ser feito pelo próximo presidente na área de segurança. As principais:

Tornar as polícias responsáveis pela apuração completa dos crimes

Depois de abandonar a ideia da fusão das polícias Militar e Civil, muitos passaram a defender um novo conceito de reforma. Pela proposta, elas continuariam separadas, mas com atribuições diferentes das atuais. Cada uma ficaria responsável pela apuração completa de um conjunto predeterminado de crimes, sem ▶

EPOCA DEBATE**Justiça e segurança****Participação****Gilmar Mendes**

Ministro do Supremo Tribunal Federal

Luz E. Soares

Antropólogo e ex-secretário Nacional de Segurança Pública

Denis Mizne

Diretor do Instituto Sou da Paz

Data: 18 de maio (terça-feira)**Horário: 15 horas****Lugar: Editora Globo****Endereço: Av. Jaguara, 1455 -****São Paulo (SP)****Inscrições: (11) 3767-7325 ou pelo site****epoca.com.br/inscricoes****(As inscrições serão feitas até o limite de vagas, no auditório que tem capacidade para 92 pessoas.)**

interferência da outra, num modelo conhecido como polícia de ciclo completo. Numa das propostas, a Polícia Militar cuidaria exclusivamente dos crimes contra o patrimônio, como roubo, furto e estelionato. Nesses casos, faria o serviço completo, da prevenção ao inquérito. A Polícia Civil ficaria com o ciclo completo do combate ao crime organizado e da apuração dos crimes contra a vida, como homicídios. Outros tipos de delito seriam divididos com a mesma lógica: o responsável assume o serviço completo.

Nos últimos anos, alguns estudiosos assumiram a defesa do modelo de ciclo completo. Um deles é o advogado Denis Mizne, diretor do Instituto Sou da Paz. "Reformar a polícia deveria ser um projeto prioritário do próximo governo. Ele precisa ganhar a mesma urgência da reforma tributária ou previdenciária", diz Mizne. "O governo federal alega que as polícias são estaduais e fica se escondendo da discussão. Deveria ser o contrário: como não tem polícia, deveria usar isso a seu favor. Politicamente, é mais fácil liderar uma reforma sem ter de enfrentar as corporações."

Outro defensor da ideia é o sociólogo Marcos Rolim, consultor de órgãos públicos em segurança e direitos humanos. "O atual modelo, herança da ditadura, faz com que cada Estado tenha duas metades de polícia. Comprovadamente não funciona. A tendência mundial é a multiplicação das polícias, com divisões por região ou por tipo de crime", disse Rolim na semana passada, durante um debate promovido em São Paulo pela candidata do PV à Presidência, Marina Silva. "Entendo que a divisão por modalidade também criaria competição, mas a competição exitosa."

Melhorar o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública

O principal instrumento do governo federal para influenciar a política de segurança dos Estados são as verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública. O fundo dispõe de R\$ 300 milhões por ano para ajudar os governadores a comprar armas, viaturas, rádios e outros equipamentos. O fundo foi criado no ano 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso, num período crítico de violência. A liberação do dinheiro ocorre conforme a apresentação de projetos. Apesar de ter crescido nos últimos anos, a verba do fundo é insuficiente para as demandas de 26 Estados e do Distrito Federal.

A mais importante reivindicação diz respeito aos critérios de uso do fundo. "O governo poderia associar a liberação desse dinheiro a exigências como melhoria

das estatísticas policiais, políticas reais de prevenção, melhoria da gestão, queda da letalidade, respeito aos direitos humanos, fortalecimento da corregedoria e melhoria das cadeias", diz Mizne. "A regra não precisa ser complexa. Estado que mantém gente presa em contêiner não recebe dinheiro federal", afirma Rolim.

Aumentar a profissionalização da Polícia Rodoviária Federal

Uma das marcas do governo Lula, mote de propaganda do PT, é a modernização da Polícia Federal. A PF recebeu investimentos e passou a ter uma situação mais destacada, com operações sofisticadas de investigação. Apesar disso, não há notícia de avanço semelhante na Polícia Rodoviária Federal, órgão que responde ao mesmo Ministério da Justiça. "A Polícia Rodoviária continua aparelhada politicamente", diz Soares.

O governo não concorda com esse diagnóstico. "A imagem da Polícia Rodoviária não é mais compatível com sua realidade. Nos últimos anos, seu efetivo passou de 7 mil para 10 mil homens, os salários dobraram, ela atraiu gente mais qualificada, foi equipada e passou a ter um leque maior de atuação: agora também combate delitos e presta socorro", diz o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. "Uma prova disso é que, hoje, a Polícia Rodoviária apreende mais drogas que a PF. Em 2009, prendeu 111 mil pessoas e apreendeu 12 mil armas."

Criar mais presídios federais

O país tem quatro presídios federais, mas há uma sobra de 300 vagas nessas cadeias, segundo o Ministério da Justiça. Isso ocorre porque o modelo foi desenvolvido com uma missão específica demais: desonerar os Estados da custódia dos presos mais perigosos. A ideia funcionou. Não há notícia de fugas ou abusos internos. Mas o modelo é limitado. Se os presos condenados pela Justiça Federal fossem enviados para os presídios federais, haveria enorme déficit de vagas. Para atender esse público, seria necessária a construção de pelo menos um presídio federal por Estado.

Outra ideia relacionada a presídios, defendida por Luis Flávio Saporì, ex-secretário de Segurança de Minas Gerais, é criar cadeias específicas para prisões temporárias. Isso serviria para não misturar os presos condenados com aqueles que são detidos apenas para averiguação e facilitaria a gestão do sistema.

O envolvimento insuficiente do governo federal com os Estados na construção de presídios também merece maior atenção. O

país tem hoje cerca de 500 mil presos, 180 mil a mais que o número de vagas. Desse total, cerca de 80 mil ainda estão em delegacias, completamente inadequadas para a custódia. Seria essencial estabelecer uma política nacional para a construção de novos presídios. Nos casos mais graves de falta de vagas, há presos em contêineres, algemados em pilares ou em corredores do lado de fora da cela. A construção de novos presídios serviria não apenas para acabar com esses casos escandalosos de desrespeito aos direitos humanos. Colocar mais criminosos na prisão e mantê-los presos também é um fator diretamente ligado à redução da criminalidade.

Melhorar a distribuição de verbas do Pronasci

O governo Lula criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci. Trata-se de um fundo de R\$ 1,4 bilhão para financiar mais de 90 medidas de prevenção. Mais da metade da verba, porém, está concentrada num único projeto: uma bolsa de R\$ 400 por mês para policiais de todo o país que fazem cursos de qualificação a distância. "O Pronasci poderia ser mais bem aproveitado como instrumento de indução de políticas se não estivesse tão concentrado nas bolsas", diz Mizne. Barreto, o ministro da Justiça, reconhece que o programa está muito concentrado em apenas um aspecto, mas diz que isso foi "estratégico para atender a uma demanda urgente" e que, com o tempo, essa concentração tende a diminuir.

Diminuir a certeza de impunidade

A sociedade brasileira pune mal. E, quando pune, faz isso de forma desigual e com violência. "Um dos grandes eixos de uma nova política de segurança tem de ser a diminuição da impunidade", diz Saporì. Vários dados corroboram essa afirmação. O primeiro é a baixíssima taxa de esclarecimento de homicídios, em torno de 5% dos casos – 95% dos crimes ficam impunes. Como nem todos os crimes esclarecidos resultam em condenação, muitas vezes por causa das possibilidades quase ilimitadas de recursos judiciais, a punição efetiva para criminosos é quase residual. Mesmo depois de preso, um criminoso com acesso a bons advogados (em geral, os mais perigosos) tem à disposição um arcabouço legal formidável para obter reduções de pena. As leis que garantem essa certeza de impunidade precisam mudar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Bancoop é suspeita de superfaturar contrato”, publicada pelo jornal O Globo em sua edição de 12 de março de 2010.

A matéria destaca que a análise preliminar dos dados bancários da Bancoop aponta para um superfaturamento nos pagamentos de segurança particular, estimado em até 150% a partir de 2005, na gestão de João Vaccari Neto. Segundo documentos uma firma de

vigilância de petista envolvido com aloprados foi contratada no lugar de outra, por mais do dobro do valor.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bancoop é suspeita de superfaturar contrato

Firma de vigilância de petista envolvido com aloprados foi contratada no lugar de outra, por mais do dobro do valor

Lilia Souza

• SÃO PAULO. A análise preliminar dos dados bancários da Bancoop (cooperativa dos bancários de São Paulo) aponta para um superfaturamento, nos pagamentos de segurança particular, estimado em até 150% a partir de 2005, na gestão de João Vaccari Neto. Neste ano, a cooperativa passou por seus piores momentos de aperto financeiro.

Vaccari, hoje tesoureiro do PT, contratou a Caso Sistema de Segurança, empresa de Freud Godoy, também bolista e personagem envolvido no caso dos aloprados. Os termos do contrato não são conhecidos, mas a despesa de vigilância da Bancoop cresceu de uma média de R\$ 40 mil mensais para R\$ 100 mil mensais. Em pouco mais de um ano, a Caso faturou pelo menos R\$ 1,5 milhão com a Bancoop.

A investigação criminal — que apura supostos crimes de formação de quadrilha, estelionato, apropriação indébita e lavagem de dinheiro — analisa os extratos bancários das contas da Bancoop e de empresas de fachada ligadas à sua antiga diretoria. O rombo financeiro é estimado em cerca de R\$ 100 milhões, e há indícios de que os recursos teriam abastecido o caixa do PT, segundo o promotor José Carlos Blat.

Godoy ganhou notoriedade por envolvimento na tentativa

frustrada de um grupo de petistas para comprar um falso dosaté contra lucros nas eleições de 2006. O grupo foi preso no Hotel Ibis, em São Paulo, com uma mala contendo R\$ 1,7 milhão de origem não identificada, e chegou a apontar Godoy como chefe da operação.

A investigação da Polícia Federal revelou que Godoy realizou encontros com Gedimar Passos, suposto encarregado pela entrega do dinheiro. Godoy também trocou telefonemas com Vaccari, que esteve em contato com Hamilton Lacerda, então coordenador da campanha do petista Atozio Mercadante. O relatório final da CPI dos Saques das Ilhas Godoy de malversa responsabilidade no episódio; Gedimar negou, posteriormente, ter dito que estava a mando de Godoy.

Godoy está fora do país e não foi localizado para comentar as investigações da Bancoop. Seu advogado, Augusto Botelho, considera qualquer conclusão prematura, até que as investigações sejam concluídas. Ele alega ser necessário comparar os serviços oferecidos e prestados por cada empresa.

Em tese, porém, a Caso substituiu a equipe de Andy Roberto Gurcyshka, para realizar os mesmos trabalhos de seguran-

ça da sede da Bancoop, vigilância dos canteiros de obras e proteção particular dos dirigentes da cooperativa. Para Blat, causa estranheza o contrato de segurança com uma empresa com forte ligação com o PT, no momento em que a Bancoop enfrentava séries dificuldades financeiras e não conseguia tomar as obras. Vaccari alega que assumiu a Bancoop para realizar o saneamento financeiro.

É prematura qualquer conclusão da promotoria quando as investigações ainda estão no início. A Caso é uma empresa ativa que presta serviços para diversos clientes, inclusive para o diretório do PT em São Paulo e em campanhas políticas. Uma análise sobre valores cobrados requer verificação dos número de seguranças e serviços prestados — disse Botelho.

Segundo Vaccari, Andy foi demitido por má prestação de serviços. Em seu lugar, entrou Godoy. Andy é uma das testemunhas do caso Bancoop e relatou ter realizado as escutas ao banco, onde quantias eram sacadas e depois, supostamente, levadas a Vaccari. Este negou as acusações e afirmou que o Ministério Público age forma política e eleitoreira a favor do PSDB.

AO GLOBO, Andy explicou que faturava de R\$ 60 mil a R\$ 70 mil ao mês, mas que parte do pagamento se referia à vigilância de outras duas empresas de fachada: a Germânia e a Mirante,

empreiteira e fábrica de blocos de concreto que pertenciam a antigos diretores da Bancoop e teriam sido usadas para trair e desviar recursos.

— Conhecemos em 2001 e estruturamos a segurança — disse Andy. — Trocavam a gente por uma empresa sem nada do que a gente oferecia. A mesma empresa que prestava serviço dentro do diretório do PT.

Cerca de oito mil páginas de documentos sob análise

Ontem, o promotor José Carlos Blat não quis comentar o andamento das investigações, para não tumultuar o caso, que sofre ataques políticos. Ele aguarda a decisão do juiz sobre o pedido de quebra de sigilo bancário pessoal de Vaccari e de outros dois ex-dirigentes da Bancoop: Ana Maria Ernica e Tomás Edison Botelho Fraga.

Os outros três dirigentes suspeitos morreram num acidente de carro em Petrópolis (PE) em 2004 — entre eles, Luiz Malheiros. Seu irmão, Hélio Malheiros, prestou depoimento e está no programa de proteção às testemunhas.

Prosseguem as análises de mais de 8 mil páginas de extratos e movimentações bancárias, nas quais estão sendo feitas averiguações sobre as movimentações em dinheiro e a entrada e saída de recursos nas empresas de fachada e no Sindicato dos Bancários de São Paulo. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, venho à Tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Acusados permanecem impunes e ativos”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 04 de abril 2010.

A reportagem destaca que os protagonistas da compra do dossiê contra tucanos em 2006 estão hoje impunes. Osvaldo Bargas é dono de consultoria em

Brasília e Expedito Veloso acabou promovido ao cargo de diretor na BB Previdência.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Acusados permanecem impunes e ativos

Jorge Lorenzetti, negociador do dossiê, abriu empresa em SC e é cobrado por dívida de R\$ 18,1 mi no Banco da Amazônia

Osvaldo Bargas é dono de consultoria em Brasília e Expedito Veloso acabou promovido ao cargo de diretor na BB Previdência

DO ENVIADO A FLORIANÓPOLIS
DAS SUCURSALS DE BRASÍLIA

Os protagonistas da compra do dossiê contra tucanos em 2006 estão hoje impunes.

O ex-petista Jorge Lorenzetti –funcionário da cúpula da campanha de Lula que negocia o dossiê– responde por um débito de R\$ 18,1 milhões

A dívida se refere a empréstimos feitos pelo banco à Nova Amafrutas, uma fábrica de su-

cos no Estado do Pará –da qual Lorenzetti era um dos diretores– que failiu no fim de 2006.

Quase um ano após o dossiê, o Basa passou a cobrar na Justiça dos então diretores da empresa, entre eles Lorenzetti.

Documento obtido pela *Folha* mostra que ele foi avalista no Basa de ao menos três empréstimos a partir de 2005 que somam R\$ 1,3 milhão. O último contrato é de fevereiro de 2007, após a falência da empresa.

Procurada, a assessoria do Basa disse que não há registro da participação de Lorenzetti nos empréstimos.

Três meses após o Basa iniciar ação judicial de cobrança, Lorenzetti passou a administrar uma empresa especializa-

da em venda de sanduíches em shoppings da região de Florianópolis e Camboriú.

A Mage Sanduicheria foi aberta em nome da ex-mulher e da filha. Seu irmão, Silvestre Lorenzetti, disse que o negócio

foi paralisado há um ano. Entretanto, a empresa continua ativa na Receita Federal.

Osvaldo Bargas, outro envolvido no escândalo, abriu em Brasília a MB Consultoria para atuar nas áreas de comércio, recursos humanos e sindical.

A empresa tem como sede uma sala constantemente fechada e sem placa de identificação. O porteiro informa que “seu Bargas” aparece apenas para pegar correspondências.

O sócio de Bargas na MB é

seu filho Helder, nomeado em abril de 2009 para um cargo na prefeitura de São Bernardo do Campo, comandada por Luiz Marinho (PT) –que foi quem deu o aval para Hamilton Lacerda voltar ao partido.

Aparentemente o único punido no episódio ao perder o emprego de diretor de Gestão e Risco do Banco do Brasil, Expedito Veloso voltou ao banco no cargo de gerente e foi promovido a diretor-superintendente da subsidiária BB Previdência em setembro de 2008.

Veloso administra 41 planos de previdência complementar de empresas ou entidades privadas, com ativos totais de R\$ 1,37 bilhão, de acordo com balanço da empresa.

outro lado

Envolvidos no caso preferem ficar em silêncio

DAS SUCURSALS DE BRASÍLIA

Hamilton Lacerda e os envolvidos no caso dossiê preferiram ficar em silêncio.

Preposto de Lacerda na Bahia, Breno Macedo Santos disse que está à frente do negócio de reflorestamentos: “Na realidade sou eu que trabalho com isso. Vocês estão distorcendo isso”. Santos

disse que Lacerda é “um familiar” dele, mas não informou grau de parentesco.

A *Folha* deixou recado na casa de Lacerda em São Caetano do Sul e enviou mensagem por celular e e-mail. Lacerda mandou um assessor perguntar qual era o assunto. Informado, não quis falar.

Juscelino Dourado não ligou de volta. A *Folha* deixou recado na casa de Jorge Lorenzetti e na empresa de Osvaldo Bargas. A Prefeitura de São Bernardo disse que a contratação do filho de Bargas seguiu critérios técnicos.

Senador SÉRGIO GUERRA

Folha de S. Paulo - 04/04/2010

O FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr’s e Srs. Senadores, Ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Presidente do PSDB reage a Dilma e cobra biografia do tesoureiro do PT”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 06 de abril de 2010.

A matéria destaca que o senador Sérgio Guerra, presidente nacional do PSDB, aceitou fazer um debate ético para a campanha eleitoral e sugeriu que a pré-candidata petista à Presidência dê esclarecimentos sobre o falso dossier de corrupção que seria usado

contra candidatos tucanos em 2006 e sobre o mensalão do partido.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sucessão. Sérgio Guerra aceitou trazer debate ético para a campanha eleitoral e sugeriu que a pré-candidata petista à Presidência dê esclarecimentos sobre o falso dossier de corrupção que seria usado contra candidatos tucanos em 2006 e sobre mensalão do partido

Presidente do PSDB reage a Dilma e cobra ‘biografia do tesoureiro do PT’

Christiane Sumarco
Eugenio Lopes
BRASÍLIA

O presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), aceitou desafio da pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, de trazer o debate ético para a campanha eleitoral. Ele cobrou da ex-ministra que começasse esclarecendo o ‘dossiê dos alorados’, o mensalão do PT e a biografia do tesoureiro do partido, João Vaccari Neto.

O caso dos ‘alorados’ – conforme a definição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – está ligado ao falso dossier de corrupção que seria usado contra candidatos tucanos nas eleições de 2006. O PSDB também quer explicações sobre o caso Bancop, a cooperativa habitacional que deu calote em vários associados e que era dirigida por Vaccari.

Em entrevista publicada ontem no *Estado*, o ex-ministro disse que o PT não se assusta com a discussão ética proposta feita pelo pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra, ao fazer balanço de sua gestão em São Paulo. “Esse debate é muito bom para a gente”, afirmou a petista.

Cheque. “Temos que conhecer melhor a biografia do Vaccari, que, na condição de tesoureiro

do PT, assina o cheque para pagar o aluguel da casa da candidata”, afirmou Guerra. “Esse discurso de desonestade intelectual é marca registrada dele”, reagiu o deputado Arnaldo Maia (PSDB-SP).

Como Dilma questionou a competência de Serra à frente do Ministério do Planejamento, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, os tucanos saíram em defesa de seu pré-candidato. Para o PSDB, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é versão piorada do Avenida Brasil, que começou a ser desenvolvido na gestão de Serra, baixado de Brasil em África. “Esse

conceito, completamente correto e estratégico, foi abandonado pelo populismo eleitoral do PAC da ministra, que não tem nem cronograma nem realização; só tem propaganda”, disse Guerra.

A oposição entende que “a máe do PAC” deve explicações sobre as “graves irregularidades” apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em várias obras do PAC, como a refinaria Abreu e Lima. Para o presidente nacional do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), o PAC não é bem planejado, uma vez que sua execução é baixa. Ele afirmou que o Planejamento não é atividade-sim, diferentemente da

Saúde onde a gestão Serra apresentou resultados concretos.

Planalto. Após a primeira reunião do presidente Lula com os dez novos ministros, o governo deu uma demonstração de que não vai deixar sem resposta os ataques da oposição. O escalado para isso foi o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que saiu do encontro repetindo o discurso de Dilma.

“O PSDB e o DEM não têm moral para vir falar sobre tema ético do governo do presidente Lula. Temos o que mostrar sobre a aliança PSDB e DEM”. Padilha acrescentou: “Se os tucanos qui-

serem fazer o debate ético, é ótimo. Queremos enfrentar esse debate sobre a ética. Temos o que mostrar, o que o nosso governo fez no combate à corrupção, na Controladoria-Geral da União, na Polícia Federal, e o que foi feito pelos governos anteriores.”

A primeira parte da reunião ministerial foi aberta para que o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, apresentasse a cartilha sobre como todos devem se comportar nas eleições para evitar problemas com a Justiça. Lula aproveitou para determinar que a AGU mantenha um canal aberto para que ministros possam consultá-la caso tenham dúvida.

Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu venho aqui hoje, neste plenário, com a firme intenção de solicitar urgência na votação do projeto Ficha Limpa aqui no Senado Federal, pois trata-se de uma matéria de extrema importância para o país. É através dela, que é oriunda de uma manifestação popular nunca vista antes neste país, que serão definitivamente criadas algumas ferramentas de fundamental valor para gerar uma renovação efetiva da política em nosso país.

O projeto Ficha Limpa, aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados, deve ser encarado, como disse o nosso presidente, o senador José Sarney, como uma matéria de extrema urgência. O projeto já foi encaminhado para esta Casa e está agendado para ser votado nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acredito, realmente, que o projeto Ficha Limpa deva ser aprovado sem alterações e venha para este plenário para a votação final, para que entre em vigor já para essas eleições.

Senhor presidente, a urgência de colocar em vigor nesta matéria não é descabida, não é apressada, não é precipitada. Acredito, de verdade, que o Brasil até mesmo já passou da hora de encarar com a seriedade que lhe cabe a questão que é suscitada pelo projeto Ficha Limpa. Ou seja, já não é sem tempo que a nossa legislação crie empecilhos de fato, para a candidatura de políticos com a ficha suja.

Julgo que a grande maioria dos integrantes dessa Casa consideram mais que correta a decisão de expurgar, de uma vez por todas do poder público aquelas pessoas que perderam a moral e as condições mínimas de considerarem representantes do povo. Representantes eleitos do povo. É verdadeiramente inadmissível que políticos cassados, condenados e até mesmo presos, na história recente de nossa política, seja no Executivo ou seja no Legislativo, possam desfrutar do direito de concorrerem ainda nas eleições deste ano. Seria um contra-senso, seria um descabimento, seria um grande desrespeito com a população brasileira que viu esse projeto de lei nascer da iniciativa popular, com mais de um milhão de assinaturas, ser aprovado pelo Legislativo mas entrar em vigor somente nas próximas eleições, deixando 2010 registrado na história como o ano em que tudo pôde, o ano em que foram aproveitadas as últimas oportunidades de ludibriar o eleitor.

Não, senhoras e senhores senadores. Isso não pode ser permitido pelos integrantes dessa Casa. A lógica e o bom senso devem falar mais alto e fazer valer essa Justiça planejada e edificada pela sabedoria popular. Sabedoria de um povo que está cansado de escândalos que terminam, na grande maioria das

vezes, em impunidade. Que terminam, como dizem, em pizza.

O projeto Ficha Limpa deve ser aprovado nesta casa e entrar em vigor imediatamente porque o Senado precisa mostrar que aqui não há mais espaço para conchavos, para corporativismo ilícito, para convivência. O Senado pode e deve dar uma lição histórica de Justiça e cidadania vetando já o acesso aos corredores do poder à gente que não merece mais a confiança do povo. Gente que enfiou a mão em recursos públicos, gente que comprou voto, gente que vinha agindo como se o Estado fosse propriedade privada. O Ficha Limpa tem esse poder saneador que deve ser aplicado já.

O poder do Ficha Limpa se emana da alteração da Lei Complementar nº 64/90. Esta lei, explico para o meu povo de Rondônia que agora me acompanha através da TV e da internet, estabelece casos de inelegibilidade, fixando prazos que variavam de três a oito anos para impedir a eleição de pessoas condenadas pela Justiça. Pelo Ficha Limpa, esse prazo aumenta, evitando a impunidade. Com esse projeto, é fixado que a inelegibilidade passe a ser de oito anos para todos os casos, contanto que a condenação do político tenha sido proferida por órgão colegiado da Justiça ou em decisão transitada em julgado (quando não pode mais haver recurso).

Por todos esses motivos, senhoras e senhores senadores, acredito ser importantíssimo que o Ficha Limpa seja aprovado por unanimidade nesta Casa. Precisamos mostrar ao Brasil que o Senado não teme a Justiça! Precisamos mostrar para pessoas que cometem crimes eleitorais, como a compra de votos, por exemplo, que a política brasileira não tem mais acomodada para iniciativas como essa, ou para gente que toma tais iniciativas.

O momento é histórico, senhor presidente, e a nossa responsabilidade é titânica no sentido de que estamos aqui prestes a fazer um trabalho (para o qual fomos eleitos) que poderá mudar definitivamente a cara da representatividade política do país. Um trabalho que poderá mudar a cara do Brasil como um todo.

Convoco todos os excelentíssimos senhores e senhoras senadores para tomar a decisão correta nesta quarta-feira e depois, quando o projeto ingressar aqui no plenário. Lembro que o Brasil inteiro – e talvez até o mundo – esteja olhando para esta casa com uma lente de aumento nesta semana. Olhando para esta casa com muita atenção, para cada voto, para cada opinião expressada aqui.

Este é um momento com o qual cada um de nós, representantes do povo, sempre sonha. É o momento de tornar real, de satisfazer um anseio direto do povo, emanado da consciência coletiva popular, brasileira,

sem filtros, sem ingerências. É um momento valioso e que requer toda a nossa seriedade e todo o nosso respeito para com a vontade popular.

E sabemos que a vontade do povo, neste projeto de lei em especial, é de uma responsabilidade irrebatível. Não há leviandade nenhuma, inconstitucionalidade nenhuma que mereça sustar esse processo que passou com tanta cidadania pela Câmara dos Deputados. O que há, na verdade, na essência deste projeto, é o gérmen da Justiça, da igualdade, da sabedoria, do bom senso e da cidadania. Há o lubrificante mais perfeito para o funcionamento dessa complexa engrenagem política brasileira, aquilo que nos move, nos impede a fazer um trabalho melhor a cada dia, a cada legislativa.

O que existe de mais valioso no projeto da Ficha Limpa é o anseio de fazer valer a retidão do político, com respeito ao eleitor, que nunca pode ser roubado, que nunca pode ser comprado, que nunca pode ser lesado.

Senhor presidente, Senhoras e senhores senadores, Era isso que eu tinha a dizer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que constará da pauta da sessão deliberativa de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 477, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 477, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de dezoito bilhões, cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de cinco bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta reais, para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Eduardo Azevedo

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2010 (Proveniente da Medida Provisória nº 474, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2010, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009 (proveniente da Medida Provisória nº 474, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010)

Relator revisor: Senador Jefferson Praia

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2010 (Proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2010, que *dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011 e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010)

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 309, DE 2009 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal e dá outras providências.*

Relator: Senador Tasso Jereissati (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-4-2010)

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2010**
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.*

Relator: Senador Renan Calheiros (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Serviços de Infraestrutura; e
- de Assuntos Econômicos.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 8, DE 2010**
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (nº 5.941/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso*

I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Relator: Senador Delcídio Amaral (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 16, DE 2010**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo).*

Relator: Senador Edison Lobão (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009*.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 278, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010*.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 279, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010*.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 17, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus).*

Parecer sob nº 1.084, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Neuto de Conto, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara n° 22, de 2002 (n° 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlitto Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco*.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2006 (n° 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei n° 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985*.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

23

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara n° 60, de 2007 (n° 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 95, de 2003 (n° 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei n° 9.192, de 21 de dezembro de 1995*.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 53, de 2004 (n° 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)*.

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda n° 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda n° 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda n° 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda n° 2-Plen): favorável à Emenda n° 2-Plen, na forma de Subemenda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 64, de 2004 (n° 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas*.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 81, de 2004 (n° 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs*

7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e
- de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autoridades e fundações públicas*.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e
- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos)*.

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)*.

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação*

em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que específica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004,

na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007,

na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instructor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003,

na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *incluir as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*

– *Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Fe-*

deral de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

55

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

56

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº*

8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313,

363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Shiessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres,

que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de

2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de

2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que

apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Ikhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *al-*

terá dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *g* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de

2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (*Lei de Inelegibilidade*), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eleutivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que específica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

83

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

84

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável,

com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

85

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

86

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos*

notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

87

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 33 minutos.)

ATA DA 67^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE MAIO DE 2010

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 65, de 7 de maio de 2010)

RETIFICAÇÕES

Na página 18764, por omissão do número, republique-se na íntegra o texto do Convênio nº 18/2010.

CONVÊNIO N° 0018/2010
(Processo nº 010.500/05-7)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A., PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A., inscrito no CNPJ sob o nº 17.184.037/0001-10, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-92, telefone (31) 3057-6211, fax (31) 3057-6039, site: www.mercantil.com.br, e mail: fabio.felicio@mercantil.com.br, doravante designado CONVENIADO, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao CONVENIADO, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do CONVENIADO, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do CONVENIADO será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONVENIADO encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignantes extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao CONVENIADO a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao CONVENIADO, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo CONVENIADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao CONVENIADO, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO- Fica rescindido o Convênio nº 011/2008, a partir da ínicio e validade do presente Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo CONVENIADO das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente resarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos, ainda não averbados, permanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais

vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

VII - auxílio-natalidade;

VIII - auxílio-moradia;

IX - auxílio-funeral;

X - auxílio-alimentação;

XI - auxílio-creche;

XII - adicional de férias;

XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XIV - adicional noturno;

XV - adicional de insalubridade;

XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos

endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nºs 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

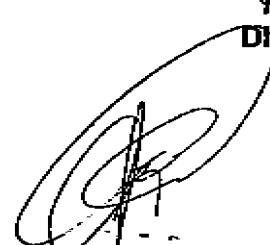
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 03 de maio de 2010.


HAROLDO FEITOSA TÁRRA

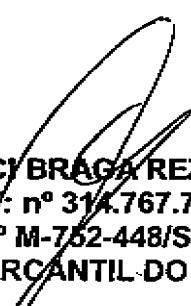
DIRETOR-GERAL DO SENADO

 JANE CÉSAR COELHO

CPF: 547.530.746/68

RG nº M-3.516.386/SSP-MG

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.

 VALCY BRAGA REZENDE

CPF: nº 314.767.756-72

RG nº M-752-448/SSP-MG

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.

 Diretor da SADCON

 Diretor da SSPLAC

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 011, de 2010**

**MENSAGEM
N.º 00035/2010, de 2010 – CN
(Nº 00198/2010, na origem)**

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001
PL 011/2010-CN
Mensagem 0035/2010-CN
0198/2010 na Origem

ESF

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 11, de 2010PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar**Órgão: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia****Unidade: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia****Funcional Programática: 19.571.0471.8960.0208****Ação – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Em Municípios do Estado da Paraíba****GND 4; MOD 40; Fonte 100****Valor R\$ 3.000.000,00****Cancelar****ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA****UNIDADE : 24209 - CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - S.A. - CEITEC****Funcional Programática: 19.572.1388.6432.0001****Ação – PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA DE PROJETO E FABRICACAO DE COMPONENTES SEMICONDUTORES - NACIONAL****GND 3; MOD 90; Fonte 100****Valor R\$ 3.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda objetiva beneficiar Municípios do estado da Paraíba, visando ampliar o desenvolvimento de ação voltada para os projetos de tecnologia.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PB

PMDB

VITAL DO REGO FILHO

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00002
PL 011/2010-CN
Mensagem 0035/2010-CN
0198/2010 na Origem

ESP/

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 11, de 2010	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	-----------------------------------	------------------

TEXTO

Suplementar**Órgão: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia****Unidade: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia****Funcional Programática: 19.571.1008.6492.0025****Ação – Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - No Estado da Paraíba****GND 4; MOD 40; Fonte 100****Valor R\$ 5.000.000,00****Cancelar****ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA****UNIDADE : 24209 - CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - S.A.****- CEITEC****Funcional Programática: 19.572.1388.6432.0001****Ação – PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA DE PROJETO E FABRICACAO DE COMPONENTES****SEMICONDUTORES - NACIONAL****GND 3; MOD 90; Fonte 100****Valor R\$ 5.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva beneficiar Municípios do estado da Paraíba, visando ampliar o desenvolvimento de ação voltada para os projetos de tecnologia.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	 VITAL DO REGO FILHO		PB	PMDB
DATA	ASSINATURA			

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jorge Yanai* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

- (Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,29,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)

Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
	PDT/PSOL (9)

- | |
|------------------------|
| 1. Osmar Dias (PDT-PR) |
|------------------------|

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDABAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maoria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. VAGO (11,41,94)
VAGO (37,93)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,96,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,95,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Jorge Yanai (DEM) (43,102,103)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
 99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
 100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
 101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
 102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplementares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pela Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. VAGO (51,93)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. VAGO (55,94)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Alvaro Dias (PSDB) (22,98)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
VAGO ^(8,18)	2. VAGO ^(2,10,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,9)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(11,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁷⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
8. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scocomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (103)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,102,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Moraes (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
- O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,108)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,109)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,110)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,107)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Jorge Yanai (DEM) (41,113,114)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
109. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
110. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,17)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,18)	1. VAGO (18)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
- Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (23)	1. Fátima Cleide (PT) (20)
Marina Silva (PV) (7,23,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (39,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Hélio Costa (PMDB) (39,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (35,61,62)	1. Adelmir Santana (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (29)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (28)	4. Jayme Campos (DEM) (9,34,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,31)	1. Sérgio Zambiasi (31)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,37,42)	1. Cristovam Buarque (13,36,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(6,12)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽¹³⁾	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. VAGO (3,8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (9)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
75. Vago em virtude do Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5) Serys Slhessarenko (PT)	1. Fátima Cleide (PT) 2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4) Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO (1) 2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
VAGO (47,95)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virginio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Edison Lobão (PMDB) (43,81,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (34,87,88)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
81. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplementares

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplementares

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,25)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (36,43,55,57)	1. VAGO (42,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (47)
Almeida Lima (PMDB) (46)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (33)	1. Jorge Yanai (DEM) (30,63,64)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (31,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (29)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,35)
Adelmir Santana (DEM) (38)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,34)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (37)	1. Mozarildo Cavalcanti (37)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
36. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁷⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26,77)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,55,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,56)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucea.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (10)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. n° 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. n° 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. n° 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
1. Gerson Camata (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
1. Romeu Tuma	

Notas:

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
VAGO (38,63)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,42,48,59,61,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (40,45)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Jorge Yanai (DEM) (28,69,71)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,46)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Círcero Lucea.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
64. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scmcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁶⁾	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) ⁽¹⁵⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (6)	1. VAGO (11)
VAGO (12)	2. VAGO (10)
VAGO (7)	3. VAGO (8)
VAGO (9)	4. VAGO (9)
VAGO (9)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(4,5)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,12,13)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,7,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 05/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁶⁾

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

DEM

Adelmir Santana (DF)

PSDB

João Tenório (AL) ⁽²⁾

PT

Tião Viana (AC) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾

PR

César Borges (BA)

PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ)

PSOL

José Nery (PA)

PSC

Mão Santa (PI)

PV

Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
6. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cesar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo¹
Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 336 páginas

OS: 2010/12643